

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema motivador a luta pela terra e pela reforma agrária de famílias camponesas em frações do território capitalista, no interior da diversidade socioespacial brasileira, no início do século XXI.

O objetivo central da pesquisa é colaborar com o debate sobre a territorialização camponesa em frações do território capitalista. De forma específica, pretende-se a) entender a prática de luta de famílias camponesas em frações do território capitalista; b) tornar visível a luta dos camponeses no território, em conflito com o capital e c) oferecer elementos críticos para a análise e para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento da agricultura camponesa e da classe camponesa no Brasil.

A classe do campesinato é formada por um contingente expressivo de famílias distribuídas espacialmente por todas as regiões brasileiras. O campesinato, a partir das duas últimas décadas do século XX, constituiu vigoroso movimento social de luta pela terra e pela reforma agrária. Embora expressiva parcela do campesinato brasileiro tenha sido vitoriosa nas lutas territoriais para implantar seu modo de vida, ele não consegue disputar as políticas públicas de Estado que são do seu interesse, sobretudo aquelas que visam a promover a agricultura camponesa e a soberania alimentar nacionais.

As práticas de luta de famílias camponesas no território, para boa parte delas, têm início no seu encontro com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Após o encontro com o *Movimento*, tudo muda. Muda o modo de as famílias resistirem no território capitalista. Após tal encontro, as práticas até então adotadas, como emigrar, assalariar, tornar-se “rendeiro” ou permanecer sob o jugo do fazendeiro patrão como “parceiro”, são abandonadas. As famílias partem para novas práticas de luta para viverem na terra: acampam, ocupam o latifúndio, organizam o

assentamento conquistado. Transformam o assentamento de reforma agrária em uma unidade territorial camponesa no interior do território capitalista.

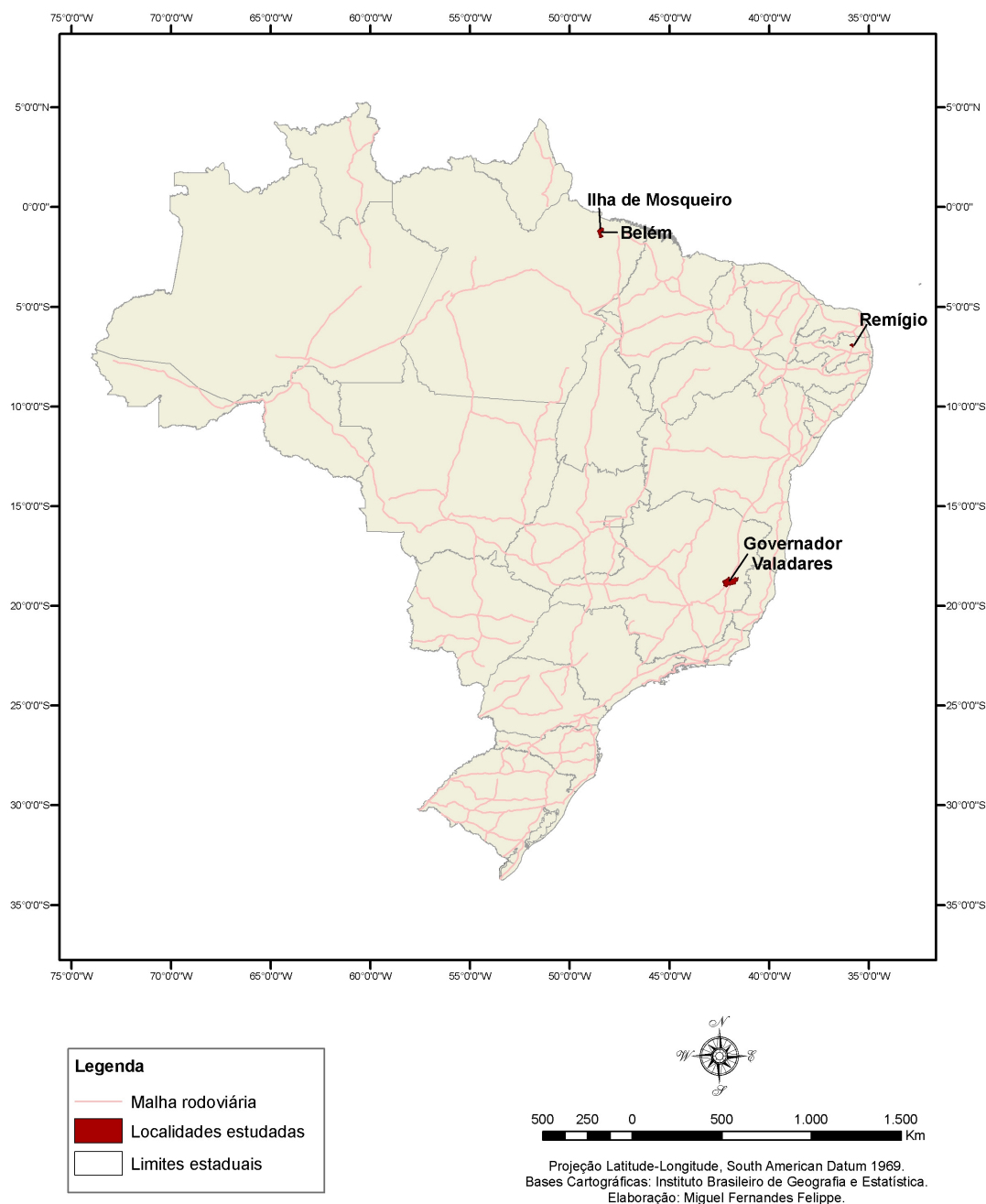
Para entender essas práticas e esses novos modos de lutar, que mudam a vida de famílias camponesas, foi inquirida a trajetória de vida das famílias antes e depois de se tornarem assentadas da reforma agrária. Para tanto, foram tomados depoimentos das famílias em entrevistas orientadas por um roteiro de perguntas semi-estruturadas, como será detalhado em parte destinada ao registro da pesquisa de campo.

Foi imperativo para a pesquisa limitar o estudo em apenas três regiões e biomas brasileiros devido, principalmente, à restrição do tempo disponível estabelecido pelo programa e à limitação de recursos materiais, principalmente para o deslocamento e para a permanência no campo. Os critérios de escolha das regiões, bem como dos assentamentos, recaíram sobre três fatores cujas escolhas foram construídas a partir de diálogo estabelecido pelo pesquisador com coordenadores estaduais e nacionais do MST e pesquisadores colaboradores do presente estudo. Desse modo, os critérios adotados foram, principalmente, o histórico e o acúmulo das coordenações regional e estadual do MST; o processo particular de espacialização e territorialização no âmbito dos assentamentos nos municípios e o vigor e relevância da *práxis* das famílias assentadas na luta territorial local.

Desse modo, no Norte brasileiro, no bioma amazônico no estado do Pará, estudou-se a luta das famílias camponesas que hoje vivem no assentamento Mártires de Abril, localizado na Região Metropolitana de Belém. No Nordeste, no bioma da caatinga, no sertão da Paraíba, no interior do denominado semi-árido brasileiro, estudou-se a luta das famílias camponesas que vivem no assentamento Oziel Pereira, no município de Remígio. Na região Sudeste do Brasil, no bioma da Mata Atlântica, no Vale do Rio Doce do leste de Minas Gerais, estudou-se a luta das famílias camponesas do assentamento Oziel Alves Pereira.

O MAPA 1 mostra os municípios brasileiros em que os assentamentos estudados se localizam.

Localidades onde se encontram os assentamentos estudados



MAPA 1. Municípios onde se localizam os assentamentos estudados.

Os MAPAS 2, 3 e 4 (ANEXOS A, B e C) mostram a localização dos municípios nas meso-regiões e nas unidades da federação do território brasileiro em que residem as famílias dos assentamentos estudados. O Assentamento Mártires de Abril se localiza na Região Metropolitana de Belém, no estado do Pará; o Assentamento Oziel Pereira se encontra no município de Remígio, na meso-região do Agreste Paraibano e o Assentamento Oziel Alves Pereira fica no município de Governador Valadares, na meso-região do Vale do Rio Doce, no estado de Minas Gerais.

Os MAPAS 5, 6 e 7 (ANEXOS D, E e F) mostram a localização dos assentamentos nos municípios.

A TAB. 1 busca caracterizar de forma geral os assentamentos estudados no que se refere ao número de famílias acampadas no processo de luta pela sua ocupação, o número de famílias assentadas e o seu ano de criação.

TABELA 1

Caracterização geral dos assentamentos estudados

<i>Assentamento</i>	<i>Data da Ocupação</i>	<i>Data da criação do Assentamento</i>	<i>Nº de famílias na ocupação (estimado)</i>	<i>Área Total (ha)</i>	<i>Nº. de famílias assentadas</i>	<i>Tamanho da terra/família (ha)</i>
MÁRTIRES DE ABRIL, BELÉM-PA	13/05//1998	30/10/2001	200	408	94	4,3
OZIEL PEREIRA, REMÍGIO – PB	...	23/11/1999		995	52	19,9
OZIEL ALVES PEREIRA, GOVERNADOR VALADARES-MG	23/08/1994	25/09/97	250	1.942	67	28,9

FONTE - Cadastro do INCRA, 2006.

Destaca-se que o recorte de tempo na trajetória de vida das famílias que iniciam a luta pela terra recai sobre as datas da ocupação e da criação do assentamento. A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de abril a setembro de 2007. Observa-se que, no intervalo de tempo da data da ocupação até a data da realização da pesquisa, transcorreram nove anos nos casos das famílias de Mártires de Abril e do Oziel Pereira em Remígio, e treze anos para as famílias do Oziel Alves Pereira em Governador Valadares. Portanto, esses são os cortes temporais e essas são as datas referenciais usados no estudo da trajetória de vida das famílias camponesas, hoje assentadas.

O *Assentamento Mártires de Abril* em Belém resultou da ocupação da fazenda da TABA¹ na Ilha de Mosqueiro, em 13 de maio de 1998. Essa fazenda, anteriormente usada para o lazer dos diretores e executivos da empresa proprietária, agora é usada para sustentar a vida de dezenas de famílias camponesas. O sonho da terra e da liberdade é vivido cotidianamente pelas famílias camponesas em cada pedaço de

¹ TABA, empresa do ramo de transporte aéreo doméstico de atuação regional no Norte do Brasil. Localiza-se no perímetro urbano de Belém.

terra que lhes foram distribuídos após a criação do assentamento, em 30 de outubro de 2001².

O *Assentamento Oziel Pereira* em Remígio resultou da ocupação da Fazenda *Queimadas*. As famílias *sem terra* ocuparam a fazenda em 1998, sendo que a criação do assentamento pelo INCRA ocorreu em 23 de novembro de 1999, possibilitando o assentamento de 52 famílias.

O *Assentamento Oziel Alves Pereira* em Governador Valadares-MG é resultado da ocupação da Fazenda do Ministério por duas centenas de famílias, 30 anos após o golpe militar em 1964 ter impedido o processo inicial de destiná-la para a reforma agrária pelo então Presidente da República, João Goulart³. O INCRA, quando da criação do assentamento, em 25 de setembro de 1997, assentou ali 67 famílias.

Por sua vez, a pesquisa bibliográfica teve como referência autores cuja produção se fundamenta nas teorias da luta de classes e no método dialético baseado em Marx e nos clássicos estudiosos da questão agrária, como Lênin, Kautsky, Chayanov, Shanin, e em autores brasileiros contemporâneos, como os geógrafos Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, o sociólogo José de Souza Martins e o antropólogo Darcy Ribeiro, entre outros. Especial atenção durante a pesquisa bibliográfica foi dedicada ao estudo das teses de doutorado orientadas pelo Prof. Ariovaldo U. de Oliveira, principalmente as teses de Bombardi (2005), Paulino (2003), Almeida (2003) e Marques (2000); e, também, a tese de Fabrini (2002), orientada por Bernardo M. Fernandes.

As teses e os estudos pesquisados colaboraram para compreender a *práxis* camponesa e, assim, dialogar melhor com os desafiantes e emocionantes apanhados da pesquisa de campo feita junto às famílias camponesas nos três assentamentos rurais organizados pelo MST. Ademais, foi de fundamental importância para a pesquisa a produção teórica gerada nos programas de pós-graduação das Universidades Federais do Pará e da Paraíba. Dentre elas, destacam-se aquelas da lavra do pesquisador Jean Hebbete sobre o campesinato da Amazônia e dos Professores Emilia Moreira e Ivan Targino, dedicadas ao campesinato do agreste paraibano.

² A Fazenda da TABA é, legalmente, uma propriedade urbana, o que desobrigava o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a exercer sua competência de desapropriar as grandes propriedades rurais improdutivas que não cumprem sua função social. No entanto, o INCRA, em parceria com a Prefeitura Municipal de Belém, criou e implantou o assentamento, como é previsto nas normativas do Projeto Casulo, modalidade de assentamento adotado pelo INCRA em aglomerados urbanos.

³ Ver Borges (2004) e Olavo (1988), sobre a luta pela Reforma Agrária no vale do Rio Doce, leste de Minas Gerais.

Contudo, os estudos e as teorias explicativas sobre as lutas socioterritoriais do campesinato no Brasil se fundaram essencialmente na produção teórica do geógrafo da Universidade de São Paulo – USP, Prof. Ariovaldo U. de Oliveira, seja aquelas formuladas e apresentadas pelo autor em suas obras publicadas sobre o tema, seja no estudo das teses por ele orientadas, ligadas às questões da luta de classe do campesinato e sobre território camponês. Para o autor, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se faz de forma combinada e desigual. Assim, reproduz no grande estabelecimento o trabalho assalariado e, simultaneamente, cria e recria o trabalho familiar nos pequenos estabelecimentos num processo contraditório, como consequência dos avanços das relações de trabalho e produção especificamente capitalistas (Oliveira, 1991; 1996; 1999; 2001 e 2005).

A tese aqui desenvolvida admite duas hipóteses que se apóiam na observação da *práxis* das famílias camponesas territorializadas nos assentamentos organizados pelo MST e nas teorias sobre a territorialização e a luta de classes dos camponeses no agrário brasileiro no início do século XXI.

Primeira hipótese: a luta de classes feita pelas famílias camponesas organizadas pelo MST põe em movimento um processo comunitário e coletivo de territorialização camponesa, materializado nos assentamentos de reforma agrária, entendidos como unidades espaciais camponesas, criados em frações diversas do território capitalista. Esse movimento de territorialização da classe camponesa, levado a cabo pelas famílias que iniciaram a luta pela terra, é vigoroso e continuado. É ele que levará o modo de vida camponês no território à vitória.

Segunda hipótese: assentamentos do MST, como frações territoriais camponesas, se desenvolvem em bases materiais que negam os valores do capital e são portadoras de força para um avanço qualitativo na promoção do desenvolvimento rural não capitalista. Esse avanço contém cooperação e solidariedade de classe. Nessas frações territoriais camponesas, constrói-se outro espaço de poder em que há a possibilidade de os camponeses modificarem as relações capitalistas que realizam a apropriação do seu trabalho.

Portanto, a tese apresentada é: o campesinato brasileiro, na sua diversidade, imprime sua marcha para construir seu próprio território autônomo. Essa marcha é sustentada por um movimento amplo, portador de projeto político – da classe do campesinato – capaz de superar a dominação da classe capitalista. O território camponês autônomo nasce e se expande do interior e em parcelas diversas do território capitalista.

Para tanto, o texto tem sua redação organizada em dez seções, estruturadas em três partes.

Nas seções da **PARTE I**, pretendeu-se formular cartografias camponesas para se buscarem as geografias das frações da classe do campesinato, das lutas camponesas no território, bem como dos seus espaços conquistados. Buscou-se, ainda, pesquisar conceitos, teorias e métodos usados e aplicados para o entendimento e para a explicação da espacialização e da territorialização camponesa na realidade socioespacial brasileira.

Na **PARTE II**, as seções foram dedicadas ao registro dos apanhados da pesquisa de campo. Eles foram recolhidos dos depoimentos dados pelas famílias entrevistadas nos assentamentos. Todos os depoimentos foram gravados e posteriormente transcritos e selecionados para a redação das seções. Durante as entrevistas, as famílias relatavam a sua vida antes e depois das lutas pela terra. Camponeses e camponesas contaram suas estórias, histórias e feitos nessa marcha. As seções da Parte II, portanto, registram a vida e a luta camponesa nos três casos estudados, contadas por eles mesmos.

Na **PARTE III**, pretendeu-se fazer dialogar mais livremente o sentido, a situação e as perspectivas da luta de classe camponesa a partir das inferências e percepções proporcionadas pelas pesquisas (teóricas, bibliográficas e de campo). As seções dessa parte buscaram, a partir da realidade socioespacial de cada um dos três casos estudados, extrair elementos da *práxis* camponesa e, ao mesmo tempo, associá-los ao curso histórico e espacial das lutas e das marchas do campesinato naquelas realidades, no caso, na Amazônia paraense, no agreste paraibano e no leste mineiro.

Na seção **1. CARTOGRAFIAS CAMPONESAS. EM BUSCA DO CAMPESINATO NO TERRITÓRIO**, buscou-se a geografia do campesinato apoiando-se nas cartografias camponesas reveladoras da sua espacialização e territorialização. Procurou-se realizar esse objetivo por meio dos mapeamentos das propriedades familiares camponesas, das ocupações de terra e dos assentamentos de reforma agrária, resultantes das lutas contra o poder do latifúndio nos territórios.

As perguntas orientadoras contidas nessa seção foram *quem são, quantos são e onde estão* as famílias camponesas que fazem a cotidiana luta para ocupar, acampar e se assentar nos projetos da política nacional de reforma agrária no Brasil. Cada uma dessas perguntas exigiu pesquisas e definições teórico-metodológicas para precisar os fenômenos espaciais e territoriais das frações da classe camponesa.

Não se pretendeu adotar uma referência unificada como resposta para *quem são* os camponeses brasileiros. Assim, o estudo ambicionou fazer as cartografias das frações e dos tipos camponeses, quais sejam, os minifundistas, os posseiros, os arrendatários, os agricultores familiares com até 5 hectares com renda anual inferior à renda de um trabalhador rural diarista e das famílias assentadas nas áreas reformadas pelo INCRA. Dessa forma, ao final dessa primeira seção, o estudo procurou mostrar a espacialização do campesinato real, resistente, lutador e protagonista da luta de classes no território. A intenção foi encontrar a geografia do campesinato que intenta materializar a reprodução do seu modo de vida e valores sociais.

A seção **2. DIVERSIDADES E DESIGUALDADES REGIONAIS BRASILEIRAS** quis dar conta da necessária interpretação da diversidade do campesinato, pressupondo sua unidade, enquanto classe na estrutura social brasileira. Para tanto, recorreu-se, na subseção 2.1, à teoria histórico-antropológica da formação do povo brasileiro, formulada pelo antropólogo e educador brasileiro Darcy Ribeiro (2006). Sua teoria colaborou tanto na questão das estruturas de classe quanto na diversidade regional. Como o autor bem ensinou, foi teoria necessária para entender os “*brasis*”.

Para entender o diverso e variado campesinato brasileiro, foi considerado, portanto, o que Darcy Ribeiro (2006) denominou de *cenários regionais*. A massa de famílias camponesas brasileiras – concomitantemente à sua condição de *ser* ou *estar* posseira, rendeira, minifundista, proletária – vive e **é cabocla** da região Amazônica; **sertaneja** do Nordeste, do semi-árido até o cerrado; **crioula** das terras frescas e férteis do Nordeste; **caipira** do Sudeste ou **gaúcha** dos pampas.

Nas subseções 2.2 e 2.3, estudou-se a realidade das desigualdades das regiões brasileiras com enfoque no Norte, no Nordeste e no Sudeste a partir de dados estatísticos, de estudos de órgãos de governo e da produção de estudiosos da questão regional brasileira, tais como Manuel Correa de Andrade, Tânia Bacelar de Araújo, Alfredo Wagner Almeida, entre outros. Também foram pesquisados os entendimentos que atores sociais ligados aos projetos populares – como órgãos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e do movimento social e sindical urbano e rural – têm do uso de conceitos socioterritoriais para a realização das suas estratégias e agendas políticas.

A seção **3. LUTA CAMPONESA NO TERRITÓRIO** encerra a Parte I tratando dos principais conceitos adotados para discutir conceitualmente a luta dos camponeses no território. Pesquisadores da questão agrária e geógrafos estudiosos da

territorialização camponesa tiveram suas obras visitadas e suas idéias e teorias reunidas no debate teórico conceitual sobre a luta da classe camponesa no capitalismo, no início do século XXI no Brasil. Duas subseções, 3.2 e 3.3, trataram de aprofundar conceitualmente a questão do território camponês e a noção de fração camponesa autônoma no interior da classe do campesinato.

As **seções 4, 5 e 6** da PARTE II trouxeram as anotações das observações recolhidas da pesquisa de campo, sobretudo dos depoimentos concedidos pelas famílias entrevistadas, versando sobre a vida e a luta camponesa em Belém, no estado do Pará; em Remígio, no sertão paraibano, e em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, no leste de Minas Gerais. A partir delas, foi possível organizar elementos analíticos para debater a transformação das famílias no curso do processo de espacialização e territorialização vivido por elas. Esses elementos colaboraram para entender a *práxis* camponesa de luta nos territórios.

As famílias entrevistadas receberam o pesquisador-entrevistador na sala ou na cozinha das suas casas. O casal e, muito frequentemente, seus filhos, filhas, genros e noras participavam das entrevistas. As famílias foram entrevistadas com base em questionário, ver ANEXO G, cujas questões foram organizadas para auxiliar a compreensão da trajetória da família, antes e depois de se tornarem assentadas. As famílias foram estimuladas a recuperar a experiência vivida por elas como participantes das ações coletivas do MST nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos e nas demais ações políticas do movimento.

As famílias camponesas do Norte, do Nordeste e do Sudeste brasileiros relatam lutas cuja batalha central se dá no embate direto das relações de poder (social e político), praticado pelos proprietários de terra, sobretudo no ato do arrendamento da terra ou da contratação da força de trabalho da família. No entanto, sucedeu-se uma radical mudança na estratégia de luta das famílias diante de tal embate. Elas relatam que tal mudança deveu-se ao seu encontro com o MST. Nos seus depoimentos, as famílias descrevem a forma e o modo como se encontram com os “*meninos*” do MST e a decisão da família de juntar suas coisas e montar barraca no acampamento nas terras dos latifundiários.

O relatado pelas famílias é que a vida melhorou depois do encontro com o MST e da decisão de fazer luta pela terra, sob organização do *Movimento*⁴. A vida melhorou quando conseguiram alterar as estratégias até então adotadas para sobreviverem, como migrar para as cidades ou viver sob o jugo do fazendeiro. Tais estratégias foram abandonadas pelas famílias. A observação da trajetória de vida de luta das famílias sugere ter havido, nesse processo, nessa marcha emblemática, uma *metamorfose*. Uma *metamorfose camponesa*, na qual morre o camponês subalterno (posseiro, meeiro, rendeiro, minifundista) para nascer o camponês assentado, que se transformará ou poderá *vir a ser*, um camponês autônomo.

Nas seções 7, 8 e 9, integrantes da **Parte III: DIVERSIDADE E METAMORFOSE CAMPONESA**, apoiadas nos resultados da pesquisa e partindo de elementos teórico-conceituais processados nas seções anteriores, procurou-se tecer e urdir a metamorfose das famílias camponesas, cuidando de compreendê-las na sua diversidade socioespacial, como expressado nos três assentamentos estudados. Exatamente, as cartografias camponesas e a compreensão da *práxis* das famílias camponesas sustentaram tal tecido e urdidura buscados.

Duas subseções foram necessárias para debater a vida e a luta das famílias camponesas em cada um dos três assentamentos. Uma subseção tratou de compreender o campesinato na diversidade regional do seu curso histórico e territorial. A segunda subseção buscou interpretar e analisar o fenômeno da metamorfose social das famílias camponesas. Assim, em cada uma das três seções da Parte III, foi possível compreender melhor o processo de transformação vivido pelas famílias no curso do movimento social de espacialização e territorialização protagonizado pelas famílias.

Observou-se que as famílias, fazendo luta no território, se metamorfoseavam, ou seja, transformavam-se, trocavam de forma, alteravam-se, modificavam-se, mudavam de gênio, de um *ser* em outro. O verbo transitivo **metamorfosear** é palavra e expressão bem justa para declarar tanto a ação quanto o estado e a qualidade da trajetória de vida das famílias camponesas, hoje assentadas em áreas reformadas. Entendendo-se que o campesinato é classe complexa e diversa, composta por frações, percebeu-se, no processo de metamorfose das famílias camponesas, que elas mudavam de frações no interior do campesinato. O sentido da

⁴ O termo *Movimento* será utilizado no texto referindo-se ao MST. Será assim grafado: letra inicial maiúscula e em itálico quando o termo se remeter ao MST. As famílias camponesas, frequentemente, usam-no para se referirem ao MST.

mudança era de uma fração mais subalterna para uma fração mais autônoma, livre e menos “sujeitada”.

Na última seção – **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS** –, avaliou-se a consecução dos objetivos propostos e a verificação das duas hipóteses supostas, bem como da tese apresentada, que versava sobre a marcha do campesinato brasileiro e sua capacidade de superar a dominação capitalista no território.

PARTE I: CARTOGRAFIAS CAMPONESAS

1. CARTOGRAFIAS CAMPONESAS. EM BUSCA DA GEOGRAFIA DO CAMPESINATO

Frações do campesinato brasileiro têm conquistado organização suficiente para realizar sua reprodução como classe social no interior do território capitalista. Observa-se que parcela do campesinato faz luta sócio-política em conflito direto com fazendeiros grileiros e latifundiários representantes das classes dominantes. Por meio dos conflitos pela posse e pelo uso da terra, famílias camponesas *desconstroem* espaços antes sob o domínio dos grandes proprietários para construir seu espaço, onde realizam e afirmam seu modo de vida, que contém valores diversos, conflituosos e contraditórios com relação ao modo e aos valores capitalistas.

Embora as lutas camponesas possam se mostrar difusas em todo o país, nota-se que a reprodução social do campesinato é movimento socioterritorial que espacializa e transforma o território capitalista. Esse fenômeno de reprodução social no território ocorre em parcela dos municípios, no interior dos estados e das grandes regiões do país.

Contraditoriamente, a espacialização e a territorialização camponesas nascem do desenvolvimento do capitalismo no campo. Porém, é graças ao vigor histórico dos camponeses no Brasil, com seu modo de vida, seus valores, seu *habitus*⁵ de classe e, sobretudo, suas estratégias de resistir e lutar, que o campesinato vai se recriando e se territorializando como classe na estrutura social brasileira.

O objetivo desta seção é buscar a geografia do campesinato, apoiando-se nas cartografias camponesas que revelam sua espacialização e sua territorialização. Espera-

⁵ Ver Bombardi (2005).

se encontrá-las a partir de mapeamentos das famílias que compõem a classe, bem como das ocupações de terra e dos assentamentos de reforma agrária resultantes das lutas contra o poder do latifúndio nos territórios.

O primeiro passo foi procurar a cartografia do campesinato para ver sua distribuição espacial em todo o país. O estudo quis responder *quantos são e onde estão* os camponeses. Encontrar essas respostas torna-se um desafio, dado o fato de se tratar de uma classe social complexa, peculiar, com forte especificidade e múltipla diversidade socioespacial, composta de frações e categorias.

O segundo passo foi produzir as cartografias camponesas para ler e ver as geografias dos conflitos e identificar a espacialização das lutas camponesas, em especial as lutas pela terra, nascidas da estratégia territorial das **ocupações** de terra que se materializam nos **acampamentos**.

O terceiro e último passo se propôs a estabelecer uma geografia dos **assentamentos** da reforma agrária, entendendo-os como frações camponesas no território capitalista. A cartografia dos assentamentos⁶ expressa a geografia do campesinato em sua fração mais avançada da etapa do seu processo de fracionar o território capitalista.

1.1. Cartografias das frações da classe camponesa.

Quem são, quantos são e onde estão os camponeses?

Camponeses são vários e eles se encontram em toda a parte no tempo histórico e nos espaços geográficos brasileiros. Trata-se, decerto, de uma classe social composta de frações bem retratadas na diversidade socioespacial brasileira. Observa-se que a diversidade regional do Brasil exige a compreensão da diversidade do sujeito camponês brasileiro e vice-versa. É uma tarefa complexa para os *saberes*⁷ da sociologia, da antropologia e da geografia. Identificar e nomear os vários tipos de camponeses pertencentes à classe social do campesinato nas regiões brasileiras são os primeiros passos, antes mesmo de enumerar e mapear as frações da classe.

Para exemplificar essa gama de tipos e identidades, nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, camponeses recebem a denominação de *caipira*; no Nordeste de *corumbá*, *tabaréu*, *sertanejo*, *sitiante*, *capiau* e *lavrador*; no Norte, é *caboclo*, *sitiante*,

⁶ Os assentamentos são aqui considerados unidades territoriais camponesas.

⁷ Ver Hissa (2002)

seringueiro, ribeirinho e, recentemente, *agroextrativista*; no Sul, é *gaúcho, colono* (Carvalho, 2005). Horácio Martins de Carvalho (2005), ao buscar tais denominações, ainda arrola como camponeses os *caiçaras, quilombolas, chapadeiros, barranqueiros, geraizeiros, roceiros, agregados, meeiros, parceiros, arrendatários e parceiros*. São denominações que conferem identidade(s) ao *ser* camponês do mato, da terra, da lavoura, do sítio, da floresta, do sertão, do cerrado, da caatinga, dos pampas.

Para os objetivos deste estudo, importam as denominações que buscam compor uma identidade camponesa como classe na estrutura social brasileira. Classe social composta pelo conjunto das famílias que trabalham a terra, sobretudo, que resistem e fazem lutas na terra e no território⁸ contra seus opostos, também sujeitos históricos e políticos. A perspectiva última que se busca é enxergar a geografia do campesinato brasileiro que se move, fazendo lutas pela sua autonomia. Classe essa cujo trunfo para se reproduzir é a terra.

Caracterizar, inicialmente, o campesinato brasileiro, para, em seguida, responder *quantos são* e *onde estão*, implica observar suas formas e manifestações materializadas como efeito das realidades socioespaciais brasileiras. Analisando-se sob o viés analítico da diversidade regional, vêem-se, por exemplo, os caboclos da Amazônia, os sertanejos da caatinga, os caipiras do Centro-Oeste e do Sudeste, os gaúchos dos pampas. Sob outra ótica, de corte político, vêem-se os *sem terra* e os acampados e assentados da reforma agrária. Já sob um ponto de vista de corte econômico, observam-se os minifundistas, os pequenos produtores e as várias formas de agricultores familiares. Quilombolas e povos indígenas “*camponeizados*” são, ao certo, formas de manifestação camponesas melhor caracterizadas pelas categorias disciplinares antropológicas, em mais um viés analítico, para compreender essa complexa classe social.

Sem, no entanto, mirar efusivamente fronteiras analíticas socioespaciais ou político-econômicas, buscar-se-ão as cartografias aqui pretendidas, baseando-se na construção conceitual sobre o tema produzida por autores como José de Sousa Martins (1981), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991; 1999; 2005), Margarida Maria Moura

⁸De outro lado, Rosset (2006) afirma que devemos aprender com as perspectivas dos povos indígenas sobre a utilização do conceito de *território* em vez de *terra* ao realizar estudos sobre a diversidade cultural e sobre a formulação de políticas de reforma agrária pelos países membros da ONU. A idéia do autor aqui exposta se origina de documento debatido na II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural para a FAO. O documento de número cinco tratou do tema “Reforma Agrária no contexto da Soberania Alimentar, o direito à alimentação e diversidade cultural: terra, território e dignidade”. Disponível no site www.icarrd.org.

(1988), Darcy Ribeiro (2006), Sevilla Gusman (2005), Teodor Shanin (2005), Horácio Martins de Carvalho (2005; 2006b; 200c), entre outros.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em *Agricultura Camponesa no Brasil* (Oliveira, 1991: 87), obra basilar para os estudos sobre o campesinato e referência deste estudo, dedicando-se à análise da estrutura agrária brasileira e da produção camponesa nas décadas de setenta e oitenta do século XX, mostra que:

os estudos sobre os camponeses no Brasil têm revelado pelo menos quatro tipos distintos: os camponeses-proprietários, os camponeses-rendeiros, os camponeses-parceiros e os camponeses-posseiros (1991: 87).

Oliveira (1991) lembra que os quatro tipos distintos de camponeses acima descritos aparecem distribuídos por todo o território brasileiro⁹. A partir do QUADRO 1, procurou-se, com base na obra do autor, caracterizá-los e quantificá-los numa tentativa de responder ao que se pergunta sobre o campesinato neste estudo: quem são, onde estão e quantos são os camponeses no Brasil?

QUADRO 1

Tipos Camponeses, baseado em Ariovaldo U. de Oliveira (1991)

<i>Tipos Camponeses</i>	<i>Caracterização/Descrição</i>	<i>Quantificação</i>
Camponeses-proprietários	Propriedades com área inferior a 100 hectares, com destaque para as propriedades com área inferior a 10 hectares [24% da área total dos estabelecimentos em 1985]. Comporiam este tipo os três estratos fundiários: até 10, de 11 a 20 e de 20 a 50 hectares.	3,194 milhões de estabelecimentos. 48% deles em 1985, sendo que destes, 1,404 milhões têm menos de 10 hectares.
Camponeses-rendeiros	A maioria está no estrato de até 10ha. Constituem-se dos pequenos estabelecimentos tomados por meio de arrendamento em dinheiro destinado para o trabalho da família.	565 mil estabelecimentos com menos de 100ha em 1985.
Camponeses-parceiros	...	449 mil estabelecimentos com menos de 100ha (1985) e 2,822 milhões de hectares.
Camponeses-posseiros	...	1,012 milhão de estabelecimentos (menos de 100ha) em 1985.

⁹ O autor destaca que os *camponeses-proprietários* aparecem concentrados na região sul do país e os *camponeses-posseiros* na região amazônica. Oliveira, analisando dados dos Censos Agropecuários (IBGE) entre 1970 e 1985, observa que ocorreram alterações no comportamento dos diferentes tipos de camponeses que aqui caracterizou (OLIVEIRA, 1991: 87).

FONTE - Oliveira, 1997. Censo Agropecuário 1995.

Oliveira (1991) analisou os dados dos censos agropecuários dos anos de 1970 a 1985 para verificar a situação da força de trabalho na agricultura brasileira. Tais dados revelam que o trabalho familiar é dominante no campo brasileiro, tendo crescido de 12,8 para 16 milhões de ocupações de 1970 a 1985 nos estabelecimentos com menos de 100ha. Cabe destacar, ainda, que é no grupo dos estabelecimentos com menos de 10ha que se concentra praticamente metade do pessoal (6,7 milhões) ocupado. O autor comenta que o crescimento da força de trabalho no campo durante aquele período (mais de 3,2 milhões de trabalhadores), foi formado por trabalhadores familiares ocupados em estabelecimentos com área inferior a 100 ha. Destaca-se que Oliveira (1997: 92), analisando os dados do Censo Agropecuário 1985, mostra que o pessoal ocupado nos estabelecimentos com menos de 10 ha com força de trabalho familiar é 15,97 vezes a força de trabalho assalariada. No total geral do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais daquele ano de 1985, a força de trabalho familiar representou 75% e 3,5 vezes o total da força de trabalho assalariada.

O geógrafo mostra que, em quinze anos (de 1970 a 1985), o trabalho assalariado cresceu nos estabelecimentos com mais de 100ha. O trabalho familiar, por sua vez, cresceu mais nos estabelecimentos com área inferior a 10ha. O autor conclui:

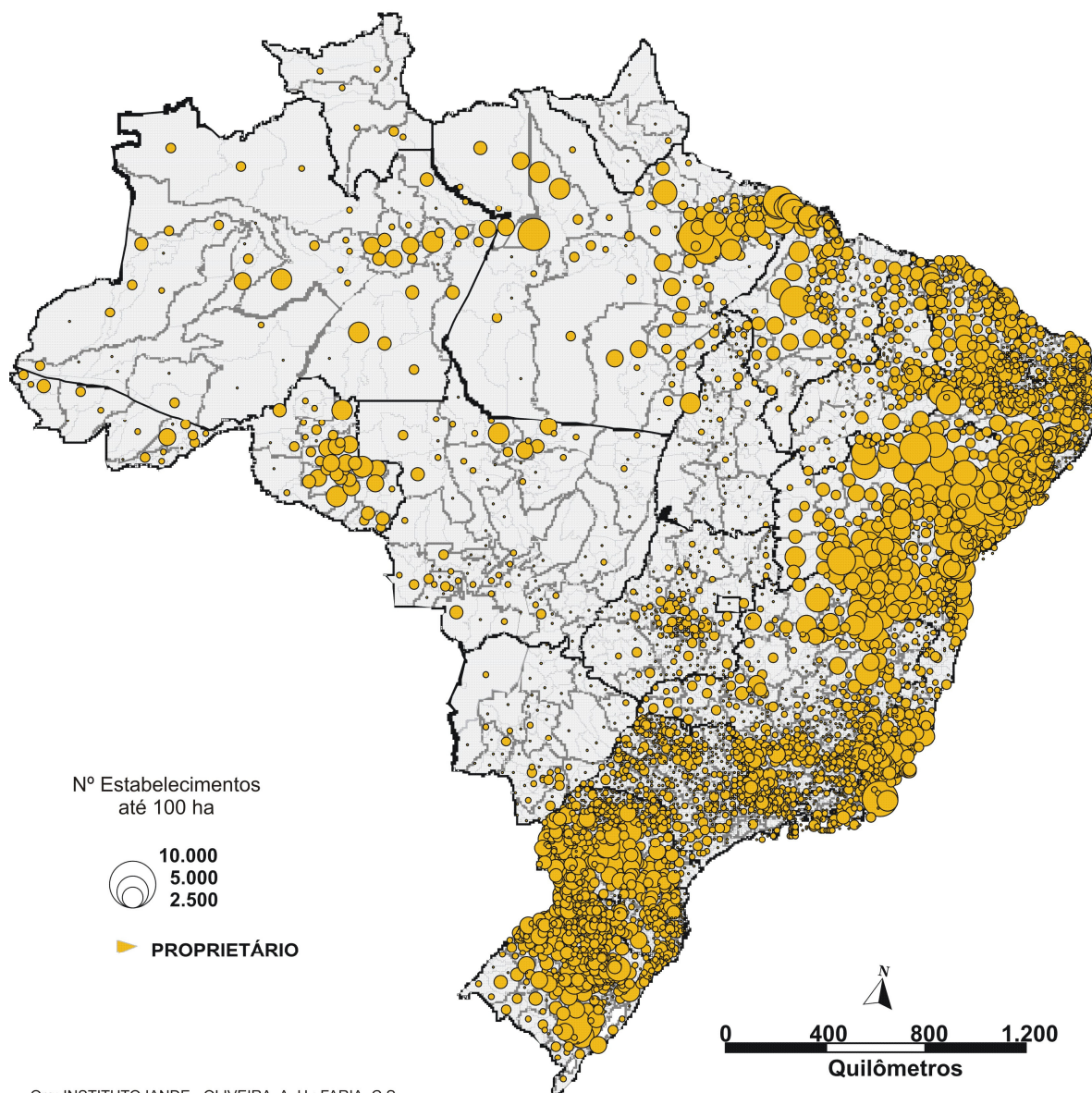
Esses dados refletem a combinação desigual do desenvolvimento do capitalismo que reproduz no grande estabelecimento o trabalho assalariado e simultaneamente cria e recria o trabalho familiar dos pequenos estabelecimentos (Oliveira, 1991: 96).

Ariovaldo U. de Oliveira (1991), a partir dos censos agropecuários - IBGE 1970 e 1985 - observa que o assalariamento, “*relação de trabalho especificamente capitalista*” (Oliveira, 1991: 98), aparece distribuído de forma desigual entre os estabelecimentos agropecuários do país e não domina quantitativamente a agricultura brasileira “*em hipótese alguma*”. Ao contrário, é o trabalho familiar que domina o campo brasileiro. Para o autor:

Nesse particular, cabe esclarecer que o processo contraditório de criação e recriação da unidade familiar é componente do desenvolvimento capitalista no país. Em consequência dos avanços das relações de trabalho e produção especificamente capitalistas, ocorre um avanço contraditório das relações baseadas no trabalho familiar, alimentando-as e alimentando-se delas, no movimento geral de produção e reprodução do capital (1991: 98).

Os MAPAS 8, 9, 10 e 11 mostram a geografia dos quatro tipos camponeses observados por Oliveira (1991), tendo por base os dados do censo agropecuário 1995 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Note-se que os quatro mapas trazem a cartografia dos estabelecimentos de área inferior a 100ha. No caso, os dados colhidos pelo IBGE permitiram identificar o número de estabelecimentos segundo a condição dos produtores (proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes). Como demonstrado por Oliveira (1991), o trabalho familiar predomina nesses estabelecimentos.

BRASIL: CONDIÇÃO DO PRODUTOR PROPRIETÁRIO - 1996

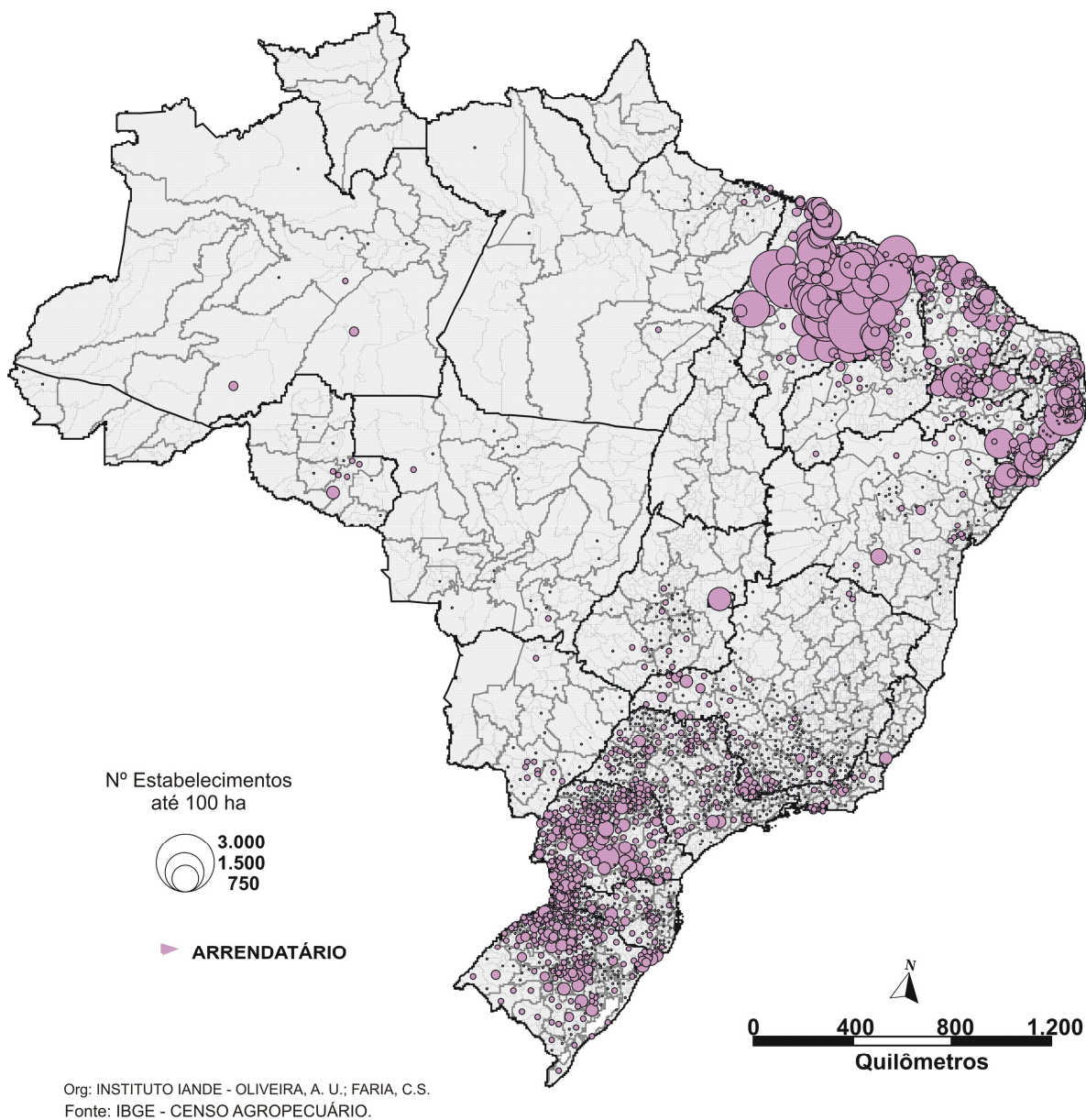


MAPA 8 - Número de Estabelecimentos com até 100ha nos municípios brasileiros cujos produtores são proprietários, 1996.

Fonte - IBGE, 1996.

Autor: Oliveira, A.U.; Faria C.S.

BRASIL: CONDIÇÃO DO PRODUTOR ARRENDATÁRIO - 1996

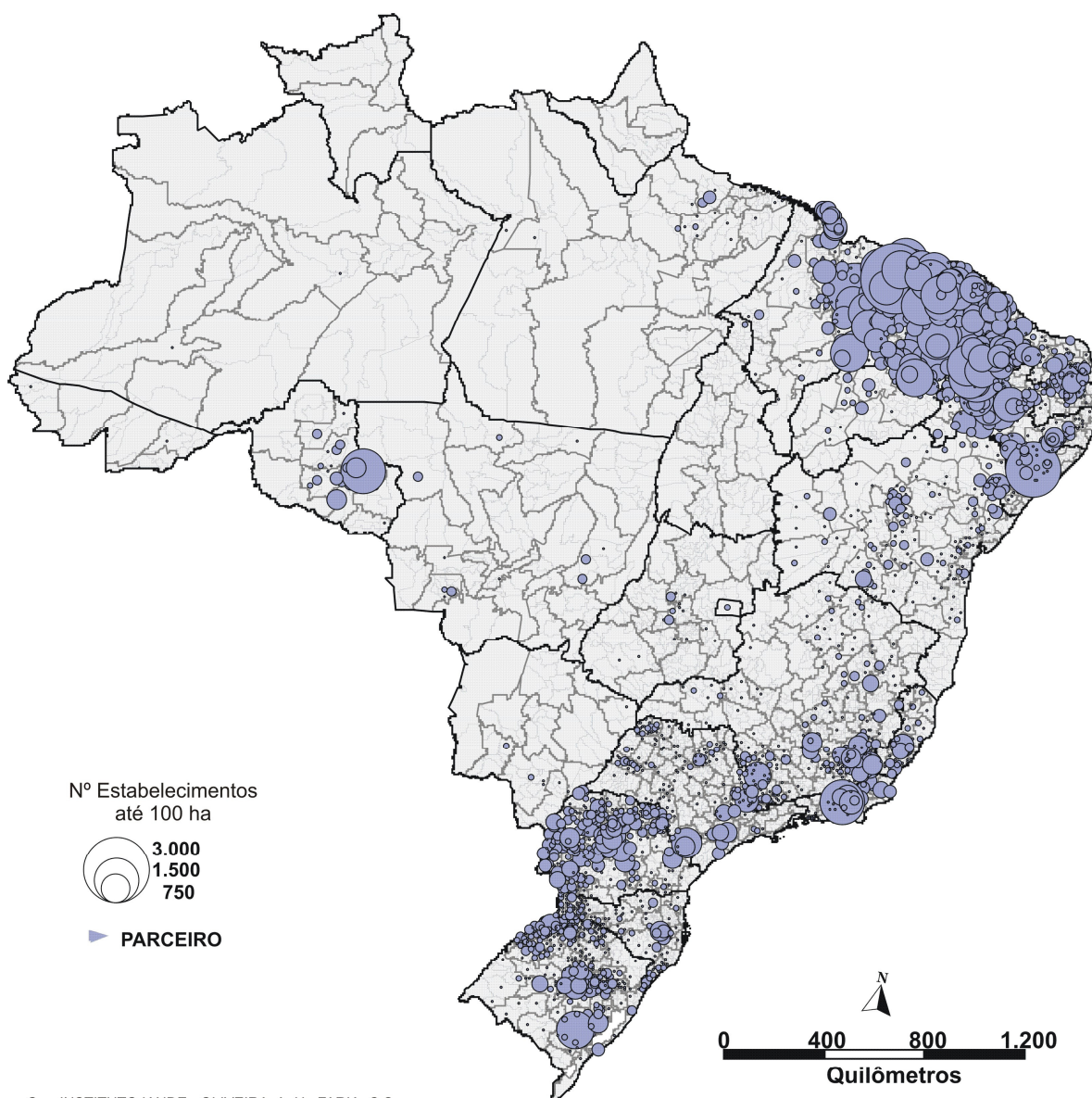


MAPA 9 - Número de Estabelecimentos com até 100ha nos municípios brasileiros cujos produtores são arrendatários, 1996.

Fonte - IBGE, 1996

Autor: Oliveira, A.U.; Faria C.S.

BRASIL: CONDIÇÃO DO PRODUTOR PARCEIRO - 1996



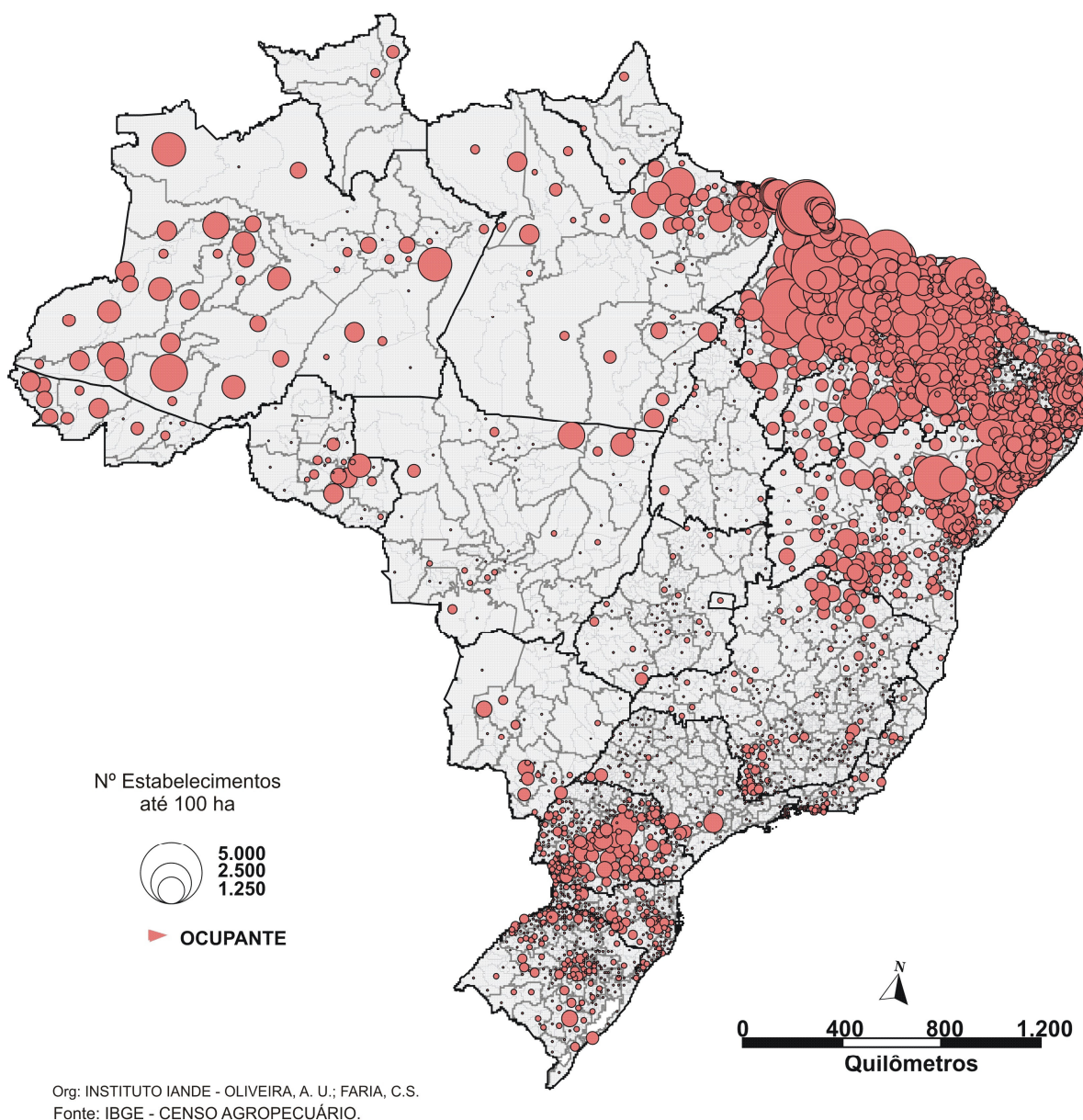
Org: INSTITUTO IANDE - OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C.S.
Fonte: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO.

MAPA - 10. Número de Estabelecimentos com até 100ha nos municípios brasileiros
cujos produtores são parceiros, 1996.

Fonte - IBGE, 1996.

Autor: Oliveira, A.U.; Faria C.S.

BRASIL: CONDIÇÃO DO PRODUTOR OCUPANTE - 1996



MAPA 11 - Número de Estabelecimentos com até 100ha nos municípios brasileiros cujos produtores são ocupantes, 1996.

Fonte: IBGE, 1996.

Autor: Oliveira, A.U.; Faria, C.S.

Ariovaldo U. de Oliveira (1991; 102), ao estudar o valor e o volume da produção agropecuária brasileira a partir dos dados analisados, observa a desigualdade na distribuição da riqueza e ressalta a *violenta* diferença da rentabilidade por unidade de áreas (R\$/ha) entre as pequenas e as grandes unidades de área:

É baixa a rentabilidade média por hectare nos grandes estabelecimentos deste país, 40 vezes do que a rentabilidade média dos estabelecimentos com área inferior a 10ha (1991: 102).

Oliveira (1991:102) considera que essa realidade abre perspectivas para entendermos o processo de desenvolvimento desigual do capitalismo. Para ele, esse é o real motivo de uma estrutura fundiária concentrada. Trata-se de uma questão-chave para o estudo da luta de classes feita no território pelos diferentes tipos de camponeses, cujo trunfo, valor e poder em jogo é o acesso à terra. Para o autor:

a terra funcionando como reserva de valor, ou seja, a terra sendo apropriada para se obter renda capitalista da terra, ou para subtrair a renda capitalista camponesa da terra onde esta produção se desenvolve (1991: 102).

O autor (1971: 104) conclui o estudo da produção camponesa nas décadas de 70 e 80 com a afirmação de que a sujeição da renda da terra ao capital é processo fundamental que rege a relação entre o pequeno camponês e o capital.

Horácio Martins de Carvalho (2005), na obra *O Campesinato no Século XXI*¹⁰, onde se propõe a identificar possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato brasileiro no início do século XXI, afirma que o campesinato é classe social composta pelos proprietários privados da terra (ou com posse mansa) com áreas inferiores a 50 hectares cuja atividade não incorpora a relação de assalariamento. Para ele, três frações compõem a classe camponesa brasileira: o campesinato proletariado, o campesinato associado e o campesinato autônomo¹¹. De acordo com a definição de Carvalho (2005), o campesinato no Brasil contaria com 3,1 milhões de imóveis¹², superando, assim, a marca dos três milhões de famílias.

Desse modo, as frações que o autor denominou *campesinato associado* e *campesinato autônomo* contariam, juntas, em todo o país, com 1,787 milhões de

¹⁰ O livro foi elaborado por uma gama de autores que vêm estudando as problemáticas que envolvem o campesinato nas suas especificidade e diversidade e a realidade do campo no Brasil. Seu foco é voltado para a compreensão da diversidade econômica, sociológica, antropológica, cultural e étnica. Ver Carvalho, 2005.

¹¹ Horácio Martins de Carvalho (2005) define campesinato proletário como aquela fração camponesa cuja propriedade tem menos de dez hectares de terra e não usa trabalho assalariado. Registre-se que Carvalho, na obra “O campesinato no Século XXI, possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil”, ao tratar das perspectivas para o campesinato no Brasil, considera “unidades camponesas”: a) famílias camponesas que acessaram os créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF em suas modalidades C e D; b) unidades camponesas em situação econômica e social precária ou com insuficiência de área; c) povos das florestas ou “aquelas unidades camponesas que adotam como forma de apropriação da natureza o extrativismo”; d) os quilombolas e e) parcelas de povos indígenas “já camponesizados” (Carvalho, 2005: 385).

¹² Carvalho (2005) se baseou em dados do IBGE 2003.

imóveis rurais. Já o chamado *campesinato proletário* teria 1,338 milhões de imóveis. Na sua totalidade, o campesinato corresponderia a 73,7% do número total de imóveis e 12% da área total dos imóveis rurais do país.

A TABELA 2 trata da estrutura fundiária brasileira com base nos dados do Cadastro do INCRA usados para a formulação do *II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA* do Governo Lula naquele ano¹³. Ela mostra a área e o número de imóveis abaixo de 50ha que, segundo o autor, constituiriam o campesinato brasileiro.

TABELA 2
Estrutura Fundiária Brasileira, 2003.

<i>Estratos. Área total (ha)</i>	<i>imóveis</i>	<i>% dos imóveis</i>	<i>área total (ha)</i>	<i>% de área</i>	<i>área média (ha)</i>
Até 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4%	100.216.200	23,8%	207,6
De 500 a 1000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
Mais de 2000	32.264	0,8%	132.631.509	31,6%	4.110,8
Total	4.238.421	100,0	420.345.382	100,0%	99,2

%

FONTE - Cadastro do INCRA, agosto de 2003.

O QUADRO 2 mostra a caracterização das classes sociais no campo brasileiro, bem como a identificação de suas frações e categorias, tendo por base as definições de Carvalho (2006b).

QUADRO 2

Classes Sociais, Frações e Categorias no campo brasileiro. Baseado em Carvalho, 2006.

Classes	Caracterização das Classes	Frações	Categorias
Campesinato	Proprietários privados da terra (ou com a posse mansa) sem a incorporação da relação social de assalariamento [propriedade da terra + trabalho familiar direto]	1. Campesinato Associado	
		2. Campesinato Autônomo	
		3. Campesinato Proletariado	
Proletariado Rural	Não proprietários dos meios de produção e inseridos, pela venda da sua força de	1. Assalariados Permanentes*	Pessoal de Estado
			Pessoal Religioso
			Pessoal de ONG e

¹³ Durante o primeiro ano do primeiro mandato do Governo Lula, o Plano foi coordenado por Plínio de Arruda Sampaio e equipe do INCRA/MDA, em 2003.

	trabalho, em relações sociais de produção com a burguesia agrária. [não proprietários da terra que vendem a força de trabalho]		Sociedade Civil
		2. Assalariados Temporários	
		3. Assalariados Ocasionais	
Burguesia Agrária	Proprietários privados da terra com incorporação da relação social de assalariamento. [propriedade privada + assalariamento]	1. Burguesia Agrária Moderna	
		2. Burguesia Agrária Tradicional	
		3. Pequena Burguesia Agrária	Tradicional Moderna**

* Essa fração, segundo o autor, comporta duas camadas: produtivos e improdutivos.

** Essa categoria comportaria duas camadas: autônoma e associada.

FONTE: - Carvalho, 2006.

O QUADRO 3 apresenta descritores quantitativos das classes do campesinato, suas frações e a classe do proletário rural, conforme as definições dadas por Carvalho (2006b). Como descrito no parágrafo anterior, repita-se, englobam somente os imóveis com área inferior a 50 hectares.

QUADRO 3

Descritores numéricos do Campesinato e suas frações, segundo Carvalho (2006b).

Descritores Quantitativos (imóveis, área, pessoas)	
Classe	Fração
Campesinato: Estratos com áreas inferiores a 50ha. Total de 3.125.947 imóveis, 73,7% do número total de imóveis e 12% do total da área dos imóveis rurais do país.	Campesinato-associado e campesinato-autônomo: total de 1.787.236 imóveis, representando 42,1% do total de imóveis, mas apenas 10,2% do total da área dos imóveis rurais do país. Campesinato-proletário: Imóveis com área abaixo de 10ha: 1,338 milhões. Em 2003, representavam 31,6% do total de imóveis rurais.
Proletariado Rural	Assalariados temporários regulares e assalariados ocasionais: Os 2.074.000 trabalhadores rurais que não tinham carteira assinada (Pochman).

FONTE - Carvalho (2006b).

Assim, apoiando-se em Carvalho (2006), a tarefa de precisar *quem-quantos-onde* avança mais um pouco. A estruturação de classes sociais no campo

brasileiro proposta pelo autor também responde *quem* e *quantos* são os camponeses no Brasil, assim como os estudos anteriormente analisados¹⁴.

João Pedro Stédile (2002), harmonizando-se com Carvalho (2005; 2006b), entende que são também camponeses os pequenos proprietários que trabalham a terra com suas famílias *mas possuem uma parcela muito pequena de terra, não conseguindo, porém, sobreviver e sustentar suas famílias*¹⁵(Stédile, apud SOTO, 2002). Ora, esses proprietários familiares caberiam na definição de minifundiários, sendo que famílias minifundiárias são aquelas cuja propriedade – o minifúndio – tem tamanho inferior ao Módulo Fiscal¹⁶ do município. Portanto, essas famílias comporiam a classe do campesinato, podendo ser quantificadas e localizadas no território brasileiro pelas estatísticas oficiais dos censos agropecuários do IBGE e pelo Cadastro de Terras do INCRA.

O GRÁFICO 1, levando em conta o tamanho das propriedades (estratos de áreas), considera o conceito de Módulo Fiscal, utilizado pelo INCRA, para revelar a disparidade da distribuição de minifúndios e de grandes imóveis na estrutura fundiária brasileira. Vê-se que as pequenas propriedades familiares, cuja parcela é insuficiente para sustentar as famílias, representam 74,7% dos estabelecimentos agropecuários (1996), sendo que os grandes estabelecimentos representam apenas 2,0%. No entanto, quase $\frac{3}{4}$ de “pequenos” ocupam apenas 10,5% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Contrariamente, os “grandes” ocupam pouco mais da metade da área das terras ocupadas pelos estabelecimentos.

¹⁴ Oliveira, 1997.

¹⁵ Importante: a referência ao tamanho da propriedade limita-se ao único propósito de identificar e quantificar a família camponesa. O conceito de Módulo Fiscal agrega mais elementos que se aproximam da unidade camponesa. Pode ser definido como “unidade de medida expressa em hectares. Fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: 1) tipo de exploração dominante no município; 2) renda obtida com a exploração dominante; 3) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; 4) conceito de propriedade familiar” (DIEESE, 2006-263).

¹⁶ Ver definição de Módulo Fiscal em notas anteriores.

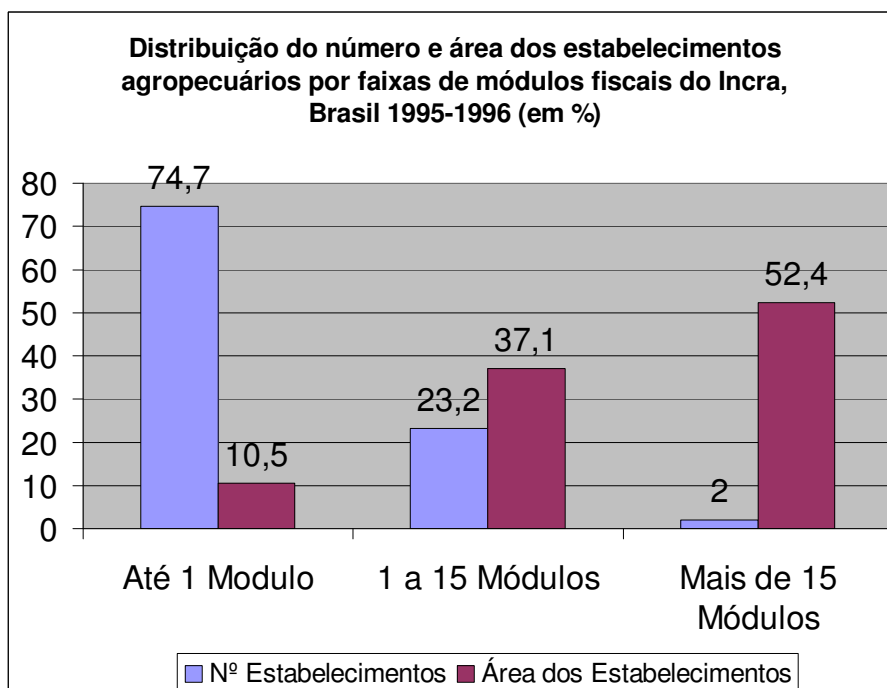


GRÁFICO 1 - Distribuição percentual do número e das áreas dos estabelecimentos agropecuários por faixas de módulos fiscais do INCRA. Brasil 1985-1996.

FONTE - IBGE, Censo Agropecuário.

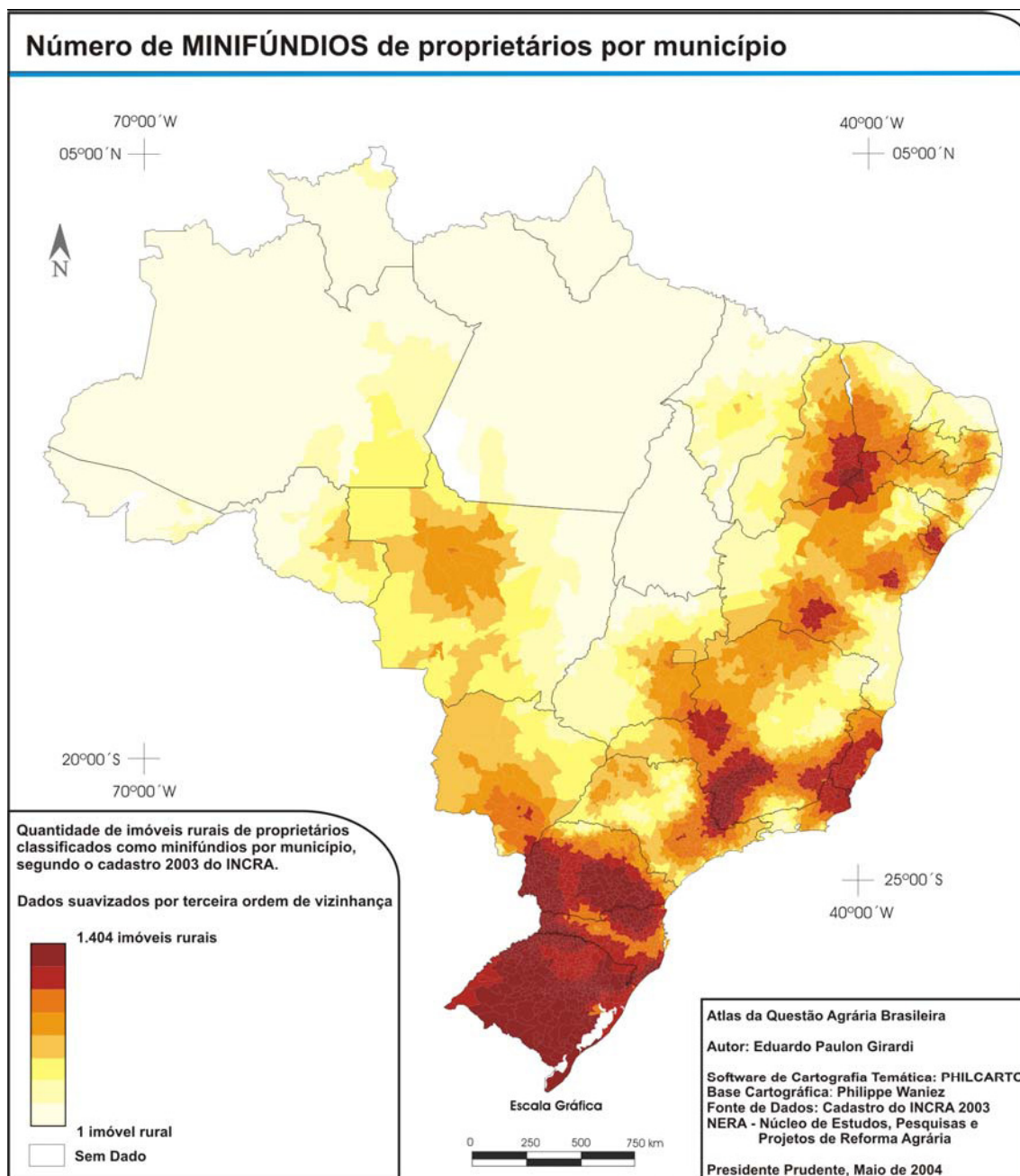
Girardi e Fernandes (2005)¹⁷ mapearam o número de minifúndios por município no Brasil com base no Cadastro de Terras elaborado pelo INCRA (2003). A partir do mapeamento dos minifúndios, segundo os autores:

Pode-se detectar os municípios que possuem maior número dessas propriedades e possuem uma agricultura familiar mais expressiva em relação aos outros municípios, detectando onde estão os minifúndios brasileiros e os imóveis onde predomina a agricultura familiar. Dessa forma, pode-se ver - na escala municipal - geografia desse tipo camponês, componente da classe do campesinato brasileiro (Girardi e Fernandes, 2005:).

O MAPA 12, elaborado por Girardi e Fernandes (2005)¹⁸, mostra a quantidade total de minifúndios de propriedades por município, permitido observar as

¹⁷ Girardi e Fernandes (2005) mapearam os dados da questão agrária brasileira em escala municipal em todo o território nacional a fim de detectar o comportamento dos dados pelo território, a intenção é sinalizar para os movimentos socioterritoriais e projetos de políticas públicas do Estado “como agir de forma precisa no território, tendo como base a informação por excelência geográfica” (Girardi e Fernandes, 2005). Os autores delimitaram o conceito de questão agrária para a realização do trabalho: “Por questão agrária entendemos a interação entre um conjunto de elementos relacionados à agropecuária e que condiciona a produção e vida no campo. Os elementos que julgamos pertencer à Questão agrária: produção agrícola, pecuária e extrativista, estrutura fundiária, (posse e propriedade); luta pela terra (ocupações, acampamento e manifestações) realizadas por movimentos socioterritoriais; conflitos no campo (assassinato, ameaças de morte, despejo e trabalho escravo); políticas governamentais voltadas ao campo; dinâmica populacional; e relação ruralurbano” (2005).

maiores e as menores intensidade do número de minifúndios em municípios das unidades da federação. Vê-se, por exemplo, que há municípios brasileiros com incidência de até 1,4 mil imóveis nesta condição. Observa-se, também, uma predominância de municípios com grande número de minifúndios de proprietários nos estados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste.



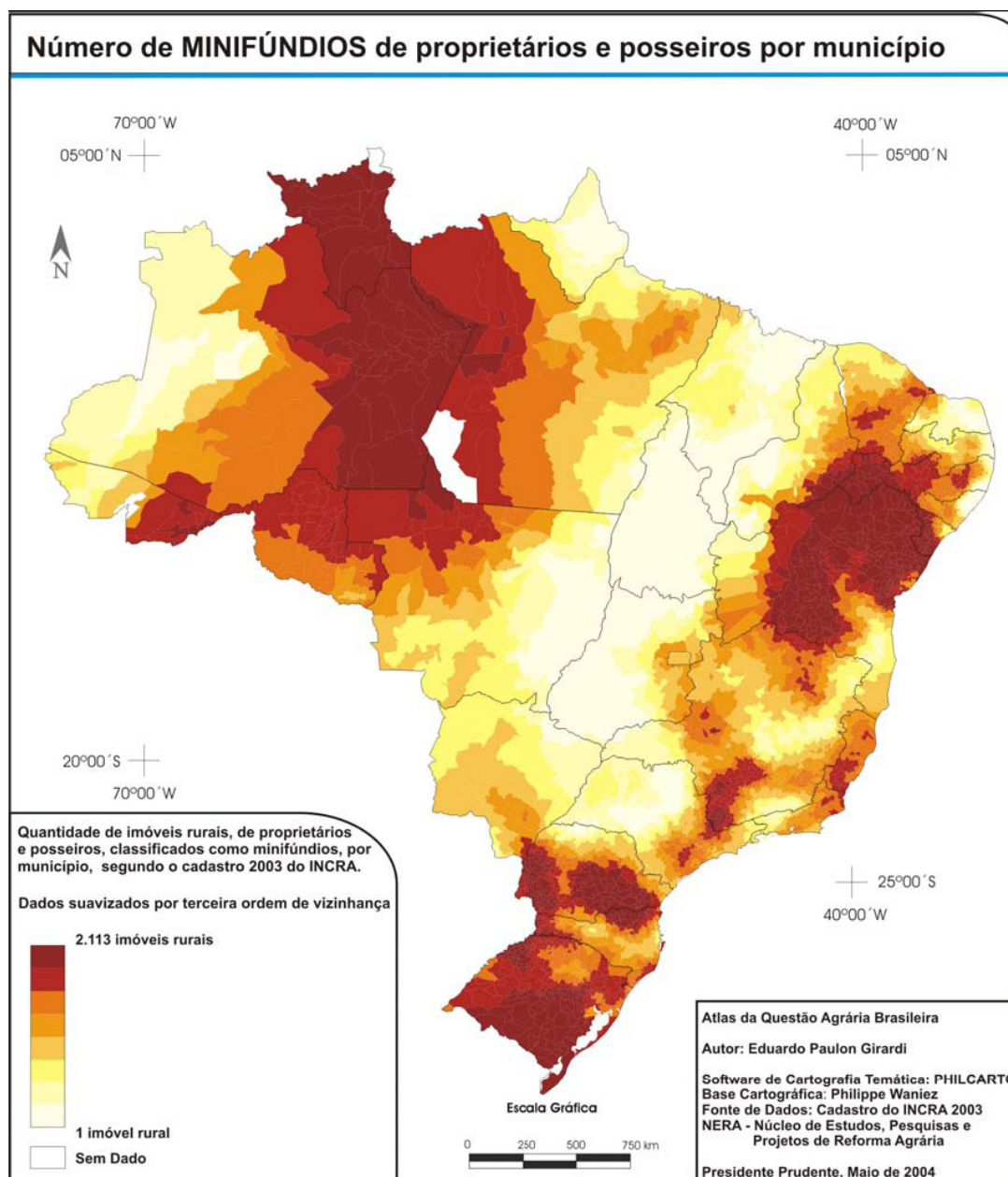
MAPA 12 - Número de Minifúndios de proprietários por municípios, 2004.

Fonte - Cadastro INCRA, 2003

Autor: Girardi, E. Paulo

¹⁸ Ver Girardi e Fernandes (2005) e ver anotações sobre a técnica de análise espacial de dados adotados na produção dos mapas sobre os minifúndios.

O MAPA 13, ao levar em conta o somatório de minifúndios de proprietários e posseiros por município, revela acréscimo de um conjunto maior de municípios, em especial na região Norte brasileira, bem como, no centro e nordeste baiano.



MAPA 13. - Número de Minifúndios de proprietários e posseiros por municípios, 2004.

Fonte - Cadastro do INCRA, 2003.

Autor: Girardi, Eduardo Paulo.

Os autores comentam, ainda, duas conclusões importantes a partir da análise dos dois mapas apresentados por eles:

A principal conclusão que tiramos desta análise é que a maioria dos minifúndios da região Norte estão relacionados à

produção/ocupação por posseiros. [...] Uma segunda conclusão é a de que os minifúndios registrados por proprietários estão presentes em algumas áreas do Nordeste e Sudeste, mas se encontram sobretudo na Região Sul. Como já dissemos, paralelo ao minifúndio, temos a agricultura familiar que, pelo que podemos concluir, é bem mais estável no centro-sul do país e também, em menor dimensão, no Nordeste (Girardi e Fernandes, 2005).

Após recorrer às tipologias e às frações do campesinato trazidas por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1997), Horácio Martins de Carvalho (2006b), Girardi e Fernandes (2005) e elaborar suas cartografias, permanece a necessidade de entendê-las considerando a diversa realidade regional brasileira. Para tanto, recorrer-se-á à obra de Darcy Ribeiro (2006), cujo viés analítico leva em conta essa dimensão da realidade para reconhecer os modos camponeses de ser nos diversos “*brasis*” (Ribeiro, 2006).

Darcy Ribeiro (2006) considerou como elementos necessários para compreender o povo brasileiro sua formação sociocultural em cenários regionais, a estrutura de classes, a relação de poder e a dominação nas suas relações. Para a compreensão da vida e da luta camponesas, numa perspectiva do conflito de classes e da luta por poder no território, as teorias explicativas formuladas por Ribeiro (2006) trazem forte e significativa contribuição. De um lado, acolhe a teoria da luta de classe, considera a existência do campesinato como classe e compreende sua relação como classe *dominada* pela classe “patronal”.

Darcy Ribeiro (2006), para explicar a estrutura social brasileira, se apoiou na idéia de *cenários regionais*¹⁹. O antropólogo, estudioso da formação do povo brasileiro, formulou uma tipologia para estratificar a estrutura brasileira de classes sociais, bem como a composição de cada uma delas²⁰. Para ele, assalariados rurais, parceiros e minifundistas comporiam a classe social do campesinato. Este, juntamente com o operariado, seria classe subalterna na estratificação social brasileira.

Contudo, ao compor cenários regionais e compreender a estratificação das classes sociais no Brasil, Darcy Ribeiro confere identidade aos camponeses em distintas

¹⁹ Darcy Ribeiro afirma que o fez “para que o povo brasileiro tivesse uma teoria de si mesmo”, pois, para ele, “a história, na verdade das coisas, se passa nos quadros locais, como eventos que o povo recorda e a seu modo explica” (Ribeiro, 2006, prefácio).

²⁰ Darcy Ribeiro não utilizou, em sua formulação, o termo “fração” para caracterizar os segmentos sociais que comporiam cada uma das quatro classes por dele definida. Para descrever a composição da Classe Dominante, usou o termo “corpos”. Ele afirma no seu texto (Ribeiro, 2006: 191) que a Classe Dominante é composta por três “corpos” (o Patronato, o Estamento Gerencial Estrangeiro e o Patriciado) que, por sua vez, também são compostos por tipos ou grupos. Exemplo: o Patronato é composto pelos grupos Oligárquicos (senhorial parasitário) e Moderno (empresarial contratista). Já o campesinato e o operariado, ambas partes das chamadas Classes Subalternas, seriam compostos respectivamente pelos assalariados, parceiros, minifundistas e operários fabris prestadores de serviços.

regiões brasileiras. O autor reconhece “cinco Brasis” distintos. Em cada um deles, o campesinato formou identidade e modo de ser próprios. Assim, o autor descreve, nos cinco “Brasis”, cinco modos de ser e de viver, ou seja, cinco tipos de camponeses, a saber: o *Caboclo* da Amazônia, no Norte; o *Sertanejo* da Caatinga, do sertão nordestino; o *Crioulo* dos engenhos e das terras frescas do Nordeste; o *Caipira* da mata atlântica, no Sudeste e em parte do Sul, e o *Gaúcho* dos pampas, no Sul.

Entende-se que a teoria histórico-antropológica de Ribeiro contém a teoria de luta de classes, fazendo-a dialogar com as diversidades (e desigualdades) socioespaciais brasileiras. Ribeiro revela em sua obra que buscou teorias “*que necessitávamos para nos compreender, nós os brasileiros*” (Ribeiro, 2006: 14). Ele tomou três teorias, que julgou mais urgentes, para tomar lugar dos “*esquemas eurocêntricos*” com que se contava: uma teoria das classes sociais – que julgou “*de base empírica*” –; uma teoria da tipologia das formas de exercício do poder e de militância política e uma teoria da cultura. Sobre a sua teoria das classes sociais, o autor explica:

Uma teoria de base empírica das classes sociais, tais como elas se apresentam no nosso mundo brasileiro e latino-americano. Visivelmente, o esquema marxista aceito, sem demasiados reparos, no mundo europeu e no anglo-saxão de ultramar, feito de povos transplantados, empalidece frente à nossa realidade ibero-latina. Aqui, não havendo burgueses progressistas disputando aristocracias feudais, em proletariados unidos por irresistíveis propensões revolucionárias, mas havendo lutas de classe, existiriam blocos antagonistas embaçados a identificar e caracterizar (Ribeiro, 2006: 15).

A tipologia de classes sociais explicada por Ribeiro se apresenta descrita pela FIGURA 1, que reproduz um diagrama elaborado pelo autor e publicado em sua obra “*O Povo Brasileiro, a formação e o sentido do Brasil*” (Ribeiro, 2006: 193). Ela mostra a estratificação das classes sociais “*tal como a vemos, empiricamente*” (Ribeiro, 2006: 193), como adverte o autor.

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA



FIGURA 1

Estratificação Social Brasileira, segundo Darcy Ribeiro.

FONTE - Ribeiro (2006: 193).

Ribeiro (2006: 191) descreve o conflito entre o **Patronato** e o **Patriciado** e o surgimento do **Estamento Gerencial**²¹ empresarial em suas relações de interdependência de classes no interior das classes dominantes:

Nossa tipologia das classes sociais vê na cúpula dois corpos conflitantes, mas mutuamente complementares. O Patronato de empresários, cujo poder vem da riqueza através da exploração econômica; e o patriarcado, cujo mando decorre do desempenho de cargos, tal como o general, o deputado, o bispo, o líder sindical e tantíssimos outros. Naturalmente, cada patricio enriquecido quer ser patrão e cada patrão aspira às glórias de um mandato que lhe dê, além de riqueza, o poder de determinar o destino alheio (2006: 191).

²¹ O Estamento Gerencial das Empresas Estrangeiras teria surgido nas últimas décadas como um corpo estranho nessa cúpula. Para Ribeiro, o corpo do Estamento Gerencial predomina nas classes dominantes. “Ele manda, enfim, com desfaçatez cada vez mais desabrida” (Ribeiro, 2006-191).

Darcy Ribeiro (2006) ressalta o surgimento e a expansão de um “*corpo estranho*” no meio das classes dominantes, até então dominadas pelo patronato, que é o Estamento Gerencial das empresas estrangeiras. Este, para o autor, passou a constituir o setor predominante das classes dominantes. São tecnocratas “*mais competentes*”, empregados pelas empresas estrangeiras. Tais tecnocratas e demais empregados desse “corpo” no interior da classe dominante controlam a mídia, conformam a opinião pública, elegem parlamentares e governantes.

Já na base da estratificação social brasileira, Ribeiro (2006: 192) vê duas classes: as ***Classes Subalternas*** e as ***Classes Oprimidas***. O campesinato e o operariado compõem as *Classes Subalternas*. Vêm-se, ainda, compondo as *Classes Subalternas* do campesinato os assalariados rurais, os parceiros e os minifundistas. Há, também, na composição das classes oprimidas, os ***Marginais***: trabalhadores estacionais, empregados domésticos, biscateiros, delinquentes, prostitutas e mendigos, entre outros. Essas classes se constituem na “*grande massa das classes*”²² (2006: 192).

Com essa visão, para Ribeiro, o desígnio histórico das classes marginais é “entrar no sistema”. No entanto, sendo um desígnio impraticável, sua luta terá de ser a de romper com a estrutura de classes, “*desfazer a sociedade para fazê-la*” (Ribeiro, 2006: 192). Nessa estrutura, as *Classes Dominantes* comandam.

As *Classes Subalternas*, entre as quais se encontrariam os camponeses, são mais combativas. Já as *Classes Oprimidas* “*são só capazes de explosão catastrófica ou de expressão indireta da sua revolta*”²³ (Ribeiro, 2001: 192).

Ribeiro (2006: 194) descreve características, que denomina de ***distanciamento social***, destas classes próprias da realidade sociocultural do povo brasileiro:

Com efeito, as classes ricas e as pobres se separam umas das outras por distâncias sociais e culturais quase tão grandes quanto as que medeiam entre povos distintos. Ao vigor físico, à longevidade, à beleza dos poucos situados no ápice – como expressão do usufruto da riqueza social – se contrapõe a fraqueza, a enfermidade, o envelhecimento precoce, a feiúra da imensa maioria – expressão da penúria em que vivem (2006: 194).

²² Os “marginais”, principalmente negros e mulatos, moradores das favelas e periferias da cidade; enxadeiros, bóias-frias, empregados domésticos, quase todos analfabetos e incapazes de se organizarem para reivindicar (Ribeiro, 2006)

²³ Ribeiro (2006) exemplifica o que ocorreu com os Cabanos, em Canudos, no Contestado, como raras instâncias em que o “povo-massa” de uma região se organiza na luta por um projeto próprio e alternativo de estruturação social.

Além disso, a teoria de Darcy Ribeiro situa o ser social e o sujeito social camponês com seu modo de ser e de viver nas “ilhas” ecorregionais brasileiras, como, por exemplo, a Amazônia, o Sertão e a Mata Atlântica. Dessa forma, o autor agrega mais “saber disciplinar”²⁴ para a compreensão do campesinato brasileiro.

Quiçá, mais completo e um pouco mais cabal seria diferenciar os vários e diversos tipos no interior da classe camponesa brasileira? Assim: camponês *caipira* minifundista, camponês *caboclo* minifundista e camponês *sertanejo* minifundista. Ou, ainda: camponês *caipira* autônomo, camponês *caboclo* autônomo e camponês *sertanejo* autônomo.

Também o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, por sua vez, formulou, a partir dos dados estatísticos do censo agropecuário 1996²⁵, uma tipologia para diferenciar os agricultores familiares. Para essa formulação, o Instituto levou em conta quatro fatores concomitantes: a força de trabalho familiar, o tamanho da propriedade, o volume e o valor da produção das pequenas propriedades rurais brasileiras.

Ao examinar os resultados e conclusões apresentados por esse estudo²⁶, compreende-se que os agricultores familiares ali caracterizados correspondem aos mesmos camponeses caracterizados por Oliveira (1991). Observa-se que, embora a concepção e o referencial teórico adotados pelos pesquisadores do INCRA²⁷ difiram do referencial teórico e conceitual adotado pelos pesquisadores geógrafos agrários aqui estudados, a metodologia por eles adotadas colabora com o propósito de responder às questões *quem-quantos-onde* estão os camponeses no Brasil.

Ressalte-se que os pesquisadores da questão agrária em geral²⁸ e da produção camponesa e familiar de forma específica necessitam dar tratamento especial

²⁴ Ver Hissa (2002).

²⁵ Ver INCRA, 2000.

²⁶ Nesse estudo, os pesquisadores do INCRA (2000) mantiveram a concepção de agricultura familiar norteadas por estudo realizado em 1996 (Perfil da Agricultura Familiar no Brasil, INCRA/FAO), caracterizando os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção. Adotaram, para tanto, três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA, 2000).

²⁷ Compuseram a equipe de pesquisadores contratados pelo Projeto de Cooperação INCRA/FAO: Ademar Ribeiro Romeiro e Antonio Márcio Buainain, ambos da UNICAMP; Alberto Sabbato e Gervásio Castro de Resende, ambos da Universidade Federal Fluminense UFF.

²⁸ O Estudo INCRA/FAO foi baseado na metodologia de sistemas agrários desenvolvidos pela escola francesa de estudos agrários. Para os autores, tal metodologia “vem permitindo uma melhor compreensão da lógica e dinâmica das unidades familiares e dos assentados, assim como dos sistemas de produção

aos dados primários disponíveis no Brasil, pois os dados estatísticos divulgados não consideram camponeses como categorias sociais ou econômicas de produtores.

Os pesquisadores responsáveis pelo estudo realizado pelo INCRA acreditam que, ao caracterizar os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção, estariam superando a tendência de *atribuir um limite máximo de área ou de valor de produção à unidade familiar associando-a equivocadamente à ‘pequena produção’* (INCRA, 2000). Os autores consideram, portanto, que tal procedimento é derivado da forma de como as estatísticas agropecuárias são apresentadas, no caso, referindo-se diretamente aos resultados do Censo Agropecuário do IBGE, que são agrupados em estratos de área²⁹.

Interessa, portanto, recolher do estudo do INCRA os resultados que permitirão identificar tipos de agricultores familiares, incluindo sua distribuição espacial nas escalas municipais, microrregionais e regionais.

Contudo, o INCRA, para elaborar o que denominou “*delimitação do universo familiar*”, necessitou identificar os agricultores **não familiares** ou “patronais”:

O universo agrário é extremamente complexo, seja em função da grande diversidade da paisagem agrária (meio físico, ambiente, variáveis econômicas etc.), seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes. Na verdade, os vários tipos de produtores são portadores de racionalidades específicas que, ademais, se adaptam ao meio no qual estão inseridos, fato que reduz a validade de conclusões derivadas puramente de uma racionalidade econômica única, universal e atemporal que, supostamente, caracterizaria o ser humano. Daí a importância de identificar os principais tipos de produtores (INCRA, 2000).

Torna-se importante salientar que o INCRA, para operar as ações de política de Reforma Agrária de sua responsabilidade legal, necessita das categorias **Minifúndio** e **Grande Propriedade**, pois, mais do que categorias conceituais, são, *a priori*, categorias normativas contidas no marco regulatório e no ordenamento institucional das

por eles adotados nas diversas regiões do país. Os resultados destes estudos indicam que a agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade em relação ao seu meio ambiente, à situação dos produtores, à aptidão da terras, à disponibilidade de infra-estrutura etc., não apenas entre as regiões mas também dentro de cada região. Isto confirma a extrema necessidade de aprofundar o conhecimento das realidades agrárias específicas que caracterizam a geografia agrária brasileira, bem como revela a necessidade de incorporar de forma efetiva e ágil tais conhecimentos ao processo de planejamento das políticas públicas para o meio rural” (INCRA, 2000).

²⁹ O trabalho dos pesquisadores consistiu em tornar operacional o conceito de que dispunham de “agricultor familiar”, mediante a utilização de microdados, que são os dados dos arquivos contendo os dados individualizados de cada estabelecimento agropecuário coletados pelo IBGE (INCRA, 2000).

políticas públicas de reforma agrária no Brasil. Ambas as categorias se referem ao tamanho da propriedade familiar combinado com a parcela de terra necessária para garantir o sustento da família.

O estudo do INCRA levou em conta esse aspecto para delimitar a agricultura familiar e adotou uma área máxima regional como *limite superior* para a área total de estabelecimentos familiares, isto é, adotou o conceito de **Módulo Fiscal**³⁰. Portanto, a estratificação de área, quando contém como referência o Módulo Fiscal, se torna um conceito operacional, pois remete não só a condição de propriedade, mas também a condição de sobrevivência da família trabalhadora na terra.

Adotar tal *limite superior* para a área total dos estabelecimentos familiares, segundo o INCRA:

Teve por fim evitar eventuais distorções que decorreriam da inclusão de grandes latifúndios no universo de unidades familiares, ainda que do ponto de vista conceitual a agricultura familiar não seja definida a partir do tamanho do estabelecimento, cuja extensão máxima é determinada pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe (INCRA, 2000).

A TABELA 3 mostra a área regional máxima adotada pelo estudo do INCRA. Para cada região, adotou-se uma área máxima da propriedade considerada agricultura familiar. Importante destacar que foram admitidos, para compor o *universo da agricultura familiar*, aqueles estabelecimentos agropecuários com até 15 módulos fiscais.

TABELA 3
Área Máxima Regional da Agricultura Familiar, 2000.

<i>Região</i>	<i>Área máxima (ha)</i>
Norte	1.122,0
Nordeste	694,5
Sudeste	384,0
Sul	280,5
Centro-Oeste	769,5

FONTE - INCRA (2000).

³⁰ Para obter tal “área máxima regional, foram consideradas as áreas dos módulos fiscais municipais, segundo a tabela do INCRA. Calculou-se a área de um módulo médio ponderado, segundo o número de municípios em que incide cada área de módulo fiscal municipal, para cada unidade da federação. A partir desse ‘módulo médio ponderado estadual’, foi calculado um módulo médio para cada grande região do país. O ‘módulo médio regional’ foi multiplicado por 15 para determinação da área máxima regional, com o que se procurou estabelecer uma aproximação com o que dispõe a legislação, tendo em vista que o limite máximo legal da média propriedade é de 15 módulos fiscais”(INCRA, 2000).

O estudo do INCRA revelou que a área média dos estabelecimentos familiares é muito inferior à área daqueles por eles denominados “patronais”, além de apresentar, também, grande variação regional (GRAF. 2). Vê-se que a área média dos estabelecimentos familiares no Brasil é de 26 hectares, portanto, 16 vezes menor que a média dos estabelecimentos patronais. Observando-se a área média dos estabelecimentos familiares do Centro-Oeste, constata-se que ela é 4,9 vezes superior à do Nordeste. No Centro-Oeste e no Norte, observam-se as maiores médias (84 e 57ha). Nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, as menores (respectivamente, 30, 21 e 17ha). Esse fato, para os autores “*está relacionado ao processo histórico de ocupação da terra*” (INCRA, 2000) na realidade regional brasileira.

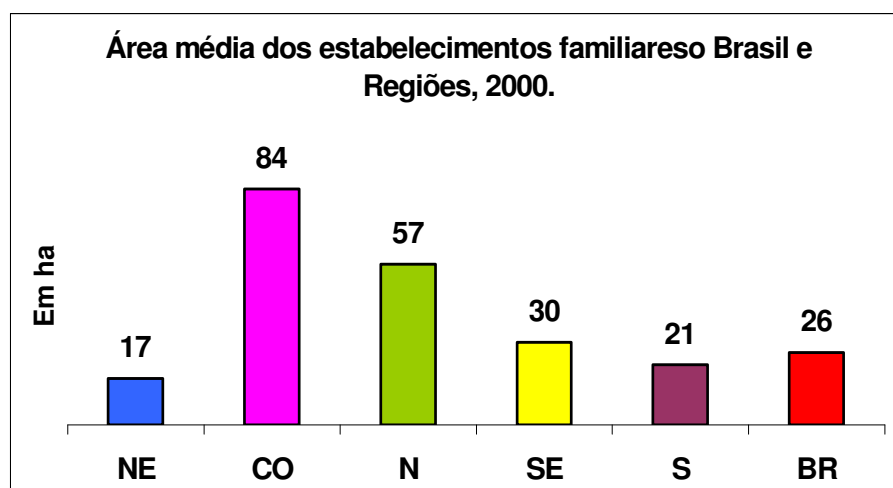


GRÁFICO 2 - Área média dos estabelecimentos familiares no Brasil e regiões, 2000. FONTE - INCRA (2000).

O estudo constata, ainda, que, entre os agricultores familiares proprietários com área inferior a 5 hectares, *na maioria dos casos* [área inferior a 5 ha] *inviabiliza sua sustentabilidade econômica através da agricultura, com exceção de algumas atividades econômicas, sua localização e/ou grau de capitalização* (INCRA, 2000: s.n.).

Observou-se que, no Brasil, 39,8% dos estabelecimentos familiares possuem menos de 5ha³¹ (GRAF. 3). Somados todos os estabelecimentos familiares cuja área é inferior a 100ha, eles representam 94,5% do total de estabelecimentos familiares no Brasil nesta faixa. Este dado valida o corte de estrato de área adotado por Ariovaldo U. de Oliveira (1991) para compor a caracterização do camponês-proprietário.

³¹ Importante registrar que a área média dos estabelecimentos familiares com menos de 5ha é de apenas 1,9ha (INCRA, 2000).

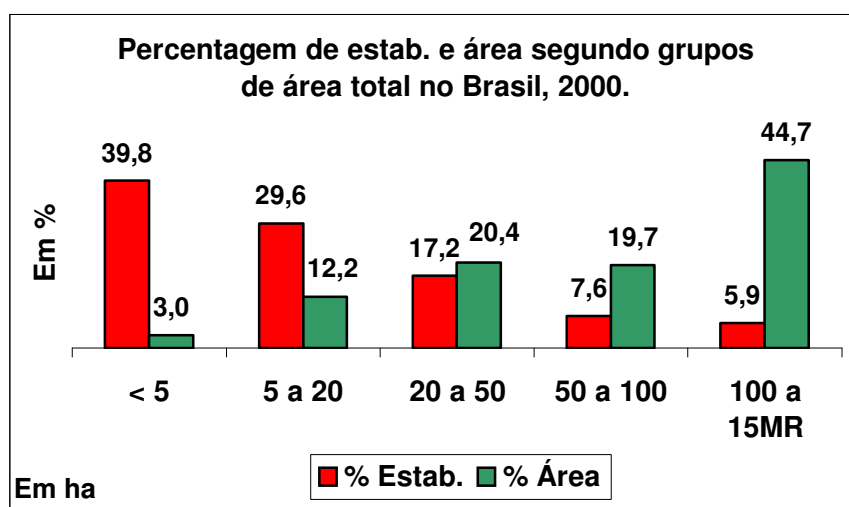


GRÁFICO 3 - Percentagem de estabelecimentos e área segundo grupos de área total de agricultores familiares no Brasil, 2000.

FONTE - INCRA (2000).

Observando a distribuição regional no Brasil dos estabelecimentos de agricultores familiares com área inferior a 5ha, constata-se que as regiões Norte e Nordeste juntas totalizam 80,1% do total dos estabelecimentos. Ainda, essa faixa (menores de 5ha) tem maior incidência no Nordeste e menor incidência na região Centro-Oeste. Neste, os estabelecimentos familiares têm sua maior expressão numérica na faixa de 20 a 50ha, que é de 27,3% do total de estabelecimentos familiares (TAB. 4).

TABELA 4

Percentual de estabelecimentos de agricultores familiares, segundo grupos de área total, 1996.

<i>REGIÃO</i>	<i>Menos de 5ha</i>	<i>5 ha – de 20ha</i>	<i>20 ha – de 50ha</i>	<i>50 ha – de 100ha</i>
Nordeste	58,8	21,9	11,0	4,8
Centro-Oeste	8,7	20,5	27,3	18,8
Norte	21,3	20,8	22,5	17,9
Sudeste	25,5	35,6	22,7	9,9
Sul	20,0	47,9	23,2	5,9
BRASIL	39,8	30,0	17,1	7,6

FONTE - Censo Agropecuário IBGE, 1995/96. Adaptado de INCRA, 2000.

Segundo o INCRA (2000), esse estudo permitiu estabelecer uma *diferenciação socioeconômica entre os produtores familiares*. Quatro tipos diferentes de agricultura familiar foram, assim, propostos pelo estudo.

O Instituto, para caracterizar esses quatro tipos de agricultores familiares, optou por utilizar a categoria **Renda Total**, de modo a captar os vários aspectos de sua atividade produtiva, entre os quais se destacam a inserção no mercado, a transformação e o beneficiamento de produtos agrícolas no interior do estabelecimento³² e o autoconsumo. (INCRA, 2000: s.d.). Portanto, para discriminar tipos de agricultores familiares, foi utilizada como parâmetro a diária de um agricultor familiar³³. Foi considerado o valor da diária média mensal e o número de dias úteis do ano, no caso, 260 dias³⁴. Denominou de **Valor do Custo de Oportunidade – VCO** a relação equivalente da multiplicação $1,20 \times \text{Valor da Diária Média Estadual} \times 260 \text{ dias úteis anuais}$. Como explicado no referido estudo:

Operacionalmente, tomou-se o Valor do Custo de Oportunidade (VCO) como sendo o valor da diária média estadual, acrescido de 20%³⁵ e multiplicado pelo número de dias úteis do ano (calculado em 260), tendo em vista a comparação com uma renda anual. Foram estabelecidos quatro tipos de agricultores familiares, a saber:

- 1) Tipo A, com Renda Total superior a três vezes o Valor do VCO;*
- 2) Tipo B, com Renda Total superior a uma vez até três vezes o VCO;*
- 2) Tipo C, com Renda Total superior à metade até uma vez o VCO;*
- 3) Tipo D, com Renda Total igual ou inferior à metade do VCO (INCRA, 2000-S/N).*

Note-se que os tipos A e B estão acima da linha de referência, isto é, acima do denominado VCO. Já os tipos C e D estariam abaixo dessa referência, podendo ser entendidos como os grupos de agricultores familiares cuja renda total seria inferior ao percebido por um trabalhador rural que vende a sua força de trabalho diariamente todos

³² O Censo denomina tal atividade de “indústria rural” e a conceitua como “*transformação ou beneficiamento de produtos agropecuários produzidos no estabelecimento ou adquiridos de terceiros, efetuados pelo produtor em instalações do próprio estabelecimento, comunitárias (moinhos, moendas, casas de farinha, etc.) ou de terceiros por prestação de serviços*” (ver IBGE. *Censo Agropecuário – Manual do Recenseador*, p. 71).

³³ No caso, adotou como dado básico a **diária média estadual**. “*Tal escolha teve como finalidade comparar a renda auferida pelo produtor nas atividades do estabelecimento com o custo de oportunidade da mão de obra familiar, que pode ser definido, genericamente, como o valor da remuneração paga a um diarista na agricultura*”(INCRA, 2000).

³⁴ Ademais, acresceram a estes dois parâmetros mais 20%, arbitrados “porque as diárias são muito baixas e não asseguram a estabilidade do agricultor”.

³⁵ A inclusão desse percentual, embora arbitrária, se justifica porque as diárias são muito baixas e não asseguram a estabilidade do agricultor. Ademais, ao se optar por um valor para cada unidade da federação, “*procurou-se garantir a comparabilidade de valores estabelecidos regionalmente, tendo em vista a grande heterogeneidade dos níveis de remuneração e renda existente entre os estados brasileiros*” (INCRA, 2000: S/N).

os dia do ano, com relação ao valor médio pago pelo empregador ou fazendeiro de determinada região do país. Destaca-se que os agricultores familiares tipo D são aqueles cuja renda total representaria metade deste valor.

Como resultado dessa caracterização, vê-se o seguinte quadro: dos 4.139.369 estabelecimentos familiares do Brasil, 1.915.780 foram classificados como tipo D e 823.547 foram classificados como tipo C. Ou seja, os dois tipos somados representam 56,3% do total de estabelecimentos de agricultores familiares cuja renda é inferior ao VCO adotado pelos pesquisadores (TAB. 5).

TABELA 5

Tipos de Agricultores Familiares, Brasil, 1996.

FAMILIAR	Estabelecimento	%
TIPOS	Total	Tipo/Estabelecimento Total
A	406.291	8,4
B	993.751	20,4
C	823.547	16,9
D	1.915.780	39,4
TOTAL	4.139.369	85,1

FONTE - Censo Agropecuário IBGE, 1995/96. Autor: INCRA, 2000.

A TABELA 6 mostra que o Nordeste brasileiro apresenta 1.215.558 agricultores familiares do tipo D, os quais representam 52,2% do total dos estabelecimentos da região. Para o Instituto,

Pelo grande número de estabelecimentos deste tipo, provavelmente grande parte desta produção é destinada ao autoconsumo. Apenas 88.397 agricultores familiares desta região foram enquadrados como do tipo A, representando apenas 3,8% do total de estabelecimentos. Este tipo, ocupando 7% da área total, é responsável por 14,4% de todo o VBP da região Nordeste, o dobro da área disponível. Associados ao tipo B, representado por mais 331.138 estabelecimentos (14,2%), estes agricultores são os poucos que conseguem obter renda mediante a produção agropecuária em seus estabelecimentos (INCRA, 2000).

No Nordeste, os tipos C e D juntos representam 70,3% dos estabelecimentos de agricultores familiares. Já as regiões Norte e Sudeste se aproximam da metade do total dos estabelecimentos familiares, respectivamente 46,6 e 45,8%. De outro modo, 70% das famílias proprietárias de terra no Nordeste auferem renda do trabalho anual da terra inferior ao correspondente ao pagamento pelo dia de trabalho contratado na sua região por trabalho ocasional. Em todo o Brasil, 2.739.327 é o total de

propriedades de agricultores familiares que se enquadram nesses estratos de renda total classificados como tipos C e D. Os tipos A e B, por sua vez, totalizam, no Brasil, 1.400.042 estabelecimentos, isto é, a renda total deles é superior ao valor do custo oportunidade – VCO. Ou seja, esses tipos auferem renda total do trabalho da terra de uma a três vezes superior ao valor pago ao diarista na sua região anualmente.

TABELA 6

Tipos de estabelecimentos de agricultores familiares em relação aos totais das regiões, 2000.

<i>REGIÃO</i>	<i>TIPOS</i>	<i>Estab. Total</i>	<i>% Estab. s/ total</i>
Nordeste	A	88.397	3,8
	B	331.138	14,2
	C	420.558	18,1
	D	1.215.064	52,2
Centro-Oeste	A	22.919	9,4
	B	44.814	18,5
	C	30.320	12,5
	D	64.009	26,4
Norte	A	40.080	8,9
	B	132.816	29,7
	C	94.468	21,2
	D	113.531	25,4
Sudeste	A	87.350	10,4
	B	159.851	18,9
	C	110.651	13,1
	D	275.768	32,7
Sul	A	167.545	16,7
	B	325.132	32,4
	C	167.550	16,7
	D	247.408	24,6

FONTE - Censo Agropecuário IBGE, 1995/96. Autor: INCRA, 2000.

Desse modo, nos tipos C e D, o agricultor e sua família trabalham sua pequena parcela de terra e auferem renda total anual inferior ao correspondente à venda da força de trabalho agrícola de um “diarista” na sua região”, ou seja, um assalariado rural ocasional trabalhando 260 dias do ano.

Ora, não seriam esses dois tipos de agricultores familiares os mesmos *camponeses* vistos por Ariovaldo U. de Oliveira analisando a mesma base de dados (com a ressalva que Oliveira analisava o censo 1985)? Ao que parece, o INCRA (2000)

caracterizou, quantificou e localizou nos municípios, nas microrregiões e nas grandes regiões brasileiras **frações da classe camponesa**.

Para o INCRA (2000: s.n.), *a posse da terra é diretamente relacionada com a tipologia dos agricultores familiares*. Nos tipos C e D, por exemplo, respectivamente 73, 6% e 67,7% dos agricultores familiares são proprietários, ao passo que, no tipo A, 89,2% são proprietários. Observa-se que a parcela dos “não proprietários” – arrendatários, parceiros e ocupantes – nos tipos C e D é, de forma significativa, maior que nos demais tipos, com destaque para a parcela de ocupantes do tipo D, onde atinge 16,8% (GRAF. 4 e TAB. 7, ANEXO H).

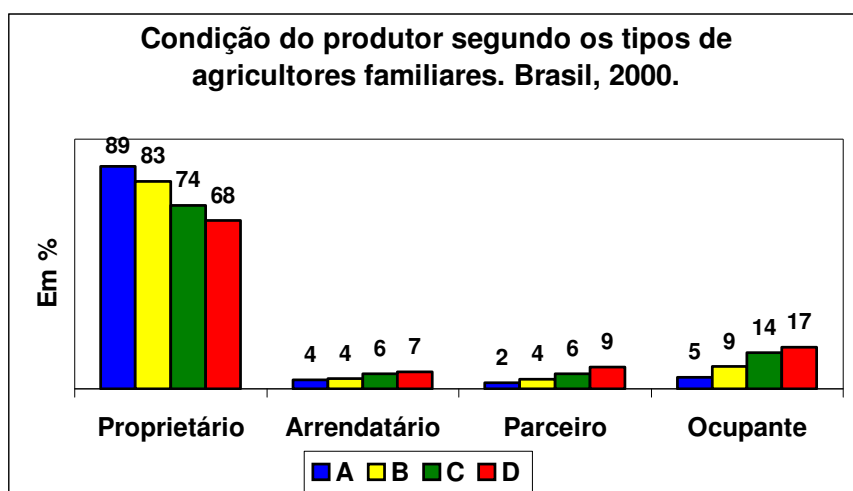


GRÁFICO 4 - Condição do produtor segundo os tipos de agricultores familiares, Brasil, 2000.

FONTE - Censo Agropecuário, IBGE, 1996. Autor: INCRA, 2000.

Na região Nordeste, seguida da Norte, o tipo D conta com o maior percentual de ocupantes em relação ao total dos demais, totalizando, respectivamente, 21,5% e 14,6%. A região Centro-Oeste apresenta o maior percentual de estabelecimentos de agricultores proprietários no tipo B comparativamente a qualquer um dos quatro tipos nas cinco regiões brasileiras.

O INCRA (2000), ao propor os tipos de agricultores e ao analisar os dados sobre estrutura fundiária do Censo Agropecuário 1996, destaca que a área total disponível para um agricultor está associada a sua localização dentro de um município ou de uma região. Decerto, esses são dois importantes fatores que influenciam na sua diferenciação interna entre os tipos, pois cada município apresentará um módulo fiscal distinto que influencia na renda monetária total anual. Assim, uma propriedade de 5ha na região de Campinas, em São Paulo, por exemplo, pode ser classificada como tipo B e uma propriedade de 5ha em Remígio, no sertão paraibano, poderá ser classificada do

tipo D. Essa é uma qualificação importante para a compreensão do modo de vida, das estratégias e das formas de luta no território da massa de camponeses no agrário brasileiro.

De outro lado, nota-se que os agricultores familiares do tipo A estão concentrados nos grupos de estabelecimentos entre 20 a 50ha (30,7%). Já os agricultores familiares dos tipos C e D estão concentrados (85,8%) em áreas com menos de 5ha (GRAF. 5).

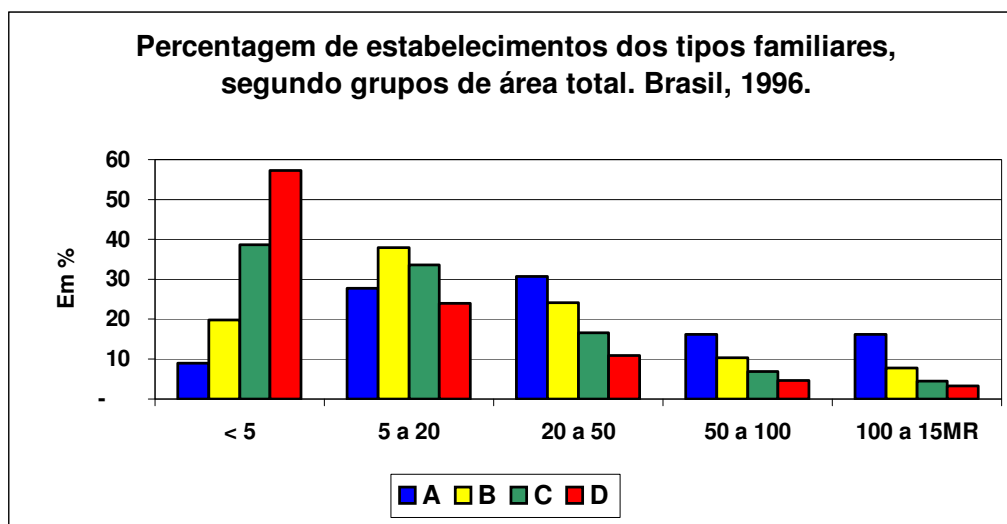


GRÁFICO 5 – Percentagem de Estabelecimentos dos tipos familiares segundo grupos de área total. Brasil, 1996. FONTE - Censo Agropecuário 1995/96. Autor: INCRA (2000).

O Instituto, ao examinar os dados relativos à região Nordeste, ressalta a relação direta entre pobreza e concentração fundiária na região. Conclui que a reforma agrária é condição básica para aumentar a renda dos agricultores familiares. Conforme destaca:

Na região Nordeste, 70,6% dos estabelecimentos familiares do tipo D possuem menos de 5 ha e outros 18,1% têm entre 5 ha e 20 ha. Entre os agricultores do tipo C este percentual chega a 53,2% com área menor de 5 ha e 26,2% com área entre 5 e 20 ha. Os 18,4% de agricultores do tipo A com menos de 5 ha na região Nordeste devem estar concentrados nos perímetros irrigados ou próximos às grandes cidades, mediante a produção de hortigrangeiros. Os dados da estrutura fundiária e da renda na região Nordeste demonstram a relação direta entre pobreza e concentração fundiária. Da mesma forma, apontam para o público potencial da reforma agrária, uma das condições básicas para aumentar a renda destes agricultores (INCRA, 2000: s.n.).

Desse modo, pode-se afirmar que as cartografias que representam os minifundistas e os posseiros, bem como as que representariam os agricultores familiares dos tipos C e D (INCRA, 2000) e as famílias assentadas pela política de reforma agrária³⁶, constituem a geografia dos camponeses que lutam no território para reproduzirem seu modo de vida.

Por fim, ao final desta seção, é importante afirmar que não se pretendeu adotar uma referência única para responder *quem são*, *quantos são* e *onde estão* as famílias camponesas. No entanto, foi necessário se aproximar de referências bibliográficas (Oliveira, 1991; Girardi e Fernandes, 2005; Carvalho, 2005 e 2006b; INCRA, 2000) para reconhecer e interpretar com centralidade no tema da tipologia das identidades e modos de viver na diversidade socioespacial e sociocultural do povo brasileiro. Após o esforço de identificação e caracterização do campesinato como classe social, poder-se-á fazer sua cartografia para ver sua presença no território, em especial aquela que *marcha* no processo de territorialização.

³⁶ Em especial as famílias assentadas cujo assentamento se originou de acampamentos.

1.2. Cartografias das lutas camponesas.

Martins (2005: 25), em seus estudos sobre as lutas e os movimentos camponeses no Brasil, demonstrou o forte significado desses ao descrever as lutas em Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso e o movimento em torno das Ligas Camponesas. O autor descreve essas diferentes formas de lutas e diferentes movimentos ocorridos no Brasil, desde o início do século passado até a década de 1980 e observa:

Embora tais movimentos não apresentem unidade na forma de sua expressão, de sua organização, de objetivos, eles apresentam certa unidade quanto à causa. De fato, o que em todos eles estava em jogo não era a propriedade de terras e sim a renda capitalista da terra.

[...]

As diferentes formas de lutas e os diferentes movimentos expressavam uma só: a luta dos camponeses contra renda da terra. A diferença com outras situações históricas é que esses camponeses não encontravam pela frente uma classe de proprietários de terra, de latifundiários stricto sensu. Eles encontravam pela frente uma classe de proprietários de terra que eram ao mesmo tempo capitalistas, numa situação histórica em que o arrendatário capitalista e o proprietário não se personificavam em classes sociais diferentes (2005: 25).

Martins (2005) revela a sociologia das lutas camponesas em diferentes momentos históricos no decorrer do século XX e em diferentes regiões brasileiras. Essa característica, segundo o sociólogo, começa a se transformar numa “*resistência de classe*”. No entanto, foi a partir da década de 80 do século passado que se intensificaram as lutas pela terra e pela reforma agrária, protagonizadas pelas famílias camponesas organizadas nos múltiplos movimentos sociais.

Ariovaldo U. de Oliveira (2005), na obra *Geografia das lutas no campo*, discute a geografia dessa história de lutas e conflitos sociais no campo e a questão agrária no país. O geógrafo mostra que, no Brasil, os conflitos sociais no campo têm início com o massacre dos povos indígenas. Estes foram os primeiros a conhecerem a sanha de terra dos colonizadores que aqui chegaram (Oliveira, 2005: 10).

Para o autor, os conflitos continuam nos tempos atuais, pois são uma das marcas do desenvolvimento do capitalismo e do processo de ocupação das terras no campo brasileiro. Entender os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil, para o autor, faz-se necessário para a compreensão da *rota da acumulação e da reprodução ampliada* (Oliveira, 2005: 11), onde o capital, *feito rolo compressor tudo esmaga* (2005: 11). Trata-se, portanto, de compreender o desenvolvimento do capitalismo no campo

para conhecer a história e a geografia das lutas dos camponeses no Brasil. Para Oliveira (2005: 11), referindo-se ao processo histórico de destruição do território indígena:

Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos “filhos do sol” em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido (2005: 11).

Na geografia da história de lutas no campo brasileiro, o autor descreve a luta pelos *espaços e tempos distintos e pelos territórios destruídos/construídos* (Oliveira, 2005: 11). Ele identifica como protagonistas dessas lutas os povos indígenas, os escravos negros, os posseiros, os peões, os bóias-frias, os trabalhadores rurais sindicalizados e os *sem terra*.

Em sua obra, Oliveira (2005) narra as lutas camponesas iniciadas – e que nunca cessaram – pelos povos indígenas no Brasil. Descreve, também, as lutas iniciadas pelos negros contra o trabalho escravo; a luta resistente dos posseiros contra a expropriação, de um lado, e a grilagem de terras, de outro; a luta das ligas camponesas e do movimento sindical contra a violência do golpe militar de 1964. Finalmente, expõe a luta dos acampamentos e assentamentos dos movimentos de luta pela terra.

Oliveira (2005) identifica contra quem os camponeses fazem lutas historicamente: brancos capitalistas, senhores fazendeiros *rentistas*, latifundiários grileiros de terras e seus jagunços, os militares do golpe de 1964, até as sociedades capitalistas nacional e internacional atuais.

Para o autor, nesse encontro da necessidade – dos camponeses *sem terra* nas décadas finais do século XX – com os movimentos de luta pela terra, ocorre uma *soldagem política de uma aliança histórica* (Oliveira, 2005: 14). Desse modo, ele faz uma narrativa das lutas camponesas no território em espaços e tempos distintos, que serve para explicar a dimensão dessa aliança entre camponeses e camponesas e os Movimentos no início do século XXI.

No que tange ao histórico da violência dos conflitos sociais no campo, Oliveira (2005) relembra vários fatos históricos nessa trajetória de lutas do campesinato. Exemplifica, citando a luta contra a escravidão, como foi Palmares em Alagoas; as lutas de Canudos, nos sertões da Bahia, e do Contestado, no Sul do país; as lutas dos colonos migrantes explorados nas fazendas de café no Sudeste; as lutas camponesas em meados do século XX, por exemplo, a Revolta de Trombas e Formoso, em Goiás, e a guerrilha de Porecatu, no Paraná.

Oliveira (2005: 54) mostra as várias frentes de organização e luta contra a expropriação, a subordinação e a exploração no interior dos movimentos sociais no campo brasileiro:

No conjunto podemos identificar os seguintes movimentos no campo hoje: a luta das nações indígenas, dos posseiros, dos peões, dos camponeses subordinados, dos desapropriados nas grandes obras do Estado, dos “brasiguaios”, dos sem-terras, dos seringueiros, dos bóias-frias e da presença do “trabalho escravo” particularmente nas carvoarias (2005: 54).

Para ele (2005), o caminho para a compreensão e o entendimento do campo brasileiro, *diverso e contraditório*, remete à diversidade das suas origens e a contradição no seio do desenvolvimento do capitalismo no país. Portanto, alerta para a importância da distribuição territorial dos movimentos sociais no campo e para a necessidade de compreender suas geografias. Daí a importância da contribuição da formulação das cartografias camponesas e da geografia das lutas no campo no Brasil.

Para tanto, o autor elaborou extensa cartografia, onde localizou no território brasileiro, representado em mapas, por exemplo, a localização das aldeias indígenas brasileiras, e caracterizou a geografia dos seus agrupamentos culturais, a demarcação das terras indígenas; a luta pela *terra de trabalho* dos posseiros, localizando sua distribuição por estado; a luta dos camponeses contra as desapropriações nas grandes obras do Estado, onde localizou as grandes rotas do “trabalho escravo” nos anos 90 no território brasileiro; o movimento dos bóias-frias, em que mapeou as greves nos canaviais e nos laranjais nas cidades do estado de São Paulo e, por fim, o movimento dos *sem terra*, localizando, no mapa do Brasil, a situação das famílias acampadas (observando a sua intensidade, quantificando o número de famílias por acampamento).

Carlos Aberto Feliciano³⁷ (2006), também se valeu de cartografia temática para discutir a geografia dos assentamentos rurais³⁸ e o movimento camponês – que qualificou como *movimento rebelde*. Feliciano (2006) fundamentou seus estudos na observância do processo contraditório e diverso do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, como proposto por Ariovaldo U. Oliveira. Ao estudar a reforma

³⁷ Orientado pelo Prof. Ariovaldo U. Oliveira em dissertação de mestrado em Geografia Humana defendida na USP.

³⁸ Feliciano (2006) abordou com maior profundidade a geografia das ocupações e do movimento camponês no estado de São Paulo, em especial as ações do MST e do Movimento dos Agricultores Sem-Terra – MAST. Levou em conta a lógica da concentração fundiária como motor dos movimentos camponeses modernos e, ao mesmo tempo, a construção das políticas públicas de reforma agrária pelo Estado nas décadas de 80 e 90.

agrária no Brasil e as lutas camponesas, Feliciano (2006:17) sugere que, no início do século XXI, se está diante um movimento camponês moderno *que carrega consigo fortes características baseadas na diversificação política, autonomia e liberdade* (2006: 17).

Para estudar a geografia das ocupações e do movimento camponês em São Paulo e entender seus modos de luta e resistência, esse autor se baseou na observância de três formas principais de luta camponesa, quais sejam, as **ocupações**, os **acampamentos** e os **assentamentos**, concebendo-as da seguinte forma:

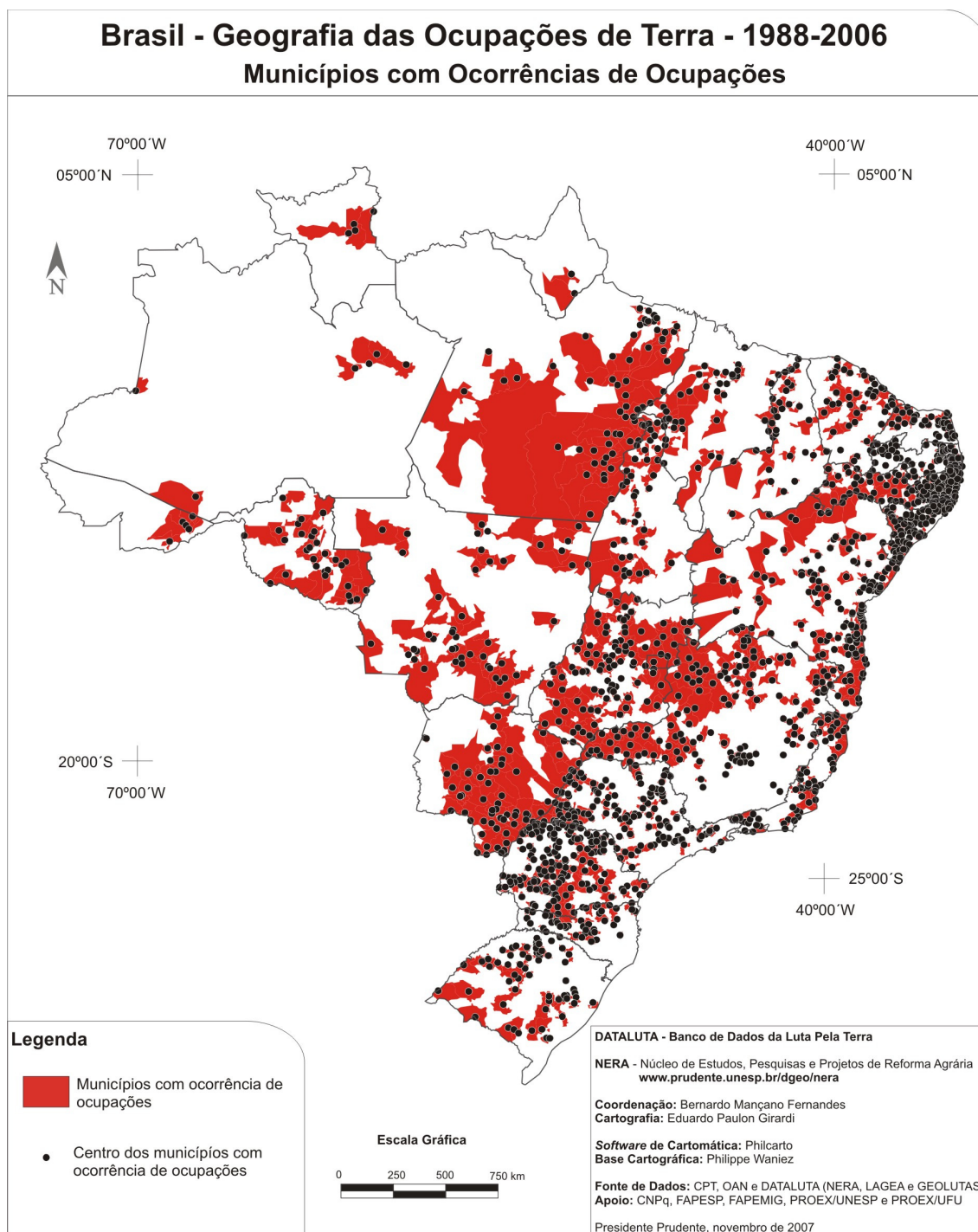
A ocupação de terras é forma de luta de classe camponesa na busca da criação, recriação e reprodução de um modo de vida baseado principalmente na autogestão e liberdade. Há diversos sentidos na forma de materialização de uma ocupação, processo que está calcado na tradicionalidade e modernidade da luta camponesa. A tradicionalidade nos remete a uma categoria camponesa por vezes acometida pela violência, expropriação incompreensão materializada por meio da lutas dos posseiros. A modernidade apresenta-se como o acúmulo da experiência camponesa em unir o sentido e significado da ocupação, em um componente extremamente político, coerente e ágil, reinventado pela luta dos sem-terra: o acampamento. (2006: 103).

[...]

O assentamento é o ponto de chegada da luta camponesa no acesso à terra, ao mesmo, tempo, seu ponto de partida e num processo contínuo de luta para a afirmação de sua sobrevivência e reprodução como classe social (2006: 113).

Importante destacar que Feliciano (2006) conceitua o **acampamento** como uma forma de luta que contém tanto a “*tradicionalidade*” da luta dos posseiros, quanto a “*modernidade*” da luta dos *sem terra*. O conceito de acampamento adotado pelo autor possibilita a compreensão teórica do processo de territorialização do campesinato, pois remete à idéia de movimento na dinâmica territorial da luta de classe em frações do território capitalista. A idéia de ser o assentamento *ponto de chegada* para acessar a terra (entrar na terra) e *ponto de partida* para seguir processo de luta de classe para sobreviver (ficar na terra) é muito oportuna e explicativa, pois contribui para a compreensão das transformações e dos avanços vividos pelas famílias sem terra no interior do desenvolvimento do campesinato.

A cartografia das ocupações ocorridas no período de 1988 a 2006 está representada no MAPA 14, elaborado pelo Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, onde se podem ver em quais municípios brasileiros aconteceram as ocupações de terra. Nele, vê-se que há ocupações em municípios de todas as unidades da federação.

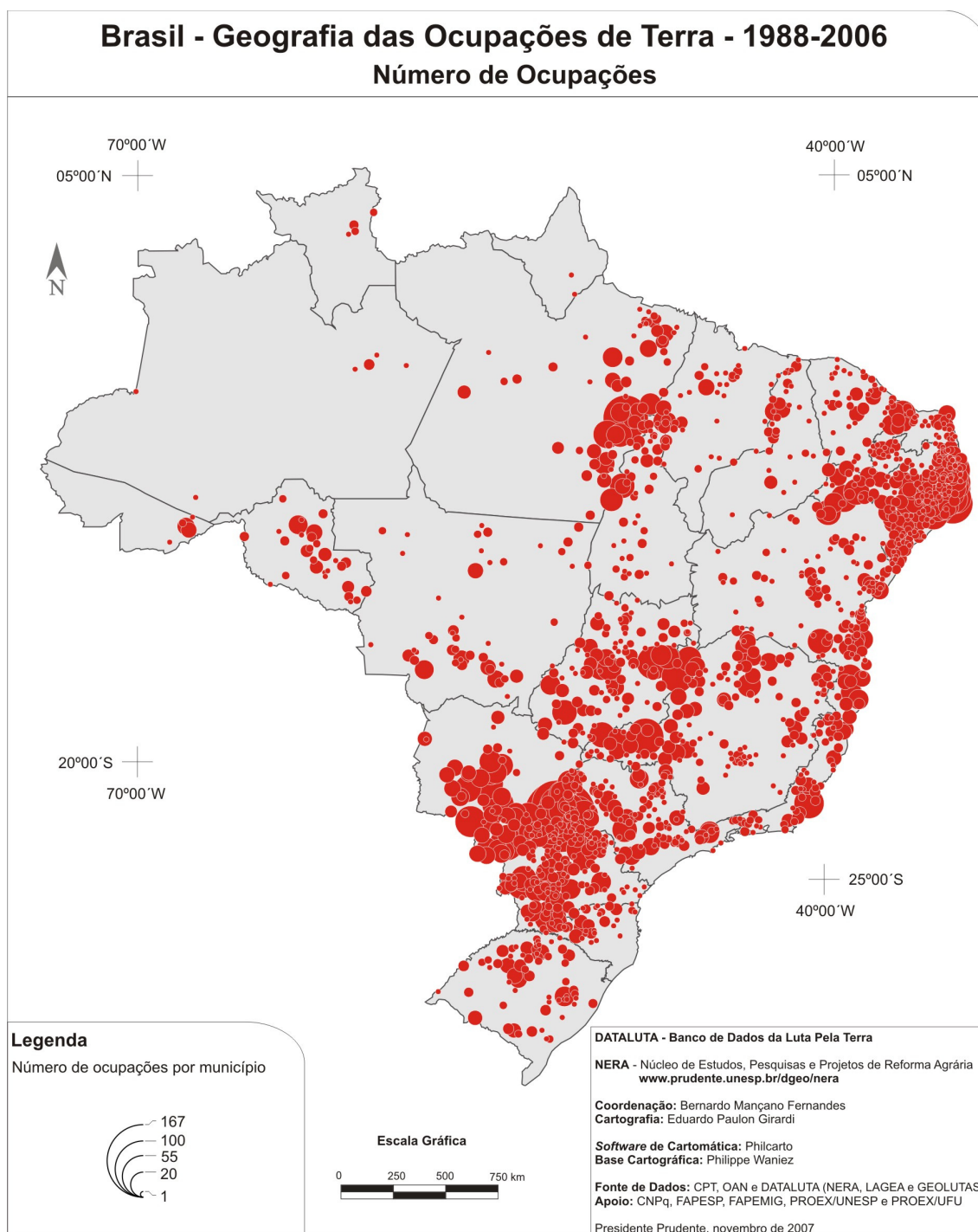


MAPA 14 - Municípios com ocorrências de ocupações no Brasil, 1988-2006.

Autor: Fernandes, Bernardo M.

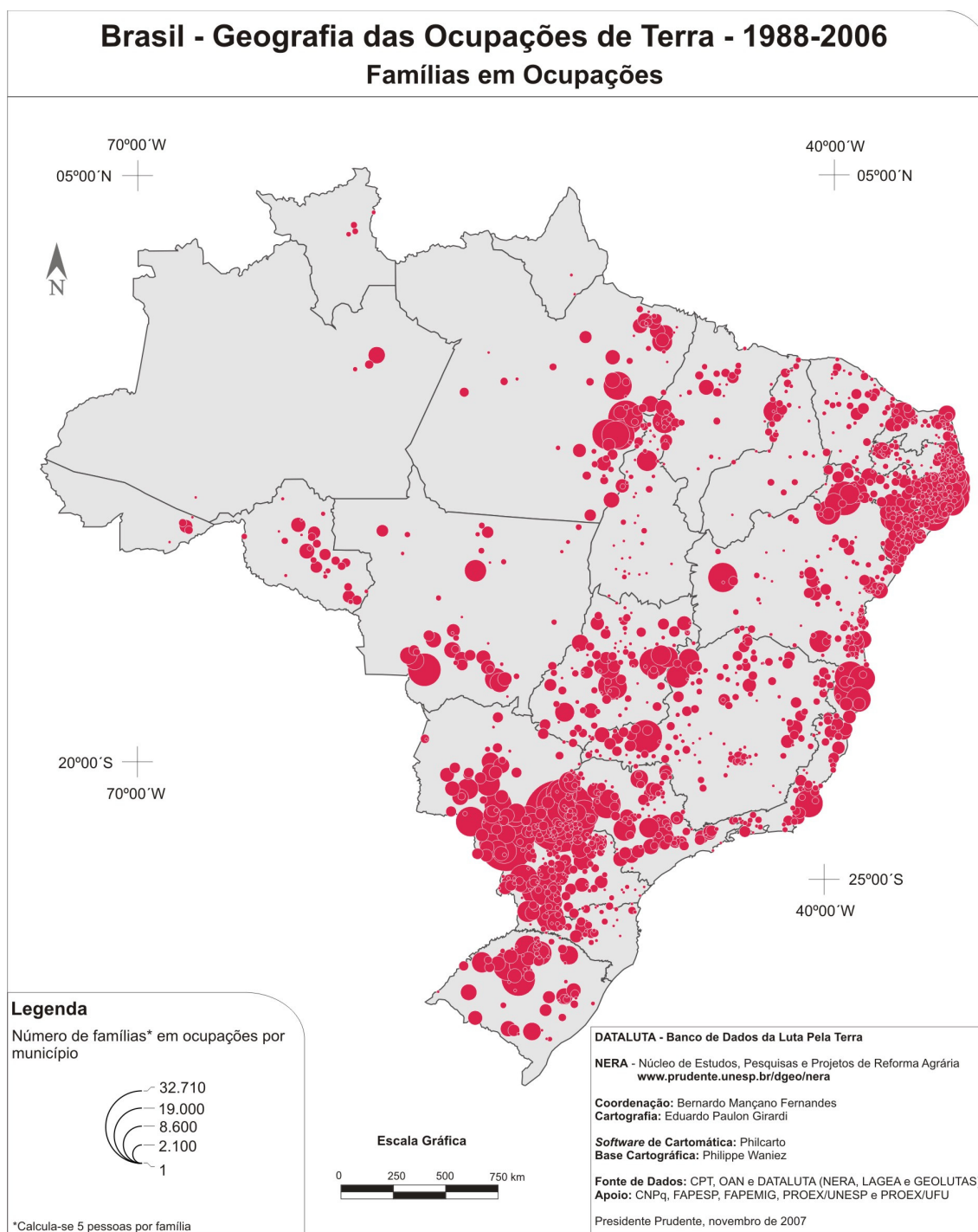
O MAPA 15, elaborado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária – NERA, sob a coordenação do Prof. Bernardo Mançano Fernandes, mostra a geografia das ocupações de terra no Brasil. Nesse mapa, se destaca a intensidade das ocupações ocorridas em cada município naquele mesmo período (1988-2006) da virada do século XX para o XXI, protagonizadas pelos camponeses brasileiros.

Há registro de municípios onde ocorreram até 167 ocupações. Ademais, é considerável a quantidade de municípios em que ocorreram até 20 ocupações no período estudado.



MAPA 15 - Número de ocupações nos municípios brasileiros, 1988-2006.
Autor: Fernandes, Bernardo M.

O MAPA 16 mostra o número de famílias em ocupações nos municípios. Observa-se um estrato de municípios onde há registros de 19.000 a 32.270 famílias participando de ocupações.



MAPA 16. Número de famílias nas ocupações em municípios brasileiros, 1988-2006. Autor: Fernandes, Bernardo M.

No período de 1988 a 2006 foram registrados 7.011 ocupações de terras no Brasil, envolvendo 1.047.600 famílias em todas as unidades da federação, segundo

relatório do DATALUTA (2007)³⁹. Observa-se um aumento desses números de 1995 a 1998, coincidindo com o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso e um declínio a partir de 1999⁴⁰ (GRAF. 6).

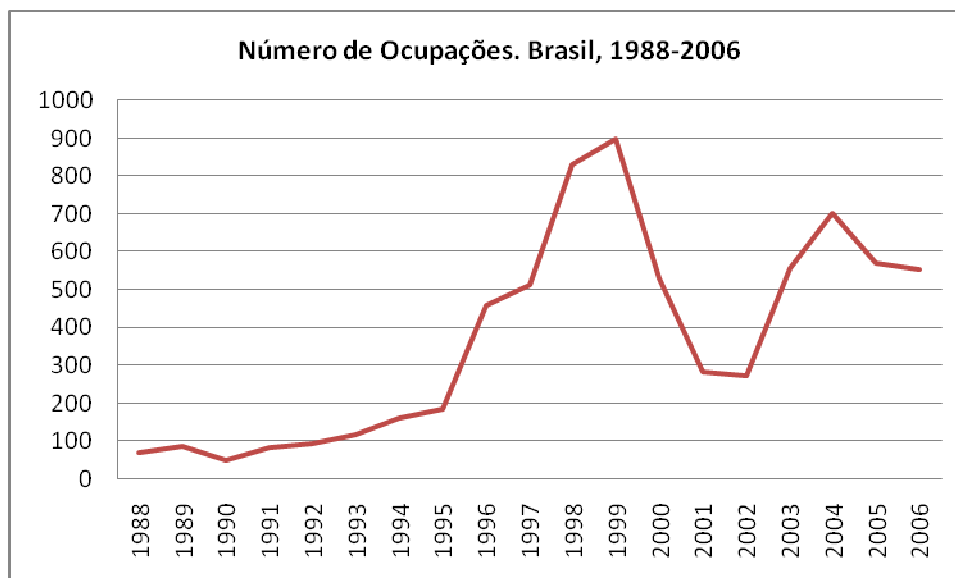


GRÁFICO 6 – Número de Ocupações. Brasil, 1988 a 2006.
 FONTE – DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007.

Não obstante, as ocupações de terra vêm acompanhadas de violência cuja conseqüência última resulta em morte de camponeses. Igualmente, os *conflitos agrários*, efeito das lutas camponesas no interior do desenvolvimento do capitalismo, são indicador do processo territorialização camponesa. Desde 1986, os conflitos agrários são sistematicamente registrados no Brasil pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. Esta os registra, em suas diversas formas de manifestações visíveis e materiais, tais como: despejos, lesões corporais, prisões, agressões físicas, tentativas de assassinato e assassinatos.

Segundo a CPT, no Brasil, 25% das famílias envolvidas em conflitos no campo no ano de 2006 foram vítimas da ação de milícias privadas (CPT, 2007). Em 2006, foi registrado o maior índice de conflitos em todo o país: 1.081 casos, envolvendo mais de 1 milhão de pessoas (CPT, 2007). A CPT observa que, naquele ano, **um em cada 29,4** habitantes do meio rural esteve envolvido em conflitos.

³⁹ Esses dados estão disponíveis no sítio www.fct.unesp.br/dgeo/nera

⁴⁰ Esse declínio pode ser explicado pela edição de um “pacote” de medidas do Governo Fernando Henrique Cardoso que ficaram conhecidas como medidas de “criminalização” dos movimentos sociais de luta pela terra.

Para Oliveira (2001: 194), os acampamentos e assentamentos são novas formas de luta camponesa pelo direito à **terra livre** e ao **trabalho liberto**. Assentamento conquistado com os acampamentos vai permitir que os camponeses se reproduzam no território capitalista. Assim, é nos acampamentos que as frações camponesas soldam politicamente uma aliança histórica. O autor ainda afirma que:

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista. Nos acampamentos, camponeses, peões e bóia-frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso, a transformação da ação organizada das novas lideranças abre novas perspectivas para os trabalhadores (2001: 194).

Oliveira (2001:195) destaca que o MST, na condição de movimento social rural mais organizado desde o final do século XX, ocupa lugar de destaque e [...] *representa, no conjunto da história recente do país, mais um passo na longa marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra (2001:195)*⁴¹. Observa, ainda, como estudioso da questão agrária, que há um lado novo e moderno no movimento, pois o campesinato não está lutando apenas para entrar na terra, mas para ficar na terra. Segundo o autor, o movimento revela uma nova estratégia de luta que acredita ser possível, a construção de uma nova sociedade, dotada de justiça, igualdade e cidadania:

Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, portanto, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas, muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível, hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania (2001: 195).

O MST, como parte da luta do campesinato brasileiro, segundo Ariovaldo U. de Oliveira (2001: 196), por ter uma organização sólida, “*está soldando a possibilidade de vitória da luta destes diferentes setores que formam o heterogêneo*

⁴¹ Oliveira acredita ser importante frisar que o MST não foi nem é o único movimento social na história do Brasil, pois há um grande número de movimentos de luta pela terra no campo brasileiro, como foi registrado pelo autor em citação anterior.

campesinato brasileiro” (2001: 196). O Movimento, nascido nos anos 80, é movimento social jovem e tem como binômio de ação a lógica acampamento-assentamento.

Quem quiser conhecer e entender o MST terá de entender este processo de luta calcado nos acampamentos, portanto, nas ocupações e na luta nos assentamentos. Assim, o MST é um movimento que articula simultaneamente a espacialização da luta, combinando-a contraditoriamente com a territorialização deste próprio movimento nos assentamentos. Possui e dá importância à sua estrutura organizativa democrática, de base, efetivamente de massa. Estrutura organizativa que respeita as diferenças desses movimentos em várias partes do país, e que tem um coletivo nacional representante das diferentes regiões onde o movimento atua. É um movimento diferenciado, pois respeita as decisões tomadas coletivamente. É um dos poucos lugares deste país onde a discordância se dá na discussão de uma determinada concepção ou na tomada de uma decisão. Mas, uma vez vencida uma proposta, ela é abraçada por todos e levada à prática por todos. Esta prática, infelizmente, não ocorre nos partidos políticos, não ocorre em setores do movimento sindical. O MST, com este componente nova em sua organização, nasce como um movimento de massa, de contestação contra o não-cumprimento pelo Estado da lei da Reforma Agrária (2001: 196).

Parcela do campesinato, quando vitoriosa, transforma acampamento em assentamento. Por meio das ocupações, famílias camponesas organizadas nos movimentos sociais e sindicais de luta pela terra conquistam frações espaciais do território capitalista. Por sua vez, as cartografias das lutas camponesas, combinadas com as cartografias dos espaços conquistados pela classe camponesa, desvendam a significativa geografia do campesinato brasileiro.

1.3. Cartografias dos espaços conquistados pela luta camponesa

Dos assentamentos, cada parcela de terra destinada às famílias camponesas que fizeram luta pelo território são espaços de reprodução social do campesinato e resultam do mencionado processo de luta. Com as estratégias de fazer ocupação e acampamento, parcela expressiva da classe camponesa põe em marcha um processo de territorialização em frações do território capitalista.

Sujeito social, o camponês rebelde, resistente, teimoso, agarrado à terra, nasce e morre do interior do desenvolvimento contraditório do capitalismo. Para Oliveira (2001: 189), a luta pela terra desenvolvida pelo campesinato colaborou para a sua formação como classe social no século XX. Nas palavras do autor:

a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Entendo que o século passado foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social (2001: 189).

O campesinato, portanto, se reproduz na terra (para nela entrar e nela ficar) graças a sua organização como movimento social. Larissa Mies Bombardi (2005:19) afirma que a apropriação de frações do território, conquistadas pelo campesinato com os assentamentos de reforma agrária, é resultado de luta e de enfrentamento de classe. A autora entende essas conquistas do campesinato como fruto da sua consciência, de sua unidade e de seus interesses de classe. Afirma, ainda, que o entendimento do sentido dos conflitos na luta de reprodução da classe camponesa leva à compreensão da luta pela terra e, simultaneamente, à necessidade de reforma agrária. Para Bombardi (2005:694):

Ao conquistarem estas frações de território, os camponeses buscam a construção de uma vida assentada na liberdade, na fartura e na justiça. Assim, nesta vivência, conseguem enxergar na condição do outro, a sua própria condição: 'eu também fui sem-terra' (2005: 694).

O camponês, fazendo lutas pela terra, se torna *ser social* e constrói o seu *vir-a-ser*⁴². Bombardi (2005:4), em tese de doutorado cujo tema trata da reforma agrária e da luta de classe do campesinato em regiões do estado de São Paulo, demonstra que o campesinato carrega peculiaridades articuladas por dois fatores auto-determinantes, quais sejam, a relação de trabalho familiar e a ordem moral de classe. Desvendá-los favorece a compreensão de como as classes sociais se contrapõem contraditoriamente, além de entender o processo que leva o campesinato *a agir e se mover na história forjando e transformando frações do território capitalista* (Bombardi, 2005: 5). Para a geógrafa, de um lado, a relação de trabalho familiar contraria a necessidade de produção e reprodução do capital e, de outro, a ordem moral do campesinato orienta a sua prática cotidiana e, também, a luta na terra e pela terra.

Anderson A. da Silva e Bernardo M. Fernandes (2004) apresentam ensaio conceitual a partir da leitura geográfica dos dados gerados sobre ocupações, conflitos

⁴² De outro lado, o modo de vida da unidade camponesa comporta valores. Para Bombardi (2005), o valor moral é fator inerente ao modo “com que opera” a classe camponesa. Ele colabora para a compreensão da resistência e da existência histórica do campesinato. Analisar essa marcha do campesinato, iniciada na ocupação da terra e se estendendo até os assentamentos de reforma agrária, demanda entender o universo camponês marcado por “uma estreita ligação entre trabalho e família”, pois, *a lógica camponesa é fundamentalmente diversa da capitalista* (Bombardi, 2005: 5).

agrários e assentamentos, para aprofundar o conceito de movimento socioterritorial que vêm cunhando. Para tanto, partem das obras de Milton Santos (1988 e 1996), Henri Lefebvre (1991), Claude Raffestin (1993), Ariovaldo U. de Oliveira (1991), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001 e 2005); Bernardo M. Fernandes (2000, 2004) e Martin (2005). Silva e Fernandes (2004) utilizaram como exemplos os movimentos atuantes no território nacional que se espacializam e se territorializam na luta pela terra. Entendem, ainda, ser um desafio superar os conteúdos sociológicos do conceito de movimento social, pois ele pouco contribui para a compreensão *dos processos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaços e transformadores de espaços em territórios* (Silva e Fernandes, 2004).

Sobre o processo de transformação de espaços em territórios, Silva e Fernandes (2004) afirmam:

Os movimentos transformam espaços em territórios, se territorializam, são desterritorializados e se reterritorializam, carregando consigo suas territorialidades. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida como estado permanente de conflitos no enfrentamento entre forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar territórios. A criação ou conquista de um território acontece com a desterritorialização e com a reterritorialização de outro. O território é espaço de dominação e de resistência e por essa razão carrega em si sua contradição (2004).

Dessa forma, numa perspectiva geográfica, a materialidade socioespacial no rastro da luta camponesa é passível de ser mapeada para tornar visível sua geografia no espaço agrário brasileiro (Silva e Fernandes, 2004) e realizar o que propõe Milton Santos⁴³ ao dizer ser necessário fazer o “território falar”, o que se pretende a partir das cartografias das ocupações e dos assentamentos.

Nesse sentido, Bombardi (2005) construiu uma teoria da reprodução da classe camponesa numa linha dialética que mapeou e fez cartografia para mostrar a geografia desse processo de desenvolvimento da agricultura camponesa, em que o “trunfo”⁴⁴ camponês é a *terra* e o seu *fazer* é ação no território. Com esse intuito, a autora produziu mapas para darem conta da geografia dos conflitos de classe no campo e, assim, ver *suas marcas no território* (Bombardi, 2005-19)⁴⁵.

⁴³ Ver Brandão (2004).

⁴⁴ O termo “trunfo” entendido como concebido por Raffestin (1993).

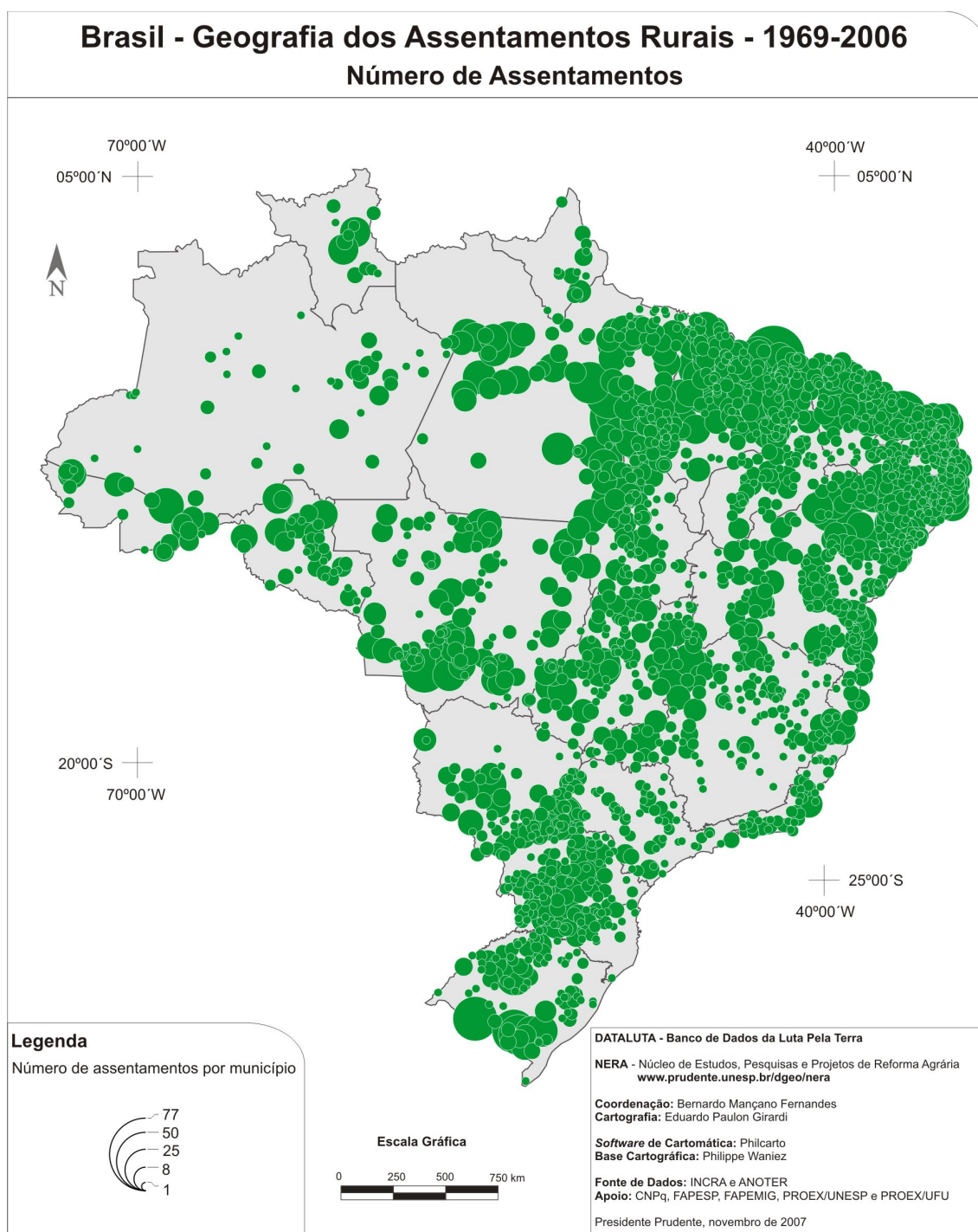
⁴⁵ A tese de Bombardi (2005) investigou o processo dialético da reprodução camponesa no território capitalista. Assim, contribui para a compreensão da questão agrária e da luta de classe camponesa no Brasil, como quer este estudo. No entanto, o conflito da classe camponesa especializada nos assentamentos, fruto da luta das suas organizações, não está acabada aí, pois o capital quer a sujeição da renda camponesa da terra.

A partir daí, retorna-se à questão que guia a presente seção, *quantos são e onde estão* os camponeses. Entretanto, buscam-se, agora – depois da produção das cartografias das frações camponesas existentes no país –, as unidades espaciais criadas pelo movimento de luta pela terra, feita pelas famílias camponesas.

A propósito, quantas são as unidades espaciais camponesas conquistadas nas lutas pela ocupação, por meio dos acampamentos? Segundo dados do cadastro do INCRA, são 6.379 assentamentos criados até 2003 em todo o país. Neles vivem 458.500 famílias camponesas assentadas.

Os MAPAS 17, 18, 19 e 20, elaborados pelo NERA, revelam a geografia dos assentamentos rurais criados no período de 1969 a 2006. Eles mostram, respectivamente, o número de assentamentos, o número de famílias assentadas, a área dos assentamentos rurais criados e os municípios com assentamentos no Brasil.

Pode-se ver na geografia dos assentamentos rurais no Brasil, representada pelo MAPA 17, que fica evidente a existência de assentamentos em todos os estados da federação. Ele revela, também, ao menos cinco estratos de municípios, de acordo com a quantidade de assentamentos neles criados. Nota-se, por exemplo, que estão distribuídos por todo o país municípios classificados no estrato em que existem de 50 a 77 assentamentos implantados no período de 1969 a 2006.



MAPA 17 - Número de assentamentos nos municípios brasileiros, 1969-2006.
Autor: Fernandes, Bernardo M.

Todavia, a partir do MAPA 17, podem ser vistas, para além da escala municipal, áreas do país onde há maior concentração espacial de assentamentos da reforma agrária. Por exemplo, tais concentrações espaciais podem ser vistas no oeste dos estados do Paraná e de Santa Catarina; no noroeste de Minas Gerais, vizinho à região de influência do Distrito Federal; na região conhecida como “Bico do Papagaio”, a sul do Pará, norte de Goiás e Sudoeste do Maranhão; na faixa de “terras frescas”

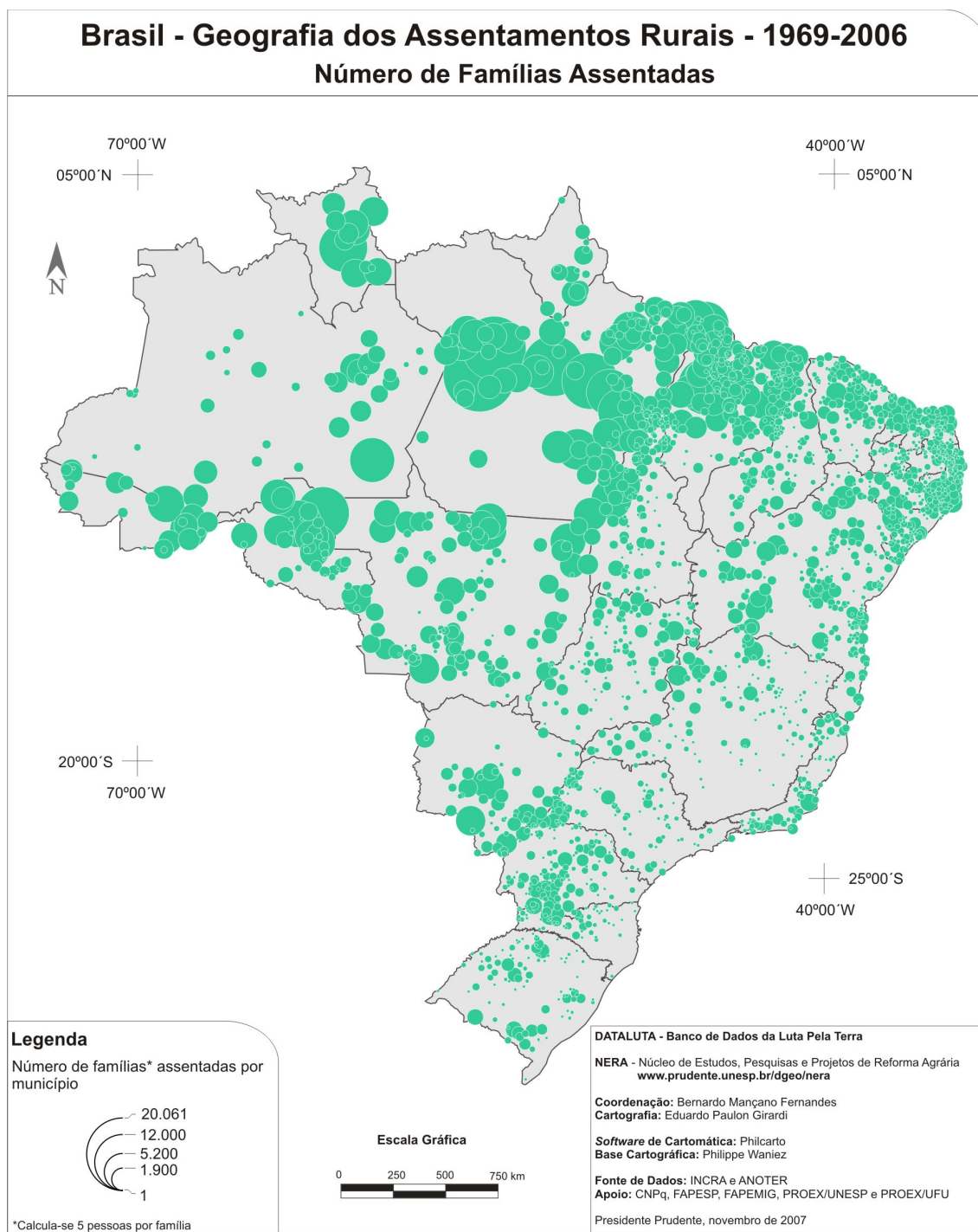
(Ribeiro, 2006) litorâneas e na região “da mata” dos estados do Nordeste; no extremo sudoeste de São Paulo, especificamente no Pontal do Paranapanema com o sudeste do Mato Grosso do Sul, entre outras.

Essas áreas podem ser conceitualmente entendidas como **áreas reformadas**⁴⁶. Constituem-se em territórios estratégicos para as políticas de reforma agrária e, claro, para o desenvolvimento da agricultura camponesa⁴⁷.

Vê-se, pelo MAPA 18, que a distribuição espacial das famílias assentadas no país não é homogênea, nem diretamente relacionada à distribuição numérica dos assentamentos nos municípios. Verifica-se que, nos municípios localizados nos estados do Norte, em especial do Pará, Rondônia e Roraima, são mais comuns os municípios onde há mais de 1.900 famílias assentadas. Por outro lado, nos municípios localizados nos estados do Nordeste, do Sudeste e do Sul, há maior quantidade de municípios com número inferior a 1.900 famílias assentadas.

46 O conceito de *área reformada* está contido no Estatuto da Terra. É encontrado, também, no programa de Governo do então candidato Lula nas eleições presidenciais de 2003 e retorna fortemente na proposta do II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA, coordenada por Plínio de Arruda Sampaio e apresentado em outubro de 2003 para o então Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto. O II PNRA propõe: *Ao invés de um modelo único para todas as regiões do país, o Plano prevê a adequação do modelo de reforma agrária às características de cada região, de cada bioma. Ao invés de uma ação dispersa espacialmente e desarticulada, o Plano organizará sua atuação em áreas reformadas, o que reforçará o caráter dinâmico da Reforma Agrária e seu papel na constituição de um novo tecido social em âmbito regional e nacional. Até o momento a conformação dessas áreas reformadas tem se dado a posteriori, a partir da ação dos trabalhadores, e não necessariamente como um instrumento prévio da ação estatal, como já dispunha o Estatuto da Terra. Recuperar essa capacidade da ação governamental pode ser um passo importante – e não menos inovador – para reforçar o caráter dinâmico da reforma agrária e acelerar seu papel na reconstituição do tecido social no âmbito nacional* (MDA, 2003).

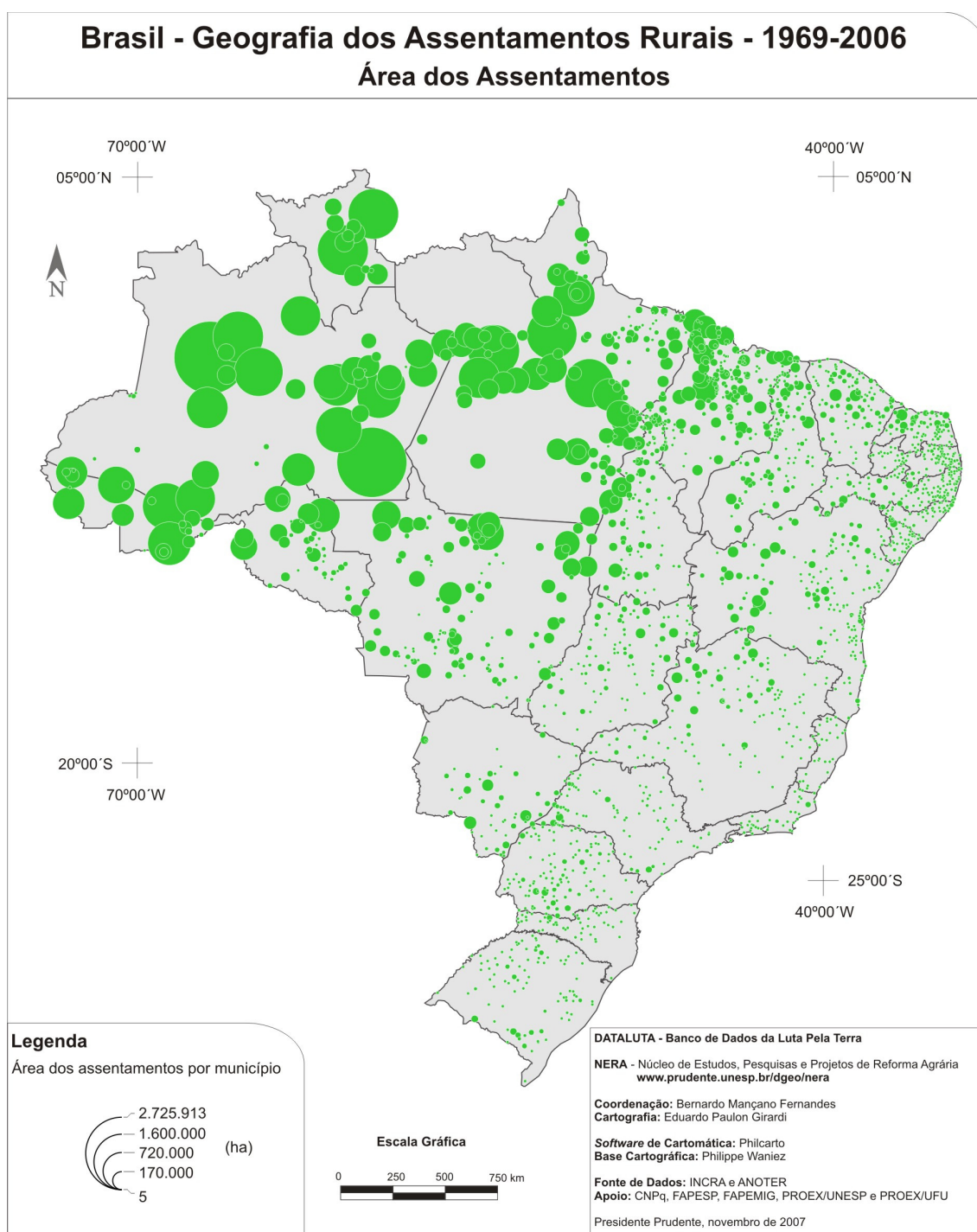
⁴⁷ Sobre agricultura camponesa em áreas reformadas ver Moreira e Targino (2006).



MAPA 18 - Número de famílias assentadas nos municípios brasileiros, 1969-2006.

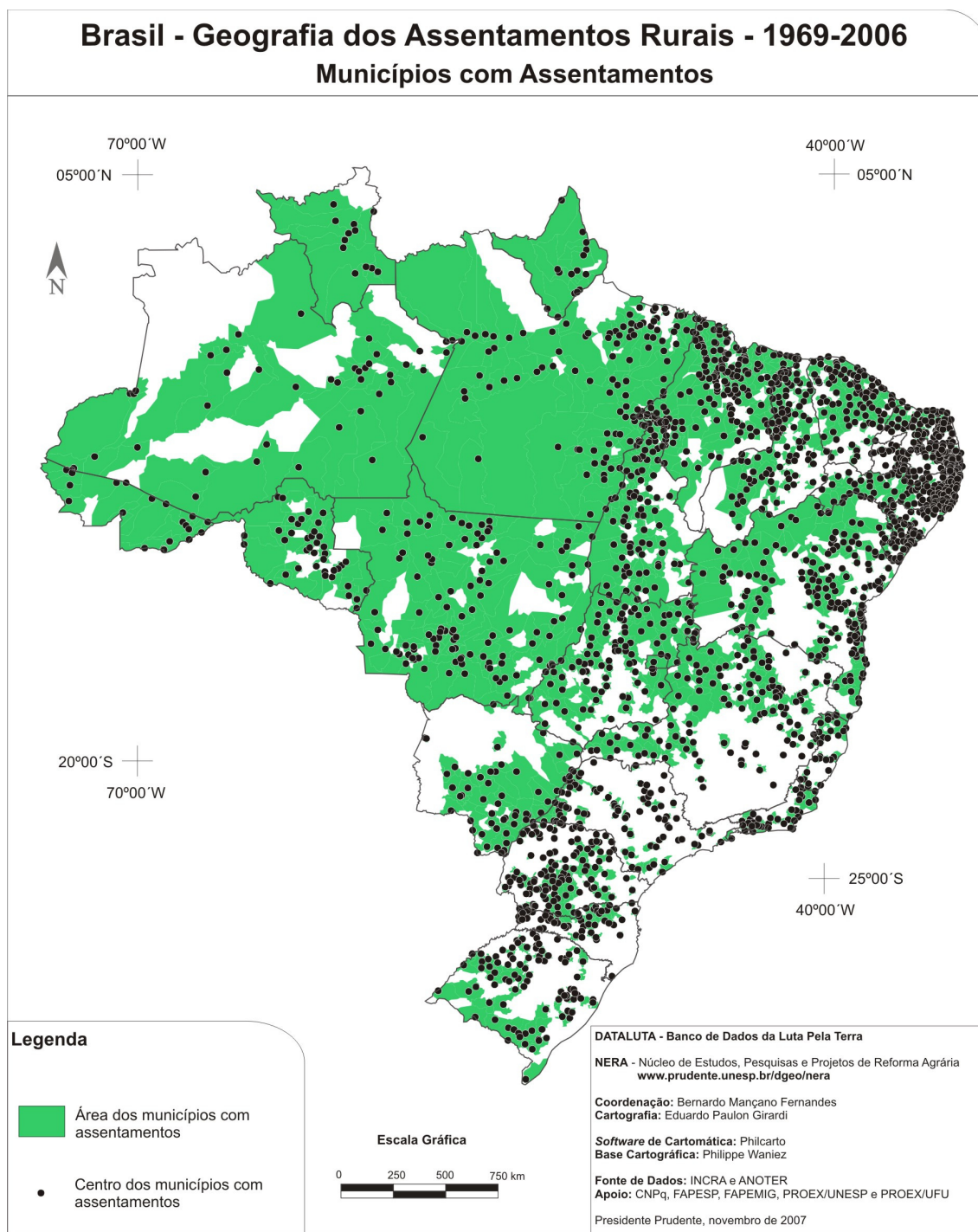
Autor: Fernandes, Bernardo M.

Do mesmo modo, no MAPA 19 – que organiza os municípios em cinco estratos, em função do tamanho da área dos assentamentos (em hectares) –, a visão que se tem é que predominam, nos estados do Norte, municípios com assentamentos cuja área superficial é superior a 170 mil hectares.



MAPA 19 - Área dos assentamentos nos municípios brasileiros, 1969-2006.
Autor: Fernandes, Bernardo M.

O MAPA 20 mostra os municípios brasileiros com assentamentos completando assim as cartografias que ajudam a desvendar a geografia dos assentamentos rurais no Brasil no período de 1969 a 2006.



MAPA 20 – Municípios com Assentamentos Rurais, Brasil (1969-2006).

Importante destacar que o uso das cartografias dos acampamentos e dos assentamentos, com a intenção de buscar a geografia do campesinato, se baseia no fato de que a espacialização e a territorialização camponesa tem nesses espaços o seu ponto de partida. Isto é, como constatado pelos elementos teórico-analíticos trazidos por Oliveira (1991; 1996; 1999 e 2001), Feliciano (2006), Silva e Fernandes (2004) e Bombardi (2005), a ocupação é ponto de partida para a espacialização e o assentamento

é ponto de chegada e de partida para a afirmação do projeto camponês de viver e de se reproduzir socialmente no território. Tratam-se de espaços conquistados onde as famílias camponesas vivem, sonham e lutam.

2. DIVERSIDADE E DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL

Fazer falar o próprio território para se produzir um discurso novo. É o que afirma Milton Santos⁴⁸: *primeiro [discurso] acadêmico, quando possível também de mídia, e depois o discurso político* (Santos, *apud* Brandão, 2004). Santos desejou que os geógrafos fizessem *falar o território*, como o antropólogo Darcy Ribeiro quis fazer falar o povo e o economista Celso Furtado quis fazer falar a economia. Para ele, o território também pode ter sua voz.

Admite-se que a teoria antropológica de Darcy Ribeiro (2006) sobre a formação do povo brasileiro dá voz ao povo brasileiro e, ao mesmo tempo, colabora com o debate teórico sobre a luta do campesinato no território. Para tanto, é preciso compreender a diversidade do campesinato brasileiro, que vive diferentes modos e conflitos com o capital nacional-globalizado.

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (s.d.), ao debater uma nova reforma agrária e a reinvenção do campesinato no Brasil, afirma:

O fato de diferentes segmentos sociais como arrendatários, assalariados rurais, posseiros, sem-terra, camponeses variados (geraizeiros no Norte de Minas, mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão e Tocantins, retireiros no Araguaia, seringueiros na Amazônia) viverem todos, de diferentes modos, conflitos com o capital nacional-globalizado coloca-os frente ao desafio de unificarem suas lutas. Eis o que, talvez, seja o maior desafio a ser enfrentado por esses diferentes grupos/classes/camadas sociais que, assim, exigem mediadores criativos e com clareza desse duplo movimento entre a diversidade e a unidade na luta pela igualdade e pela diferença (s.d.).

Porto-Gonçalves (s.d.), referindo-se à diversidade camponesa, usa o termo *camponeses variados* para caracterizar a variação de *grupos* camponeses em realidades regionais brasileiras distintas. O autor destaca o desafio de unificar as lutas desse sujeito social manifestado em diferentes *grupos/classes/camadas sociais*. Essa é uma tarefa que

⁴⁸ Ver Coletâneas, obra que reuniu os trabalhos do Seminário “Milton Santos e o Brasil : lugares e Saberes”, realizado em Salvador, de 17 a 19 de julho de 2002.

exige *mediadores criativos*⁴⁹ capazes de compreender e realizar movimento social na diversidade e na unidade. Trata-se de tarefa que contém lutas pela igualdade e pela diferença (Porto-Gonçalves, s.d.).

Mas a que realidades regionais se está referindo? Essa é uma idéia recorrente por parte dos especialistas e dos movimentos sociais, que têm se apoiado nas noções de biomas e grandes regiões brasileiras⁵⁰, que, por vezes, derivam para a idéia de eco-regiões, como será visto em anotações mais adiante.

Pretende-se, nas subseções seguintes, compreender tanto a diversidade quanto a desigualdade socioterritorial com as quais se realizam as lutas e a marcha da territorialização camponesa na realidade socioespacial brasileira.

2.1. A teoria antropológica de Darcy Ribeiro e o campesinato brasileiro

Darcy Ribeiro (2006), para compor uma teoria da história do povo brasileiro, entende *que a história, na verdade das coisas, se passa nos quadros locais, como eventos que o povo recorda e a seu modo explica* (2006). Essa foi uma das razões, segundo o próprio autor, por que compôs cenários regionais e, assim, pôde colaborar para que o povo brasileiro tivesse uma *teoria de si mesmo*.

A teoria de Darcy Ribeiro (2006) sobre o povo brasileiro trás elementos importantes que colaboram com um dos objetivos aqui buscados, que é perceber a diversidade no processo de territorialização de frações da classe camponesa. Tal teoria preferiu, ao invés de partir de um quadro geral da história brasileira para formulá-la, compor *cenários regionais*.

Ao compor cenários regionais, o antropólogo identifica a diversidade dos sujeitos sociais brasileiros, mas, sobretudo, dá identidade a parcelas do campesinato, cuja formação ocorre de forma distinta em regiões brasileiras. Ribeiro (2006)

⁴⁹ Na perspectiva teórico-conceitual do presente estudo, “mediadores criativos” compreende organizações e movimentos socioterritoriais camponeses.

⁵⁰ Embora não tenha sido uma ênfase abordar tipologias fitogeográficas e morfológicas como disciplinas importantes da geografia, para compreender a diversidade das “paisagens” brasileiras, é importante considerar os conceitos de formação paisagística e de formação macroecológica nas obras do geógrafo Aziz Ab’Saber (1995, 2003). Para ele, o Brasil abriga seis grandes domínios morfoclimáticos ou paisagísticos. Silva (2006), estudando os cerrados brasileiros, a questão da sustentabilidade e as tensões das suas territorialidades, baseia-se em Ab’Saber. No entanto, diferencia tais domínios morfoclimáticos das noções de bioma e ecossistemas. Para Silva (2006), ecossistema “*se refere aos sistemas ecológicos, com seus componentes bióticos e abióticos presentes em determinado local ou região, não tendo, portanto, o caráter de domínio de uma grande faixa territorial como requer o conceito de bioma*” (Silva, 2006-46). Para Ab’Saber, os ecossistemas básicos são os cerrados, a caatinga, as florestas amazônicas, as florestas atlânticas, as Araucárias e Bosques Subtropicais e as Pradarias Mistas (Ab-Saber, 1995).

identificou cinco realidades regionais no Brasil e as denominou de “Brasis”. Em cada um dos “cinco Brasis”, descreveu um grupo social distinto dos demais.

Brasis! Que Brasis? Para Darcy Ribeiro, não houve uniformidade na formação da *unidade étnica* básica, pois atuaram sobre tal unidade étnica deste *povo-nação* três *forças diversificadoras*: a ecológica, a econômica e a imigração (Ribeiro, 2006: 18). O autor assim as descreve:

A ecológica, fazendo surgir paisagens humanas distintas onde as condições de meio ambiente obrigaram a adaptações regionais. A econômica, criando formas diferenciadas de produção, que conduziram a especializações funcionais e aos seus correspondentes gêneros de vida. E, por último, a imigração, que introduziu, nesse magma, novos contingentes humanos, principalmente europeus, árabes e japoneses (2006: 18).

Essas três vias, com suas forças diversificadoras, ou *funções ecológico-ambientais*, *plasmaram historicamente* diversos modos – *rústicos* – de ser dos brasileiros. Elas permitem compreender melhor os brasileiros *sertanejos do Nordeste, caboclos da Amazônia, crioulos do litoral, caipiras do Sudeste e Centro do país, gaúchos das campanhas sulinas* (Ribeiro, 2006: 19). Eis os *Brasis* e os modos regionais de ser do povo brasileiro. Modos diversos, diversas realidades geográficas brotadas das *províncias ecológicas*, das *ilhas civilizatórias* (Ribeiro, 2006:246) co-existent no Brasil (Ribeiro, 2006: 20).

A partir dessas *ilhas civilizatórias*, por meio de processos de adaptação e de diferenciação – que se estendem por quatro séculos –, se formaram as principais culturas brasileiras tradicionais. Darcy Ribeiro (2006: 247), a partir desses conceitos, explicou os modos regionais de ser do povo brasileiro. O autor assim caracteriza tais culturas brasileiras tradicionais:

Elas são representadas pela cultura crioula, que se desenvolveu nas comunidades da faixa de terras frescas e férteis do Nordeste, tendo como instituição coordenadora fundamental o engenho açucareiro. Pela cultura caipira, da população das áreas de ocupação dos mamelucos paulistas, constituída, primeiro, através das atividades de preia de índios para a venda, depois, da mineração de ouro e diamantes e, mais tarde com as grandes fazendas de café e a industrialização. Pela cultura sertaneja, que se funde e difunde através dos currais de gado, desde o Nordeste árido até os cerrados do Centro-Oeste. Pela cultura cabocla das populações da Amazônia, engajadas na coleta de drogas da mata, principalmente nos seringais. Pela cultura gaúcha do pastoreio nas campinas do Sul e as suas duas variantes, a matuta-açoriana (muito parecida com a caipira) e a gringo-caipira das áreas colonizadas por imigrantes, predominantemente alemães e italianos (grifos nossos) (2006: 247).

Ao descrever os cinco *Brasis*, Darcy Ribeiro (2006), como quis e desejou Milton Santos, faz o povo falar, mirando o espaço geográfico, a realidade ecológica, as condições e as relações de produção. Dessa forma, explica os diversos modos de vida do povo brasileiro e suas estratégias de sobrevivência, de resistência e de reprodução social. Ribeiro (2006), portanto, faz uma análise socioespacial para explicar o povo brasileiro e, assim, vê cinco *Brasis*.

O *Brasil Caboclo*, visto por Ribeiro (2006), pulsa na floresta Amazônica. Correspondente a quase metade das terras do Brasil. No entanto sua população representa 10% da nacional. Segundo o autor (2006), desde as últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, a migração⁵¹ de cerca de meio milhão de nordestinos – para lá, conduzidos para a exploração dos seringais nativos – colaborou para sua incorporação ao Brasil⁵². O seringal, para Ribeiro (2006: 280), é o correspondente amazônico do engenho açucareiro, da grande lavoura comercial ou da fazenda de criação de gado das áreas pastoris. Nesse Brasil, vive o “Caboclo da Amazônia”. Afirma o autor ser esse o Brasil dos índios, das águas e do *microchip*.

Seu modo de vida, essencialmente indígena, enquanto adaptação ecológico-cultural contrastava flagrantemente, no plano social, com o estilo de vida tribal. Em suas comunidades originais, voltadas exclusivamente para o preenchimento das suas condições de existência, os índios haviam conseguido, com as mesmas técnicas, uma grande fartura alimentar e a manutenção da sua autonomia cultural. Transladadas aos novos núcleos, a adaptação indígena apenas permitia não morrer de fome, porque as novas comunidades se ocupavam mais de tarefas produtivas de caráter mercantil, requeridas pelo mercado externo, do que a própria subsistência. Uma e outra se opunham tipologicamente como sociedades tribais autônomas de economia comunitária e como núcleos locais de uma sociedade estratificada, voltada para a produção mercantil e gerida por interesses exógenos (2006: 286).

O *Brasil Sertanejo* pulsa na caatinga, no Nordeste brasileiro. O vaqueiro é seu principal personagem. Segundo Ribeiro (2006: 306), esse Brasil se estende para

⁵¹ Sobre a migração dos nordestinos, é importante recorrer a Andrade e Andrade (2003). Em outro contexto, no exercício de análise geopolítica e geo-social das regiões brasileiras, referindo-se à grande região brasileira do Nordeste, afirmam: *Considerada a região pobre do Brasil, tem sido, desde o século XVIII, a grande fornecedora de migrantes para outras regiões, a fim de trabalharem na mineração, no surto da borracha, na expansão cafeeira, nas obras de modernização do Rio de Janeiro e de São Paulo, na ocupação do Centro-Oeste e na construção de Brasília. Contudo nos momentos de crise dessas áreas de atração, o movimento migratório arrefece e o nordestino volta aos seus lugares, fazendo o que se chama ‘migração de retorno’ (Andrade e Andrade, 2003: 94).*

⁵² O autor atribui dois outros fatores que contribuíram para a incorporação da Amazônia ao Brasil: a herança do patrimônio cultural português e a unidade de formação cultural fundada nas mesmas matrizes básicas. (Ribeiro, 2006-278)

além da faixa nordestina das terras frescas e férteis do massapé⁵³, ela se desdobra para outras áreas ecológicas. Começam pela orla descontínua ainda úmida do agreste e prosseguem com as enormes extensões semi-áridas das caatingas. Mais além, penetrando já o Brasil Central, se elevam em planalto como cerrados que se estendem por milhares de léguas quadradas.

O *Brasil Caipira* é o Brasil do interior desbravado, da Mata Atlântica penetrada pelos bandeirantes para caçar índios e ouro. É o Brasil paulista⁵⁴, mineiro e, mais tarde, paranaense.

Enquanto os núcleos açucareiros da costa nordestina cresciam e enriqueciam, a população paulista revolvía-se numa economia de pobreza. Não tendo grandes engenhos de açúcar, que eram a riqueza do tempo, tampouco tinham escravaria negra, e raramente um navio descia até o ancoradouro de São Vicente. Ao fim de um século e meio de implantação, os núcleos paulistas mais importantes eram os arraiais de casebres de taipa ou adobe, cobertos de palha (Ribeiro, 2006: 329).

Compreende-se, assim, que os camponeses posseiros, rendeiros, minifundistas, agricultores familiares pobres, proletários, associados e autônomos vivem, com suas identidades próprias, pelos cinco *brasis*. O campesinato no Brasil tem seus jeitos, seus modos regionais, suas formas de viver e lutar nas parcelas diversas e desiguais brasileiras. Admite-se, portanto, que, no Norte do Brasil, o campesinato é caboclo; da mesma forma que, no Nordeste, o campesinato é sertanejo e crioulo; no Sudeste, o campesinato é caipira e, no Sul do país, é gaúcho.

2.2. Desigualdades regionais brasileiras

Ressalte-se que não é a diversidade a característica que mais se destaca no Brasil. É a desigualdade regional (Araújo, 2003: 34).

O Brasil apresenta grandes desigualdades regionais e sociais. Ser um *país de enormes desigualdades* é uma das suas principais marcas (Araújo, 2003). Embora país industrial-urbano, o Brasil tem forte dinâmica rural⁵⁵. Tânia Bacelar de Araújo (2003) usa a expressão *país caranguejo* para caracterizar a forma de ocupação litorânea: [...] *por isso a imagem do caranguejo arranhando o litoral* (Araújo, 2003: 33). No Brasil, a

⁵³ Nessas terras ricas de massapé, segundo Ribeiro, *com rica cobertura florestal, onde se implantaram os engenhos de açúcar* (Ribeiro, 2006:306).

⁵⁴ Leitura obrigatória sobre o caipira paulista é a obra “Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida”, do sociólogo Antonio Candido. Ver (Cândido, 1964).

⁵⁵ Para Araújo (2003), essa condição (sua forte economia de base rural, bem desenvolvida e competitiva) tem salvado o país em tempos de crise da economia nacional.

maior densidade populacional se encontra na faixa litorânea, gerando *manchas urbanas*⁵⁶ na parte ocidental do país.

Em seus estudos sobre o desenvolvimento regional brasileiro, Araújo (2003: 35) considerou indicadores de **população** e o **produto interno bruto – PIB** para caracterizar suas desigualdades regionais. A autora concluiu existirem três *brasis*: o Brasil do Norte-Nordeste; o do Centro-Oeste e o do Sul-Sudeste:

O Brasil do Norte-Nordeste, que tem mais importância na população do que no PIB (Nordeste: 28% da população e 14% do PIB; Norte: 8% da população e 4% do PIB); o Brasil do Centro-Oeste, bem diferente, com 7% da produção e iguais 7% da população nacional, região em franco processo de ocupação em que a economia atrai a população; e, por fim, o terceiro o Brasil, do Sul-Sudeste, em que a situação é inversa à do Brasil Norte-Nordeste. Este último Brasil tem maior peso na economia do país do que na base demográfica. O Sudeste tem 58% do PIB e 42% da população (2003:35).

A combinação dos indicadores população / PIB, em última instância, revela uma **geografia do poder** regional no território nacional. O Sudeste concentra a riqueza e a população, isto é, tem a maior renda média do país, concentrando, assim, maior peso demográfico e econômico e, portanto, mais poder que as demais regiões (Araújo, 2003:35).

Araújo (2003) mostra que a pobreza no Brasil é uma expressão de desigualdade regional. A pesquisadora utilizou a renda – para ela, *uma variável primordial* – para entender essa realidade brasileira. Tânia Bacelar (2003: 35) analisou a *renda domiciliar* em cada microrregião, levando em consideração a porcentagem dos domicílios com renda menor ou igual a dois salários mínimos no total dos domicílios. Para ela, os dados são alarmantes.

Mesmo em lugares com menos desigualdade, quase metade da população vive com dois salários mínimos, inclusive em lugares ricos do Brasil. Tais informações geram questionamentos e suscitam discussão sobre a pobreza urbana (2003: 35).

De outro modo, usando apenas a variável *renda domiciliar*, a autora pôde dividir o país em duas grandes regiões ou dois *brasis*: o Brasil do Norte-Nordeste e o Brasil do Centro-Oeste-Sudeste-Sul. Para Araújo, *É evidente a desigualdade a ser enfrentada: Norte e Nordeste são um Brasil; Centro-Oeste, Sudeste e Sul, outro*

⁵⁶ Evidenciado pela urbanização das capitais e regiões metropolitanas dos estados do Norte, do Nordeste, do Sudeste e do Sul do país.

(Araújo, 2003: 36). Ou seja, o Brasil pobre do Norte e do Nordeste e o Brasil rico do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul.

O geógrafo Manoel Correa de Andrade e a socióloga Sonia Correa de Andrade (2003), ao estudarem a Federação Brasileira e analisá-la sob as óticas geopolítica e *geo-social*⁵⁷, opinam pela substituição da atual divisão do país. Esses autores entendem-na ultrapassada⁵⁸, pois, sendo ela adotada há meio século, não dá conta das modificações que tiveram forte impacto nas dinâmicas do crescimento econômico do país, em especial, *o avanço do processo de territorialização para oeste e norte modificaram a distribuição da população e as vias de transporte e de comunicações* (Andrade e Andrade, 2003: 84). Os autores ponderam, por exemplo, o efeito da integração do Brasil com o Mercosul e indagam sobre as transformações, nos sistemas regionais, dos fluxos econômicos e demográficos para refletir sobre a necessidade de substituir a atual divisão regional brasileira (Andrade e Andrade, 2003).

Os estudos sobre divisão regional do país, promovidos pelo IBGE, tiveram início em 1941. O objetivo geral foi sistematizar as várias divisões regionais que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única *Divisão Regional do Brasil* para divulgação das estatísticas nacionais. A primeira *Divisão do Brasil*⁵⁹ compreendia cinco regiões, quais sejam: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro Oeste. Posteriormente ocorreram alterações, como a realizada em 1945, que estabelece a *Divisão do Brasil* em Zonas Fisiográficas baseadas em critérios econômicos do agrupamento de municípios, tendo sido utilizadas até 1970. No entanto, na década de 60 do século passado, foram retomados os estudos para a revisão da divisão regional em nível macro, o que culminou nas hoje denominadas *Grandes Regiões Brasileiras*. As então denominadas Zonas Fisiográficas evoluíram para *mesorregiões* na atual divisão regional do país (IBGE, 2003):

A Divisão Regional do Brasil em mesorregiões, partindo de determinações mais amplas a nível conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise e definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial (2003).

⁵⁷ O termo *geo-social* é usado no subtítulo da obra citada dos autores, “A Federação Brasileira: uma análise geopolítica e geo-social”. Ver Andrade e Andrade (2003).

⁵⁸ Andrade e Andrade (2003) lembram que o IBGE fez uma subdivisão de todo o território nacional em cento e trinta e sete mesorregiões que, por sua vez, se dividem em microrregiões. Estas são renovadas de dez em dez anos.

⁵⁹ Por meio da Circular nº. 01 da Presidência da Republica de 31/10/42.

Desse modo, o IBGE (2003) organiza em mesorregiões a divulgação das estatísticas. Estas, verifica-se, estão fundadas no processo social, no quadro natural e na rede de comunicação de lugares como elemento de articulação, sobretudo, orientadas primeiramente pela realidade social (como variável determinante) e pelas demais condicionantes. Acredita-se que isso favorece a compreensão dos diferentes modos de vida das classes sociais no território e, ainda, o planejamento regional e a implantação das políticas públicas de desenvolvimento nacional.

Assim, como parte desse esforço para a leitura das diferenças entre as grandes regiões brasileiras, elegeram-se alguns indicadores regionais afetos a) à **situação fundiária** (tamanho das propriedades, posses, terras improdutivas); b) à **renda monetária dos estabelecimentos** (rendimentos médios mensais dos domicílios rurais) e c) às **lutas pela terra** (violência contra a pessoa, ocupações, posses, acampamentos e famílias acampadas). Foram reunidos dados apenas das três grandes regiões onde se localizam os estudos de caso pesquisados: Norte, Nordeste e Sudeste. A partir dos indicadores selecionados, observam-se diferenças regionais significativas (TAB. 9).

TABELA 9
Brasil e Grandes Regiões do Norte, Nordeste e Sudeste. Estatísticas do Meio Rural.

	INDICADOR	BRASIL	GRANDES REGIÕES ESTUDADAS		
			NORTE	NORDESTE	SUDESTE
SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	% Superfície territorial brasileira	100	45,3	18,3	10,9
	Distribuição de minifúndios em relação à área total dos imóveis rurais, 1998 (em %)	7,5	5,1	14,3	8,9
	Distribuição de Grandes Imóveis Rurais em relação à área total dos imóveis rurais, 1998 (em %)	57,4	70,3	41,9	39,7
	Dimensão dos menores e maiores Módulos Fiscais mais frequentes, 2006 (em hectares)	10 - 100	70 - 100	14 - 75	10 - 30
	Distribuição das Ocupações de terras , 2005 (em %)	100	8,0	30	28
	Distribuição da área de Posse em relação à área total de imóveis rurais, 1998 (em %)	12,5	21,9	16,3	7,6
	Distribuição da área de Terras produtivas não utilizadas dos estabelecimentos agropecuários 1995-1996 (em %)	4,6	5,8	11,0	2,0
	Distribuição da área com Ocupantes em relação à área total dos estabelecimentos	2,9	5,8	4,1	1,6

		agropecuários, 1995-1996 (em %)			
RENDIMENTO MONETÁRIO	Rendimento Médio Mensal Nominal das pessoas economicamente ativas residentes em domicílios rurais, 2004 (em R\$ de set/2004)	R\$ 404	R\$ 490	R\$ 245	R\$ 480
	Proporção do rendimento rural em relação ao rendimento urbano, 2004 (em R\$ de set/04) em %.	47,5	67,5	46,1	51,2
LUTA PELA TERRA	Violência no campo contra a pessoa no Brasil e Grandes Regiões: Assassinatos, 2005 (em %)	100	44,7	23,7	10,5
	Violência contra a ocupação e a posse de terras: Pistolagem, 2005 (em %)	100	57,9	16,6	9,4
	Numero de acampamentos no campo e de famílias acampadas, 2005.	90	13	31	8
	Numero de Famílias Acampadas no campo em 2005 (% famílias na região em relação ao total acampadas em 2005)	17.233 (100)	4.754 (27,6%)	6.274 (36,4%)	610 (3,5%)

FONTE: DIEESE/MDA, 2006. Estatísticas do Meio Rural.

A **Região Norte** ocupa 45,3% da superfície do território brasileiro, sendo que as superfícies das Regiões Nordeste e Sudeste somam menos de 30% do total do território brasileiro⁶⁰. No Norte, os grandes imóveis rurais representam 70,3% do total de imóveis rurais registrados pelo no Cadastro de Imóveis do INCRA⁶¹. Segundo os dados do IBGE (1998), 21,9% da área total dos imóveis são posses (situação jurídica onde o ocupante não tem registro de propriedade da terra)⁶². Esse valor é 1,75 vez

⁶⁰ Importante lembrar que residem na Região Norte 30,1% (IBGE, Censo Agropecuário 2000) da população rural brasileira, ao passo que as regiões Nordeste e Sudeste, somadas, contam uma população rural de 40,4%. No caso da população total (urbana e rural), a diferença se mostra bem maior. Verificando os números absolutos da população total nestas regiões: Norte, 12,9 milhões de habitantes; Nordeste, 47,7 milhões, e Sudeste, 72,4 milhões de habitantes. Para efeito de comparação, a população total das regiões Nordeste e Sudeste, somadas, é 8,9 vezes maior que a população total do Norte.

⁶¹ Dados do Cadastro do Incra se referem à julho de 2003.

⁶² A área de terras ocupadas com posseiros na região Amazônica desperta polêmica entre os órgãos que produzem essa estatística. A Agência Brasil de Notícias, ligada ao sistema Rádiorbrás do Governo Federal, publicou a seguinte notícia em 6 de dezembro de 2007: “Pesquisador alerta que um quarto da Amazônia é terra de ninguém”. Continua “[...] Cerca de 25% de todo o território da Amazônia não tem dono e está exposto a desmatamento e grilagem. São as chamadas terras devolutas, para as quais o governo dos estados ainda não definiu a destinação. O pesquisador-sênior do Instituto do Homem e Meio-Ambiente da Amazônia (Imazon) Adalberto Veríssimo afirma que essas áreas estão expostas à especulação. “Tem uns 25% da Amazônia que são terras devolutas, são terras do governo, mas que o governo não tomou posse ainda. Ele não destinou se aquela área vai ser assentamento de reforma agrária, uma reserva extrativista, ou se vai leiloar aquela terra para vendê-la mais tarde. Então ela fica como uma espécie de terra de

superior ao valor médio do país. Segundo os dados do DIEESE (2006), o Rendimento Médio Mensal nominal das pessoas residentes em domicílios rurais no Norte – da ordem de R\$ 490,00 – é 21% superior à média nacional e 49% superior ao da região Nordeste. Nesta, a proporção do rendimento rural em relação ao rendimento urbano é de 67,5%, ao contrário da posição geral no Brasil, em que o rendimento rural proporcional é inferior ao urbano. Na região Norte, estão os estabelecimentos com os módulos fiscais de maior tamanho, comparativamente aos demais módulos adotados no país. Observa-se, ainda, que o módulo mais freqüente nos estados que o compõem tem 100 hectares. No Sudeste, para efeito de comparação, o módulo maior mais freqüente tem 30 hectares. O Norte, em 2005, foi a região com a maior percentagem dos assassinatos ocorridos no país: 44,7%. Tal valor é quatro vezes superior ao observado na região Sudeste.

A **região Nordeste** tem 14,3% da área total dos imóveis com minifúndios. Este valor é quase o dobro (1,9 vez maior) do valor encontrado no Norte e 2,8 vezes maior que a média nacional. Na referida região, 11% da área total dos estabelecimentos agropecuários são consideradas *terras produtivas não utilizadas*, valor 5,5 vezes maior que o encontrado na região Sudeste e 2,4 vezes maior que o valor médio nacional. O rendimento mensal nominal das pessoas residentes em domicílios rurais é de R\$ 245,00, o que representa 60% do rendimento na região Norte. De outro lado, 30% das ocupações de terra ocorridas no Brasil em 2005 se localizaram no Nordeste. Em 2005, 6.274 famílias acamparam, no processo de luta pela terra na região, que obteve o maior número absoluto de acampamentos (30 acampamentos) e de famílias acampadas (36% do total de famílias acampadas em todo o Brasil naquele ano).

A **região Sudeste**, por sua vez, com 10,9% da superfície brasileira e 28,1% da população total do país, revela indicadores intermediários aos apresentados pelas regiões Norte e Nordeste e muito próximos dos valores médios nacionais. Embora com valores discretos em alguns casos, seus indicadores desviam um pouco mais em relação aos valores nacionais, como ocorre nos casos da percentagem total de minifúndios

ninguém. Geralmente essas áreas são objetos de grilagem', afirmou. Ainda de acordo com Veríssimo, outra quarta parte da Amazônia é privada, e pertence a pequenos, médios ou grandes proprietários. A metade restante está dividida: 42% são terras indígenas demarcadas, consideradas áreas legalmente protegidas. Os assentamentos fundiários correspondem aos outros 8%. Entre os estados da Amazônia existem diferenças. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Organização Não-Governamental (ONG) Instituto Sócio-ambiental, no Amazonas, apenas 2% da terra é propriedade privada e 64% é terra devoluta. Já no Mato Grosso, 55% do território é particular. No Amapá ocorre o oposto. Mais da metade do estado é área protegida." (Acesado em 06 de dezembro de 2007. Disponível no sítio <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/12/06/materia.2007-12-06.8732140741/view>).

(11%, bem acima do valor nacional, que é 4,6%); do rendimento médio mensal nominal das pessoas residentes em domicílios rurais (R\$ 480; superior ao valor nacional de R\$404) e da proporção de rendimento rural em relação ao rendimento urbano (51,2%, sendo que o valor nacional que é de 47,5%). No entanto, logo abaixo do Nordeste, as ocupações de terras no Sudeste representaram 28% do total das ocupações ocorridas em 2005.

O Governo Federal, quando da elaboração do Plano Plurianual do quadriênio 2004-2007 – PPA 2004-2007 – denominado *Plano Brasil. Participação e Inclusão* –, admitiu a questão da desigualdade regional como um problema a ser enfrentado pelas ações do governo para que sejam alcançados os macro-objetivos políticos de desenvolvimento⁶³. Eis alguns conteúdos importantes, referentes ao eixo *Desigualdade Regional* constante do Plano:

As desigualdades sociais têm uma dimensão regional e seu enfrentamento passa por uma nova política de desenvolvimento regional e o fortalecimento do planejamento territorial no setor público. A geografia do Brasil mostra ainda uma forte concentração das atividades econômicas e da população sobre uma parcela menor do espaço brasileiro. Mostra uma geografia das desigualdades sociais e econômicas que comporta vastos territórios vazios e pouco desenvolvidos, ao lado de outros que apresentam alta concentração de pobreza. Em ambos os casos, são regiões com reduzida capacidade de competir com os territórios mais dinâmicos.

A geografia desejada para os próximos anos deve privilegiar o desenvolvimento solidário entre as diversas regiões do País, potencializando as vantagens da diversidade cultural, natural e social. Em suma, a política regional não pode mais ser um problema de algumas regiões, mas uma política nacional que promova a coesão territorial como expressão da coesão social e econômica do País.

É necessário ainda tratar as áreas mais frágeis numa perspectiva sub-regional diferenciada no que tange ao gasto social e às políticas de emprego e renda. A intenção é estimular uma convergência das prioridades de gasto da União, estados e municípios, num conjunto de políticas estruturantes (transferência de renda, saneamento, habitação, saúde, educação, informação e conhecimento, meio ambiente, associadas todas a uma política sob medida de emprego e renda), gerenciadas de forma articulada, visando ao desenvolvimento local.

⁶³ Os macro-objetivos declarados no PPA 2004-2007 são inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais; dinamização pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade; e redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão de atividades competitivas que viabilizem esse crescimento sustentável (PPA 2004-2007). Ver também sítio www.planabrasil.gov.br/texto_base.asp.

*A estratégia regional contempla, em especial, as **potencialidades econômicas do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste**; e dá **atenção diferenciada às zonas deprimidas**, cuja integração à dinâmica de crescimento nacional é um dos desafios centrais para a desconcentração da renda. O fortalecimento dos arranjos produtivos locais confere ao País uma oportunidade singular para a desconcentração espacial da produção e a valorização dos recursos potenciais dispersos no território nacional.*

O desenvolvimento regional, numa perspectiva nacional, não pode prescindir de uma profunda reformulação dos atuais instrumentos de atuação regional, Fundos Constitucionais, Incentivos, Agências Regionais, todos exclusivamente voltados para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. É crucial a adoção de instrumentos que permitam uma atuação do território visto de forma integrada e o equacionamento dos problemas das desigualdades sociais e econômicas dos espaços numa perspectiva que abranja o conjunto do território nacional, nas diversas escalas: nacional, macrorregional, sub-regional, local. O primeiro passo será a consolidação da proposta de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que acompanha a Proposta de Reforma Tributária, em tramitação no Congresso Nacional (grifos nossos) (BRASIL 2004-2007).

Nesse documento oficial do Governo Federal⁶⁴, nota-se que a leitura da realidade brasileira contém escolhas analíticas que fortalecem o planejamento e a intervenção regional e territorial no setor público. Segundo o documento, a geografia das desigualdades sociais e econômicas resulta em territórios com alta concentração de pobreza, ao lado de territórios pouco desenvolvidos e de outros territórios *mais dinâmicos*. Ele constata e evidencia que convivem, no Brasil, *áreas atrasadas* e *áreas mais prósperas*.

O Plano Plurianual 2004-2007 deseja uma geografia do *desenvolvimento solidário entre as diversas regiões do País* e manifesta sua pretensão de distribuição equilibrada do crescimento econômico e social nas macrorregiões brasileiras, além da desconcentração espacial da produção.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, em documento-base⁶⁵, ao descrever o “*Brasil Rural que Temos*”, analisa a realidade brasileira, apoiando-se em múltiplas dimensões analíticas, como, por exemplo, a diversidade de ecossistemas, raças, etnias, povos, culturas, segmentos econômicos e

⁶⁴ Elaborado pelo Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato (2003-2006).

⁶⁵ Aprovado em reunião ordinária sob a presidência do Secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial, em Brasília, em outubro de 2007. Esse documento foi preparado para orientar os debates em conferências regionais que antecederam a *I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário*

sociais, sistemas de produção, padrões tecnológicos, e formas de organização social e política (MDA/CONDRAF, 2007: 7). Para o CONDRAF, o “*Brasil Rural que Temos*”:

Resulta do processo histórico de formação da estrutura social, econômica e política fundada na concentração da terra e da riqueza, na escravidão associada ao latifúndio, na monocultura voltada para a exportação, na dependência em relação aos mercados dos países centrais, na presença de uma forte elite agrária, bem como em diferentes formas de desigualdades sociais e regionais, com especial destaque para a pobreza rural e o uso de mecanismos tradicionais de dominação política (2007: 7).

No entanto, afirma o Conselho, essa história é marcada pelo *conjunto expressivo* de lutas de resistência a este padrão hegemônico, referindo-se às lutas por direitos, pela conquista e defesa da terra e de “territórios” (MDA/CONDRAF, 2007-7)⁶⁶. Apesar da *hegemonia de determinados setores e de um determinado padrão tecnológico*, isso não impediu, reafirma, que o meio rural brasileiro se constituísse com diversidade regional e social⁶⁷.

Pesquisadores e gestores das políticas públicas têm, como visto, respeitado a diversidade e as desigualdades regionais brasileiras e se apoiado em análises que, de alguma forma, possam indicar caminhos para orientar o desenvolvimento do país. Idéias, conceitos e indicadores socioterritoriais, por certo, auxiliariam a promoção da equidade regional na diversidade socioespacial vivida pelas famílias subalternizadas e marginalizadas no campo e nas cidades.

2.3. A idéia de Biomas e Regiões socioculturais dos movimentos populares.

O pensamento e as estratégias políticas dos movimentos sociais no modo de organizar as lutas no campo a partir da diversidade regional têm avançado muito no Brasil, sobretudo neste início do século XXI. Isto é, para diferentes regiões brasileiras, os movimentos organizam diferentes projetos políticos e diferentes pautas políticas sem, no entanto, desarticular sua unidade e a dos seus projetos populares.

⁶⁶ O Documento cita nominalmente as lutas dos Quilombos, de Canudos, do Contestado, de Trombas e de Formoso, das Ligas Camponesas, do sindicalismo rural e dos movimentos sociais (MDA/CONDRAF, 2007: 7).

⁶⁷ Para demonstrar tal diversidade de segmentos sociais e de graus de identidade, o documento cita, por exemplo: agricultura patronal e latifúndio; agricultura familiar; os assentados da Reforma Agrária; os reassentados pelas obras de infra-estrutura; extrativistas – seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu; povos indígenas; comunidades quilombolas; faxinais; pescadores artesanais; ribeirinhos; comunidades de Fundo de Pasto; os pequenos comerciantes e industriais; os prestadores de serviços públicos. (MDA, 2007-7)

Um bom exemplo disso é a proposta da Assembléia Popular⁶⁸, denominada *Mutirão por um Novo Brasil*, cujo documento-referência se denomina “O Brasil que queremos”. Esse amplo espectro de organizações e movimentos sociais do campo e das cidades, que é a *Assembléia*, afirma:

É preciso retomar o Brasil como uma rica unidade de áreas socioculturais e biomas diferentes. Aparecem, e cada vez mais fortes, gritos que vem dos povos e do meio ambiente da Amazônia, do Cerrado, do Pantanal, do Semi-árido, dos quase destruídos biomas Mata Atlântica e Pampa. A implantação de iniciativas agropecuárias, de atividades industriais e de cidade de forma padronizada, sem levar em conta as potencialidades e fragilidades típicas de cada bioma causou, e segue causando, numa velocidade irresponsável, danos provavelmente irreparáveis à necessária harmonia dos fatores que favorecem a vida em cada um deles (Rede Jubileu Brasil, 2006: 9).

Segundo a Assembléia Popular (Rede Jubileu Brasil, 2006: 10), um dos desafios do movimento social brasileiro para realizar transformações estruturais – que busquem tornar possível uma outra economia, uma outra política, uma outra agricultura – é levar em conta a diversidade da cultura do povo brasileiro. Para os autores do documento elaborado pela Assembléia Popular e as organizações signatárias da proposta “*O Brasil que Queremos*”, a unidade dos projetos populares só pode ser construída a partir de cada bioma e da iniciativa da cidadania dos povos de cada uma das regiões (Rede Jubileu Brasil, 2006: 11). Para tanto, afirmam, torna-se necessário que as *forças populares* dêem um passo adiante na capacidade de pensar e se constituam como uma unidade de biomas e áreas socioculturais diferentes. O QUADRO 4 (ANEXO J) mostra o conceito e a proposta contidos no documento *O Brasil que Queremos*, organizado pela equipe de sistematização da Assembléia Popular.

Pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, em estudo sobre a agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária pública, adotaram o termo “**enfoque ecorregional**” para definir “ecorregiões

⁶⁸ A Assembléia Popular – *Mutirão por um Novo Brasil* realizou um seminário em Brasília entre os dias 25 e 28 de outubro de 2005, quando reuniu cerca de 8 mil participantes e gerou as propostas contidas no Caderno O Brasil que Queremos (REDE JUBILEU BRASIL, 2006). Antecederam a realização da Assembléia Popular em Brasília diversas atividades regionais animadas pelos movimentos sociais, pelas igrejas e pastorais sociais, por organizações da sociedade civil, redes e fóruns de mulheres e homens do campo e da cidade. Para citar alguns deles: a Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros – CNBB, Cáritas, Dioceses, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Comissão Indigenista Missionária – CIMI, Grito dos Excluídos e Pastoral dos Migrantes, Rede Jubileu e Jubileu Sul, Escola Nacional Florestan Fernandes, MST, Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB, Jornal Brasil de Fato, Construção Nacional de Lutas – CONLUTAS, Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES, ABONG, INTERVOZES, INTESINDICAL, entre outros.

brasileiras”⁶⁹. Assim, o estudo da EMBRAPA (2006a) considera geograficamente os grandes biomas brasileiros quando faz análise da agricultura familiar brasileira⁷⁰.

Não obstante, o conceito de *grandes ecorregiões brasileiras*, adotado pela EMBRAPA (2006a), por definição, coincide conceitualmente com a noção de grandes biomas brasileiros, adotada pelo Ministério do Meio Ambiente e o IBGE.

Os pesquisadores da Embrapa, referindo-se à complexidade dos biomas brasileiros, destacam a co-responsabilidade dos atores sociais e institucionais pelo desempenho das relações entre ciência, tecnologia e sociedade. Para a EMBRAPA (2006a: 30), a agroecologia⁷¹ *se impõe naturalmente como um marco de referência dos mais relevantes*. A agroecologia, sendo, assim, um marco de referência, remete à necessidade de se pensar sistemas produtivos sustentáveis nas ecorregiões.

Contudo, os pesquisadores da EMBRAPA alertam para o mito de se conceber agricultura familiar⁷² como um seguimento homogêneo (EMBRAPA, 2006a: 15). Para a empresa, é necessário compreender a relação conceitual entre biomas, diversidade sociocultural e modos de vida do pequeno produtor familiar:

A agricultura familiar é um segmento homogêneo. Nada mais equivocado do que o entendimento embutido nesse tipo de compreensão, principalmente quando se analisam os dados, como os já expostos. A tendência de se aceitar, implícita ou explicitamente, a agricultura familiar como algo homogêneo tem levado ao fracasso muitos programas destinados ao desenvolvimento daquele tipo de agricultura. A agricultura familiar é, isto sim, grandemente heterogênea (2006a: 15).

Para exemplificar a heterogeneidade da agricultura familiar, eles relatam pesquisa recente realizada pela empresa, que constatou que a produção familiar, no

⁶⁹ Ver Bibliografia EMBRAPA, 2006. O pesquisador Dr. Ivan Sérgio Freire de Souza e equipe nacional da empresa buscam tornar claro o que denominam “*Eixos tecnológicos macrorregionais*” e as peculiaridades de tecnologias transversais. Na visão de Silvio Crestana, Diretor-Presidente da EMBRAPA, “conhecimento que se tem da agricultura tropical é um patrimônio do povo brasileiro que pode ser compartilhado com nações que buscam a consolidação do seu desenvolvimento agropecuário, agroindustrial, florestal e energético” (EMBRAPA, 2002/06).

⁷⁰ O órgão governamental brasileiro responsável para realizar e publicar as estatísticas agropecuárias organiza e divulga os dados, por exemplo, dos Censos Agropecuários baseado nas micro, meso e grandes regiões brasileiras.

⁷¹ Ver Bibliografia (EMBRAPA, 2006b). A EMBRAPA publicou o livro *Marco Referencial em Agroecologia*. Para os editores, a publicação da EMBRAPA “sinaliza movimento de renovação que se alinha com expectativas criadas por parcelas significativas da sociedade civil do meio rural brasileiro em torno da defesa da produção de base familiar” (EMBRAPA, 2006b: 15). Para a empresa, a agroecologia, como ciência, vem sendo sistematizada desde a década de 1980, dotando os então denominados movimentos de agricultura alternativa de maior consistência conceitual e metodológica. Como movimento social, tem permitido trazer para o debate público a questão do poder da ciência para o desenvolvimento da sociedade, realçando o caráter eminentemente político que há por trás das opções entre diferentes modelos tecnológicos empregados na agricultura. (EMBRAPA, 2006b-16)

⁷² O conceito de Agricultura Familiar foi tratado em seção anterior desta Parte I.

Semi-árido brasileiro, se distinguia em doze tipos diferentes⁷³. Os pesquisadores verificaram que cada um desses tipos possui distintas tendências e perspectivas socioespaciais (EMBRAPA, 2006a: 15).

De fato, o campesinato brasileiro é classe complexa, heterogênea e composta. Os camponeses são *camponeses variados* (Porto-Gonçalves, s.d.). Tal classe social comporta vários tipos e várias identidades em diversas realidades socioterritoriais brasileiras. Para a EMBRAPA (2006a), interpretá-las é uma tarefa complexa porque exige interpretação das forças constituidoras das paisagens humanas em variadas ecorregiões. Ainda, buscando apoio na teoria de Darcy Ribeiro (2006), exige-se constituir tais ecorregiões a partir de “cenários regionais” que comportam povo e terra e isso remete para um mosaico continental de *Brasis*.

Darcy Ribeiro (2006) olha o povo e as ecorregiões brasileiras e vê cinco *Brasis*. O antropólogo, ao criar uma teoria da formação do povo brasileiro, revela os modos de ser dos povos da Amazônia, do Sertão, da Mata Atlântica, dos Pampas. Ribeiro constrói sua teoria antropológica interpretando, entre outros elementos, a estrutura brasileira de classes sociais, em que há classes que dominantes, subalternas e marginalizadas. O patronato domina e o campesinato é subalterno a ele.

Por conseguinte, gestores públicos, cada vez mais, se apóiam na idéia de desenvolvimento territorial para explicar e agir no “Brasil Rural”. Olham para o “Brasil que Temos” e planejam o “Brasil que Queremos”⁷⁴, mais igual e solidário, antagônico ao Brasil desigual e autoritário. Considerada-se, portanto, a diversidade dos modos de ser dos sujeitos sociais do campo.

Os movimentos sociais têm levado em conta a diversidade da realidade brasileira e se apoiado na idéia de biomas brasileiros e nas suas diferentes manifestações socioculturais. De fato, foi visto em biomas como da Amazônia e da caatinga estudos que descreviam até seis tipologias distintas de agricultores familiares, levando em conta seus modos de viver e de se relacionar com a natureza e com outras classes sociais no território.

⁷³ Semelhante esforço fizeram Lima e Pozzobon (2005). No emprego do conceito de sustentabilidade ecológica, exercitaram – para melhor compreender a diversidade socioambiental da Amazônia – um ordenamento geral de categorias sociais segundo seu comportamento ambiental. Nesse sentido, constataram nove tipos de segmentos sociais, quais sejam: a) povos indígenas de comércio esporádico, b) povos indígenas de comércio recorrente, c) povos indígenas dependentes da produção mercantil, d) pequenos produtores “tradicionais”, e) latifúndios “tradicionais”, f) latifúndios recentes, g) migrantes/fronteira, h) grandes projetos e i) exploradores itinerantes.

⁷⁴ Esse termo se apresenta tanto nos textos e documentos da Assembléia Popular/CNBB quanto no Documento Base do CONDRAF.

3. LUTA CAMPONESA NO TERRITÓRIO

A necessidade desenha o horizonte da luta. Sua contingência conjura os decretos do destino. (Daniel Bensaid)⁷⁵

3.1. Capitalismo e luta camponesa no território

O campesinato faz luta no território para **ser** e **existir** e, assim, reproduzir o seu modo de vida. Contraditoriamente, o modo capitalista de produção, ao se desenvolver, reproduz o campesinato, porém, com ele mantém também relações não-capitalistas. Mesmo quando isso ocorre, o capitalismo não deixa de extrair e apropriar renda da classe camponesa para convertê-la em capital.

Oliveira (1991) caracteriza a contradição do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira: por um lado, são implantadas relações de trabalho assalariado⁷⁶ e, por outro lado, são realizadas relações de trabalho não-capitalistas como, por exemplo, a parceria e o trabalho familiar camponês (Oliveira, 1991: 20). Mas, indaga-se, como é possível o capital produzir capital por meio de produção não-capitalista? Para o autor:

Foi possível através da transferência da renda da terra em produto, quando da parceira, ou em dinheiro, quando o pagamento foi feito em dinheiro, e/ou em trabalho, pelos camponeses, parceiros ou rendeiros [...] (1991: 20).

Em frações do território capitalista, parcelas do campesinato têm tentado superar as relações de dominação exercidas pela classe capitalista, de forma a impedir a apropriação de seu trabalho. No interior da classe camponesa, em parcela de suas frações, observam-se movimentos de transformação no sentido da ampliação da autonomia do campesinato. Frações (mais) subalternas, compostas por posseiros, rendeiros, meeiros e minifundistas, saltam para frações (mais) autônomas com maior capacidade de alterar relações sociais, antes subalternas ao mercado e ao capital. Assim, a territorialização camponesa gera frações territoriais onde camponeses autônomos lutam para mudar a lógica dada pela “ditadura” do dinheiro, imposta pelo modo capitalista de produção e de relações sociais.

⁷⁵ Ver Bensaid (2006: 146).

⁷⁶ Esse trabalho assalariado se emprega, em enorme parcela, nas culturas da cana-de-açúcar, laranja, soja e eucalipto nas terras do agronegócio capitalista.

Para Vladimir Ilitch Lênin (1913), a luta de classes era a base e a força motriz de todo o desenvolvimento. Autor de obras clássicas sobre a luta de classes, ele já constatava que se multiplicavam no mundo inteiro as organizações independentes do proletariado. Percebia, ainda, que o proletariado, na luta de classes, se educa, se liberta dos preconceitos da sociedade burguesa, tempera suas forças e cresce.

Contudo, o capitalismo se desenvolve destruindo e recriando o campesinato. Ocorre que este se manifesta de modos variados e em diferentes categorias ou frações de classe na diversidade socioespacial brasileira. Para Margarida Maria Moura (1988), o sistema capitalista dominante e os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção, sendo, portanto, mais correto falar de recriação e diversificação do campesinato.

Acredita-se, portanto, que o que ocorre no agrário brasileiro é mais a recriação e a diversificação do campesinato do que o seu fim. O que se supõe é que o campesinato não desapareceu e, como afirmou Teodor Shanin (2005), *é provável que continuem a existir por muito tempo*. Todavia, observa-se, nas análises acadêmicas e partidárias⁷⁷, marcante exclusão conceitual e política do campesinato (Moura 1988: 51).

Moura (1988) compreende que a pesquisa sobre o campesinato deve se comprometer a compreender as relações sociais reais vivenciadas pelos camponeses. Nesse sentido, Eduardo Gusman Sevilla (2005: 9), estudioso da visão histórica sobre a evolução do conceito de campesinato, tem como meta o fortalecimento de tal conceito. O autor afirma que:

é uma questão estratégica para o debate com o pensamento neoliberal e ortodoxo, por meio de uma leitura crítica das diferentes interpretações feitas sobre o futuro do campesinato nas sociedades capitalistas (2005: 9).

Corroborando com Sevilla (2005), Moura (1988: 14) afirma que os conceitos de camponês e de campesinato são vigorosos. Eles têm força histórica e teórica, como ocorre com o conceito de burguesia. *Campesinato e burguesia são termos repletos de conteúdos culturais, tanto no plano social como no político* (1988: 14). O

⁷⁷ Para Moura: *A luta camponesa no Brasil tem sido freqüentemente ignorada, o que torna muitos ativistas e pensadores políticos uma espécie de observadores envergonhados do campesinato brasileiro* (Moura, 1988: 51).

camponês não é nem burguês, nem assalariado, tampouco pode ser entendido como a síntese destas, pois é historicamente anterior a elas⁷⁸ (Carvalho, 2006c).

Horácio Martins de Carvalho (2006b) admite que o campesinato, como sujeito social e político, ainda que inserido na economia capitalista, não se caracteriza como capitalista. Segundo Carvalho (2006b), o sujeito social camponês é movido por um conjunto de valores que estão apoiados em dois elementos centrais:

a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza. A reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família (2006b).

O autor procura descrever elementos da especificidade camponesa, relacionando-os:

- *a família, seja a família singular seja a ampliada, produtora ou extrativista de produtos e subprodutos agropecuários, florestais, pesqueiros e artesanais, entre outros;*
- *acesso (estável ou instável, duradouro ou temporário, proprietário ou não proprietário) aos recursos naturais e à terra;*
- *diferentes formas e modos históricos de apropriação dos recursos naturais ou de relação com a natureza;*
- *predominância do trabalho familiar direto e de formas diversas de cooperação interpessoal, interfamiliar e comunitário;*
- *a presença de um território de uso comunitário dos recursos naturais;*
- *produção e extração para o autoconsumo e para os mercados;*
- *produção e reprodução de saberes sobre a sua relação com a natureza e formas de transformação produtiva;*
- *formas de integração institucional (social, política, cultural, religiosa) que definem os valores e normas de comportamento que as famílias vivenciam;*
- *assim como as possibilidades de alianças, tensões e contradições que explicam dinâmicas próprias de transformação social* (Carvalho, 2006b).

Tendo em vista a descrição dos elementos acima trazidos por Carvalho (2006b), a **especificidade camponesa** conteria, em síntese, a figura da **família** (produtora, agroextrativista, artesã); a condição de acesso à **terra** (própria ou não); a relação com a natureza (histórico e cultural); o trabalho familiar (cooperado e

⁷⁸ Para Horácio M. de Carvalho (2006), o proletário é que surge a partir de transformações do campesinato nas formações capitalistas.

comunitário); a produção/extração (consumo e mercado); a produção e a reprodução de *saberes*; a integração institucional; os valores e normas de comportamento das famílias e, finalmente, as alianças, tensões e contradições camponesas na dinâmica das transformações sociais.

João Edmilson Fabrini (2002), em tese de doutorado em que estuda a existência camponesa apoiado na teoria da luta de classes, buscou elementos explicativos para compreender a destruição, a recriação, a resistência e a diferenciação do campesinato. Analisando as obras de um conjunto de autores marxistas e também não-marxistas, o autor (2002) sintetizou características do campesinato, dentre as quais destacou: a) a subordinação do camponês às relações capitalistas na circulação da produção; b) a base familiar da organização produtiva e, sobretudo, c) o potencial e a capacidade de luta e resistência à imposição de organização externa a seu modo de vida. Fabrini afirma que, *na resistência, os camponeses se constroem como sujeitos políticos* (Fabrini, 2002: 13) e defende a tese de que o lugar social dos camponeses ocorre por meio da luta contra a expropriação e da luta para entrar na terra e nela permanecer.

Edward Soja (1993) traz para a dimensão explicativa da luta de classes e da reprodução camponesa as noções de produção do espaço, de estruturação territorial de exploração e de dominação do modo capitalista, bem como a idéia da reprodução espacialmente controlada do sistema capitalista. De forma muito contundente, Soja (1993) propõe que a luta de classes

[...] precisa abarcar e se concentrar no ponto vulnerável: a produção do espaço, a estrutura territorial de exploração e dominação, a reprodução espacialmente controlada do sistema como um todo. E precisa incluir todos os que são explorados, dominados e “periferizados” pela organização espacial impositiva do capitalismo tardio: os camponeses sem terra, a pequena burguesia proletarizada, as mulheres, os estudantes, as minorias raciais e também a própria classe trabalhadora (Soja, 1993, apud Henrique, 2003).

Jean-Yves Martin (2002) postula que a luta das classes intervém na produção do espaço. Afirma que *a luta de classes, hoje mais do nunca, pode se ler no espaço* (Martin, 2002). O campesinato se recria não apenas pelas mãos unilaterais do capitalismo⁷⁹, mas pela sua luta cotidiana e continuada. A classe camponesa luta essencialmente por sua reprodução na própria terra (Bombardi, 2005)⁸⁰. Embora seja,

⁷⁹ Uma forma de o campesinato se reproduzir é a partir do efeito do desenvolvimento – essencialmente contraditório – do modo capitalista de produção (Oliveira, 1997; Almeida, 2003; Paulino, 2003).

⁸⁰ Tais noções serão melhor estudadas na subseção seguinte, que analisará a territorialização camponesa.

ao mesmo tempo, resultado e necessidade do desenvolvimento capitalista, é, todavia, motor de sua recriação espacial. É classe social que faz lutas no território para – além do trunfo da terra – asseverar seu modo de vida, seu projeto de *ser social* e de ator político.

Para o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1999), a análise da agricultura brasileira no final do Século XX deve ser feita no bojo da compreensão dos processos de desenvolvimento do modo capitalista de produção mundial (Oliveira, 1999: 74). Para o autor, esse procedimento passa necessariamente pelo entendimento de desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja:

ao mesmo tempo que segue reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, produz também, igual e contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção e de trabalho, como as relações camponesas de produção, a peonagem etc.: todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento (1999: 74).

Eis uma forma de o capitalismo garantir sua expansão, isto é, a produção não-capitalista do capital. Segundo Martins (1996: 21), ela ocorre

naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas (1996: 21).

É sabido que as relações capitalistas não se estabelecem de modo homogêneo no tempo e no espaço. Oliveira (1991: 80) explica como o capital – utilizando-se das relações sociais com o trabalho familiar – engendra seu modo de controle na agricultura para realizar o seu monopólio, seja na produção ou na circulação:

Na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não capitalistas (1991: 80).

O capitalismo no campo brasileiro encontrou na apropriação da renda da terra do camponês uma das formas de garantir sua expansão sem, no entanto, assalariá-lo ou torná-lo membro de categorias da classe operária. Para entender o modo de desenvolvimento do capitalismo no campo no Brasil, torna-se necessário compreender o seu caráter *rentista*, como explica Oliveira (2001: 186):

[caráter rentista do capitalismo brasileiro] *Isto quer dizer que, no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo, que teve sua origem na escravidão, vem sendo cada vez mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei da Terra e o final da escravidão. Mas, foi na segunda metade do século XX que esta fusão se ampliou significativamente. Após a deposição, pelo Golpe Militar de 64, de João Goulart, os militares procuraram re-soldar esta aliança política, particularmente porque durante o curto governo João Goulart ocorreram cisões nas votações do Congresso Nacional em aspectos relativos à questão agrária, principalmente quando uma parte dos congressistas votou a legislação sobre a Reforma Agrária* (2001: 186).

Assim, o capitalista quer a renda da terra de trabalho do camponês, pois, necessariamente, ele não precisa de terra para fazer capital. Nem ao menos precisa do capital para fazer capital com produção da terra. Ele faz capital por meio dos preços pagos pelos produtos do camponês. Por isso, há a concepção de que o capitalismo brasileiro cria e recreia o camponês, como afirma Oliveira (1991:20): [...] *um capitalista, para aumentar seu capital, abriu possibilidade para a criação e a recriação do trabalho camponês, igualmente necessário ao desenvolvimento geral do capitalismo.*

Segundo Martins (1978:66), um outro aspecto importante para explicar o significado político das lutas sociais pela terra no Brasil e, obviamente, o seu sentido histórico passa necessariamente pelo eixo estrutural da questão, que é a propriedade da terra. Passa, portanto, pelo direito de acesso e de uso da terra. Para tanto, Martins (1978: 55) recorre às noções de *terra de trabalho* e de *terra de negócio*. Para ele, das contradições do direito de propriedade, derivam duas formas conflitantes de propriedade: a terra camponesa, *terra de trabalho*, e a terra capitalista, *terra de negócio*. O autor explica:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro (1978: 55).

A análise dos movimentos de luta pela terra, postos em marcha no Brasil pelo campesinato, exige, de todo modo, reconhecer a perspectiva da monopolização do território pelo capital. Deve-se levar em conta, ainda, que essa monopolização não é homogênea, pois contém profundos conflitos (Oliveira, 2001; Almeida, 2003).

O *pedaço de terra* conquistado no assentamento é entendido teoricamente como uma unidade territorial camponesa (Almeida, 2003). Assim, a reprodução da classe camponesa significa lutar pela terra, nela permanecer e controlar parcela do território. Todavia, nessas unidades territoriais controladas pelo campesinato, trava-se contínua luta contra a ordem dominante do território capitalista (Paulino, 2003). Reafirma-se: [...] *o território é assim produto concreto da luta de classes travada na sociedade no processo produção da sua existência* (Oliveira apud Paulino 2003-12). O domínio de parcelas do território capitalista pelos camponeses tem no assentamento sua face espacial material.

Portanto, as famílias camponesas, ao fazerem luta pela terra e pela reforma agrária para sua reprodução, conquistam frações territoriais. Além disso, nessas frações, as famílias vivenciam um processo de transformação no interior da classe camponesa. Uma família assentada, vivendo no seu lote ou “sítio camponês”⁸¹, se move para deixar de ser camponês desterrado, pobre, isolado, produtor de subsistência e migrante, para se tornar camponês autônomo, associado e produtor de alimentos para o abastecimento alimentar e para a soberania alimentar local e regional.

Bombardi (2005: 2), referindo-se aos resultados de sua pesquisa, realizada em áreas de assentamentos no estado de São Paulo⁸², afirma que :

[A sua pesquisa] *revelou que essa vivência – quando a família se reproduz na terra - é traduzida de uma maneira extremamente positiva pelo campesinato, indicando a reforma agrária como fruto da luta de classes e, ao mesmo tempo, como um imperativo da justiça social* (2005: 2).

Os efeitos do capitalismo, no rastro e na lógica do seu desenvolvimento, são conhecidos: concentração de terra, agressão ao meio ambiente, migração de camponeses para os centros urbanos, fome e pobreza. Ao pequeno posseiro e ao minifundista – cujas propriedades têm tamanho inferior ao mínimo necessário para sustentar sua família⁸³ –,

⁸¹ Sobre esse termo e o seu uso, ver Bombardi (2005).

⁸² A pesquisa, como parte de conclusão de tese de doutorado na USP, sob a orientação do prof. Dr. Ariovaldo U. de oliveira, foi realizada em cinco áreas de assentamento da chamada Lei de Revisão Agrária. Ver BOMBARDI, 2005.

⁸³ Equivalentes às propriedades rurais inferiores ao Módulo Fiscal/Incrá.

resta-lhes ver seus filhos “ganharem” a estrada. Oliveira (2001: 188), referindo-se aos filhos desses camponeses constata: *A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra.*

Bernardo Mançano Fernandes (s.d.), estudioso dos movimentos sociais de luta pela terra, em especial do MST e da Via Campesina, e seus respectivos processos de espacialização e territorialização, tem produzido contribuições teóricas para a leitura geográfica dos movimentos sociais que fazem luta de classe no território.

Fernandes (s.d.) propõe, a partir da definição da noção de sistemas de ações e sistemas de objetos em Claude Raffestin e Milton Santos, que todo território é um espaço, mas que nem todo espaço é território. Assim, territorialização e desterritorialização são movimentos das propriedades dos territórios. Ou seja, expansão e criação de territórios são ações concretas de territorialização. O refluxo e a destruição de territórios são ações concretas de representação de desterritorialização⁸⁴.

Marco Aurélio Saquet (2007), ao tratar da expansão e da dissolução da abordagem dos estudos territoriais no Brasil⁸⁵, entende que no próprio movimento de circulação e reprodução do capital há territorialidades e territorialização. Para ele (2007: 127):

Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras de territorialização e território (2007: 127).

Saquet (2007: 183) estudou as abordagens de Ariovaldo U. Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes, autores tomados como referência teórica neste trabalho. Sobre a obra do primeiro, comenta:

[...]
Para Ariovaldo U. de Oliveira, numa concepção crítica marxista, o território é resultado dessas relações sociais que se territorializam desigualmente, por mediações e ações, sobretudo, econômicas e políticas, de controle, na processualidade da luta de classes. No dizer do autor, são as forças produtivas e relações de produção que geram/conformam o território, o que significa

⁸⁴ Como exemplos de Territorialização/Desterritorialização/Reterritorialização – TDR, Fernandes (2006) cita o movimento das empresas capitalistas que se instalam e mudam de cidades e países, os movimentos do agronegócio e da agricultura camponesa mudando a estrutura fundiária e as relações sociais

⁸⁵ Saquet apresenta ampla reflexão a respeito das significações do conceito de território a partir de autores estrangeiros consagrados, como Jean Gotmann, Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis, bem como geógrafos brasileiros de diferentes correntes teóricas, como Manuel Correa de Andrade, Milton Santos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano, Rogério Haesbart e Eliseu Spósito.

manutenção/transformação, distribuição e concentração, desigualdades e contradições, valorização e reprodução. Assim, formam-se as regiões ou frações de uma formação territorial. As desigualdades internas, de um país, são produto do que o autor denomina de desenvolvimento territorial desigual. [...] O capital se territorializa no campo e na cidade, pela apropriação ou controle/domínio societal. (135). Desta forma há, para Oliveira (2002), processo de territorialização do capital e o de monopolização do território. O primeiro acontece quando o industrial, o proprietário da terra e o capitalista da agricultura se tornam a mesma pessoa ou empresa. No segundo caso, os agentes do capital monopolizam o território sem territorializar-se, redefinindo relações camponesas de trabalho e se utilizando deste para produzir capital. Desse modo, Oliveira (1991 e 2002) elabora uma abordagem relacional e múltipla do território, destacando os processos econômicos e políticos, a partir de argumentações de Henri Lefebvre, Francesco Indovina, Donatella Calabi, Massimo Quaini, Claude Raffestin e François Chesnais, entre outros (2007: 136).

Saquet (2007: 136) comenta a abordagem conceitual sobre território de Bernardo M Fernandes, que compreende – assim como a obra de Oliveira – uma concepção também relacional e fundamentalmente político-econômica:

*[...]
Fernandes (1996 e 2000), por exemplo, substantiva uma perspectiva materialista das relações sociais, espaço-temporalmente definidas. Na territorialização, há fluxos e movimento, enraizamento, localização, identificação e distribuição. O território corresponde a uma área ou um lugar de dominação; conflitos e lutas entre diferentes classes sociais. [...] Como lugar, tem um caráter político e práxis muito forte, identificado com a organização política e infra-estrutural (acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas, secretarias, unidades agroindustriais, veículos, implementos), ou seja, o território pode ser resumido num conjunto de obras e relações sociais, historicamente definidas, que se desterritorializam e se reterritorializam (Rafestin, 1993 e Haesbaert, 1997), no tempo e no espaço (2007: 136).*

Quando a abordagem conceitual sobre território se apóia numa concepção crítica marxista, acredita-se, favorece a compreensão da práxis dos movimentos e organizações do campesinato que fazem luta pela terra. A noção de *práxis* aqui adotada é entendida como propõe Adolfo Sanches Vasques (2007), que a situa no centro da tripla problemática que constitui o marxismo: a transformação de uma realidade considerada injusta, uma transformação baseada em uma crítica da realidade e o conhecimento científico dela.

Tomando-se a definição de *práxis* de Vasques (2007), admite-se que a prática do campesinato de luta pela terra se revela transformadora da realidade injusta para a massa camponesa no Brasil. Espera-se que a teoria da luta de classes, bem como

o conceito de território – abordado de forma relacional e múltipla –, possa colaborar com o debate político e acadêmico em torno do campesinato e, assim, transformar a injusta realidade em que vivem as famílias camponesas brasileiras pobres e marginalizadas.

A transformação dessa realidade está em movimento devido à práxis camponesa. Esse movimento e essa marcha vêm de longe. Ainda há muito chão, muita estrada e muita terra no curso da marcha. No entanto, como visto pelas cartografias camponesas, já há muita terra conquistada, muito espaço criado, muito território em disputa. Uma etapa avançada da marcha é tornar as unidades espaciais camponesas, como é o caso dos assentamentos, em frações territoriais autônomas.

3.2. Território Camponês

O assentamento de reforma agrária é terra que foi espacializada pelos camponeses organizados nos movimentos sociais de luta pela terra e, portanto, produto concreto da luta de classes travada na sociedade no processo de produção da sua existência (Oliveira, 1999). Fração territorial camponesa, nos assentamentos onde vivem as famílias de camponeses, contém projeto de classe e poder.

Os assentamentos resultantes da luta do campesinato se constituem em territórios de resistência e de reprodução de relações camponesas (Fabrini, 2002). É nos assentamentos que os camponeses produzem e reproduzem relações sociais e de produção, garantindo ao campesinato a possibilidade de ser e existir como sujeito social e político. Como bem resume Fabrini (2002), *o assentamento dos sem-terra é o espaço onde se materializa o território camponês*.

Sem luta, não há terra para o campesinato brasileiro. Sem a terra para o trabalho da família, não há possibilidade de *espacializar* novas relações sociais nos espaços geográficos territorializados pelo capital. Essa possibilidade ocorrerá nas áreas dos acampamentos de forma exemplar quando ele é fincado dentro do latifúndio. Seguramente, o acampamento, feito ocupação do latifúndio, é luta territorial exasperada porque é luta para existência no território, sob enfrentamento direto da ordem e dominação das relações sociais. Também para as famílias camponesas assentadas, lutar

no território continua sendo ação cotidiana e permanente, embora as famílias assentadas possam estar em uma etapa superior do processo de territorialização em relação às famílias acampadas. Conforme Fabrini (2002: 282), [...] *a luta pela terra, é mais do que uma luta por terra. É luta pela possibilidade de existência, territorialização das relações camponesas e de solapamento de uma ordem social regida pelo capital* (2002: 282).

Contudo, a construção do território camponês, envolve simultaneamente construção, destruição, manutenção e transformação (Oliveira, 2005: 02). Esse processo, segundo Oliveira (2005: 02), [...] *É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve.*

É no assentamento que viceja o cotidiano modo de viver da classe no espaço camponês próprio de cada unidade familiar. Dentro de cada assentamento, nas parcelas de terras de cada família, o camponês e a camponesa fincam seus “objetos”. De dentro dos assentamentos, as famílias – como uma unidade social – se espacializam usando seu pedaço de terra e conformando o quintal camponês, onde fazem a horta, o galinheiro, o chiqueiro, o pomar, o paiol, o fogão de lenha, o varal e o tanque de lavar roupa. Onde criam seus cachorros e seus gatos. O quintal camponês, como afirma Almeida (2003:273), *é organizado para ser útil em termos de produção para a família.* Para Almeida:

O lugar da horta, do pomar, do cachorro, do gato, da galinha, do porco, do paiol, enfim, é o prolongamento do trabalho cotidiano. Assim, por mais que se professe um espaço da distinção (casa, quintal, pasto, e lavoura), a lógica de sua representação obedece a um habitus da unidade produtiva camponesa, em que família, trabalho e terra não se encontram divorciados. Situação que, por sua vez, confere as marcas da territorialização camponesa no território, como pudemos verificar no trabalho de campo. Portanto, o assentamento é uma unidade territorial, parcela do território capitalista sob domínio camponês e, quando existente, é inequívoca sua distinção em relação à grande propriedade, ao uso que o capitalista faz de sua parte do território (2003: 273).

Estudar o significado do quintal camponês no assentamento é compreender o modo de vida da família nos espaços camponeses. Do mesmo modo, é importante entender as relações de vizinhança no assentamento, bem como as de parentesco, as práticas de mutirão, os jogos de futebol, as festas. Enfim, entender a comunidade camponesa em construção na agrovila, ou seja, perceber a existência camponesa – seu

modo de ser e de viver, carregado de valores societários-comunitários. Trata-se de uma percepção exigente, seja no campo do *sagrado* ou no campo do profano⁸⁶.

Sem embargo, para entender o território camponês, é necessário entender a filosofia da *práxis* dos movimentos sociais camponeses⁸⁷.

Rosemeire Almeida (2003) debate a idéia de *habitus* da unidade produtiva camponesa, a que associa o chamado tripé *família, trabalho e terra*. Estes nunca estão divorciados na vida da família assentada. De fato, eles sempre estão misturados no assentamento. A autora faz uma distinção importante do **uso da terra** pelo camponês, afirmando seu modo de vida diferente do uso que o capitalista faz das terras da “fazenda”⁸⁸.

Pesquisadores do campesinato, em especial aqueles dedicados ao estudo da *práxis* camponesa da territorialização, têm debruçado sobre a necessidade de entender o espaço e o território camponês⁸⁹. O espaço camponês vivido nas unidades familiares, para entendê-lo, há de se decifrar seu universo identitário moral e cultural. Decifrar o território camponês, um espaço essencialmente adicionado de poder, exige interpretar a organização política e militante dos camponeses assentados. As ações políticas e militantes das organizações camponesas se materializam e são travadas na fronteira da luta de classes.

Há construção do território camponês quando lutas concretas e diretas são travadas contra o *rentismo* capitalista, ou quando acontece a superação da sujeição do campesinato nas relações de circulação e produção. Nessas, ocorrem, de forma muito concreta, as relações comerciais, exatamente onde o campesinato realiza a troca do seu trabalho por dinheiro.

Outra dimensão importante para compreender tanto a espacialização quanto a territorialização remete para a questão das práticas comunitárias e coletivas adotadas pelas famílias assentadas. Segundo Fabrini (2004):

[...] é neste contexto de construção do território camponês no espaço dos assentamentos que se constroem ações coletivas e comunitárias como é o caso da formação de cooperativas, grupos de assentados,

⁸⁶ O sagrado e o profano foram termos usados pelo Prof. Ariovaldo U. de Oliveira em diálogo-entrevista sobre o modo de vida camponês.

⁸⁷ Esse, no entanto, é propósito a ser tratado em seções subseqüentes.

⁸⁸ Fazenda, entre aspas, é uma tentativa de apelar para o seu significado histórico antropológico, simbolizando o poder do latifúndio, da senzala, da sede do barão do café, do agronegócio.

⁸⁹ Ver abordagens de Fabrini (2002) e de Almeida (2003) acerca da construção do espaço camponês, suscitadas em pesquisas (teses de doutorado orientadas respectivamente pelo Prof. Dr. Ariovaldo U. de Oliveira e Bernardo M. de Oliveira) realizadas em assentamentos de reforma agrária nos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul.

associações, núcleos de produção, grupos coletivos, núcleos de moradias, etc. As ações coletivas não se materializam exclusivamente no trabalho e produção agropecuária, como a coletivização da terra, por exemplo. Portanto, as ações coletivas não significam necessariamente produção coletiva (2004).

Há de se qualificar, portanto, a substancial diferença entre ações comunitárias e ações coletivas somadas e entrelaçadas (Fabrini, 2002) na *práxis* camponesa para territorializar os espaços camponeses construídos pelas lutas, como é o caso dos assentamentos. Desse modo, tais ações da prática camponesa nos assentamentos são assim caracterizadas por Fabrini (2002: 279):

Ações coletivas possuem conteúdo essencialmente político, ou seja, a coesão ocorre pelas afinidades resultantes da trajetória de luta dos assentados, principalmente. A participação nas mobilizações, por exemplo, estão incluídas nestas atividades coletivas.

Já as ações comunitárias, possuidoras também de conteúdo político, são construídas pela mediação da solidariedade entre as pessoas. Não apresentam necessariamente uma natureza marcada por uma sociedade dividida em classes, mas pelo estabelecimento de laços de solidariedade entre as pessoas. Pode-se exemplificar como relações comunitárias a ajuda mútua e a troca de dias serviços entre as famílias assentadas.

As ações coletivas são ações realizadas para conquista da terra e condições para nela permanecer. As lutas pela viabilização produtiva também são atividades coletivas desenvolvidas nos assentamentos. Mas, é por meio da luta, e não necessariamente pela produção de mercadorias que os assentados garantem a sua existência. A idéia de reprodução dos camponeses, neste caso, os assentados, pela produção de mercadorias pode significar o seu fim. O logro do mercado capitalista atesta a sua exclusão (grifos nossos) (2002: 279).

De forma entrelaçada, urdida, misturada e tramada, vivem no assentamento o **espaço** e o **território** camponeses. O primeiro – materializado no quintal, no centro comunitário, na praça, no campo de futebol – é onde se vive e praticam-se as ações comunitárias e a solidariedade entre as pessoas e as famílias. No segundo – materializado na área de produção coletiva, na fábrica de farinha e laticínios e na feira – ,são praticadas e vividas as ações coletivas, na sua dimensão econômica.

Havendo afirmação e materialização do modo de vida camponês no assentamento – etapa valiosa do processo de adição de poder ao território pela classe do campesinato –, agora a empreitada da comunidade e do coletivo das famílias camponesas assentadas é expandir o projeto camponês na fronteira das frações territoriais conquistadas e, ao mesmo tempo, conectá-los.

Admite-se a territorialização camponesa como movimento socioterritorial que contém, dialeticamente, a passagem da quantidade para a qualidade (e vice-versa), a interpenetração dos contrários e a negação da negação. Pode se observar, nesse processo, a transformação humana do camponês, das mulheres, dos jovens e dos homens camponeses, que sonham com uma outra sociedade, regida por outros valores que não os do capital.

O processo socioterritorial que se move nos assentamentos espacializados pela luta das famílias organizadas pelo MST abriga transformações no interior da classe do campesinato. Essas transformações nada mais são do que a mudança, a metamorfose de uma fração a outra, no sentido *sem terra* – assentado autônomo. Nesse processo, há a transformação das famílias que vieram da fração camponesa *sem terra*, passaram para a fração associada e passariam para a fração autônoma. Portanto, a força da territorialidade camponesa autônoma seria capaz de concretizar no território a superação da dominação da classe capitalista nas frações territoriais em construção nos assentamentos. Quando assim o forem, o território é camponês e o camponês é autônomo. Será uma utopia camponesa a vida em territórios livres da sujeição capitalista?

3.3. Campesinato autônomo

Frações do campesinato brasileiro, a partir do final do século XX e do início do século XXI, têm buscado autonomia por meio da afirmação de outro modo de viver, produzir e manter relações sociais no território, contrários ao modo capitalista. Essa busca por independência permeia o cotidiano da vida das famílias assentadas organizadas no MST e na Via Campesina. Necessariamente, essa busca é sustentada por valores éticos, sociais e morais no interior da classe. A *práxis* das famílias camponesas no cotidiano de suas ações se alimenta desses valores, como mística. *Práxis* e mística – verificou-se em pesquisa de campo – estão presentes nas ações concretas e cotidianas dos *sem terra*.

O sujeito social camponês, produtor da sua própria existência, do trabalho da família na terra, como expressou Chayanov, é autônomo na medida em que sua autonomia se relaciona com a dimensão subjetiva na sua organização produtiva, pois, segundo Simone Ferreira (2002; 14), partindo das contribuições de Chayanov:

a produção camponesa gira ao redor da própria satisfação das necessidades e é avaliada subjetivamente através do balanço entre esta satisfação e a exploração da força de trabalho familiar. Produzir muito além do que se necessita é algo desvantajoso para estas comunidades, pois requer mais tempo de trabalho, que poderia estar sendo usufruído para outras atividades lúdicas, religiosas e de lazer, que ocupam um espaço significativo e valorizado no cotidiano marcado por relações de solidariedade e pelo sentimento de religiosidade (2002: 41).

No espaço camponês, onde as famílias sustentam a luta de classes, os seus valores éticos são opostos aos valores que movem o modo capitalista de produção. Sua reprodução social tem sua especificidade econômica, mas, sobretudo, *ancora-se em sua ordem moral* (Bombardi, 2005). Woortman (1977), citado por Ferreira (2002: 40), afirma:

a terra camponesa constitui a “expressão de uma moralidade, (...) algo pensado e representado no contexto de valorações éticas e não simplesmente como objeto de trabalho ou mercadoria (2002: 40).

Nos assentamentos espacializados pela luta das famílias camponesas, é o trabalho na terra, na roça, no lote, na gleba que constrói a autonomia do conjunto das famílias que ali vivem. Almeida (2003) e Ferreira (2002), referindo-se aos valores e à autonomia camponeses, remetem para a tríade “terra-família-trabalho” a estruturação das sociedades campesinas e tradicionais, onde a terra é o *chão da morada*, onde as famílias se reproduzem socialmente e satisfazem suas necessidades de trabalho. A terra é espaço da reciprocidade, sobretudo de *trocas* (Ferreira, 2002). Segundo Ferreira (2002:41), *a troca articula os elementos terra, trabalho e alimentos, que expressam uma relação também moral entre os homens e deles com a natureza*. O trabalho camponês na terra se dá como valor ético. Almeida (2003: 21), corroborando com as idéias de Ferreira (2002), aborda tais categorias relacionadas e estruturantes do ser camponês, seu *habitus* e sua autonomia:

A tríade família, trabalho e terra são categorias centrais do mundo camponês basicamente porque uma não tem sentido sem a outra e, mais, delas é que valores como a moral, a liberdade, a comida, a autonomia extraem seu sentido e dão ao campesinato uma sociabilidade completa. Ser camponês é ser uma pessoa por inteiro e única que no assentamento é reconhecido pelo nome, pelo apelido, pelo estilo de vida que expressa o habitus, não como tradição, mas enquanto manutenção, renovação e inovação (2003: 21).

Não obstante, o uso da terra pelas famílias camponesas, diferentemente do uso da terra pelo capitalista, se dá na lógica do valor de uso. As famílias camponesas trabalham a terra para atender a suas necessidades, seguindo a lógica denominada por

Marx de M-D-M as famílias produzem mercadorias e as vendem para comprar outras mercadorias para satisfazer suas necessidades. Ao contrário, na lógica capitalista, denominada D-M-D' o processo começa com o dinheiro que compra mercadorias (máquinas, força de trabalho, matéria-prima) para produzir novas mercadorias, que serão vendidas para obter mais dinheiro. O capitalista, ao contrário do camponês, não quer satisfazer necessidades, quer acumular capital⁹⁰. Como bem afirmou Lênin (1913), citado por Moura (1988:70), *onde os economistas burgueses viam relações entre objetos (troca de umas mercadorias por outras), Marx descobriu relações entre pessoas*. Desse modo, pesquisar e entender o campesinato é compreender as relações sociais vivenciadas por ele, isto é, suas relações pessoais, familiares, comunitárias e coletivas.

Contudo, ocorre no território capitalista uma apropriação da renda camponesa no estabelecimento das relações próprias da circulação do fruto do trabalho familiar camponês, exatamente no momento em que o capital compra as mercadorias camponesas. Essa é uma fronteira onde o capital barra a territorialização camponesa movida pelas famílias assentadas. O *rentismo*⁹¹ capitalista é realizado nessa fronteira em que o campesinato se territorializa e desterritorializa o capitalismo, superando concretamente a apropriação da sua renda pelo capitalista. Se vitoriosas, a partir dessa superação, as famílias camponesas assentadas tornar-se-ão fração camponesa autônoma e o assentamento, um território camponês.

As lutas dos camponeses por autonomia são desafiadas pelo modo capitalista de territorializar o espaço camponês por meio da apropriação do produto do trabalho familiar camponês na terra. Assim, a luta camponesa, feita a partir das terras por eles espacializadas, tem sentido e força que só se completarão para as famílias no território camponês quando elas os transformam em uma nova fração no interior do campesinato, a fração de camponeses autônomos.

O campesinato autônomo, para Christiane Campos (2006), é uma nova tendência gerida pelos movimentos sociais no campo. A autora se refere à autonomia como uma conquista da luta dos movimentos sociais.

Tal autonomia conquistada se manifesta de várias formas, sobretudo, a) na capacidade de o campesinato fazer luta política como sujeito social por meio de movimentos e organizações próprios; b) na capacidade de o campesinato compreender

⁹⁰ Ver Campos (2002: 160).

⁹¹ Sobre *rentismo* capitalista ver Carlos e Oliveira (2004).

que as causas das suas dificuldades são provocadas pelo funcionamento do capitalismo na escala local e global; c) pela capacidade de construir a unidade camponesa entendendo ser necessário realizá-la na sua diversidade e d) a percepção de que o capital globalizado sufoca os modos de vida camponeses e sua luta contra as políticas públicas e privadas que ameaçam a agricultura camponesa (Campos, 2006: 150). A autora enfatiza:

O que consideramos importante enfatizar é que há elementos novos no campesinato que caracterizam o que denominamos de tendência da autonomia camponesa, tais como a preocupação com o conjunto dos recursos naturais, a capacidade de articulação dos movimentos camponeses entre si e com organizações urbanas de trabalhadores/trabalhadoras e de consumidores/consumidoras, e particularmente o auto-reconhecimento como camponês e camponesa que lutam para mostrar que a agricultura camponesa tem uma função social fundamental para a humanidade: produzir alimentos (2006: 150).

Campos (2006) realça a *tendência da autonomia camponesa*, revelando a existência de elementos novos no campesinato que indicam esta tendência. Desses, a autora aponta, entre outros, a consciência da função social da agricultura camponesa, que é a produção de alimentos para a humanidade, como se pode ver na agenda de lutas da Via Campesina Mundial, expressa no Fórum Mundial Social, em Nairobi, no Quênia, em 2006.

Sobre a autonomia da unidade camponesa de produção e a superação da subalternidade camponesa perante o capital, Carvalho (2006) afirma que tal autonomia reside na capacidade camponesa de produzir alimentos para o auto-consumo – sem, no entanto, se restringir a esse objetivo – e, também, em mudanças na matriz de produção. Para Carvalho (2006), a primeira iniciativa camponesa rumo à sua autonomia – a produção para o auto-consumo – significa o campesinato assumir a responsabilidade social pela produção de alimentos de qualidade em volume suficiente para abastecer os mercados locais e regionais.

Nesse caso, *o próprio camponês não dependeria da agroindústria nem dos supermercados para o abastecimento dos principais itens do consumo familiar* (Carvalho, 2006b, 16: 18). Carvalho (2006b) entende ser essa *uma decisão de autonomia relativa perante a indústria de beneficiamento e a artificialização dos alimentos* (2006b: 16-18). Na visão de Carvalho (2006b), a segunda iniciativa camponesa, de mudar a matriz de produção, diz respeito ao resgate de práticas históricas camponesas, tornando-as contemporâneas e, também:

pela incorporação de novos conhecimentos e práticas de produção, de diversificação de cultivos e criações e de escolha de linhas de produção que apresentem alternativas (possibilidades variadas de venda ‘in natura’ e de beneficiamentos) e capacidade de estocagem pelas práticas de processamentos (agroindústrias camponesas) simplificados. Na matriz tecnológica pela substituição de importações ou aquisição de insumos de origem agroindustrial pela produção interna. A reintrodução das sementes, mudas e matrizes animais crioulas melhoradas passam a constituir, juntamente com as práticas agroecológicas de produção de fertilizantes naturais e de manejo da fauna e flora silvestres, a base da mudança na matriz tecnológica. A autonomia camponesa perante a agroindústria é ponto central da superação da subalternidade perante o capital (2006b: 16).

Segundo Shanin (2005) população camponesa, que é de aproximadamente três bilhões de pessoas no mundo, é afetada pela atual fase do capitalismo de intensificação das políticas neoliberais “desmanteladoras” das organizações da classe trabalhadora. Nesse contexto, o que dizer da territorialização camponesa e da tendência real de criação de um campesinato autônomo? De acordo com Shanin (2005):

À primeira vista parece bem contraditório que, num contexto de avanço do capitalismo no campo, através do agronegócio, o campesinato se organize em movimentos articulados e ouse crescer e aparecer em âmbito nacional e internacional (2005).

Todavia, observa-se, nesse início do século XXI, que o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro cria e recria o campesinato, ou seja, cria novas frações da classe camponesa, sendo o campesinato autônomo uma realidade. Os camponeses autônomos transformam e são transformados *no e pelo território camponês*, que, por sua vez, emerge do *espaço camponês*. Emerge das agrovilas dos assentamentos, dos lotes e glebas coletivas e individuais que vão para as marchas, as ocupações, os congressos do MST e da Via Campesina, por exemplo.

Horácio Martins de Carvalho (2004a; 2004b; 2005; 2006a; 2006b; 2006c), ao debater possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil, sugere como tarefas para os movimentos camponeses articulados na Via Campesina: a) resgatar a unidade de produção familiar autônoma e integrada comunitariamente, b) afirmar a diversidade das formas de relação com a natureza e das identidades sociais, c) valorizar a interação entre os saberes históricos locais e regionais populares com aqueles científicos, a partir da crítica social e popular continuada e, por

fim, e) reafirmar as culturas e valores diferenciados e afirmadores de identidades diversas.

PARTE II: VIDA E LUTA CAMPONESA NO TERRITÓRIO

Esta Parte II é dedicada ao registro e às anotações da pesquisa de campo realizada nos assentamentos Mártires de Abril, em Belém no Pará; Oziel Alves Pereira, em Remígio, na Paraíba, e Oziel Alves Pereira, em Governador Valadares/MG. Cabe lembrar que, nos três casos estudados, as famílias camponesas somavam mais de seis anos de vida como assentadas da reforma agrária.

Para compreender o modo de vida passado e presente das famílias entrevistadas, o questionário adotado durante as entrevistas reuniu perguntas sobre a trajetória de vida da família camponesa, indagando sobre a vida antes e depois de se tornarem assentadas. Portanto, a referência temporal dessa trajetória se apóia em duas datas marcantes das suas vidas: a data da **ocupação do latifúndio** e a data da **criação do assentamento** pelo INCRA. Assim, inquiriu-se o modo de vida dos entrevistados quando *família sem terra* – portanto, antes e durante o processo de ocupação – e quando *família assentada*, após a criação do assentamento.

As perguntas formuladas e dirigidas aos assentados durante as entrevistas buscavam entender as práticas de luta das famílias, sempre na tentativa de compreendê-las na perspectiva da trajetória de vida da família. Os apanhados da pesquisa nos assentamentos estudados contribuíram para revelar parte da vida camponesa. Nessa vida, estão contidos e misturados sonhos e lutas de classe.

A redação das seções se desenvolveu a partir da transcrição das repostas do camponês e da camponesa assentados. Embora o questionário aplicado na pesquisa de campo contivesse vinte perguntas agrupadas em dez tópicos (ANEXO G), para maior fluência do texto, a redação das seções se orientou por quatro blocos de perguntas assim organizadas:

- a) Como era a vida de camponês *sem terra* antes de a família fazer luta pela terra no assentamento? Quais eram os meios de ganhar a vida e de sobrevivência antes da família conquistar a terra?
- b) Como, onde e quando começou a luta da família para ocupar o latifúndio conquistado? Como foi o encontro com o Movimento dos Sem Terra?
- c) Como é a vida da família assentada?
- d) Quais os principais sonhos da família?

Deve-se realçar que, para compreender o esperado na alínea (c) – **Como é a vida da família assentada?** –, foram dirigidas onze perguntas às famílias entrevistadas, quais sejam: Qual a diferença da vida de assentado para a vida de antes, sem terra? O que você mais gosta e o que menos gosta no assentamento? A produção da terra dá dinheiro? O dinheiro da produção da terra dá para viver? O que se compra com o dinheiro da terra? O dinheiro dá para sustentar a família? O que os assentados fazem para construir autonomia e superar a dominação capitalista? Como você e sua família fazem luta política para ajudar os companheiros *sem terra* da região a conquistar a terra? As famílias do assentamento participam do Movimento dos Sem Terra na região? De que jeito? E, finalmente, perguntava-se se o entrevistado considerava o assentamento um território autônomo, independente e com identidade própria.

Na redação das seções 4, 5 e 6 desta Parte II, evitou-se, em boa medida, antecipar análises e discussões, pois essas serão tratadas nas seções subseqüentes, na Parte III.

4. VIDA E LUTA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS NO ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL NA ILHA DE MOSQUEIRO, EM BELÉM DO PARÁ

O Assentamento Mártires de Abril resultou da ocupação da fazenda da TABA⁹², na Ilha de Mosqueiro (Ver MAPA 5, ANEXO D), em abril de 1998. Anteriormente usada para o lazer dos diretores da referida empresa aérea, as terras da fazenda agora são usadas para sustentar a vida de dezenas de famílias camponesas. O

⁹² TABA, empresa do ramo de transporte aéreo doméstico de atuação regional no Norte do Brasil.

sonho da terra e da liberdade é experimentado cotidianamente por homens e mulheres camponeses, em cada pedaço de terra que lhes foram distribuídos após a criação do assentamento pelo INCRA⁹³.

As famílias entrevistadas, hoje formadas por camponeses assentados, relatam sua origem e o modo de ganhar a vida antes de entrarem na luta pela terra:

Eu nasci e me criei em Araguaína, Goiás. Meus pais tinham parente em Marabá. Ele tinha fazenda em Marabá, mas nunca gostei. Voltei para Goiás e me casei, tinha os “gatos” que pegavam os trabalhadores pra trabalhar em fazenda. Voltamos pra cá perto de Belém. Eu morava em Tomeassu. Eu era manicure, lavava roupa pros outros (grifo nosso). .(Dona Maria).

Vim do Ceará. Morei em várias cidades, trabalhando em fazenda. Vim para Castanhal. Fiquei desempregado. Vim aos 18 anos do Ceará. Os meus pais não tinham terra, sempre trabalharam na terra. Vim para conhecer o Pará, o meu irmão já tinha vindo. Teve um fazendeiro que sempre trazia o pessoal. Aí eu vim (grifo nosso) (Sr Cláudio).

Nasci em Coraci. Me criei em Belém. A gente morava numa casinha humilde na beira do Rio. A maré entrava na casa da gente, era muito difícil a vida lá. Trabalhei de empregado assalariado numa indústria de pescado desde os 15 anos com carteira assinada (grifo nosso) (Sr. Moacir).

Nasci no interior do Maranhão, meu pai era agricultor, eu trabalhei na roça. Saímos da terra com 13 anos para trabalhar em casa de família em Belém. Aí fui procurar emprego e foi aí que achei emprego na fábrica com o Moacir foi aí que a gente casou. Ele veio para a ocupação e eu fiquei trabalhando como doméstica (grifo nosso) (Dona Edilsa).

Nasci no nordeste do Maranhão. Sou carpinteiro toda minha vida no Nordeste até nove anos foi na terra. Trabalhei em Belém 20 anos (grifo nosso) (Sr. Bené.)

Eu sou de Colares, município de Belém. Vim estudar com doze anos comecei a trabalhar e estudar. Deixei o estudo para trabalhar Casei com vinte anos, não deu certo (grifo nosso) (Sr. Manoel).

Nasci em Coraci. Trabalhava em casa de família, meus pais são de Bragança-PA. Eles tinham terra. Nasci em Coraci, mas venderam e vieram para a cidade (bairro) eles tinham uma boa área depois virou uma vila (grifo nosso) (Dona Rubia).

⁹³ A Fazenda da TABA se insere no perímetro urbano de Belém, caracterizando-se como propriedade urbana, o que desobriga o INCRA a exercer sua competência de desapropriar as grandes propriedades rurais improdutivas que não cumprem sua função social. Porém, a desapropriação da fazenda e a implantação do assentamento se deveram à parceria do INCRA com a Prefeitura Municipal de Belém, em 1998.

Sou de São Luiz do Maranhão. Moro há treze anos em Belém. Trabalhei quatro anos na periferia de Belém, trabalhei no Mercado do Ver-o-Peso até conhecer o MST no Assentamento João Batista (grifo nosso) (França).

Eu sou filha de trabalhador rural da área de Cacau da Bahia. Fiquei acampada na região do cacau. Morei em assentamento me envolvi na militância em Minas Gerais. Antes fui educadora popular e trabalhei com alfabetização e militei no Vale do Jequitinhonha no nordeste de Minas Gerais.(Linda)

As respostas desvendam a vida de famílias trabalhadoras rurais *sem terra* e, na sua maioria, migrantes do Nordeste e do Centro-Oeste, embora, nunca tivessem terra, porém, *sempre trabalharam na terra*. Elas migraram para trabalhar em fazenda e na cidade de Belém. Uma vez em Belém, os camponeses se tornaram empregados na indústria da pesca; assalariados ocasionais no comércio e nas casas das famílias, sem vínculos trabalhistas; autônomos informais: carpinteiros, vendedores ambulantes, trabalhadores domésticos. Nas favelas de Belém, onde foram morar, completa-se sua transformação em camponeses pobres desterrados, porém esses trabalhadores rurais nunca deixaram de ser camponeses e de sonhar com a terra. Ressalta-se que, em um momento das suas vidas, esses camponeses encontraram na migração uma estratégia de classe para a sua reprodução social.

Um dia é chegado em que a trajetória de vida dessas famílias sofre uma ruptura, pois decidem fazer luta pela terra. Tudo começa de forma impensada para muitas delas. Exatamente na Praça da Infâmia, local central da capital paraense, lugar de concentração dos fluxos e das dinâmicas do território capitalista, fincado no coração do maior centro urbano da região oriental amazônica brasileira. Na praça, deparam-se com o acampamento de *sem terra*, organizado pelo MST. Exatamente nessa Praça da Infâmia, realiza-se o encontro do campesinato pobre com o MST. Na praça pública, trabalhador *sem terra*, sem trabalho e sem emprego vira militante do MST. No meio de milhares de transeuntes, o **sonho da terra** se encontra com a **luta pela terra**.

É desse encontro que se inicia o processo de transformação na vida das famílias hoje assentadas no *Mártires de Abril*. Elas mesmas contam como foi e o que isso representou para elas:

Fiquei doente, fui pro hospital e depois quis visitar uma amiga, que estava no acampamento na Praça. Ela falou que ali era muito legal. Já fiquei por lá, nem na consulta médica eu voltei. Fiquei. Com dois dias eu vim. Meu ex-marido era mais velho, tinha muito ciúme. Fui à minha casa vendi tudo. Porta fechada. E vim pra cá. O povo disse que eu era doida (grifo nosso) (Dona Maria).

O povo tava fazendo inscrição, eu tava parado, sem fazer nada aí eu vim (grifo nosso) (Sr. Cláudio).

Fiquei desempregado. Tava na favela pensando um dia e falei para a mulher que eu tava sonhando com uma terra! Ouvi falar nos sem terra, mas nunca liguei. Foi quando três pessoas do MST passaram lá cadastrando famílias na favela para ir para terra, fazer sua horta. Eu cadastrei na hora e ainda saí ajudando os rapazes do MST. Fiquei com vergonha de sair de casa com “panelas”, enxada, essas coisas. Aí eu coloquei tudo num saco. Achei que ia pra terra direto. Eu tinha vergonha de alguém me ver lá na Praça acampado (grifo nosso) (Sr. Moacir).

Ele veio para a ocupação e eu fiquei trabalhando como doméstica (grifo nosso) (Dona Edilza, referindo ao seu marido Sr. Moacir).

Meu objetivo era a terra. Um dia chegou um rapaz do MST... (grifo nosso) (Sr. Bené).

Fiquei desempregado, aí conheci o MST na Praça. Conversei com os rapazes do MST e fui conhecer o acampamento da Praça. Fui em casa, peguei as coisas e fui para a Praça (Sr. Manoel).

O camponês, sem trabalho e sem emprego, *tava parado, sem fazer nada*. Ele estava doente nas favelas de Belém, porém já sonhava com a terra. Eis que os rapazes militantes do MST foram até à favela cadastrar as famílias interessadas em “ir para terra”. O camponês, que *se cadastra na hora*, decide e conta: “*fui em casa, peguei as coisas e fui para a Praça*”. As famílias camponesas foram para a Praça acampar porque queriam realizar o sonho da terra. Lá acampados, iniciam um processo de espacialização camponesa na Região Metropolitana de Belém.

Os camponeses partiram do acampamento na Praça da Infâmia direto para a ocupação da Fazenda da Taba, na Ilha de Mosqueiro. O camponês que *tava parado* na cidade agora é *sem terra acampado*, na luta pela terra.

Quando chegamos na sede desta fazenda, chegamos de surpresa, ocupamos, fizemos as barracas. Depois vieram os despejos da política. Agora estamos aqui e ninguém tira nós mais. (grifo nosso) (Sr. Moacir).

As famílias ficaram três anos, cinco meses e dezessete dias debaixo de lona, nas barracas armadas na Fazenda da TABA, até a conclusão e institucionalização da

arrecadação da terra pelo INCRA⁹⁴. A ocupação desse latifúndio foi uma etapa da luta das famílias para conseguirem a terra desejada, sonhada. Vitoriosas, as famílias acampadas se transformam em assentadas. Inseridas no cadastro nacional do INCRA, tornaram-se beneficiárias das ações do programa nacional de reforma agrária, desenvolvidas pelo Governo Federal.

Todavia, essa história bem sucedida não é uma regra no Brasil. Nem sempre a ocupação camponesa do latifúndio resulta em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Os acampamentos têm resultado em muitas mortes de camponeses, em muitos despejos judiciais e na criação de poucos assentamentos. É muito desigual a relação entre famílias acampadas e os capitalistas proprietários do latifúndio, como têm mostrado as estatísticas brasileiras sobre a violência dos conflitos agrários⁹⁵. Durante a ocupação, as famílias resistem e sofrem.

Eu sofri muito, não vou mentir. Foram três anos [de sofrimento]
(grifo nosso) (Dona Maria).

Resisti a cinco despejos. Resisti e hoje eu estou aqui. (grifo nosso)
(Sr. Cláudio).

Assim, morre o latifúndio da empresa aérea no complexo turístico da Ilha de Mosqueiro para nascer um assentamento do MST. Vitória para os camponeses na luta para ter a sua terra. Os *sem terra* da Praça da Infâmia viraram *sem terra acampados* na Fazenda da TABA, que viraram assentados do *Mártires de Abril*. Portanto, concretamente, as famílias passaram por uma transformação social. Elas se metamorfosearam de um *ser* social para outro, mas continuaram camponesas, pois essa metamorfose ocorre no interior do campesinato.

A vida das famílias do Assentamento Mártires de Abril segue sua trajetória, em mais uma etapa do processo de luta camponesa. Agora, elas vivem e fazem luta sob uma nova perspectiva, rumo à possibilidade e ao desejo da construção de um espaço e um território camponês.

Da criação do assentamento, em 2001, até a realização da pesquisa de campo, em setembro de 2007, passaram-se quase seis anos. A vida das famílias melhorou? Como os entrevistados percebem essa diferença, entre o momento que decidiram *pegar as coisas e ir para a Praça* e o momento presente? Como era a *vida*

⁹⁴ Como se tratava de fazenda dentro do perímetro urbano de Belém, o assentamento foi uma parceria do INCRA com a Prefeitura Municipal. Neste caso, tratou-se da implantação de um modelo de assentamento do INCRA denominado Projeto Casulo. Ver sítio do INCRA www.inra.gov.br.

⁹⁵ Ver estatísticas produzidas pela Ouvidoria Agrária/MDS e pela CPT, apresentadas na Parte I.

sem terra – antes da luta, do acampamento – e como é agora, com terra para trabalhar?

Existem muitas diferenças?

Pra mim, que sempre fui criado na agricultura, tem uma diferença grande, eu sempre trabalhei em terra dos outros e deixei tudo pra trás. É que hoje você tem mais otimismo, tá trabalhando na terra que é nossa, que conquistamos, trabalha com mais segurança, de ter de sair ou brigar com o patrão. Eu que passei quatro anos no mercado informal, a terra tá no sangue da pessoa. Na terra a gente fica mais tranqüilo. A diferença é o sol, a chuva, o contato com a natureza. Às vezes a gente até exagera de ficar mais na roça, com a terra, a natureza, do que em casa (grifo nosso) (Sr. Mamede).

A diferença é que na época a gente trabalhava e dependia. Se não trabalhasse não tinha a sobrevivência. Agora a gente tem autonomia. O trabalho pra nós é princípio de cidadania, de dignidade, de humanização. O trabalho lá fora te escraviza. Pra mim é muito gratificante oferecer a produção da nossa terra e dar para os amigos (grifo nosso) (Téo).

Lá fora tem uma grande diferença daqui de dentro. Lá fora para gente ter alguma coisa tem que ter emprego. O quintal é deste tamazinho, num cabe nem a família toda dentro do quintal. Onde eu morava meu quintal não dava para plantar macaxeira. Eu dizia: ‘Meu Deus, um dia eu vou possuir uma terra’. Lá quando eu ia trabalhar meus filhos ficavam trancados por causa de roubo. Aqui, meus filhos ficavam sós quando eu ia trabalhar lá fora, pelo movimento, todo mundo ajuda (grifo nosso) (Dona Maria).

A diferença pra mim quer dizer LIBERDADE. O que crio é meu. Eu trabalhava em fábrica dava aquela produção de peixe e a gente não recebia nada por isso. Entrava as sete e dava hora de sair eles avisavam que tinha que ficar até as dez da noite. Para mim significa LIBERDADE (grifo nosso) (Dona Edilsa).

É muito grande [a diferença] com patrão e sem patrão. Com patrão a gente tem que obedecer ao que ele manda e hoje eu sou o meu patrão. Eu estou à disposição do Movimento, nesta luta que é nossa. Eu me sinto com liberdade, acordo às cinco horas faço uma coisa, outra. Chego, tomo café, vou para a aula. A diferença é muito grande (grifo nosso) (Sr. Bené).

Eu ganhava a vida lá fora trabalhando oito a doze horas por dia. Quando eu vim para o MST agora eu tenho a vida diferente, antes eu trabalhava quatorze horas por dia. Hoje eu tenho a terra, eu tiro a minha roça, tiro meu feijão. Hoje é sábado, eu estaria trabalho se fosse lá fora. É uma vida que eu melhorei, não estou comendo nada envenenado lá fora, não como veneno. A diferença é que aqui eu trabalho para mim, lá fora eu trabalho para o patrão (grifo nosso) (Sr. Manoel).

Agora a gente é independente de patrão, que humilha de tudo quanto é jeito. Aí você é independente. Eu fiquei doente, caí em pneumonia. Tinha ano que eu não tinha saúde. Aqui é bem melhor tem área boa.

A gente não é mais dependente do patrão (grifo nosso) (Dona Rubia).

*Acho que é a segurança de ter a terra. Lembro do meu pai que morreu e não tinha nem aposentadoria. Morreu sem nada. **A diferença é a segurança.** Estamos bem. Obrigado! Certeza do futuro garantido para meus filhos construir a vida deles. É a garantia que a gente tem (grifo nosso) (Linda).*

Na percepção dos entrevistados, no presente, após os seis anos de vida no assentamento, a vida *é muito diferente*. Verifica-se que a vida do camponês pobre e *sem terra* é diferente da vida do camponês agora assentado na Ilha de Mosqueiro, lutador e participante do MST.

Eu que vivi na cidade e virar uma camponesa foi um desafio, me sinto realizada, apesar de ainda ter muita atividade lá fora. E dar o suporte o conforto mínimo [para o esposo, Mamede]. Pra mim mudou no sentido positivo, cem por cento, muito na realização de revitalizar os princípios de solidariedade que está dentro de você. Você compra tudo. Eu sou uma pessoa que gosta de ajudar. Pra mim na cidade não tem muito jeito, o coletivo é uma escola para construir o socialismo. Aqui o campo para o trabalhador, para o pobre, não existe outra coisa melhor do que você produzir seu alimento. Coisa muito bonita. (grifo nosso) (Téo).

Para perceber como as famílias entendiam o modo de vida comunitária no assentamento, foi perguntado aos entrevistados o que eles mais gostavam e o que não gostavam (no presente) no assentamento real e concreto, entendido como uma unidade espacial camponesa.

*Em termos gerais o que eu gosto é questão da possibilidade de estar produzindo, não só na questão da alimentação, mas na produção do conhecimento com os companheiros e companheiras. Embora seja um processo lento. **Tento fazer com que a sociedade descubra um novo jeito, novo método de viver em sociedade** (grifo nosso) (Mamede).*

*O que mais gosto é de ver a forma como as famílias se identificam com o MST. Apesar de tudo que a gente passou, **a gente ver que as pessoas têm esperança, ver a esperança nas famílias** (grifo nosso) (Téo).*

*O que eu gosto é... tá até ruim da gente falar... **o que eu gosto é o companheirismo na hora da doença e na hora da morte. Se eu chegar a morrer as pessoas ajuda e tudo...**(grifo nosso) (Dona Maria).*

*O que eu menos tô gostando: antigamente o MST vinha reunia, tinha apoio. **Hoje a gente não vê uma pessoa aqui da direção nacional.** O que mais gosto, coisas boas do assentamento, é a moradia, a gente tem uma moradia tranqüila, é a tranqüilidade, deitar de noite tranqüilo (grifo nosso) (Sr. Moacir).*

É a tranqüilidade. Não tem o tiroteio da cidade, bandidos. (Dona Edilza)

***Eu gosto da parceria.** Reunião, propostas boas, reunião fora, marcha, encontro em Brasília, em Marabá, da companheirada, ir na casa dos companheiros (grifo nosso) .(Sr. Bené).*

Gosto da terra para morar. É muito tranqüilo aqui, quando eu saio daqui penso logo em voltar. Aqui é muito tranqüilo tem espaço para os meninos brincar. (Dona Rubia)

*O que eu mais gosto é **que nós quebramos a crista da burguesia. Aqui em Mosqueiro eles falavam que não cabia sem terra aqui, o Assentamento Mártires de Abril derrubou esta idéia (grifo nosso) (Linda).***

A vida no assentamento significou para as famílias a formação de vínculos econômicos e afetivos. Uma das causas de as famílias entrevistadas gostarem do assentamento, dizem, é o fato de poderem produzir seus próprios alimentos. Elas gostam também de serem identificadas com o MST. Gostam do companheirismo, da parceria, das reuniões, das marchas e dos encontros realizados em Brasília pelo *Movimento*. Gostam do assentamento por que ele é lugar onde se pode morar e, dormir de noite, tranqüilos. Para elas, no assentamento há tranqüilidade, “*não tem o tiroteio da cidade*” (Dona Edilza). Mas há coisas no assentamento que elas não gostam. Decerto, no assentamento *Mártires de Abril*, existem problemas também.

*A coisa que eu não gosto, já foi muito bom quando era acampamento. O que eu não gosto é o roubo. Se eu for sair uma pessoa tem que ficar na casa, pois até as telhas vão. Assim, muita gente tem filhos, muita gente vem pra cá no final de semana, muita gente que a gente não conhece. **A outra coisa foi o racha do assentamento. O MST é que trouxe a gente pra cá, não foi a Fetraf (grifo nosso) (Dona Maria).***

O que eu não gosto é o nível da consciência das pessoas que não chegou a defender a natureza, que atacam a natureza, como por exemplo, o fogo (Mamede).

Eu não tenho nada a dizer do assentamento, nem do MST porque as coisas aqui são muito organizadas, não tem nada a reclamar. O que não gosto é os projetos que não saem, aí não tem dinheiro e o negócio não sai. (Sr. Cláudio)

Sinto que estamos aqui abandonados, jogaram a gente aqui e estamos abandonado. (grifo nosso) (Dona Edilza).

*[Não gosto]**Há pouco tempo [houve] o bendito racha...hoje eles são outros não dão bom dia, viraram as costas...(grifo nosso) (Sr. Bené).***

O que eu não gosto é a disputa [“racha com a Fetraf”] desta forma como ainda existe da disputa da base social, eu tenho dificuldade. (Téo)

Não gostei quando o povo dividiu (grifo nosso) (Dona Rubia).

Não gosto, ou, é um limite, nossa forma de produção. É um limite, não temos produção. Optamos pela agroecologia, mas nós não temos tecnologia, técnicas para o trabalho na terra. Ao optar pela agroecologia aí complica é a matriz tecnológica que escolhemos e ainda não denominamos. (Linda)

Agora, a terra dá o sustento da família, dá dinheiro. Boa parte das famílias recebe dinheiro da aposentadoria e de programas de transferência de renda, como o Programa *Bolsa Família*, pois em muitos casos só o trabalho da terra não dá (ainda) para sustentar toda a família. Parcela das famílias complementam o renda trabalhando fora da terra.

O dinheiro vem da horta, das verduras de cheiro. Tem os pés de coco. Estamos plantando mamão. A gente não tem assistência técnica. (Dona Elisete)

*A produção daqui atualmente é a lavoura branca: verduras, feijão, mandioca, macaxeira, e tem as culturas temporárias, como a banana, o maracujá e porque as permanentes ainda não chegaram a produzir ainda. Se dá dinheiro? Dá! Embora nem todas as famílias ainda tão vendendo. **Dá mais é dinheiro para o auto-consumo.** O que se compra é alguns produtos que não dá pra produzir aqui, talvez aqueles com mais tecnologia, como é o caso do arroz (grifo nosso) (Mamede).*

*Importante a gente planejar um pouco, **a gente não tem como juntar [dinheiro], mas dá para comprar para subsistência.** Pra nós, temos alternativa ou formas de resistir contra o capitalismo, por exemplo, a produção do perfume, (ex. priprioca) a gente vai criando esta resistência contra o capitalismo porque a gente está fazendo a nossa soberania. A renda do perfume dá pra comprar, pagar a prestação dos óculos, comprar um bolo... A fabricação do perfume tá no começo, é pouco, mas já ajuda (grifo nosso) (Téo).*

*Alguns plantam o feijão, outros já plantam macaxeira, na terra do seu Mamede dá muita banana, feijão.... nem toda a terra dá... não dá assim mesmo para sustentar. **Na minha terra não dá dinheiro. Aqui tem gente que é aposentado e tem o Bolsa Família. Na terra ainda não dá.** O que sobrevive mesmo é o coco. A gente compra mesmo com o dinheiro do coco só o alimento (grifo nosso) (Dona Maria).*

*Da terra mesmo a produção que eu tiro, não nego pra ninguém, é pouco. Se não fosse o coco eu tava lascado. Pra ir vivendo dá, o que precisa é pouco, tira do coco, não dá pra tudo mais o cabra vai escapulindo. **Complemento o dinheiro pro sustento trabalhando pra fora** (grifo nosso) (Sr. Cláudio).*

Eu, de vez enquanto, tiro meus cocos, boto 50 cocos na cargueira da bicicleta e vendo na rua. Temos as galinhas também. Nós temos um plantio de pripioca, fomos iludidos, pois falaram para nós plantar e fomos iludidos [vender para a Natura] (grifo nosso) (Sr. Moacir).

Eu sou contratada da PMB na Escolinha. A renda da terra não dá. Tem que complementar com a aposentadoria do Moacir. (grifo nosso) (Dona Edilza).

Por enquanto, dá para mais ou menos ir equilibrando. No começo tivemos projeto com a prefeitura (que não deu certo) começou com a Prefeitura do PT, depois mudou. Os técnicos da prefeitura não deram assistência técnica (cita o exemplo das técnicas e as galinhas). Hoje tiro acerola, pupuaçu, o açaí já está chegando, limão no quintal, hortaliças como cheiro verde, tem porco,..., ainda não dá para viver bem...mas se Deus quiser vai dar um salto. A produção da terra dá. A terra é boa...apesar do INCRA dizer que é improdutivo. O dinheiro não dá para comer bem, mas é muito fácil viver aqui. A gente compra com o dinheiro o adubo para adubar a terra (orgânico). A gente compra o arroz, o feijão. (Sr. Bené).

Hoje eu tiro da minha horta e da minha roça. Eu tiro macaxeira e vendo para as famílias (amigas) da igreja. Agora, se dá para viver? Realmente não! Porque temos aqui uma terra que tem capim. Eu não posso comprar um móvel para a casa porque não dá, só dá para sobreviver. (da exemplos do preço do adubo...) não tenho renda fixa. Tem o Bolsa Família e vai para a criança (R\$65,00) estudar (Sr. Manoel).

Produzo muita macaxeira. Eu faço bolo de macaxeira e vendo na rua. A renda da terra não dá. O marido vende perfume na rua. Agende vende farinha, ovo. É a venda de bolo e macaxeira é que ajuda. Tem também o coco. O mato tomou conta do lote. Quando eu melhorar eu vou voltar para o lote e plantar mais (Dona Rubia).

Aqui não tem onde viver. A prefeitura não deu assistência técnica. Os técnicos eram burgueses, a prefeitura prometeu uma feira mas não fez, só o INCRA. A venda dos produtos da terra é pouco não dá para cobrir as despesas é aposentadoria do pai que completa (grifo nosso) (Enildo).

Quando a gente tá aqui a gente vive do coco. Dinheiro para alimentação vem da renda do coco e do artesanato em encontros e espaços de mobilização. A maioria dos assentados vê o coco como o açaí, como extrativismo. Quando a gente tá aqui gosta de fazer experimento da escola pedido pelo curso de agronomia. (Linda)

As verduras e os pés de coco dão dinheiro. A *lavoura branca*⁹⁶ não dá para vender, para comercializar, mas dá dinheiro para complementar a renda e assegurar o consumo alimentar. No assentamento, há famílias que conseguem juntar dinheiro

⁹⁶ Sr. Mamede usou esse termo para se referir à cultura de arroz, feijão e milho (grãos com ciclo anual).

gerado do trabalho da terra para fazer poupança e investimentos. No entanto, há, também, famílias cuja produção da terra *ainda não dá* para viver somente dela. Famílias do Assentamento Mártires de Abril contam no seu orçamento com outras fontes de renda monetária. De forma complementar, a família consegue dinheiro a) do trabalho não-agrícola, como a fabricação de perfume e artesanato; b) do *trabalho fora*, em fazendas ou na cidade, por meio da prestação de serviços de carpinteiro e pedreiro, por exemplo, e c) do recebimento de benefícios de políticas sociais do Governo Federal, como o benefício financeiro recebido mensalmente do Programa Bolsa Família e a aposentadoria.

Afinal, as famílias conseguem produzir alimentos suficientes para sua dieta alimentar? Fazem regularmente, ao menos três refeições por dia? Que alimentos vêm do trabalho na terra e que alimentos compram no mercado?

Aqui da terra é pouco, é mais o Bolsa Família para comprar o alimento. É um pouco que ajuda muito, principalmente aqui no Mosqueiro que é muito caro, o dinheiro dá para umas duas semanas. Então é pouco onde a terra dá de plantar eles compram pouca coisa. A comida mais é comprada. Compra mais é a carne, o frango (grifo nosso) (Dona Maria).

A gente faz três refeições básicas. No café tem cuscuz, tapioca, macaxeira, a farofa de ovo, arroz que ficou da janta. Maranhense gosta do arroz. Pro almoço o básico, feijão com arroz, tem que ter. Às vezes a gente coloca uma mistura o mocotó. E verdura a gente nunca fica sem. É uma abóbora, uma folha, sempre tem. A terceira continua do almoço e adapta. É o leite, café com pão e sempre o feijão com o arroz. A gente sempre toma os sucos. Sempre tem o suco durante todo o dia quando tem muita fruta (grifo nosso) (Téo).

Tem também a questão dos costumes. Muitas famílias aqui não têm hábito de consumir verduras. Nosso refrigerante é o suco das frutas. Não tomamos coca-cola. A gente tem o frango do quintal, consumimos pato, frango caipira (Mamede).

Aqui em casa é três refeições por dia. Café da manhã, almoço e lanche. Comemos peixe (comprado) galinha (da terra), pato (da terra), legumes, macaxeira, pupuaçu, acerola tudo é da terra. Temos a banana para nossa sobremesa que é da terra também. Comida é comprada com parte da venda e parte da renda da aposentaria (grifo nosso) (Sr Moacir).

Tiro da terra hoje: acerola, maracujá, pupuaçu, maxixe, quiabo, arroz e feijão. Macarrão isto a gente compra tudo. Compra o peixe (grifo nosso) (Sr. Cláudio).

Tomo o café de manhã o almoço no meio do dia. Tem suco no café da manhã, a macaxeira. No almoço a farinha que a gente produz. Feijão

a gente produz. O peixe a gente compra, mas às vezes pesca. A noite tem um lanchezinho para as crianças (Sr. Bené).

Eu gosto muito de peixe. Como muito peixe porque não tem química. Aqui acolá compro carne. Da terra eu tiro farinha, feijão, alface, couve, o cheiro verde. Apesar da gente ter produção, mas ainda não dá para fazer as três refeições, infelizmente a condição financeira não dá mesmo (Sr. Manoel).

A gente colhe melancia no quintal, quiabo, o maxixe. Os meninos gostam muito de pão, aí tem que comprar. Compro peixe. O feijão que estamos comendo é comprado. Planto o feijão duas vezes por ano, mas não dá para o consumo do ano da família. Tem gente aqui que planta couve, alface (grifo nosso) (Dona Rubia).

Tiro mandioca da terra e faço farinha no meu lote. Compro peixe com dinheiro da aposentadoria (grifo nosso) (Enildo).

Quando a gente tava mais tempo aqui a gente plantava mais as verdura da região, como caruru. Agora a gente não planta porque ficamos três meses aqui e três meses na escola. A gente faz até mais de três refeições. Geralmente compramos hortaliças da vizinha do assentamento. Agora nós botamos horta junto com minha irmã assentada. Esta terra aqui não é boa. É muito sombreada por causa do coco adensado, a monocultura do coco. Mas é prioridade para nós é o feijão (Linda).

Tanto nas respostas dos entrevistados, quanto na observação direta e exploratória durante a pesquisa de campo, constatou-se que as famílias têm acesso diário e regular à alimentação saudável. A dieta alimentar das famílias é assegurada tanto pela produção própria tirada da terra (macaxeira, mandioca, banana, maracujá, cupuaçu, quiabo, arroz, feijão, acerola, verduras, frango, galinha caipira), quanto pela compra no mercado local (leite, café, macarrão, peixe, frango de granja, pão). O dinheiro para comprar a comida vem da venda do excedente da produção da terra, do *trabalho fora*, da aposentadoria de membros da família ou do Programa *Bolsa Família*⁹⁷, do Governo Federal.

Como se dá a comercialização da produção camponesa do *Mártires de Abril* no mercado local da Ilha de Mosqueiro? Os assentados inventam formas para superar as

⁹⁷ O Programa Bolsa Família, instituído pela Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006, é a política nacional de transferência de renda com condicionalidades (as famílias têm de comprovar o cumprimento de condições, como colocar e manter seus filhos na escola, manter em dia o cartão de vacinação e fazer exames pré-natais, no caso das gestantes), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Pela Lei, todas as famílias brasileiras cuja renda mensal *per capita* é inferior a R\$ 120,00 têm o direito de receber o benefício de renda mensal, que pode atingir até R\$ 115,00 mensais, em função do número de crianças do núcleo familiar. O Programa está presente em todos os municípios do país. Em abril de 2008, beneficiava 11,1 milhões de famílias. As famílias beneficiadas utilizam cartão eletrônico fornecido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e sacam o dinheiro em caixas eletrônicos do banco.

relações capitalistas no momento da venda da sua produção? Como e onde as famílias assentadas vendem sua produção?

Por enquanto tá sendo vendido no mercado local de dois jeitos. Tanto de porta a porta como para atravessadores. Como a produção é pouca tá dando para comercializar só aqui em Mosqueiro. A nossa idéia é criar uma feira orgânica. Criamos de início um projeto para colocar produtos orgânicos nesta feira e depois fazer uma feira só orgânica. Essa é a idéia da gente. Esse sonho não morreu, espera-se quando chegar os produtos da lavoura permanente (grifo nosso) (Mamede).

O coco tem comércio. Um dos papéis da associação é fazer este papel. Temos poucos quadros (técnicos). Tem dificuldade. Este é o objetivo da associação. (Téo)

Aqui mesmo. Venda direta. Os marreteiros vêm aqui, a gente leva para os comerciantes (grifo nosso) (Dona Elizete).

O coco a gente tira ele e vai vendendo. O verde a gente vende nas barracas da praia para os barraqueiros que compram por cinquenta e vendem por cem (Dona Maria).

O coco é vendido em Mosqueiro. Eu levo o que dono da venda encomenda. Às vezes vai fazer uma compra aí o dono pra trazer (Sr. Cláudio).

De bicicleta (Sr. Moacir).

O técnico da prefeitura veio e fez projeto e disse que é só produzir e levar para vender. A gente produziu melancia, mas teve que colocar aí na frente, na pista. Foi muito ruim ficamos prejudicados. Não tem espaço coletivo. Teria um canal coletivo. Não tem. (Sr. Bené)

A comercialização é individual porque pouca gente produz. No meu caso a comunidade da igreja faz encomendas para mim, de família para família, venda direta. O preço é melhor (Sr. Manoel).

A gente não vende para os comerciantes porque eles abaixam os preços. A gente vende direto nas casas, vende rapidinho. Eu não caio na conversa dos comerciantes (Dona Rúbia).

Vendo no lote que fica na beira da estrada. Vendo coco para marreteiro que leva de carrinho (Enildo).

No caso do coco é o atravessador. É o marreteiro mesmo, os próprios assentados. Têm vários tipos de marreteiros. Tem os mais "capitalistas". No dia-a-dia é marreteiro pequeno mesmo. Porque não vendemos direto na praia? Por que dá mais gasto, tem que comprar a bicicleta (Linda).

Os assentados do *Mártires de Abril* vêem como problema a forma e a prática de comercialização da produção na Ilha de Mosqueiro. Para eles, é uma realidade a ser

enfrentada. Eles lidam com o fato concreto de os mercados local e regional pagarem preços baixos pela produção dos camponeses. Mas o que eles fazem para escapar dessas relações de exploração que resulta na apropriação do seu trabalho na terra? Que planos eles têm para conseguir bom preço na hora de vender e, assim, se defenderem?

A produção está sendo feita individual. A produção é pouca, tem que vender de porta- a- porta. (Mamede)

O lote é na beira da pista, quase na praia, colocar na beira da pista seria uma forma. Isso já ajuda. (grifo nosso) (Téo)

Vendemos o coco para o marreteiro. Já tem o atravessador para maior escala, que vem com caminhão. O marreteiro vem com a bicicleta. Vender direto na praia tem que gastar com gelo (Linda).

A gente tinha uma banca na feira. Tem muita concorrência dos vendedores. A gente entrega nos supermercados, a gente tem contrato verbal com os compradores (Dona Elizete).

O plano da gente é o progresso de plantar muito e levar para a Ceasa. A saída é ter quantidade (grifonosso) (Sr. Cláudio).

O certo mesmo é que temos uma discussão aí. Com a nova Governadora do Estado nós temos planos de vender nosso produto direto na feira em Belém. (Sr. Moacir)

Temos um projeto que eu acho que vai sair agora em março que é a agroindústria do coco. Tem o banco das sementes, tá parado, mas vai sair. (grifo nosso) (Sr Bené).

Eu prefiro vender mais barato e vender direto. Vou comprar um cômodo na cidade para montar uma venda, com dinheiro de empréstimo da minha mãe (Sr. Manoel).

Meu plano é este, de procurar alguém que dá o meu preço porque eu sei como é difícil (Dona Rubia).

A produção em pequena escala remete para as soluções individuais, como a venda direta *porta-a-porta*, usando a bicicleta, e a venda em barracas na beira da estrada, onde os turistas passam para ir à praia. Fora isso, é a ação dos *marreteiros*⁹⁸, que vêm de bicicleta até o lote do assentado para adquirir os produtos, e, claro, a ação dos atravessadores. As famílias relatam plano de vender na feira em Belém, contando com a parceria futura e com o apoio do governo estadual, eleito em 2007.⁹⁹

⁹⁸ Os chamados *marreteiros* são igualmente intermediários da comercialização da pequena produção agrícola. Muitas vezes, são os próprios camponeses e assentados que “marretam”, ou seja, atuam como atravessadores de pequenos volumes da produção dos assentamentos, no mercado local.

⁹⁹ Governadora Ana Julia Garepa, do Partido dos Trabalhadores, com mandato para o quadriênio 2007-2010.

Com relação à luta camponesa no território, em especial ao processo de territorialização protagonizado a partir do assentamento, foi perguntado aos entrevistados como eles fazem para ajudar os seus companheiros *sem terra* da região a conquistar a terra.

A gente ajuntava para ajudar os outros. Aqui foi assim os outros do (assentamento) João Baptista ajudou a gente aqui (Dona Maria).

A gente ajuda. O (assentamento) Paulo Fonteles nós ajudamos. A gente participa da Via Campesina. Sexta-feira agora a gente vai participar da manifestação em Belém [ato público no Tribunal de Justiça do Pará pela Irmã Doroty, assinada por latifundiários]. Ou eu, ou o Heraldo [marido] vai lá (Dona Elisete).

A coisa de conciliar a produção e a luta política para mim é muito difícil e complicado combinar a vida do agricultor e a vida do militante. A gente tá conciliando a produção do conhecimento e a produção alimentar. Eu até mudei um pouco o método. Eu tava com o povo e dizia para fazer assim-e-assado. Eu mudei um pouco, ao invés da gente só ficar falando agroecologia, agora estou fazendo e mostrando o trabalho prático. A intenção é ver esta consciência avançando (grifo nosso) (Mamede).

Qual a nossa grande contribuição? Ir para a “frente de massa” e fazer ocupações. Também na formação. Na educação, na organização dos setores, a gente contribui muito nisso. Temos contribuído no todo do movimento como um todo no estado, planejar e dar suporte. Fisicamente este ano nós estamos mais parados aqui. Arranjamos materiais, preparamos material (grifo nosso) (Téo).

Por exemplo, o ato amanhã da Irmã Dorothy. A gente vai. Tem ocupação lá no sul do Pará precisa de tantas pessoas, a gente vai. Por que outros fizeram isto por nós. Eu tive em Brasília duas vezes (grifo nosso) (Sr. Cláudio).

Estamos. Nosso objetivo do movimento é tirar de um para dar para mil, cem, duzentos. A nossa estratégia do movimento é ocupar os pontos mais fortes (latifúndio) nos quatro pontos no Pará (grifo nosso) (Sr. Bené).

*Eu me afastei da luta e vou dizer porque: o MST é uma família muito boa, mas me abandonou quando eu e meu filho tomamos um mocado de tiro. Eu tava em outra ocupação de terra e fui atirado na traição. Eu posso ajudar de outro jeito, a direção abandonou a gente. **A gente apóia, se precisar, eu que puder fazer eu faço. Mudou o modo de contribuir, mas continuo ajudando** (grifo nosso) (Sr Manoel).*

Não. Me afastei um pouco (Enildo).

A gente participa das mobilizações. Nós estamos estudando. Participamos de fóruns, ocupações, somos militantes mesmo. Chamou? Estamos indo. Somos estudantes e militantes. Fazemos luta

política no período que estamos na universidade, a gente tá dentro da política, dos debates (grifo nosso) (Linda).

Os assentados de *Mártires de Abril* fazem avançar a territorialização camponesa na Ilha de Mosqueiro. Por exemplo, participaram da luta camponesa para a criação do assentamento vizinho, Paulo de Fonteles, do mesmo modo que foram apoiados pelos camponeses do Assentamento João Batista.

Para as famílias, é grande o desafio de conciliar a militância e o trabalho na terra, ou seja, é um desafio fazer luta política e produzir alimentos para fazer dinheiro e garantir o sustento familiar. De todo modo, salvo uma única exceção encontrada, as famílias afirmaram comparecerem às ações organizadas pelo *Movimento*: elas vão para as *frentes de massa* fazer trabalho de base para organizar as ocupações, participam das mobilizações, das atividades de formação no setor de educação, dos atos públicos principalmente em Belém¹⁰⁰.

A pesquisa de campo procurou conhecer a percepção dos assentados em relação à autonomia do assentamento. Foi perguntado às famílias se o Assentamento *Mártires de Abril*, depois de seis anos de existência, é hoje um território autônomo. Perguntou-se, também, se no *Mártires de Abril* a vida é mais livre que nas demais comunidades rurais da região.

*Eu vejo assim, no começo a gente sofreu muito para ser uma comunidade. Nossos filhos sofreram muito. Para educar nossos filhos, muita discriminação. Tinha aluno que vinha deixar nossos filhos aqui debaixo de pedra. Uma dentista da prefeitura, depois que viu na ficha que eu era **Sem Terra** disse: 'Você é Sem Terra. Chega do inferno para roubar terra nossa...' Fomos passando. Uma vez chamamos as diretoras das escolas para visitarem nossa realidade. A primeira diretora que entrou aqui levou o carro cheio de pimentão, cheiro verde, tudo. Agora mudou bastante, agora eles respeitam mais. Uns vêm que os pais de família é trabalhador, mas uns ainda acha que sem terra é vagabundo, uns lá fora enxerga a gente de um jeito e outros de outro (Dona Maria).*

Eu, pessoalmente, vejo que ainda não temos esta autonomia. O nosso assentamento não é autônomo, pois a questão geográfica faz com que a gente depende muito da cidade, pra não dizer os vícios das pessoas que vieram da região metropolitana de Belém. Porque tem muito acesso com a cidade. Teve um tempo em que a polícia não entrava no assentamento, até o dia em que nós autorizamos a polícia depois de

¹⁰⁰ Dois jovens assentados, casados, cursam Agronomia na Universidade Federal do Pará. O MST mantém parceria com várias universidades públicas brasileiras que oferecem cursos de graduação e extensão aos seus membros. Todo assentado estudando é meta deliberada no V Congresso do MST, realizado em junho 2007 em Brasília.

acontecer de os bandidos se esconderem no assentamento por causa disto (Mamede).

*Na questão política, eu sinto que somos um território. Um pouco desta autonomia é que a gente incomoda a burguesia. Tanto é que pessoas da direita não nos procuram porque nós temos uma identidade de classe. Nós somos da esquerda, existem as contradições [exemplo do racha com a Fetraf] as famílias ainda tem identidade política, ainda que as pessoas não tem conhecimento (teórico) ele sabe que é da classe trabalhadora. Lá fora eles se referem a nós como **sem terra**. (o olhar deles de fora). Lá fora eles podem até não respeitar porque não gostam, mas nos identificam por **sem terra**. Nós criamos esta autonomia (grifo nosso) (Teo).*

É (autônomo)! Sabe por quê? Hoje o cara trabalha distante pra dentro da mata. Hoje a gente que mora por aqui (perto da cidade) sabe o preço das coisas, sabe de tudo (Sr. Cláudio).

É muito dependente da cidade. Eu pensava que a gente ia para um local longe, onde a gente não pensava que ia ser perto da cidade. Aqui todo dia a gente vai na cidade (Sr. Moacir).

É mais livre. Nós temos nossa liberdade. Lutamos este tempo todo por liberdade, pelo socialismo, nós somos independentes. Dependemos do movimento também (Sr. Bené).

Nós somos independentes de um lado e prisioneiros de outro. Somos dependentes de prefeitura e do governo. Por enquanto no assentamento a maioria é dependente. Uma parte quer um assentamento modelo. Nós estamos numa área capitalista. Nós viemos para cá para dar um exemplo (Sr. Manoel).

Não é mais independente. Antes eles temiam os sem terra. Depois desta divisão [racha da Fetraf] piorou (Enildo).

Independente ou não, na lógica do camponês? Acho que ainda não é independente. A maioria aqui ainda não conseguiu ser independente. Como as pessoas vieram de fora, acostumados no trabalho de fora, acostumado no seu próprio negócio do começo ao fim. O grande elemento da identidade camponesa forte são os tratos culturais. O camponês e aquele que vive da terra ainda não conseguimos que as pessoas se acostumarem a cultivar. Nós conseguimos cultivar, mas tivemos dificuldade de colher, acho que o problema é de onde eles vieram. Muitas pessoas vieram porque queriam moradia, por que moravam nas palafitas. [...] Até hoje ainda há um grande maioria faz trabalho informal. Sendo camponês aquele que trabalha na terra, mas aqui muita gente ainda faz trabalho formal. Por exemplo, os marreteiros. Muita gente ainda não conseguiu viver como camponês (Linda).

Eu acredito que esta identidade camponesa é política. Houve momento aqui que teve uma unidade, uma identidade camponesa tão forte houve tempo que nos parávamos Belém. Ela é forte, mas não é estática. Nós temos assentado que produz tudo, mas “marreta” [atua como atravessador também]. Ele Tem farinha. A família trabalha,

contrata mão de obra, compra boi mata em Castanhal, vende aqui. Aqui é uma diversidade. Aqui temos carpinteiro, pedreiro que planta maracujá. Depende do período da chuva, se ele arruma trabalho fora ele vai e trabalha (grifo nosso) (Linda).

As famílias relataram tanto dependência quanto discriminação da gente da cidade, ambas bem fortes no início do assentamento. Há impressões conflitantes nos relatos das famílias entrevistadas quanto à percepção sobre a autonomia, a independência e se o assentamento se tornou um território camponês livre. Assentados entrevistados acreditam que o Assentamento Mártires de Abril já tem autonomia, é independente, é um território camponês livre. Já outras acreditam que o assentamento *ainda não* é autônomo, que ele é dependente. Sr. Manoel traduz e sintetiza a contradição: “*Nós somos independentes de um lado e prisioneiro de outro*”.

As famílias camponesas assentadas no *Mártires de Abril* seguem lutando e sonhando. Seguem sonhando na terra com o trabalho na terra e com uma vida melhor.

Viver bem! As famílias viverem bem, fazerem as três refeições e não ficarem preocupadas com o que vão comer amanhã. É muito bonito ver uma casa que tem fruta para todo lado, porco, galinha, pato. As crianças todas rosadinhas, muita fartura. (Linda).

Meu sonho é de viver bem, pois se eu tiver alguma coisa eu posso ajudar as pessoas. Ter minha casa arrumadinha. Se tiver gente precisando eu (poder) enfiar a mão no bolso. (Sr. Cláudio).

Eu como católico, antes de dormi rezo: -‘Jesus! Não deixe eu morrer antes de ver meus filhos formados na vida, com emprego tranquilos aqui’” (Moacir).

Em primeiro lugar: já temos uma terra, temos uma casa no lote e na agrovila. Meu sonho é este. Agora que realizei o sonho da terra agora é produzir (Sr. Bené).

Meu maior sonho aqui, já ta começando. Eu tenho uns lotes que é na beira da pista: meu maior sonho é ter minha casa na beira da pista, colocar barraca e vender minhas coisas na beira da pista, colocar placa, ver os carros. Meu sonho é este: ver meus filhos trabalhando lá eu lá na cozinha vendendo meus frangos e as pessoas vendo a gente trabalhar ganhando dinheiro. [No caso dos seus filhos, qual será o sonho deles, o que eles estão pensando?] Meu sonho é andar, ocupar terra, morrer na luta .(Dona Maria).

Uma das minhas perspectivas é melhorar a casa. O conforto da casa, melhoria da moradia, melhorar o perfil da terra, para servir para ser referencia, demonstração como São Tomé. ...fazer o investimento produtivo que tem retorno (França).

Sonho com um dia o Governo Federal confiar na gente e liberar recurso pra gente pagar minhas dividas e, daqui a cinco anos quando

eu tiver 60 anos ter um salário para sobreviver e não depender de nada (Sr. Manoel).

O meu é ter uma criação de peixe! É um sonho!! (Dona Eliseth).

Meu maior sonho é ter uma granja. Passar lá cedo e colher os ovos. Desde o primeiro dia que o MST passou lá eu tenho este sonho. Quando eu era pequena eu colhia os ovos com minha mãe (Dona Edilsa).

Ver o terreno todo plantado! (Heraldo).

Meu sonho, a minha utopia, mas não sei se é único é ver a vida dos assentados em outro patamar, no campo da consciência, nossa preocupação é fazer uma revolução, ver os assentados com outra cabeça (Mamede).

Ver o assentamento com outra visão, outro modo de vida, acredito que ele pode se realizar não é um caminho utópico, esta mudança pode ocorrer nesta revolução cultural. O movimento, a Via Campesina, em termos de estado de Pará, está fortalecida, como o curso de formação de militantes da Via Campesina na perspectivas de fazer a mudança. Sonhamos de ver a nossa Amazônia preservada, defendendo a nossa Amazônia desse imperialismo. Isto vai acontecer Miguel Arroyo disse que a formação do camponês vem pela luta, além da formação teórica (Téo).

No Assentamento Mártires de Abril, há o sonho camponês de viver bem. As famílias desejam fartura e não ter preocupação com o que vão comer amanhã. Morar bem, ter a casa arrumada, é o que desejam. O camponês, trabalhador da terra, sonha com a terra produzindo. **Toda** a terra produzindo. O Sr. Bené bem o demonstra: “Agora que realizei o sonho da terra, agora é produzir”. Algumas famílias se endividaram, como efeito das dificuldades da realização da política de reforma agrária pelo governo. Assim, também sonham em pagarem suas dívidas.

Ser social, classe camponesa, as famílias sonham ajudar as pessoas, ver o fim da violência social, fazer luta de classe “[...] Andar, ocupar terra, morrer na luta” (Dona Maria). Na unidade familiar camponesa, sonha-se em ver os filhos formados, trabalhando, com “emprego na vida” (Sr. Moacir).

5. VIDA E LUTA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS ASSENTADAS NO OZIEL EM REMÍGIO NA PARAÍBA

O *Oziel Alves Pereira* resultou da ocupação de um latifúndio, muito próximo do núcleo urbano do município de Remígio, localizado na mesorregião do agreste paraibano (Ver MAPA 6, ANEXO E). A ocupação ocorreu em 13 de maio de 1998 e a sua criação pelo INCRA em 23 de novembro de 1999, possibilitou o assentamento de 52 famílias.

As entrevistas realizadas com as famílias revelam suas experiências anteriores ao movimento de luta pela terra e descrevem a realidade cotidiana dos sertanejos nordestinos “*sem terra*”. São relatos que expõem a situação das famílias em relação à posse da terra.

Nasci em Bananeiras. A vida da gente, de menina até formar de moça, era muito aperrriada. Era de muito sofrimento. Eu fazia sangue nas mãos para fazer o meu vestido. Os meus pais eram agricultores. Tiveram dez filhos, entre homem e mulher. Quando eu me casei, a vida não foi nem tão boa. Era só sobrevivendo (grifo nosso) (Dona Inês).

Nasci e criei em Bananeiras. Morava na terra do meu pai. Eu tinha muitos irmãos, mas a terra era pouca não dava para criar uma vaca na corda. Tinha dia que na minha casa num tinha nem café para dar pra uma pessoa. [...] Aí fui embora pro Rio, eu trabalhava de servente e trazia um dinheirinho (grifo nosso) (Sr. Joãozinho).

Eu nasci na cidade de Esperança, de família de agricultor. Minha mãe foi a primeira da família a casar com um negro. Eles foram trabalhar de ‘meia’. Quando eles casaram não tinham terra. Nós sempre moramos no sítio, oito irmãos. Nossa renda toda era da agricultura. Tinha umas freiras da Holanda que deram bolsa para a gente estudar. Quando eu tinha quinze anos meu pais conseguiram arrumar um dinheiro e comprar uma terrinha. Conheci o Arnóbio, que também é filho de agricultor. Morei doze anos nela depois de casada. Nós não tinha terra, a terra era do pai. Como o pai tinha quatro filhos, não dava pra todo mundo (grifo nosso) (Dona Adilma).

Eu trabalhava só para comer mesmo. Para arrumar o de casa. Em terra do meu avo lá em Esperança. A gente trabalhava “alugado” de dois a três dias para arrumar algum dinheiro (grifo nosso) (Sr. Valter).

Antes a gente trabalhava na terra do meu pai (grifo nosso) (Dona Enilda).

Eu nasci e me criei aqui. Nós morava aqui, nesta fazenda. no canto, empurrado. Nós era vizinho e trabalhava aqui e trabalhava de ‘meia’. Fazia dois ou três sacos de feijão e dava para o dono da terra, ou arrendava. Desde os sete anos de idade nossa luta é trabalhar na terra, fazer umas panelas de barro para comprar nosso vestido de chita. Antes nós tinha um hectare no máximo para morar e

ter quintal, era um monte de gente emendado (grifo nosso) (Dona Cleunice).

*Eu nasci aqui mesmo na área. Meus pais e meus avôs moravam aqui. Teve um tempo que aqui era completo de moradores, **ai chegou uma lei que falava que se o camarada ficasse um ano na terra teria direito. Aí os fazendeiros expulsaram. Nós éramos posseiros, os fazendeiros deram um jeito e tiraram a terra da gente. Agora a gente retornou para a terra** (grifo nosso) (Antonio, presidente da Associação).*

Eu sou filho de Campo de Cacimba, aqui perto. Eu estou muito emocionado com os trovões de ontem à noite (!) (Sr. Francisco).

*Ele [o marido Sr. Francisco] **trabalhava nas fazendas. A gente era meeiro.** Nossos pais usavam toda a família para trabalhar. Naquela época a gente sofria muito. Meu pai trabalhava com veneno. Sem almoçar, chegava em casa “intoxicado” todo dia [...]. Eu me casei com ele [mirando Sr. Francisco que divide o sofá com Dona Maria José durante a entrevista]. Ele tinha dezessete e eu dezoito anos, continuamos do mesmo jeito. Tinha dia que o patrão não aparecia para pagar e aí a gente passava fome. Dava água com farinha para o filho comer. Isso a gente desesperava. Por quinze anos o Francisco [marido] foi para o sul trabalhar e trazer dinheiro. Não dava. Ele vinha no inverno para a gente trabalhar. Minha família vivia aqui em Remígio. Eu vivi dez anos em São Paulo e nunca consegui nem uma telha!. Meus filhos viviam presos lá no Rio de Janeiro. Aquele agricultor que luta para ter uma terra é porque ele quer ser alguém na vida. **É a LIBERDADE. Porque antigamente a gente tinha um trabalho escravo.** Eu não tive estudo, nem ele. Hoje eu tenho orgulho dos meus filhos estudarem. Hoje eu assino. Eu quero mais ainda. Eu quero ler! Eu tenho muito orgulho de ter meus filhos na escola (três filhos: um casado de dezessete, um com treze e outro com oito anos). Orgulho de ser agricultora. Meus pais estão assentados aqui, meus irmãos também (grifo nosso) (Dona Maria José).*

Eu morava em Santa Fé, em Bananeiras. Sempre trabalhei de meeiro. Tive um emprego de gari na cidade, mas fazia roça com os irmãos. Conheci a Marilene com vinte e seis anos e casamos. Fiz ocupação junto com o pai dela. Surgiu uma vaga aqui, aí eu fui beneficiado (Severino).

*Era difícil. Eu nasci aqui na propriedade do lado. Nessa propriedade o primeiro fazendeiro dava chance para nós sobreviver, **o ultimo dono da fazenda botou muita sujeição.** A gente morava numa ruada e vinha trabalhar aqui para sobreviver. Tinha que andar cinco quilômetros para vir plantar. E não dava o suficiente para o consumo da casa (grifo nosso) (Sr. João).*

As famílias assentadas, antes de iniciarem a luta pela terra, viviam como posseiros, meeiros, terceiros e assalariados ocasionais. Eram exploradas pelo *patrão*, no caso, grandes proprietários de terra. Pobres, passavam fome. Como estratégia de

sobrevivência migravam para o *sul*, na verdade, para estados do Sudeste brasileiro, em especial para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo para se assalariarem, mais frequentemente na construção civil.

Lutar por terra utilizando-se da ocupação do latifúndio é uma estratégia de sobrevivência, tática antes impensada para essas famílias camponesas do agreste paraibano. A emigração foi ao longo de décadas, a forma mais corriqueira utilizada por elas para garantir a sobrevivência e superar a pobreza. Somente a partir do final da década de noventa do século passado, essa estratégia muda e a ocupação do latifúndio passa a ser utilizada por parcela das famílias que compõem o campesinato brasileiro.

A idéia de montar acampamento nas terras do latifundiário, enquanto uma estratégia de luta, foi apresentada àquelas famílias pelos *meninos do MST*, durante a realização da *Marcha Pela Reforma Agrária*, organizada pela secretaria estadual do MST. Eis o começo do movimento de espacialização camponesa na região de Curimatau, no agreste paraibano, em especial nas vizinhanças do município de Remígio.

Fazer luta no território, isto é, decidir ocupar o latifúndio em Remígio, segundo contam as famílias entrevistadas, começou com as atividades da marcha dos sem terra que passaram pela cidade.

[...] Então chegou o menino do MST e disse: -‘Dona Inês a senhora não tem terra, quer ir ter uma terra para melhorar sua vida?’ Ela [olhando para o marido, Sr. Joãozinho, que participa conjuntamente da entrevista] ficou na dúvida. Eu disse: -‘ Eu quero! Eu quero terra para viver e trabalhar!’ Eram quatro filhos solteiros na época, eu disse para o João:- ‘Tu vai’? Ele disse:-‘Vô não!’. Fomos pra de baixo da barraquinha. Já tamo aqui, chegemos em noventa e oito, faz nove anos (grifo nosso) (Dona Inês).

Aí, eu vim me embora [do Rio de Janeiro]. Aí o Movimento foi lá em casa. Chamou, eu disse não. Aí, Inês queria. Então vamo!! Viemo. A Inês quis. Eu ficava até envergado na barraca, dormia numa toalha no chão. Agora temos terra para trabalhar. (grifo nosso) (Sr. Joãozinho).

O meu pai ficou sabendo do MST, ele veio, viu o acampamento e voltou. O que a gente sabia do MST era pela televisão. Eu vim a saber o que era o MST na televisão. No massacre em Eldorado de Carajás. Meu pai veio, viu que era uns rapazes do MST e que era sério. O pai falou que a gente podia vir que era sério. Ai eu vim, minha irmã Enilda e um irmão (grifo nosso) (Dona Adilma).

A gente veio pra cá e o MST tava aqui. E isto foi uma benção! [neste momento da entrevista Dona Maria chora] (grifo nosso) (Dona Maria José).

Aí chegou os meninos do MST que convidaram –‘Vamo João!!’ Eu disse:- ‘Não, eu tenho medo!’. (grifo nosso) (Sr João).

Os relatos revelam que o anseio das famílias era o de obter a terra para viver e para dar o de comer para os filhos e, assim, manter a unidade familiar. Este desejo aparece com muita força, especialmente, no depoimento, de mulheres camponesas, como Dona Inês, Dona Enilda e Dona Adilma.

A presença do MST em Remígio deveu-se à tarefa da militância do Movimento de identificar latifúndios e organizar as ocupações. Esta, a propósito, foi uma das atividades da *Marcha dos Sem Terra* pela região. Durante uma das atividades da Marcha, em passagem por Remígio, o povo da cidade informou aos “meninos do MST” a existência de uma fazenda improdutiva em “tal lugar”. Foi nessa fazenda que teve início a luta das famílias camponesas *sem terra*, hoje assentadas no *Oziel*.

Em Remígio, após esse encontro com o MST, os interesses divergentes e conflituosos do camponês e do latifundiário foram remetidos para o campo do enfrentamento, configurando a luta socioterritorial.. Os militantes do Movimento começaram a organizar a ocupação no município convidando as famílias para organizar o acampamento: -‘Vamo João?’ . -‘Vô não. tenho medo’ . .

No tempo da ocupação eu ficava na barraca com as crianças e ele trabalhava de pedreiro na cidade. Hoje em dia eu sou uma mulher rica!! Graças a Deus! Na época do acampamento a gente passava muitas dificuldades, o MST trabalhava com a cara e a coragem. Hoje eu tenho minha casa tenho minha terra (grifo nosso) (Dona Maria José).

Meu marido, Arnóbio, trabalhava de dia pros outros e de noite vinha de bicicleta na época do acampamento para dormir. Depois o Inca criou o assentamento. [...] A partir daí o Arnóbio não trabalhava mais pros outros, trabalhava só pra ele ou, às vezes, com meu irmão (grifo nosso) (Dona Adilma).

No começo ficava sexta e sábado no acampamento. Tinha que trabalhar para a família. Eu sou firme, nunca mudo. Apóio o MST. A nossa luta era para ter o que comer. Teja com fome que o homem vira um leão. Tendo o que comer tá bom. Foi uma maravilha na minha vida ter vindo pra cá (grifo nosso) (Sr. João).

Vencido o medo, os camponeses pegam suas coisas e vão para a ocupação da fazenda. Vão mulheres com filhos, os maridos ficam na cidade; vão maridos sem a mulher, ela fica com os filhos na cidade. As famílias camponesas em luta, armam barracas e vão trabalhar na cidade para dar de comer para aqueles que estão debaixo da barraca de lona preta no meio da terra do fazendeiro. Na luta, a vida agora é ocupar,

resistir, entrar na terra, produzir. Assim, os *sem terra* do sertão paraibano em Remígio, com essa ocupação, desencadeiam um processo socioterritorial para viver e se reproduzir socialmente.

Durante quase um ano, as famílias que participaram do acampamento ficaram debaixo das barracas, até ter início a criação do assentamento pelo INCRA. Em novembro de 1999, cinquenta e duas famílias acampadas tornam-se assentadas da reforma agrária. Surge assim o assentamento Oziel Alves Pereira criado pelo INCRA após a conclusão do processo legal de desapropriação para fins de reforma agrária da *Fazenda do Ministério*, considerada grande propriedade improdutiva.

Com a vitória da criação do Assentamento Oziel, os *sem terra* fazem avançar o processo de espacialização do campesinato na região. Segundo dados fornecidos pela Secretaria Estadual do MST, somente na Regional Curimatau em junho de 2007, o *Movimento* contava 272 famílias acampadas em seis acampamentos e 474 famílias assentadas em nove assentamentos, totalizando assim 746 famílias em 16 áreas da região. Desse total, três acampamentos e quatro assentamentos localizavam-se no município de Remígio, incluído o assentamento Oziel. Percebe-se que, às cinquenta e duas famílias do Oziel, que iniciaram a luta camponesa no município em 1998, juntaram-se mais 285. Portanto, em nove anos, mais do que quintuplicou o número de famílias que adotaram a proposta do *Movimento* de ocupar o latifúndio. Ainda, de acordo com os dados da secretaria estadual do MST, em 2007, no estado da Paraíba, 5.155 famílias participavam dos acampamentos e assentamentos do Movimento. Exatamente 2.248 acampadas e 2.897 assentadas, distribuídas organizadas em sete regionais: Litoral, Várzea, Brejo, Curimatau, Borborema, Cariri e Sertão.

Conseguimos terra e lote para mais três filhos, cada um tem dez hectares, total de trinta hectares. Tem terra para trabalhar, terra a vontade para trabalhar. Aqui tá bom demais. (Sr. Joãozinho)

Após a vitória da ocupação e tornadas assentadas pelo INCRA, as famílias possuem atualmente dez hectares de terra para viver e trabalhar. A família *sem terra*, torna-se então uma família acampada que virará família assentada. Movidas pelo sonho da terra e da liberdade, a marcha das famílias camponesas torna-se um *vir a ser* permanente.

O tempo transcorrido desde a ocupação da fazenda em 1998, passando pela criação do assentamento em novembro de 1999, até a realização da pesquisa de campo em setembro de 2006 corresponde a quase nove anos. E agora, a vida melhorou? Como

os entrevistados percebem esta diferença, entre o momento que decidiram pegar as coisas e ir acampar para *debaixo da barraquinha* (Dona Inês) e o momento presente?

Do que era, para onde eu estou... Ah!Hoje eu estou rica! Quem me enricou foi a terra. [Antes] Eu queria criar, não tinha como. Queria trabalhar, não tinha com. O lugar do pobre é no sitio, do sitio tira toda a alimentação para alimentar seu filho. Quando eu tava lá eu não tinha alimentação nem para dar de comer a meus filhos. (Dona Inês)

Tem muita diferença. A diferença depois que nois chegemo aqui e que peguemo a terra, aqui tem noventa cinco por cento de diferença. Chegava uma pessoa na minha casa não tinha nem tamborete para sentar, agora você vê a minha casa¹⁰¹. Tudinho é o MST, agora eu tenho dois filhos técnicos [formados]. Se não fosse o MST eu não tinha dois filhos técnicos [agrícolas]. A herança que eu deixo para meus filhos é o estudo. (Dona Inês)

*A grande diferença é porque tudo que a gente produz é nosso. Até porque a gente não tinha espaço pra gente criar (galinha,...). Criar ocupa muito espaço, na terra dos outros não dá pra criar porque o dono da terra não deixa. A gente não podia plantar fruteira porque ali não era da gente, mesmo no caso quando eu morei na terra do meu pai. **Tudo que a gente lucrava tinha que dividir com os outros.** Moradia eu tinha. Aqui eu tenho onde morar e trabalhar, aqui eu tenho o que é meu (grifo nosso) (Dona Adilma).*

*A diferença, agora que tem mais terra, **o que a gente faz é da gente, e não tem quem mande.** Tem mais espaço, a gente faz o que bem entende, faz o que quiser, antigamente não podia tirar um pau para lenha (grifo nosso) (Dona Cleunice).*

***Eu sempre lutei pela minha independência. Hoje eu tenho a liberdade. A diferença é a independência. Eu acho que o homem tem que ser livre.** O que mudou muito é que agora eu tenho terra (grifo nosso) (Antonio, presidente da Associação).*

É grande! A diferença é grande. Antes, quando eu vivia na rua eu nunca tive o direito de fazer uma compra para meus filhos e ter o prazer de ir para uma feira. Hoje eu nem vou à feira porque tenho o gado de leite, feijão, farinha. Direito de comer carne. Arroz. Tem criação, nós come. Tudo ta favorável pra nois. Daqui um mês vou plantar. Nós não planta com veneno. Não falta comida mais. Eu tenho a terra, [tenho] mais liberdade. Os meus filhos me ajudam. Tão tudo dentro de casa. Não falta mais comida na minha casa. Essa é a grande diferença. Antes quando eu morava na terra dos outros eu ia ainda pedir terra para outro e só sobrava terra ruim, só pedra. Eu trabalho os meus dez hectares todinho e ainda trabalho em junho ganhando diária por fora, eu e meus filhos. (Sr. Francisco)

Eu tenho minha casa, eu tenho endereço certo, eu tenho onde morar. E dizer assim: eu vou pra casa! Teve uma época que o patrão mandou a gente ir embora e a gente não tinha onde ir. Fomos expulsos da

¹⁰¹ A casa da Dona Inês possui: aparelho de TV, sofás de dois e três lugares, vídeo, fogão, estantes.

terra pelo fazendeiro. Meu maior orgulho é ter minha casa, ter minha terra. Hoje eu me considero uma mulher rica! A gente não tinha nada, nem móveis. Hoje em dia com a força de Deus, dos Governantes, do MST! O MST, como um animal, defendia os pequenos (grifo nosso) (Dona Maria José).

É a liberdade! (grifo nosso) (Sr. Francisco).

A diferença, primeiro, é o lar. Antes não tinha dinheiro para pagar nem água nem luz. Da parte de trabalho: a gente trabalhava na terra dos outros era muito difícil sobreviver. (Severino)

É boa! Antes nós não tinha direito a nada. Agora nós temos tudo da terra, a palhada, a forragem antes ficava com o dono da terra. Agora toda a produção cabe a nós, não tem que dar para o dono. Antes eles levavam metade do grão. [E em relação aos filhos, a qualidade da vida deles?] Isto mudou. Na parte da manhã nós tudo vamos trabalhar, chega na hora de trabalhar vai todo mundo trabalhar (grifo nosso) (Sr. João).

Segundo os relatos das famílias camponesas, a vida mudou muito depois da terra conquistada. Melhorou muito, “*tem muita diferença*” (Dona Inês). Para aquelas famílias, a terra as tornaram ricos. Com terra para trabalhar e casa para morar, o camponês sente liberdade, sente que é independente. Agora, não tem mais quem manda nele, ele faz o que bem entende. No assentamento tudo que planta é dele. Agora não falta comida, o camponês tem casa para morar, tem endereço, tem o estudo para os filhos.

No assentamento, as famílias camponesas sentem que a vida tem mais facilidades que antes, naquela vida de *prisioneiro do fazendeiro* (Sr. Valter). O camponês tem autonomia para criar sua vaca, criar sua galinha, colher seus ovos, arrumar um dinheiro da venda desta criação, quando precisar comprar uma coisa para os filhos. Ele tem autonomia e é livre, até para fazer outras coisas da necessidade da família, como cuidar da saúde e fazer uma viagem inesperada. Agora é *li-ber-da-de!* (Sr. Francisco). No assentamento, espaço camponês em construção e em movimento há percepção de que *todo mundo é amigo e companheiro*, ainda que alguns percebam que *a união é pouca* (Antonio).

As famílias, antes de se transformarem em assentadas da reforma agrária, não tinham onde morar. Viviam sem casa, sem móveis e sem dinheiro *para pagar conta de luz* (Severino). Antes, não tinham terra para *criar* seus animais, para plantar um pé de fruta, tampouco para *dar de comer* para os seus filhos. Quando camponeses *sem terra*

faltava comida na mesa da família. Elas não podiam fazer o que queriam na terra do fazendeiro, *nem tirar um pau para lenha* (Dona Cleunice) para cozinhar.

Antes, quando a família camponesa ia à feira, era privação, pois *não tinha como comprar as coisas para os filhos*. Agora, *quando a gente vai para a feira é uma alegria total* (Dona Cleunice). Agora, ela sente prazer em ir para a feira comercializar sua produção e fazer dinheiro para as necessidades da família.

As famílias entrevistadas revelaram que gostam da convivência no assentamento, elas sentem que lá todo mundo é amigo, a vizinhança é boa *ainda que saia alguma conversa* (Severino). Elas gostam da união, da solidariedade, do jeito de *lutar junto* e de resolver as coisas coletivamente, da facilidade de comunicação com a cidade. Gostam da liberdade que não tinham com o *fazendeiro patrão*. Apreciam o espaço para *criar* e para as crianças brincarem.

Eu, o que eu mais gosto daqui? A facilidade tem muito, quando eu quiser ir na rua é na hora. Aqui tem os carros aí na porta. E a convivência com as pessoas, quando você precisa de uma coisa é só chamar. (Dona Inês)

É isso também. Onde nós morava não tinha nem jeito de levar uma pessoa doente, tinha que levar nas costas. Tem a moto, se precisar é só pegar. Cheguei aqui me aposentei, ela também [aponta para a sua esposa, Dona Inês, que está ao seu lado] Lá no Rio eu fiz muitos amigos, o Rio de Janeiro já deu. Agora é melhor tá aqui. (Sr. Joãozinho)

O que eu mais gosto é, mesmo tendo alguma divergência entre algumas pessoas, a união! (com ela) a gente resolve coletivamente, a gente luta junto. (Adilma)

O que mais gosto é que a gente fica mais livre. Se a gente não tem pedaço de terra próprio para plantar ou para criar a gente fica prisioneiro do fazendeiro. Os fazendeiros querem se aproveitar daquele que não tem serviço. A gente dentro do assentamento cria uma vaca, uma galinha, tem ovo. Vende uma galinha, uma coisa (grifo nosso) (Sr. Valter).

[...] *Eu também. É a liberdade (grifo nosso)* (Enilda).

Todo mundo é amigo e companheiro, quando um dá um grito, já tá todo mundo ali, socorre. Não tem diferença com ninguém. O grupo de mulheres, quando a gente vai pra feira é uma alegria total. (Dona Cleunice)

O bom do assentamento é questão da solidariedade e isto faz com que você se torne sujeito, você se sente importante, é você realmente sentir importante (grifo nosso) (Eliane, filha da Dona Cleunice que acompanhava a entrevista).

O que eu mais gosto é ficar livre, a liberdade. *Eu gosto de trabalhar muito com o povo. Gostos de ver os outros felizes. Fico triste quando vejo os outros tristes (grifo nosso)* (Antonio, presidente da Associação)

O que mais gosto é trabalhar. A vizinhança é boa, são vizinhos ótimos, ainda que saia alguma conversa. (Severino)

É mais tranqüilo. Onde a gente morava não tinha espaço para criar, para a criança brincar (Marilene).

Hoje não tem nada que eu não goste. Tudo que eu tinha prazer na vida. A minha terra de trabalho e a minha casinha estruturada. Hoje meu filho pode viajar, está livre está estudando. [Referindo-se ao filho Ronaldo, de dezoito anos, que acompanha e colabora na entrevista] (Sr. João).

O melhor que tem aqui é a união. *Muita gente chegou a falar [mal] da agrovila¹⁰², que não ia prestar, mas não, agora a gente vê que é bom (grifo nosso)* (Ronaldo, filho do Sr. João).

No entanto, apesar das melhorias na vida das famílias, trazidas pelo assentamento, ainda há problemas que precisam ser enfrentados. Para aprofundar esta percepção, durante as entrevistas com as famílias foi perguntado o que eles mais gostavam e o que eles não gostavam na realidade do assentamento. As famílias do *Oziel*, após nove anos vivenciando cotidianamente a construção do espaço camponês que é o assentamento, e apontam os aspectos desse processo que elas não gostam:

O problema daqui é água. Estes assentamentos tudo da região quando chove essa terra dá de tudo, aqui dá uva do maior gosto do mundo. Quando o ano é bom a gente já colheu trinta sacos de feijão. Quando o ano é bom! (Dona Inês).

Depende de muitas coisas, das pessoas. Em todo canto tem esses “presépios” [gente complicada]. Sabe o Zé Moreno? Aquilo ali é gente fina [para dar exemplo de assentado que o pesquisador entrevistou no dia anterior e que ele considera gente boa] (Joãozinho).

Hoje, o que não gosto, é a desunião. Não sei se você ficou sabendo a divisão do assentamento. Eu não gosto da desunião (Antonio, presidente da Associação).

O que não gosto é a falta de água na época da seca (Marilene).

O que não gosto, apesar de toda a luta, ter que esperar quatro anos ate construir as casas, muito gente desistiu, a luta foi grande, sofrimento. O que eu não gosto - e mesmo vendo isto - é ver companheiros que não reconhecem o Movimento, que só lembra do Movimento quando o Movimento ta trazendo créditos (Adilma).

¹⁰² Este é um tema que merece comentário discussão. Inserir discussão seja nota de pagina ou parágrafo.

O assentamento fica sem ter sobrevivência, por exemplo, a falta de infra-estrutura que a gente não tem. (Sr. Valter).

[...] Para mim o que não gosto é a falta de água. Morava no brejo, estava acostumada no agreste (Enilda).

O que eu menos gosto é por que falta estrutura a gente tem que sair daqui, buscar fora, a dificuldade de água. (Eliane)

As famílias queixam da falta de água na época da seca, *quando o ano é ruim* (Dona Inês). De outro lado, elas não gostam da *desunião não sei se você ficou sabendo da divisão [...]* (Antonio), nem de ver no assentamento companheiro que não reconhece a importância MST na trajetória de suas vidas.

Como o camponês assentado vive do trabalho da terra, dispondo de dez hectares de terra para *manter sua família* e ser livre? Afinal, a produção da terra dá dinheiro? O dinheiro da produção da terra dá para viver e sustentar a família?

A gente trabalha é plantando feijão, o que sobra a gente dá pros filhos. Eu nunca vendi meu feijão, só pro consumo, eu dô para quem precisar, eu não vendo o feijão. Agora nós tão plantando verduras, vendendo na feira livre na cidade. Quando você é do MST o saco de feijão para comprar é 90 e para vender é 40. Um dia de serviço fica por mais de R\$ 20,00 com café e almoço. Mas quando é para pagar um trabalhador paga só R\$ 10,00 por dia. A criação e a produção da roça num dá. Se o ano é chuvoso aí dá, se não, falta as coisas. A gente não tem comida direto no ano porque depende do ano, se o ano é bom a produção é boa dá pro ano e se não, é falta. Feijão no tempo, para vender é muito barato. Estamos lutando na feira para vender o que é nosso mesmo e não dar pro atravessador (Dona Inês).

A gente produz feijão, milho e batata doce. A gente ficou um tempo sem plantar batata doce... o único dinheiro que recebo é a ajuda de custo do movimento. [este ano a chuva deu para o consumo] a gente planta pensando no consumo, planta um pouco mais. Ainda tem a semente a gente guarda. Planta feijão para o consumo, para as sementes e a venda. A criação é para fazer o dinheiro, a gente investe em animal, é uma poupança viva. A gente compra a ovelha e a cabra que é fácil de vender, a gente compra com o dinheiro da venda do feijão, sempre que sobra algum dinheiro da roça a gente investe nos animais. É uma poupança. Se sobra dinheiro, compra um animal como investimento. Arnóbio com o dinheiro que sobra compra animal, não compra móveis (Dona Adilma).

A produção que eu gosto é a batata doce. Aqui dá de tudo na chuva. Mas eu gosto mesmo de plantar é a batata doce. A gente planta o feijão que sustenta a família. Nessa região a produção do feijão é pouca. Aqui a gente planta um saco para colher quinze. Lá no (região do) Brejo planta um saco e colhe quarenta. Nada que a gente planta aqui pode falar: plantou esse ano e lucrou para o consumo do ano todinho. A gente tem que trabalhar de pedreiro, procurar mais um jeito de ganhar dinheiro. Por exemplo, tem o 'Bolsa família' (Valter).

Não! Dá e não dá! Nós não vende totalmente o que a gente planta. Tudo isto já é um lucro, vende mais milho. No tempo do inverno a gente leva pra feira e compra o que precisa. Antes a gente tinha que comprar tudo sem ter a produção da terra. [O dinheiro que sobra dá para comprar o que?] hoje na seca a gente compra quase nada, agora a gente ta aprendendo a técnica para fazer o comer do gado para enfrentar a sede do gado. Agora mesmo a gente não tá tirando lucro da terra por causa da chuva que foi pouca. Aqueles que têm aposentadoria, não precisa vender o feijão. Nós temos o 'Bolsa família'. Quando chega o inverno ai melhora. A gente pega o dinheiro que a gente guardou e vê como a gente faz, paga gasolina para por na moto e buscar comida para o gado. O ano passado foi ruim de chuva e a gente quase não fez (Dona Cleunice).

A produção é muito na tradição: milho, feijão, feijão de corda. Agora, se for para produzir dela a pessoa morre de fome, aqui chove três meses e nove sem chuva, aqui nem é sertão mesmo, aqui ainda tem um cheirinho de brejo. Então, tem gente aqui no assentamento que tá pior do que entrou. Porque aqui ou nós procura meio para sobreviver na agricultura ou não tem jeito. O problema é a água. [Como você faz para completar a renda da família] Eu aqui, sou prestamista, muita gente aqui para complementar a renda precisa do 'Bolsa Família' e da aposentadoria. Vai fazer três anos que a chuva não é boa para fazer fatura. Foi em 1998 que o inverno foi bom (Antonio, presidente da Associação).

O ano passado 'o ano' não foi bom. Eu trabalho com milho, e o feijão do sertão. Vendo o feijão verde na feira, o dinheiro a gente vai empregando já pensando na seca ou no inverno do ano seguinte. Planejar para sustentar durante o ano. O feijão seco a gente guarda para o consumo (Sr. Francisco).

Na seca ele [aponta para o marido Sr. Francisco] começa a cortar a terra. O lucro, o dinheiro a gente tira da terra. [Dona Maria e Sr. Francisco descrevem com detalhe um sistema produtivo que eles praticam muito interessante, integrado e adaptado ao consumo da família e a realidade edafoclimática do semi-árido] (Dona Maria).

Na época da safra quando o ano é favorável, chuvoso, dá pra gente comer o ano todo, comprar um móvel. Se o tempo é bom, dá produção. Tem criação no quintal que ajuda [uma galinha]. Depende do ano. O que sobra do consumo é vendido para complementar as despesas. [Você tem outras rendas?] Tenho o Bolsa Família, esse mês é R\$ 65,00 (Severino).

Uma parte dá. É a parte da alimentação. Antigamente era mais difícil a gente vender a mercadoria. Não sobrava depois que tira para o consumo. Tem gente que vende tudo, toda a produção do ano. Fica com o dinheiro e fica sem comida. Não guarda para o consumo. Aqui a gente guarda o feijão, troca o feijão por farinha que dá suficiente para um ano, e o que a gente não produz é o arroz. (Sr. João).

A família camponesa assentada no *Oziel* planta para o consumo e torce para que a sobra que será vendida – para o atravessador e na feira – dê dinheiro para suas demais necessidades. Ela *cria* [abelhas, galinha, caprinos, gado bovino] para ter fartura na dispensa, na cozinha e, sobretudo, no bolso. Técnica camponesa, a *criação* (pecuária) é para o consumo, mas é pensada e planejada para fazer “poupança”, para fazer dinheiro efetivo e investimento. Quando o tempo é bom, isso dá certo.

Todavia, o trabalho da terra, para muitas famílias assentadas, ainda não é suficiente para o seu sustento. De todo modo, [...] *Uma parte dá. É a parte da alimentação* (Sr. João). Para Dona Cleunice, *dá e num dá*. É melhor quando o ano é bom, quando tem muita chuva. Para fazer dinheiro do trabalho da terra, praticando agricultura camponesa, há problemas de ordem ambiental que exige das famílias conviver com a realidade adversa do regime hídrico da região.

Outro problema para a agricultura camponesa, praticada pelos assentados, reside nas relações sociais dadas no momento da comercialização da produção no mercado local. Daí a importância da feira, eleita pelas famílias como uma forma possível de superar a apropriação da sua renda realizada nas relações comerciais na região.

Para completar a renda familiar, as famílias têm duas outras formas e fontes: trabalho fora da sua terra e benefícios de políticas distributivas do governo federal. Uma forma de complementar a renda familiar com trabalho fora da terra é a prestação de serviços autônomos e ocasionais na cidade, como serviços de pedreiro, vendedor ambulante, *prestamista*¹⁰³ e mesmo como diarista para fazendeiros da região. Outra fonte financeira, complementar à renda das famílias, é o pagamento mensal do Programa *Bolsa Família* e a aposentadoria rural.

A família assentada, de posse de dez hectares de terra, consegue produzir alimento para o seu consumo com quantidade, regularidade e qualidade? Perguntados se a família faz ao menos três refeições por dia, e quais alimentos vêm do trabalho na terra e quais alimentos vêm da renda fora da terra responderam:

A maior parte vem da roça: a batata, a macaxeira, o girimum, o pimentão. No inverno a gente tem tudo. [Tem fruta?] Fruta não tem não, os amigos do brejo dão. A criação a gente vendia para o atravessador e negócio de feijão a gente vende na feira. [E como são os preços?] De graça! (grifos nossos) (Dona Inês).

¹⁰³ Atividade relatada em entrevista durante pesquisa de campo pelo Sr. Antonio. Atividade de comércio ambulante de tecidos, produtos de armarinhos e miudezas. Diferentemente da figura do “marreteiro” de Belém que comercializa a produção agrícola dos camponeses.

As três refeições? Arnóbio come muito, ele toma café, o lanche, o almoço, o lanche e a janta. O Arnóbio brincou que não tá comendo muito porque o Lula mandou comer três vezes. É sagrado as três refeições. Agora neste período mais crítico – janeiro, fevereiro e março – até dezembro tem o feijão, a batata doce, a macaxeira. O arroz o macarrão a gente compra. Fruta aqui não tem, mas sempre tem fruta que vem do brejo. Fruta tem que comprar. Ate mesmo a verdura é da gente, quando tem chuva. A época da fartura mesmo é de maio a agosto, tudo que você procurar tem, mas mesmo assim em fevereiro-maio, tem o ovo, a galinha. A gente tá pensando em comprar uma vaca, mas vaca bebe muita água. Na seca falta pasto é aquela agonia (Dona Adilma).

Olha, a gente faz as três refeições. De manhã é o café com cuscus tem a tapioca, a maioria é comprada, principalmente o café. No almoço tem o feijão que a gente produz aqui e a farinha. A gente faz a farinha. [E a carne?] Varia, às vezes é do nosso cercado, como a galinha o ovo; as vezes é da feirinha. Fruta é de outra região. No quintal a gente já plantou caju. (Dona Enilda).

Totalmente da terra não. Ainda demora para a gente se preparar. Quem veio e era agricultor vive melhor, quem não sabe está aprendendo. Mas a gente que já era agricultor já sabe, pois aprendemos a viver bem, só não vivem melhor por causa da falta de água. O que as pessoas aqui mais comem é o feijão, a farinha. Carne a gente tem que comprar, a gente ta criando. Galinha a gente ta começando a comer agora. Fruta às vezes a gente compra ou vem de sitio de vizinhos, pegar na região vizinha (Dona Cleunice).

Aqui, tirar da terra depende do ano. Tem ano que dá, tem ano que dá prejuízo. [Tem fruta?] Aqui é comprado a banana. [Verdura?] Aqui é tudo da feira (Antonio, presidente da Associação).

Hoje, graças a Deus, com este sistema da agricultura e o trabalho do Lula, a questão das três refeições melhorou bastante. Hoje tem cuscus com leite de manhã. É uma maravilha. Pelo que passei e o que temos hoje é uma benção muito grande. No almoço: feijão bem temperado, arroz, cucus, farofa, carne, no dia que não tem mistura da rua eu pego a galinha do quintal. Antigamente antes de receber o 'Bolsa Escola', meus filhos iam com fome para a escola (Dona Maria José).

A comida não é muito boa. É boa, assim, a gente planta feijão, tem arroz, macarrão, às vezes tem uma mistura. Boa ou ruim a gente tem as três refeições (Marilene).

Nosso produto é natural, sem veneno nenhum. Consumimos o feijão, o cuscus, a galinha de capoeira. Fruta a gente compra, mas estamos começando a plantar (Sr. João).

As famílias camponesas assentadas no *Oziel*, fazem, hoje, três refeições diárias, necessárias para a sua alimentação. A maior parte dos alimentos vem da *roça*, são produzidos no lote da família. Mas, a alimentação não vem *totalmente da terra não*

(Dona Cleunice). Depende do ano. *Tem ano que dá, tem ano que dá prejuízo* (Antonio). Agora, as crianças assentadas não vão mais com fome para a escola. Neste caso, a mãe assentada credita o fato ao benefício do Programa *Bolsa Família*, como relata Dona Maria José: *Antigamente antes de receber o Bolsa Família meus filhos iam com fome para a escola.*

Para compreender a agricultura camponesa praticada no Oziel e o momento crucial das relações com o mercado na fronteira do território do assentamento foi perguntado aos entrevistados onde e como é vendida a produção da terra.

As ovelhas e as cabras são para os marreteiros. Eles procuram o povo do assentamento e compram. Agora não. As verduras é na feira agroecológica, antes as verduras eram com eles também. Já o feijão e milho vende na feira e pra eles também, no armazém, porque a produção é muita. [A feira ta dando certo?] A feira ta dando certo, tem gente que não tem produto nesta época. Mesmo assim eles estão improvisando: vende bucha, artesanato, buchada de bode (Dona Adilma).

*A gente trabalha na feira. Aproveita vende a batata doce. **Tem a feira agroecológica na sexta-feira e a feira comum de sábado.** Na época da seca vai variando. Cada um leva um pouco. No período de safra todo mundo tem, tem variedade, mas mesmo assim ainda (época da seca) tem as coisas como a galinha, a buchada, macaxeira. Remígio tem as quatro regiões e partes diferentes: tem Brejo, tem Agreste, Cariri e Caramatau. Por isso que essa feirinha não cai muito, quando uma parte não ta produzindo a outra ta e traz as coisas diferentes (grifo nosso)* (Dona Enilda).

A gente vende na cidade próxima, em Remígio. Até hoje ainda não teve a discussão de fazer a venda direta, mas breve a gente quer. Fizemos uma feira em Remígio. Só não está indo melhor agora por causa da seca (Dona Cleunice).

O atravessador vem aqui de caminhão e vem comprar. Ele vai tentar comprar com o menor preço. (Sr. João)

*Nois vende para os atravessadores. Temos uma cooperativa, mas ta um lengalenga, vai e vem fica naquele moído. **Temos que evitar os atravessadores que tá matando a gente** (grifo nosso)* (Sr. Francisco).

Infelizmente nós produtores somos mais massacrados nessa área. O que a gente colheu no período chuvoso vem o atravessador... A gente vende na feira também. (Severino)

Para as famílias camponesas assentadas, praticar a comercialização na forma e no jeito presente é um problema. Verifica-se que as relações locais territorializadas na lógica capitalista apropriam o resultado do trabalho camponês na terra. De fato, a troca

da produção da agricultura familiar por dinheiro no mercado local é desigual *infelizmente nós produtores somos mais massacrados nessa área* (Severino).

As famílias não se conformam com a situação vivida atualmente.. Queixam-se dos ‘atravessadores’, reclamam dos baixos preços que eles pagam pela sua produção. Todavia, demonstram que têm planos para enfrentar o problema, isto é, para obter melhor valor nos seus produtos na hora de vendê-los. Nas entrevistas, as famílias contam como pretendem se defender da apropriação do seu trabalho no processo de troca com os capitalistas no território.

É a feira. A feira orgânica [perguntada sobre a forma de escapar do atravessador e dos preços baixos]. *A gente queria uma feira “da vida” não uma feira da “morte” que tem veneno. O pessoal do Sindicato discutiu muito, fizeram um trabalho muito sério muito bonito, entrevistou as famílias. De como fazer esta feira. O prefeito deu apoio. Daí o Pólo Sindical emprestou dinheiro para nós para nós comprar as barracas (dez) já começamos a pagar. Quando chegar a época da safra aquelas bancas não vai dar pra nada. Lá é um trabalho sério, o que nos pensemos de botar os produtos que vai aumentar no bolso da gente. Tem que ter seis meses de experiência, eu só posso vender um troço do meu vizinho se saber que ele não usa veneno. Um saco de feijão custa R\$ 40, a gente vai vender na feira da gente invés de dar pro atravessador vender por R\$ 80, nos vamos pegar estes R\$ 40 pra gente. Nós tão olhando pra um olhar que não olhava. Nós tamo olhando pra um olhar que não olhava, olhava pra traz. Dava dinheiro prum atravessador da cidade que nunca sofreu, nunca foi mordido de cobra nem nada, recebia só o dinheiro (grifo nosso)* (Dona Inês).

Aí tem a feira e o Programa Compra Direta Local¹⁰⁴ do governo federal. Batata é perecível tem que vender para o atravessador. Falta estrutura no assentamento, se a gente tivesse um barracão no assentamento a gente ia ter uma área de comercialização. (Dona Enilda)

[Como escapam dos preços baixos? Tem outros jeitos e formas?]
Tem e não tem, né!?. Assim, se você tem para guardar no inverno para o próximo ano aí sim, mas aqueles que não têm essa produção... (Dona Cleunice)

¹⁰⁴ O Compra Direta Local é uma modalidade do programa do Governo Federal executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS denominado Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar PAA. No caso, Dona Enilda está se referindo ao PAA Municipal resultado de Convênio entre o MDS e a Prefeitura onde o governo federal repassa recursos da ordem de R\$ 3.500.00 por ano para a Prefeitura comprar alimentos dos assentados e agricultores familiares do município e abastecer as entidades da rede sua local proteção social como creches, asilos, cozinhas comunitárias. O PAA junto com os programas federais Bolsa Família e o “Cisternas” compõem a estratégia política do Governo Federal para combater a fome e promover a segurança alimentar da população pobre, denominada Fome Zero. Observou-se durante a pesquisa de campo que no assentamento Oziel que todas as famílias se beneficiaram com a construção das cisternas, parte com o PAA Municipal (aquelas que participam da Feira, e parte recebiam o benefício da renda do Bolsa Família (aquelas que comprovaram renda inferior a R\$ 100,00 per capta/mês.

Eu tô tentando ajeitar a cooperativa para gente juntar todo mundo e vender. Nós já temos ela no papel, ela foi fundada há cinco anos, agora só que eu peguei esta cooperativa na falência (Antonio, presidente da Associação).

Eu não planto o feijão carioca. Eu planto o feijão “nacapa” porque com feijão “nacapa” eu faço mil moles e vendo direto na feira e faço mil reais, pois eu vendo um mol por um real. Já entrei neste projeto de algodão, vi no Jornal Nacional¹⁰⁵ que o milho tá dando álcool eu este ano eu fiz plano de plantar milho ... (Francisco).

Falta união para vender junto (Dona Maria José).

Tá em processo de legalização a cooperativa, que vai ser um lucro a mais no final do ano ao invés de passar para o atravessador. (Severino)

Nós vamos fazer agora, com a cooperativa. A cooperativa vai comprar bem na época e vender melhor na entressafra. Nós temos o “banco de sementes” [mostra a garrafa com sementes de milho crioulo] Choveu plantou. Colheu, guardou (Sr. João).

Escapar da apropriação do resultado do seu trabalho, que ocorre na hora de trocar no mercado sua produção por dinheiro *tem e não tem jeito* (Dona Cleunice). Um jeito *É a feira. A feira orgânica* (Dona Inês). Outro jeito é criar a Cooperativa *nós vamos fazer agora a Cooperativa. A Cooperativa vai comprar bem na época e vender melhor na entressafra* (Sr. João), porém ela ainda está em processo de legalização. Um terceiro jeito, que já está sendo praticado por algumas famílias, é a venda direta da produção para o governo federal por meio de parceria da Prefeitura e a participação do sindicato e da Associação dos Assentados. Neste caso, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS¹⁰⁶ destinou recursos financeiros para a Prefeitura Municipal comprar e distribuir alimentos das famílias assentadas para as creches e escolas prepararem as refeições servidas para as crianças por elas atendidas.

A criação de estratégias e formas alternativas de comercialização é tarefa crucial para as famílias camponesas assentadas no *Oziel* em Remígio reproduzirem-se e alcançarem sua autonomia.

¹⁰⁵ Referindo-se ao jornal televisivo gerado pela Rede Globo de televisão e retransmitido pelas suas em todo o Brasil em torno das vinte horas de segunda a sábado.

¹⁰⁶ O MDS executa os Programas Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA citados e que beneficiam as famílias assentadas do *Oziel*. A modalidade do PAA no caso do Assentamento é a Compra Direta Local coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar do MDS. Ambos compõem a estratégia de política de segurança alimentar e nutricional do governo federal denominada “Fome Zero”.

Outrossim, para compreender o processo de espacialização que se supunha ocorrer em Remígio, foi perguntado aos assentados como eles fazem luta política para ajudar os companheiros *sem terra* a conquistarem sua terra e, também, se as famílias do assentamento participavam das demais atividades do *Movimento*. Se sim, de que jeito se dava participação dos membros da família.

Eu vou ser bem franca, se vai fazer uma ocupação uma luta, eu dou força. Damos alimento. Através da luta nós num ta se dedicando agora. Participo das reuniões, encontro, dou meu exemplo, digo para as pessoas buscar terra, lutar pela terra (Dona Inês).

A gente na família se dividiu assim: Arnóbio cuida do lote da produção e dos meninos também. Eu, no lote mesmo, é difícil ir lá. Eu participo da luta social. Eu faço parte do coletivo da educação do movimento e outras atividades do MST e também do pólo sindical. De vez enquanto eu contribuo. Arnóbio é mais para os filhos e o lote. A (luta) social mesmo é só eu (Dona Adilma).

O assentamento mudou muito depois que pegou os projetos, mas não acomodou não. O assentamento tem quatro técnicos que estudaram no MST. Temos três ou quatro militantes do assentamento militando no MST. Aqui a gente ajuda sempre tem um grupo que apóia as atividades do movimento (Valter).

A gente faz encontro com os acampados, tem filhos dos assentamentos que participam das mobilizações. Por exemplo, teve uma área que tava com problema do lixo ai fizemos mobilização todos foram. Mas nem todos participam, mas a gente ajuda com alimentos (Dona Cleunice).

[pergunta: terra para trabalhar e terra para lutar. Dupla luta: fazer a terra dá produção e fazer a luta política. É duro não é? A agenda da militância e da produção]

Acontece isso. Muitas vezes é difícil para quem ta na militância, tem dificuldade, pois o trabalho é voluntário, o movimento não tem condições de ajudar, tem gente que passa um ano sem o movimento ter dinheiro para ajuda. Quem não pode diretamente manda os filhos (Eliane).

Eu me afastei um pouco, eu apoio, muitas coisas eu não posso fazer porque eu sou evangélico. Eu sou a favor. Estou para contribuir (Antonio, presidente da Associação).

Nós temos ajudado sim! Antes nós podia invadir terra. Hoje não pode mais¹⁰⁷, portanto nós cedemos pedaço de terra para “Paulo Freire”¹⁰⁸ A gente dá a maior força. Eu tenho lá um pai e um irmão (Sr. Francisco).

¹⁰⁷ Referindo-se à Medida Provisória editada pelo segundo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso no final do seu mandato, em 2002. Tal Medida Provisória é conhecida dos movimentos sociais e da mídia como a Medida da criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra.

¹⁰⁸ O acampamento Paulo Freire organizado pelo MST tem 40 famílias e localiza-se no município de Remígio próximo do Assentamento Oziel.

Antes do meu filho e meus pais serem acampados eu participo de reuniões, levou o testemunho da minha luta nestes lugares. Na luta você consegue e dá valor, eu cheguei até aqui com suor com luta, com fome. O MST mostrou ao agricultor que ele tem valor. Quando o MST se juntou com nós eu queria ser uma mulher livre com meus filhos. Hoje eu sou uma mulher livre. Eu não sabia o grande valor que eu tenho (Dona Maria José).

Hoje em dia depois que eu ganhei a terra hoje eu dou a meus filhos o que eu nunca tive. Eu quero contar a história da minha vida para meus netos. Como eu vi meu pai chegar com um almoço amarrado na camisa para dar de comer para oito filhos (Dona Maria José).

Tem muito pai de família que fala: ‘eu não estudei e meus filhos não vão estudar também’. Aqui um filho estuda de manhã e outro à tarde para equilibrar com o trabalho na terra (Francisco).

O MST é o articulador. Sempre tem movimento para essas famílias que não tem terra para trabalhar (Severino).

A gente ajuda na parte de alimentação para os acampamentos, ajudando com pessoas da família na ocupação também (Sr. João).

A ação das famílias para realizar luta no território acontece de várias formas. Das ações de ocupação e instalação dos acampamentos até participação nas *marchas pela reforma agrária*, o Movimento recebe o apoio dos assentados, na medida das condições concretas de cada família. Em geral elas contribuem basicamente de duas formas: através da militância com a liberação de membros da família (marido ou esposa, pais ou filhos) ou do apoio material, como a doação de alimentos para as famílias acampadas.

Muitos dos assentados entrevistados tinham filhos, pais e irmãos acampados tentando uma terra para viver. Como nos demais estudos de caso, no *Oziel* em Remígio, a militância interna no assentamento também ocorre nos Setores de Produção e de Educação. Note-se que três famílias formaram quatro filhos técnicos agrícolas nas escolas do MST. Esses jovens, hoje, atuam na secretaria estadual do MST em João Pessoa e em regionais do MST no Estado da Paraíba. Outra exemplo de militância das famílias, foi a cessão de espaço do assentamento para outras famílias montarem o acampamento *Paulo Freire*.

Por conseguinte, a pesquisa de campo quis conhecer a percepção das famílias assentadas sobre a independência e a autonomia do Assentamento *Oziel*. A intenção era a de conhecer a percepção das famílias sobre o modo de vida no assentamento, no que se refere ao exercício da liberdade. Isto é, indagar se as famílias

percebem o assentamento como um território livre, liberto, autônomo e independente.

Abaixo, o registro da percepção dado por algumas famílias entrevistadas:

Eles enxergavam a gente como destruidor. Agora, veja o caso da feira, eles tão vendo agora por outros olhos. Na cidade esta chegando muita coisa, muita alimentação de dentro do assentamento. Muitos vêm no assentamento comprar criação. Agora as pessoas da cidade têm mais esclarecimento. O MST aqui é respeitado (Dona Inês).

Eu vejo que tem identidade. Este assentamento se destaca dos outros. O Oziel é diferente, na organização, o povo faz esta diferença no Oziel o povo trabalha. Por exemplo, os políticos para virem aqui eles têm que avisar antes. A gente sempre se reúne para discutir, para resolver (Dona Adilma).

Eu fui presidente da associação. Em minha opinião a gente tá longe, mas por onde a gente anda. [Dona Enilda, esposa do Sr. Valter, que acompanha a entrevista: Acho que ocê ta enganado, Valter: Nós aqui somos muito organizados, estamos em primeiro lugar]. [Sr. Valter continua] Na minha opinião, eu acho que ainda falta organização (Sr. Valter).

Em Remígio houve uma mudança muito grande. A gente foi o primeiro assentamento, nos sofremos mais. Quando o assentamento começou a produzir botar alimento na cidade de Remígio ai mudou. Agora na beira do asfalto há gente (motorista) que fala que foi nós que trouxemos o progresso. Antigamente (no latifúndio) só tinha gado e quatro vaqueiros agora tem cento cinqüenta moradias, tem muita produção, muito mais gado. A primeira licitação [para fornecimento de material de construção devido ao Crédito Habitação recebido na implantação do Assentamento] os comerciantes venderam obrigados, hoje eles vem perguntar se tem mais licitação (Dona Enilda).

Assim, hoje é diferente. Antes eles viam a gente como ladrões, hoje não. A cidade já respeita a gente quando fala do assentamento, principalmente do MST quando faz mobilizações, eles sabem que é nois. A gente tem projeto, tem créditos, esta questão tem favorecido. Na verdade eles vêm a gente como mercado. Já não ta o Oziel sozinho, depois vieram os outros assentamentos...¹⁰⁹ (Eliane).

Acho que o pessoal da cidade passou a respeitar mais, ter mais confiança. Depois de oito anos mudou muito (Antonio, presidente da Associação).

De acordo com os relatos, os assentados agora são vistos com outros olhos pelas pessoas da cidade. Entre as famílias entrevistadas há tanto a percepção de que o assentamento construiu sua identidade, quanto a de que essa identidade *ainda está*

¹⁰⁹ Segundo dados da Secretaria Estadual do MST da Paraíba, em abril de 2007 totalizam somente no em Remígio (Regional Curimatáú) quatro assentamentos num total de 157 famílias assentadas e três acampamentos com 180 famílias acampadas. No Estado da Paraíba o MST em abril de 2007 contava com 2.258 famílias acampadas e 2.897 famílias assentadas.

longe (Sr. Valter). De todo modo, as famílias descrevem elementos substantivos para atestar que o assentamento agora é respeitado pelas pessoas da cidade, por exemplo: a feira, a produção de alimentos para o consumo da cidade e o consumo dos assentados no comércio de material para construção de civil. Como bem sintetizou Eliane: [...] *Na verdade eles vêem a gente como mercado*. Pode-se concluir que o respeito pelas famílias do *Oziel* advém do fato concreto de que elas transformaram a área do assentamento, ao mesmo tempo, em uma **unidade de produção** e em uma **unidade de consumo** para o mercado local. Assim, o assentamento produz alimentos para o consumo da cidade e consome seus bens e serviços.

Pode-se dizer que as famílias camponesas do Assentamento *Oziel* em Remígio seguem lutando e sonhando. Elas sonham uma vida digna e querem ser livres.

Eu tenho um sonho. Antes deu morrer – eu quero formar um livro da minha vida, da minha história, a história da terra. A luta da terra é a luta mais linda do mundo que pode ter. Eu tenho este sonho de ter área de lazer, formar um grupo de jovem deixar estes jovens bem orientados, um jovem que nascer no assentamento e criar e sobreviver. [...] Eu ficava, assim, pensando ver um filho passar fome... Agora eu tenho o que oferecer para a pessoa que vem na minha casa (Dona Inês).

Felicidade com todos meus filhos e minha família, muita chuva, saúde pro mundo todo (Sr. Joãozinho).

Meu sonho enquanto assentada é ver meu lote produzindo cem por cento e pagar o empréstimo que a gente fez. Minha produção dar para pagar o empréstimo e fazer as coisas para meus filhos. Também contribuir com o Movimento Sem Terra. O sonho de todo assentamento é este, fazer nosso lote produzir (Dona Adilma).

Pra mim, o sonho que eu tenho é que dentro do assentamento é a gente tirar o sustento da gente dentro do assentamento. Que os 12 meses do ano a gente sobrevivesse aqui dentro. Se tivesse a água, um açude coletivo (Sr. Valter).

Meu maior sonho é manter meus filhos no assentamento e que não seja preciso eles saírem e a gente consiga o sustento deles sem precisar deles irem dependerem lá fora (Enilda).

Nosso sonho é ter água para nós trabalhar de inverno a seca, se tivesse as coisas seriam bem diferente (Cleunice).

*O meu é diferente. Hoje a gente é assentado, mas tem muita dificuldade. **O sonho mesmo é ver toda a família sem terra produzir ter uma vida digna, livrar do atravessador.** A nossa luta, mesmo não sendo reconhecida, é mudar a sociedade. Se for ver aqui a gente só tem a terra, falta a escola. Não tem esta parte, escola para estudar (grifo nosso) (Eliane é filha da Dona Cleunice, morava com ela e acompanhava a entrevista juntamente com a mãe).*

Meu maior sonho é olhar, ver assim, da primeira casa até a última e, das crianças até os mais idosos, vê todo mundo de barriga cheia e ter uma boa produção no assentamento (Antonio, presidente da Associação).

É ver todos os agricultores tendo liberdade. Meu maior sonho é um dia eu conhecer o Lula de perto e dizer: Eu tenho orgulho de você. Eu sou livre graças a Deus (Dona Maria José).

Eu num tenho nem o que realizar, pois eu sou livre agora. Eu tenho liberdade. E já tenho o sonho realizado, pois eu tenho liberdade (grifo nosso) (Francisco).

Um dos principais sonhos foi realizado: a terra para trabalhar. O outro é que existisse uma escola dentro do assentamento. (Severino)

Eu gostaria que tivesse água que tivesse água fazer um poço. Tivesse água encanada (Marilene).

Meu maior sonho é, cada vez mais, dar a mão aos outros, como nós somos aqui dentro da agrovila (Sr. João).

Crescer na vida. Formar nas escolas do MST. Ser um bom assentado no futuro. O meu maior sonho, eu sou acampado também, é ter minha estrutura (Ronaldo, filho do Sr. João).

As famílias assentadas desvelam sonhos de todo tipo. Sonhos pessoais, afeto à vida das suas famílias, à vida comunitária, econômica e política da classe à que pertencem. Contam seus sonhos pessoais de *escrever um livro* (Dona Inês), *de conhecer o Lula* (Dona Maria José) e de se formar nas escolas do MST (Ronaldo, filho do Sr. João), entre outros. Os filhos jovens, tanto os solteiros quanto os casados, sonham com sua própria terra. Os pais camponeses têm sonhos para a família. Esperam ver os filhos formados e trabalhando no assentamento. As famílias têm sonhos coletivos e de trabalhador da terra: muita chuva, água para trabalhar, açude coletivo, ver o seu lote todo plantado e produzindo, todos os empréstimos pagos. Sobretudo, as famílias revelam o sonho camponês de ver toda *família sem terra* produzindo e livre do *atravessador*. Sonham dar as mãos às famílias camponesas *sem terra* e mudar a sociedade. Sonham ver os agricultores (todos) tendo liberdade.

Ao possuir a terra para viver, as famílias camponesas, assentadas e militantes, sentem que são livres. Se a vida das famílias melhorou muito, ainda há muito que fazer para enfrentar as relações sociais que se completam, sobretudo, na comercialização da produção no mercado local. Uma fronteira territorial problema para a luta camponesa.

As famílias assentadas do Assentamento Oziel Alves Pereira de Remígio, no sertão paraibano, antes, pertencentes à fração subalterna do campesinato nordestino, caminham agora no curso de uma marcha socioterritorial. Animada pelo *Movimento*, essa marcha camponesa transforma essas famílias, que se metamorfoseiam em novas frações da classe no interior do campesinato. A direção dessa metamorfose indica o sentido da transformação dessas famílias em frações sociais menos subalternas, mais libertas, autônomas e mais próximas do sonho camponês.

6. VIDA E LUTA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS NO ASSENTAMENTO OZIEL ALVES PEREIRA, EM GOVERNADOR VALADARES EM MINAS GERAIS

A cidade de Governador Valadares já foi símbolo da reforma agrária não realizada, da contra-reforma agrária. A *Fazenda do Ministério*, onde hoje se desenvolve o Assentamento Oziel Alves Pereira (Ver MAPA 7, ANEXO F), fez parte da história da ditadura política vivida no Brasil após o golpe militar, em abril de 1964. Consta que o então Presidente da República, João Goulart, anunciaria, naqueles dias, a destinação dessa Fazenda para a Reforma Agrária, antes de ser destituído do seu mandato presidencial pelos golpistas¹¹⁰.

Em agosto de 1994, cerca de 250 famílias camponesas *sem terra* ligadas ao MST ocuparam a *Fazenda Ministério* atrás do seu pedaço de terra para viver, portanto, trinta anos se passaram, desde aquela oportunidade. As famílias acampadas lutaram três anos e um mês para conseguir transformar a fazenda em assentamento da reforma agrária. O Assentamento Oziel Alves Pereira, cujo nome homenageia o jovem trabalhador *sem terra* militante do MST morto na luta pela terra, foi criado pelo INCRA em 25 de novembro de 1997 e nele foram assentadas 67 famílias às quais foram destinadas um “pedaços de chão” de 28 hectares.

As famílias assentadas no Oziel, em Governador Valadares relatam como era a vida antes da conquista da terra. Contam como era a vida antes de decidirem fazer luta pela terra, isto é, quando *aparece o movimento dos sem terra* (Zé França).

A gente morava em São João Evangelista. Nasci lá. A gente trabalhava para os fazendeiros a meia. Plantava tudo a meia. A

¹¹⁰ Ver Borges (2004) e Pereira (1988).

gente plantava arroz, feijão, mandioca. Tudo assim a meia. Era bom, mas era complicado. Você pegava um ano e no outro ano você plantava em outro lugar. Eu trabalhava na fazenda do patrão a meia e por dia para sustentar a família. Não era fácil não, mas pra tudo a gente dava um jeit (grifos nosos) (Sr. Remi).

Eu sou de Córrego Novo, sempre fui trabalhadora rural, na roça. Meu pai tinha um pedacinho, petitinho, não dava para manter a família toda. Vivia com o papai e plantava roça. Daí eu casei e plantava roça em terra dos outros (grifos nossos) (Dona Rosa).

Eu vivi num lugar muito sofrido, muito pobre a gente trabalhava lá a meia com os fazendeiros e no final sobrava pouco que não dava para passar o ano. Era muito difícil. Papai conseguiu criar a família assim. Meu pai morreu. Depois, minha mãe. E eu fui morar com meus padrinhos. E casei lá, com 20 anos e fiquei morando lá mesmo. Papai trabalhava a meia numa lavoura de café. Quando eu casei não quis ficar, morar na fazenda. Meu marido foi trabalhar em São Paulo para ficar três meses e ficou treze anos. Eu toda a vida trabalhava na roça, ele em São Paulo. Não mandava nada de dinheiro. Ele ficou treze anos sem mandar dinheiro. Eu levava as meninas pra roça e ficava trabalhando na roça. Quando ele foi para São Paulo ela [aponta para filha que acompanha a entrevista] tava com quatro dias quando ele voltou ela tava com doze anos. Deus abençoou que eu trocava dias de serviço, eu dava um dia de serviço meu e tinha que pagar com dois dias de serviço de um homem. Ele tava morando com uma mulher que deixou ele sem nada. Ele chegou sem nada, tava igual uma galinha. Se você quiser ficar o quartinho é aquele ali. Ele ficou (grifo nosso) (Dona Chica).

Nós morava em Alpercata. Eu trabalhava na roça, trabalhei de empregado uns oito anos, depois eu voltei para trabalhar na roça à terça. Em noventa e quatro apareceu o movimento sem terra e eu parti para cima (grifo nosso) (Zé França).

Eu sou nascida no município de Virginópolis, depois eu casei, fomos morar na roça em Alpercata com o fazendeiro Luis Contini. Lá nós trabalhamos oito anos na terça com ele. Depois tivemos uma vida muito sofrida, de lá fomos para outros cantos (grifo nosso) (Dona Diva).

Antes de a gente vir para aqui a gente trabalhava na terça. A gente pegava o terreno preparava tudo por conta da gente, semente, o preparo do solo. Geralmente a gente tava se transformando em preparador de terra mais para pastagem para os fazendeiros. Isso fez a gente se organizar para a conquista de uma terra. Porque A gente plantava um ano no máximo dois eles já estavam tomando o terreno da gente e que a gente deixasse aquele terreno e indicava outro para a gente plantar e eles aproveitando o terreno que a gente tinha preparado e eles plantavam a semente de braquiária. Aí a gente foi desanimando (grifo nosso) (Zé do Carmo).

Eu vivi sempre plantando roça para o fazendeiro. Andava duas, duas horas e meia, até chegar na roça. Aí, no final, tinha aquele tantão de milho. Eu dividia o meu com ele. Tinha alguma coisa que ficava pra

eu tirar do meu monte para dar para ele, aí eu ficava com a dívida. Para viver eu tinha que trabalhar de pedreiro em São João Evangelista. Era eu e meu pai. A terra do meu pai não dava para todo mundo, ele tinha um quarto de terra. Eu sustentava a família com roça e a profissão de pedreiro. Quando eu vim para o assentamento eu já tinha nove filhos. O dinheiro não dava. Passava falta (Seu Negrin).

Antes de eu vir aqui para o assentamento a gente morava na roça nós tinha um pedaço de terra pequenininho. Na época do acampamento a gente veio pra cá. Pra mim, pra nós, para a família foi uma coisa boa porque meu terreninho era muito pequenininho e não dava para sobreviver, nós tinha cinco filhos, vivia de terça com os fazendeiros. Na época que a gente veio para aqui não dava para sobreviver plantando para o outro (Isaiás).

*Nasci numa cidade aqui perto de Valadares, Alpercata. Eu nasci filho de pequeno produtor. **Meu pai tinha um pequeno pedaço de terra, um alqueire de terra**, sempre eu trabalhei na terra, mexendo com verdura, milho, feijão (grifo nosso) (Carlinhos).*

*Eu sou de Açucena, fica a setenta quilômetros de Governador Valadares. Meus pais analfabetos, toda a vida trabalhadores rurais, meu pai faleceu e me deixou com oito anos de idade. A partir daí eu, minha mãe com mais três irmãos ficamos na lida do dia a dia, **trabalhava de diarista, na terra de fazendeiros**. Eu estudei até a quarta série não tinha como estudar. Fomo tocando (grifo nosso) (Lúcio).*

*Minha vida lá no lugar que eu morava, fui nascida e criada na Água Preta, município de Açucena, meu pai morava lá, eu nasci e me criei e casei lá. Nós somos sete irmãos. Meu pai criou a gente com muita dificuldade. **A gente trabalhava era na terra dos outros**, minha mãe ficou doente, foi para BH. Nós morava na terrinha dele. Ele vendeu baratinho a terra onde nos morava e queria levar nós para Belo Horizonte, mas meu marido não quis não. Na época eu tinha sete filhos. O fazendeiro que comprou a terra pegou a querer a cobrar a terça. Nós criava porco, ele já não queria deixar os leitões soltos. [...] Plantava a terça com os outros. A gente amansava a terra para o fazendeiro quando era para retornar para planar a terra ai deles tomava a terra ai a gente tinha que amansar a terra em outro córrego. Nos fomos indo com nossa vida assim (grifo nosso) (Dona Antonia).*

Eu nasci em Alpercata. Eu ganhava a vida assim, nós tinha um pedacinho de terra, uma chácara, tinha um terreninho era só moradia, terra para ter o bem comum não tinha, nós plantava com os fazendeiros na meia na terça, era partido. A gente plantava assim, plantava este ano, quando fosse o outro ano eles já davam outro lugar. Era arroz. Milho. Terra boa mesmo para gente plantar eles não davam não. Eu sustentava os filhos plantando à terça, só na roça. Era muito apertado e não dava. Era muito sufocado. O que ia sobrar pra gente tinha que passar para o fazendeiro. Foi preciso eu vir trabalhar na cidade, porque fracassou e eu tinha que sustentar a família. Eu e meu filho montava de bicicleta e vinha trabalhar na

cidade, trabalhei seis anos e oito meses pra lá e para cá de bicicleta na cidade. (Sebastião Moreira).

Eu sou da região do Vale do Mucuri, de Poté. Toda vida morei na roça, sobrevivi da lavoura. Teve os momentos que tive de sair da roça e ir para a cidade. Trabalhar de servente de pedreiro. Meu pai toda a vida foi sem terra, trabalhava de meeiro, meu avô tinha um terreno pequenininho e não dava para tocar, tanto é que teve que vender e ir para a cidade trabalhar com fazendeiro (João Leite).

Eu nasci no município de Galileia, Meu pai mudava muito, todo ano era uma mudança. Em oitenta e sete eu fui para BH, morar em Contagem e logo após meu pai mudou pra lá também. Nesta época eu tinha 17 anos, eu trabalhava de servente de pedreiro. Depois fui para uma empresa de transporte coletivo. Minha primeira carteira de trabalho foi de trocador de ônibus, depois fui trabalhar de lixeiro, sai e fui trabalhar de servente novamente. Fui vendedor (Noel).

Antes deu vir aqui pros ‘sem terra’ eu trabalha mais para fazendeiro, eu trabalhei um bom tempo para fazendeiro, de vez em quando por dia. Sai da roça fui para Ipatinga, trabalhei de pedreiro, sempre trabalhado pros outros (Tião).

Observa-se que parte das famílias era *sem terra* e minifundistas que viviam naquela região sob influência política e econômica da cidade de Governador Valadares. Outra parte, composta por jovens trabalhadores rurais *sem terra* ou filhos dos minifundistas que, inclusive, já haviam migrado e tentara a vida em centros urbanos maiores, como Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

O traço comum e marcante do modo de vida destes camponeses é o trabalho nas terras dos fazendeiros. Os fazendeiros – *fazendeiro patrão*, como as famílias os denominam - contratava o trabalhador e explorava a sua força de trabalho dando suas terras para a “produção a meia” ou a “terça”. Eventualmente, o fazendeiro contratava-os como diarista para tarefas demandadas pela atividade pecuária¹¹¹. As famílias, hoje assentadas no *Oziel*, viviam, portanto, naquele tempo, das relações sociais e econômicas sujeitadas aos negócios dos fazendeiros locais. Os camponeses explicam como se dava a exploração do trabalho, neste tipo de relação: *a gente plantava um ano e no outro ano você plantava outro lugar (Sr. Remi) e a gente pegava o terreno e preparava tudo por conta da gente [...] geralmente a gente tava se transformando em preparador de terra mais para pastagem para os fazendeiros (Zé do Carmo).*

¹¹¹ Há registro também de contratação para o trabalho na olericultura, uma vez a região, em especial o município de Alpercata, próximo de Valadares é tida como uma das maiores produtoras de quiabo cuja produção é destinada à Central de Abastecimento – CEASAMINAS, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte.

A vida estava difícil para os camponeses do Vale do Rio Doce e da região de Governador Valadares antes de se apoderarem das terras da *Fazenda do Ministério*. Para sobreviver, “dava-se um jeito”, como afirmou em entrevista o Seu Remi: *Não era fácil, mas para tudo a gente dava um jeito*. Plantar roça na terra do fazendeiro, na terra dos outros e ter que partir tudo com o proprietário da terra, uma situação difícil para a sobrevivência da família.

Vivia-se num lugar muito sofrido, muito pobre... no final sobrava pouco e não dava para passar o ano (Dona Chica). As famílias tinham que levar suas crianças para a roça e não tinham onde deixá-las. A vida era muito sofrida (Dona Chica, Dona Diva). Além da precariedade das condições de trabalho, as famílias temiam a falta de comida para sua própria alimentação, como bem expressou o Sr. Sebastião Moreira: *Sábado e domingo eu metia o pau plantando o milho e o feijão para alimentar a família, porque eu tinha medo de faltar para a família*. Plantar roça para o fazendeiro, definitivamente, não garantia a sobrevivência. As famílias buscavam renda em trabalho não-agrícola, em atividades urbanas: *Eu sustentava a família com a roça e a profissão de pedreiro* (Sr. Negrim). No entanto, complementar a renda como pedreiro ou diarista, não garantia a sobrevivência das famílias.

Esse quadro começou a ser alterado no final da década de 90 do século passado quando centenas de famílias camponesas e proletárias rurais da região de Governador Valadares, teriam seu modo de vida transformado por força de uma nova estratégia de sobrevivência, nunca antes adotada ou mesmo pensada por eles. Eles encontrariam na ocupação do latifúndio uma nova forma de sobreviver. Esta nova forma de sobrevivência, marcada pela luta, era tida como uma possibilidade, não datada, coisa do futuro, de acesso à terra. A luta pela reforma agrária ainda não se encontrava no plano do **agir** – das ações concretas – ao menos para o sindicalismo rural das pequenas cidades de economia camponesa. Para aquelas famílias a reforma agrária era tão somente e apenas um discurso dito e ouvido nas Igrejas de algumas paróquias e na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de comunidades.

O processo de organização de luta pela terra na região de Governador Valadares foi iniciada pelo MST em 1997, logo após a ocupação da Fazenda Aruega na cidade de Novo Cruzeiro, região do Vale do Mucuri. Contudo, o encontro das famílias camponesas com os “meninos do MST”, que organizavam a luta na região de

Governador Valadares, se deu na Romaria da Terra¹¹², realizada em Tumiritinga. Portanto, o processo de espacialização camponesa protagonizada pelas famílias de Alpercata, São João Evangelista, Galiléia e Poté, se deu a partir da Fazenda do Ministério.

È possível dizer que no curso de vida das famílias camponesas sujeitadas, ocorre um momento de ruptura, caracterizada pelo encontro com o MST. Essa ruptura demarca o início de um processo de metamorfose. *Um dia desses aparece o pessoal do MST...* (Carlinhos).

Sempre passei por movimentos, trabalhei primeiro na Sociedade São Vivente de Paula, depois o grupo da juventude e fui para o sindicato. Aí apareceu um dia lá o pessoal do MST fazendo um trabalho lá. Era para fazer ocupação, eu nunca tinha ouvido falar. Já tinha visto retrato. Aí nós estávamos lá e acertamos uma data para eles voltar. Convidamos o pessoal. Foi até na comunidade que eu morava. Participou bastante gente na época. Eles fizeram umas cinco ou seis reuniões. Nós perguntava: - 'Ta próximo não?' Eles falavam: - 'Ah! Num tá longe não!' A gente perguntava: - 'Onde é?' Eles: - 'Num sei também não!' (risos). Tinha muita gente, mas na hora de fazer ocupação ninguém queria. Minha intenção não era vir não, aí meu pai e meus irmãos toparam. Eles (do MST) falaram: - 'Ocês compra a lona que num ta longe.'. Mas aí na hora mesmo apareceu cinco famílias só, depois faltou uma. Na hora de subir no caminhão para vir só subiu mesmo quatro: Zé França, Tião Moreira, eu e meu pai. Meu pai não precisava disto ele veio no caminhão incentivando mesmo, ele gostava de participar. Ele era do Sndicado, aí minha mãe também veio. Veio minha mãe, veio minha irmã. Isso foi num domingo. Fui na casa do pessoal e perguntei: - 'Ocês tão animado mesmo?!' (grifo nosso) (Carlinhos).

Nós era sindicalista, meu pai sempre rodava, ia para Belo Horizonte. Nós já havia ouvido falar da reforma agrária, mas ela nunca saía. Meu pai dizia: - 'Éh! Para vir a reforma agrária nós temos que partir para a luta. Do jeito que tá, de só falar nela, não vai dar não. Tem que partir para luta!'. E partir para a luta como? Aí nós tivemos com o MST na Romaria da Terra. Nós viemos no acampamento 1º de junho. Foi através da Romaria da Terra que nós conhecemos eles. Meu pai chamou o pessoal do movimento para a Romaria da Terra. Foi na Romaria que nós tomamos a decisão. [Como que foi a ocupação?] Em 23 de agosto de 94 saímos de onde

¹¹² A Romarias da Terra é organizada pela Comissão Pastoral da Terra CPT por meio das suas CPT Diocesanas e CPT-Regionais em quinze estados brasileiros. Elas começaram a acontecer depois do Concílio Vaticano II. Em Minas Gerais a primeira Romaria da Terra ocorreu foi organizado pela CPT do Triângulo Mineiro em 1979. Segundo Dom Tomás Balduino, em palestra no II Seminário sobre as Romarias da Terra, em de agosto d 2002, na cidade de Goiânia-GO: “as Romarias acham sua fonte na própria marcha da humanidade. Os pés é que vão abrindo os horizontes. Sempre houve lugares que despertaram fascínio sobre as pessoas e para os quais as pessoas acorreram e acorrem à busca de algo para suas vidas. As pessoas se põem em peregrinação. Apontou no Antigo Testamento diversos fatos e momentos em que o povo se põe em caminhada e no Novo Testamento mostrou a dimensão escatológica para os cristãos: “Somos peregrinos e forasteiros, aqui não temos cidade permanente”. (2 Pe 1-11)”. Ver texto publicado no sitio www.cptnac.com.br/romarias

nos morava, pegamos um caminhão de boi e chegamos na ocupação em 24 de agosto. [...] (grifo nosso) (Sr. Negrin).

*[Como foi a decisão de ir para a terra]. A gente já tinha uma participação na igreja, no sindicato e sempre nas lutas sociais. E, igreja, as CEB's¹³ sempre falava que tinha muita terra. E sempre alguém falando que tinha muita terra com os latifúndios. Através de reuniões do sindicato orientando e mostrando pra gente, eu falei para minha companheira que eu estava disposto a partir para a luta. Ela não ficou muito firme. **Se a gente não arriscar a morrer desta forma talvez nossos filhos é que iam morrer de fome.** Num pode nem comparar o que era antes e o que é agora (grifo nosso) (Zé do Carmo).*

[Como foi esta decisão de ir para a luta?]. Eu vou começar esta história mais para traz. Eu quando morava em Alpercata, antes de trabalhar eu já trabalhava na igreja, no Movimento Boa Nova¹⁴. No Movimento na época nós falava muito em reforma agrária. Então tem um livro de Amós que falava demais de reforma agrária. Eu trabalhava nos cursos e falava de reforma agrária. Inclusive em oitenta e seis, oitenta e sete mais ou menos, eu fui dar um curso numa comunidade onde tinha bastante pequeno produtor e saiu o assunto de reforma agrária. Ah! Mas quando eu falei isso os pequenos fazendeiros lá quase que me bateram. Eu fui obrigado a defender que estava Bíblia. – ‘Olha gente, não sou eu que to falando. Esta na Bíblia. É a bíblia que está falando que a reforma agrária vai chegar um dia e que a terra dos fazendeiros vai ser dividida Isto está claro aqui no meio de Amós que ta falando, não sou eu não’. Então tá bom, os pequenos fazendeiros ficaram revoltados. Alguns largaram o curso, a sala tinha mais ou menos uns cem participantes e eu, sozinho na sala (alguns ficaram na sala) foram embora, ficaram nervosos. Eu continuei. Continuei falando aquilo, falando aquilo, falando aquilo. De vez enquant, quando eu plantava verdura, eu sentava debaixo da arvore, eu falava: - ‘Éh! Gente, um dia eu ia ter minha terra’. E a mulher me gozava a cara: - ‘Que vai ter terra que nada...!’ (risos). Eu dizia: - ‘Eu vou ter minha terra sim. Eles falavam: - ‘Você nunca vai agüentar ter dinheiro para ter terra’. Eu dizia: - ‘Eu não vou agüentar comprar, mas eu vou ter minha terra’. [Dona Diva, esposa do Zé França, que acompanhava a entrevista ao seu lado] Dona Diva opina: - ‘Só que ele falava que ia ter terra, mas não falava que ia ser pela reforma agrária. Só falava que ia ter terra.. Dona Diva relata o diálogo que levava com o Zé França – ‘ Como que a gente ia ter terra se nós num tem um tostão para nada?!’ (risos). Quando foi em noventa e três apareceu o Movimento Sem Terra aqui na região no assentamento em Tumiritinga. Mas eu ouvi falar e não fui visitar não,

¹³ As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) baseavam-se na Teologia da Libertação surgem tanto no Brasil como em outros países da América ao sul dos Estados Unidos vinculava a fé e a atividade política. As CEB's surgem ainda na década de 1960 e podem ser caracterizadas como pequenos grupos baseados na fé e organizados em torno da paróquia (urbana) ou capela (rural), por iniciativa de padres, bispos ou, e principalmente, leigos (a gentes pastorais). Extraído de www.historia.uff.br/nec/ellenteologiafinal.htm em 01 de julho de 2007.

¹⁴ Iniciado na Diocese de Caratinga em Minas Gerais, no final da década de 60, o Movimento da Boa Nova (MOBON), é trabalho marcadamente bíblico. Através de cursos de base, ia-se desenvolvendo a reflexão da Palavra de Deus que era também aprofundada na oração. Era reflexo da luz do movimento bíblico pré Vaticano II. Ver história do MOBON em www.mobon.org.br

o pessoal foi. Mas como eu trabalhava em fazenda, o fazendeiro num gostava. A gente era que nem escravo, eu não poderia sair. Eu não fui. Aí, tudo bem. Quando foi em junho de 1994, aí o Carlinhos chegou lá em casa e falou: - ‘Oh Zé França, teve uma reunião do Movimento Sem Terra na nossa comunidade, uns dois quilometro retirado da minha casa. Eu perguntei: - ‘Como é que é esse negócio?’ Ele falou que ia ter outra, falou: - ‘No domingo que vem tem outra, ocê num quer ir’ Eu falei: - ‘Eu vou.’ Quando foi o dia, tirei o leite rapidinho, tratei do gado. Quando foi meio dia eu vazei. Chegue, participei da reunião. Eles falaram, falaram e: -. “Domingo que vem tem outra”. Quando foi domingo eu fui de novo lá. Cuidei bem cedo das vacas e fui. [...] (Zé França).

Nos fomos indo com nossa vida assim. Depois surgiu esta ocupação. Meus pais sempre falavam que ia vim um tempo que todo mundo ia ter terra para poder morar. Ai esse pessoal foi lá no São Pedro fazer reunião com o povo para poder trazer eles para “ganhar a terra”. Mas eles não falava para que lado e que jeito não. Aí era para que os pessoal ia para terra e que a pessoa ia ter ajuda por dois anos. Ai meu marido pegou três rapazes e eu fiquei lá no São Pedro com sete meninos pequeno. Nós tinha plantado lá numa terra de feijão de frio e quando ele veio o feijão tava todo de flor, eu fiquei lá lutando mais os meninos pequenos, a gente não pode difamar do lugar de onde foi nascido e criado lá é muito bom, mas não, lá é muito fraco. Se uma pessoa adoecer lá e não tiver 200 contos, uns trezentos contos, para levar uma pessoa na farmácia a pessoa não trata da saúde (Dona Antonia).

[Como você se encontrou com o MST e como foi tomou a decisão de ir para a ocupação de terra?]. A gente participa das reuniões com os padres, a igreja. A gente, parecia, foi alimentando com a palavra de Deus e foi se alimentando e sustentado. Aí Deus, agora, fala: - ‘Oh! Ocê agora esta cheio de mim, se você esta cheio de Deus agora vai pro campo, parti pro campo por que no campo ta cheio de gente precisando do exemplo d’ocês, dar o testemunho e você tem partir para luta’. Eles fizeram uma reunião com nos e convidaram nos e perguntaram se eu topo, eu disse: - “Eu topo”. Eles fizeram a reunião de terra e bíblia. Nós tem que fazer a história da bíblia, falar da bíblia não resolve nos tem fazer história. Nos cristão não tem que falar não nos tem é que fazer. Continuar, fazer aquilo que eles fizeram. estudar e continuar fazendo tudo que eles fizeram. [como foi na sua cabeça tomar a decisão?] Isto aí já foi uma coisa envia mesmo por Deus, que fala oce parti, na olha para trás não, o que ficou, ficou. Vai embora. A reunião é assim, oh!: nos não sabe nem o dia nem a hora. Ocês aprepara, quando fala é hoje é agora. Num tem negócio de ficar encolhendo. Depois que fez a reunião dia de domingo, foi arrumar o caminhão e mandou avisar que é hoje. Eu disse é hoje, então eu vou na rua comprar um óleo, vou comprar um sal, eu já tinha um saco de arroz limpo, eu juntei os bagulhos quando foi na base das onze horas da noite o caminhão urrou! Juntei esteras os negócios de comer, o colchaozinho velho. Não podia falar com ninguém. [...] [o senhor tinha medo?] Não. O sujeito que tem fé não treme. [...] (Sebastião Moreira).

[Como vocês se encontraram com o MST?]. *Antes nós fazia a reflexão na igreja e discutia sobre a terra, porque que hoje a terra tem que ser dividida, a terra tava na mão dos fazendeiros, na mão dos grandes nos temos que ter o direito a terra. Na época nos já tinha criado o sindicato, quando eles falavam que ia ter terra e nos falava: - 'Será que ia ter terra mesmo?' Nós ficamos firme até que apareceu o MST que ia fazer um trabalho aqui. Chegou um padre lá, que é o Padre Tarcísio, na época ele começou fazer um trabalho e foi expulso de lá. Nos viemos até escondido, então foi um trabalho bem feito (Sr. Isaías).*

Quando nós viemos para cá não tinha plano. Eu já tinha participado das reuniões do sindicato que organizou e chamou o MST para poder ir lá e explicar né, fazer este trabalho de base. Eu também nem sabia do Movimento Sem Terra. Nós participamos das duas reuniões do trabalho de base que o MST tava fazendo. Nesta época meu pai tava doente e morreu no mês de julho. Nós tava, na época, muito sentido e deu justamente na época que o pessoal tinha marcado para ocupação. O pessoal avisou para arrumar as coisas que em três dias, a qualquer hora nós ia. Eu queria vir, mas a mãe não queria vir, eu insisti para a gente vir, ai mãe para não deixar eu vir só, ela resolveu vir também. A gente combinou que a gente ia vir de ficar uma semana só. Nós não ia ficar. Ia trazer umas coisinhas para ficar uma semana. Que depois de uma semana nós ia voltar. Só quando nós ocupamos uns três dias depois teve a liminar de despejo, teve o despejo, e com esta mudança da terra para a pista ai nos ficamos uns dias a mais do o combinado. E com trinta dias nós fomos embora. Quando a gente chegou lá nos começamos a reviver e não conseguimos ficar, e, aí foi, voltamos novamente. E aí voltamos definitivo (Nivalda).

[Como foi o encontro com MST?] *O encontro foi muito bom. Mudou tudo para mim. Eles fizeram uma reunião no sindicato, a frente de massa, e fizeram uma na comunidade, então a gente foi nestas reuniões eles falaram: - 'A gente vai para uma ocupação de terra e lá a gente vai ter uma vida digna, a gente vai conquistar um pedaço de terra para trabalhar'. E eu pensei será que é mesmo?! Eu não tenho ninguém para me ajudar. Eles disseram: '- Isso a senhora não preocupa não, a gente ajuda a senhora a arrumar o barraco.' A Nivalda (filha) disse: - 'Óh mãe vamos! Vamos para a gente conhecer! Quem sabe a gente vai ter um vida melhor!?' Na última hora que eu fui lá fazer uma compra, uma feirinha para ir para a ocupação. Fomos para o sindicato esperar o caminhão, saímos de lá era meia noite. Chegou um caminhão de boi e nós fomos (Dona Chica).*

Em 88 quando ocorreu a ocupação eu tinha dezessete anos. Eu não entendia muito bem, mas gostava de participar. Em 90 eu resolvi. Na época eu queria ir para a ocupação, mas meu irmão não deixou ir para a ocupação porque eu era de menor. Eu fui para o acampamento em Teófilo Otoni em 1990. Na época teve um problema do MST com a CPT. [...] Fui para o Rio de Janeiro trabalhar de caseiro. Eu vigiava a casa e tinha alguém me vigiando. Eu voltei e aí tinha outra ocupação em 1º de junho de 1992. Eu fui para lá para tentar ficar, mas não foi possível. Aí eu fui para casa de parentes em São Paulo. Fiquei lá quatro meses. O Armando me falou da outra ação que ia

fazer em 1994, perguntaram se eu tinha coragem. Eu disse que sim. Vim de São Paulo em meados de janeiro de 1994. Quando foi 23 de agosto de 1994 fizemos a ocupação aqui. [...] Mas, voltando para o período de ocupação, na madrugada de 23 de agosto entramos na fazenda e ficamos quatro dias e aí veio a Liminar de Despejo. Tivemos muito apoio, houve uma dificuldade enorme de a sociedade aceitar. As irmãs da 'Cidades dos Meninos' apoiaram, deram socorro. Eram muitas crianças, eram 250 famílias. Ali ficamos. Na beira da BR. A primeira ação foi fechar a BR. Ficamos um bom tempo na beira da BR. [...] Morreu uma criança na beira da estrada, isto é um coisa histórica, em Marambaia, em Teófilo Otoni, em Periquito também. Ficamos um ano e dez meses. Neste período nós fizemos ação dentro da fazenda. Nós plantamos na fazenda. Na época a diretora da Epamig, comprou um rapaz para por veneno para matar a lavoura e nós descobrimos. A polícia vinha e nós mudava a hora de ir e de vir da roça. Nós acabamos dando uma canseira na polícia. Nós colhemos 15 toneladas de feijão, 200 sacas de milho e mais 500 sacas de arroz. Saiu na televisão e o Prefeito disse na televisão que nós tinha comprado a produção para mostrar para a televisão. Outro problema que tivemos foi com um PM [...] [conta a história...]. [...] Dia 26 de junho de 96 foi criado o assentamento. Eu era solteiro. Logo quando eu vim para a ocupação, quatro meses depois, eu tava assumindo tarefa na organização do acampamento. Comecei a fazer parte das comissões. Em 1995 eu comecei a fazer parte da Comissão dos Assentados e começamos a articular com Belo Horizonte. Em setembro de 1995 eu fiz um curso na Escola Nacional. Em 1996 eu começo a fazer parte da direção estadual. Aí eu e Cláudia começamos a namorar. Os pais dela vieram para a ocupação. Ficamos três anos namorando aí em 97/98 quando teve a legitimação (João Leite).

Em 94 eu recebi um convite para poder vir para o acampamento sem terra. Eu não sabia o que era. Tinha visto mal-mal pela televisão. No estado de Minas Gerais tava começando. Nós fomos o terceiro acampamento do MST aqui em Minas. Então tava bem no início. A gente via mais quando o pessoal ocupava o INCRA. Então eu não conhecia muito bem. Aí o meu irmão, o Zé Aparecido da CUT, que acompanhava a questão rural, me fez o convite. De início eu não queria vir porque eu sabia o que o meu pai tinha passado para criar nós na roça. Eu era o caçula. Aí eu não queria aquela vida do meu pai para mim. Hoje eu agradeço a ele tudo o que eu sei na vida. Eu agradeço o movimento sem terra e ao meu irmão que insistiu comigo. [como foi seu encontro com o MST]. Na verdade, o Zé Aparecido perguntou ao movimento se tinha vaga no acampamento e o pessoal disse que o acampamento tava aberto, a intenção do Zé era trazer eu e meu irmão. A minha porta de entrada no movimento sem terra foi meu irmão. Aí nós viemos. Quando chegamos aqui em Valadares tava tendo uma reunião de educadores do MST na FETAEMG, aí eu encontrei as pessoas do MST. [...] Eu vim para o acampamento, voltei para participar desse curso que tava acontecendo, sem saber de nada. E aí eu me apaixonei pelo movimento sem terra, as músicas, o jeito que as pessoas tratava. Vai fazer treze anos e a paixão continua (Noel).

Aí, quando eu tinha 18 anos de idade, surgiu a oportunidade com o Brasilino. [Como foi este encontro com o Brasilino?] Onde a gente

tava não tinha energia elétrica, portanto, não tinha acesso à comunicação, a televisão, jornal, nada, nada. Ao falar em movimento sem terra para nós era novidade. O que é isso? Todas as pessoas quando são movidas para a ocupação são movidas pelo econômico: ter seis alqueires de terra. Aquilo me convenceu. O que passou pela nossa cabeça: o que nós sabemos fazer é trabalhar na terra. Se nós vamos ter seis alqueires de terra.... Vamos com esse homem! Eu tinha 18 anos, quem se convenceu mesmo foi a mãe. A mãe que me convenceu. Aí eu vim para o acampamento, fiz o barraco. Depois a mãe veio. O Brasilino foi lá na nossa casa, pois nossa tia falou para ele da gente (Lúcio).

[...] Aí, quando eu tinha 20 anos, eu vim pros sem terra. A minha vinda pros sem terra foi interessante. Eu morava em Ipatinga, eu nunca tinha ouvido falar em sem terra. Aí um dia eu fui na casa da minha tia passear na roça em Açucena. Cheguei lá, à tarde, tava todo mundo falando que ia pros sem terra porque todo mundo ia ter terra e casa pra morar. Eu, novo, pra mim tanto faz. Quando deu meia noite chegou o caminhão: - Vão bora? Vão Bora!! E subi no caminhão e vim. Eu nem sabia pra onde ia. Quando chegou aqui na ocupação, na grota, eu sem rumo, sem nada, sozinho. Todo mundo tinha participando da reunião, e eu não. Não tinha nem noção. Eu quase vim embora, chegou nos cinco dias, eu quase fui embora. De Açucena vieram umas trinta e três famílias e só ficaram umas dez (Tião da Nivalda).

Boa parte dos camponeses da região do Vale do Rio Doce, hoje assentadas no *Oziel* nunca tinha ouvido falar de ocupação de terras. Ocupação: *o que é isto?* Só conhecia o MST de *retrato* (Carlinhos), *Tinha visto mal-mal pela televisão* (Noel). Apenas dois assentados entrevistados, João Leite e Noel já conheciam o MST, no entanto, apenas João Leite conhecia e desejava fazer luta como as que já havia testemunhado na cidade de Poté.

Sabiam da reforma agrária e a anunciavam, pois “*estava na Bíblia, em Amós*” (Zé França). Zé França relata o aperto que passou ao defender a reforma agrária em uma atividade do Movimento da Boa Nova MOBON onde relata que os pequenos fazendeiros quase lhe agrediram:

[...] Olha gente, não sou eu que tô falando. Está na Bíblia. É a Bíblia que está falando que a reforma agrária vai chegar um dia e que a terra dos fazendeiros vai ser dividida. Isto está claro aqui no meio de Amós que ta falando, não sou eu não (Zé França).

Antes da Romaria da Terra e do trabalho de base dos meninos do MST *nós fazia a reflexão na igreja e discutia sobre a terra* (Sr. Isaías). Falava-se na igreja e no sindicato que tinha muita terra, que a terra ia ser dividida, que o povo tem direito à terra e que tinha muita terra com os latifundiários (Zé do Carmo, Sr. Isaías, Zé França,

Sebastião Moreira). No sindicato, *eles falavam que ia ter terra e nós falava: - Será que ia ter terra mesmo? Nós ficamos firme até que apareceu o MST [...]* (Sr. Isaías).

Os camponeses, apenas queriam seis a sete alqueires de terra para sobreviver. No aperto e na fé encontram os *meninos do MST* propondo luta para conquistar um pedaço de terra. Lúcio, na época com 18 anos e acompanhado da sua mãe, relatou seu diálogo com o Brasilino, militante do MST, em uma das reuniões na comunidade onde o MST realizava o seu trabalho de base para preparar os camponeses para fazer ocupação de terras:

Ao falar em movimento sem terra para nós era novidade. O que é isso? Todas as pessoas quando são movidas para a ocupação são movidas pelo econômico: ter seis alqueires de terra. Aquilo me convenceu. O que passou pela nossa cabeça: o que nós sabemos fazer é trabalhar na terra. Se nós vamos ter seis alqueires de terra, vamos com esse homem! (Lúcio).

Os “*meninos do MST*”, durante as reuniões da **frente de massa** realizadas na sede do sindicato dos trabalhadores rurais afirmaram: “*A gente vai para uma ocupação de terra e lá a gente vai ter uma vida digna, a gente vai conquistar um pedaço de terra para trabalhar*” (Dona Chica).

Falar de reforma agrária, ouvir falar, até que se ouvia, *mas ela nunca saía* (Sr. Negrin). Bem disse o pai do Sr Negrin que para vir a reforma agrária *nós temos que partir para luta. Do jeito que está de só falar nela, não vai dar não. Tem que partir para a luta*” (Sr. Negrin). Zé do Carmo conta que ao revelar para sua esposa, que estava disposto a partir para a luta, sentiu que ela não estava muito firme. Então afirmou lúcido e decidido: *Se a gente não arriscar desta forma talvez nossos filhos é que iam morrer de fome* (Zé do Carmo). Segundo o Sr. Negrin, foi durante a Romaria da Terra e a visita no acampamento 1º de junho em Tumiritinga que ele e sua família tomaram a decisão de participar da luta pela terra. [...] “*saímos de onde nós morava, pegamos um caminhão de boi e chegamos na ocupação em 24 de agosto de 1994*”(Sr. Negrin).

Filha convenceu mãe. Mãe convenceu filho. Marido convenceu a mulher. Pai apoiou os filhos. Irmãos se apoiaram. Jovens encontraram o que buscavam (João Leite). O irmão sindicalista mais velho convidou e convenceu o irmão caçula camponês, morador na favela (Noel) e, cada um do seu jeito:

[...] Na última hora que eu fui lá fazer uma compra, uma feirinha para ir para a ocupação. Fomos para o sindicato esperar o caminhão, saímos de lá era meia noite. Chegou um caminhão de boi e nós fomos. [...] (grifo nosso) (Dona Chica).

Quando nós veio para aqui o mais novo tava com quatorze e a mais nova com sete anos. Sempre aquela labuta danada, quando ele (o marido, Sr. Zé França) veio pra aqui (ocupação da Fazenda Ministério) eu trabalhava a semana toda, de segunda a domingo. Trabalhava por diária plantando verdura. Era direto (Dona Diva).

O sofrimento foi muito grande, o mais velho tava com dez anos e tinha duas de colo, deu até vontade de ir embora, mas a gente foi segurando (Isaías).

Ficamos um ano e dez meses [acampados]. Nós colhemos muito arroz, nós tava debaixo da lona e nosso arroz tava lá em cima e nós ficamos deitado em cima do arroz vendo o céu lá em cima. [...]. Quando a gente vai lá (onde morava) a gente não agüenta fica lá mais. Fica doído para voltar, ir para debaixo da lona. A gente apanha amor à luta. A gente doído para voltar, para chegar ir para debaixo da lona, a gente sente amor. No acampamento a gente sente tão bem, ficar com os companheiros, é aquele gosto. E a luta, quando a gente ta fazendo luta, não sei não, Deus está com a gente e a gente faz cada coisa, cada ação e a gente pensa: -‘ a gente fez isso?!’. Porque aqui foi muita pressão. Aqui se for olhar foi o lugar muito difícil. Pra nos ganhar esta fazenda só com Deus mesmo (Sebastião Moreira).

As famílias camponesas, cada qual do seu jeito, decidiram ir para a ocupação. O pai, o filho, a filha, o marido a esposa, o casal levando toda a família. O camponês arrumou a lona, fez uma feirinha, juntou peças de roupa subiu no caminhão deixou para trás aquela vida e foi buscar terra para viver. Foi ocupar terra. Fazer luta no território. Assim, os *sem terra* e os minifundiários do Vale do Rio Doce diferenciaram-se, após três anos de luta e organização no Movimento dos sem Terra, em assentados da reforma agrária. A ocupação foi o começo de uma marcha, de um movimento que seguiu seu curso.

As famílias camponesas fizeram a ocupação da *Fazenda do Ministério* e conseguiram a destinação para fins da reforma agrária. Assim, o INCRA criou o Assentamento Oziel Alves Pereira, em 25 de setembro de 1997. Os camponeses, organizados no *Movimento dos sem terra*, fincaram na região uma unidade espacial camponesa, semente de um território camponês autônomo. Repletos de fé e da força histórica, própria do campesinato, foram e fizeram luta pela terra, enfim, fizeram *sair do papel* a reforma agrária tão anunciada e esperada. Cheios de medo de faltar alimentos e “as coisas” para sua família, mas, ao mesmo tempo, cheios de fé. Encontram-se no sindicato com os militantes do MST, temem, mas decidem fazer ocupação de latifúndios. Não haviam imaginado **quando seria, onde seria e como seria**, mas foram, ocuparam a *Fazenda do Ministério*, a terra “prometida”.

As famílias camponesas queriam ter terra para viver e morar. Estavam cansadas de dar o seu “*monte de milho, de arroz e de feijão*” para o dono da terra, sabendo que, justamente naquele monte de alimentos, estava todo o lucro e o resultado do seu trabalho. Na roça, todo ano, elas assistiam a apropriação do seu trabalho levada pelas mãos do fazendeiro. Como descreveu Sr. Negrin:

[...] *Aí, no final, tinha aquele tantão de milho. Eu dividia o meu com ele. Tinha alguma coisa que ficava pra eu tirar do meu monte para dar para ele, aí eu ficava com a dívida. Para viver eu tinha que trabalhar de pedreiro em São João Evangelista* (Sr. Negrin).

A partir da ocupação da Fazenda do Ministério teve início a prática camponesa de espacialização na região. Hoje¹¹⁵, segundo João Leite, que participa da direção estadual do MST em Minas Gerais, já são quatorze o número de áreas do MST na regional leste de Minas.

As famílias que ocuparam a Fazenda Ministério chegaram durante a noite e a madrugada do dia 23 de agosto de 1994. No dia da ocupação, segundo dados fornecidos pelo MST, haviam no local cerca de 250 famílias. Elas seriam despejadas pela Polícia Militar de Minas Gerais três dias depois da ocupação. Foram para a beira da rodovia. Nessa labuta permaneceram até setembro de 1997, quando foi criado o assentamento. Em 1.942 hectares de terra foram assentadas apenas 67 famílias, implantada uma agrovila e parcelados lotes de produção, de tal modo que cada família recebeu trinta e cinco hectares de terra.

As famílias completaram onze anos e oito meses de luta desde o dia da ocupação até a data da realização da pesquisa de campo em junho de 2007. Isto é, um ano e oito meses de vida como acampadas, dez anos como assentadas.

E agora, passados todos esses anos, a vida melhorou? Como as famílias entrevistadas percebem a diferença em suas vidas de *sem terra* (antes da ocupação) e a vida atual de assentados da reforma agrária. Isto é, desde o momento em que decidiram *pegar as coisas*, subir no caminhão de boi, arrebentar a cerca de arame farpado e montar sua barraca na Fazenda do Ministério até o presente, junho de 2007. Qual a diferença entre o modo de vida do camponês, antes da luta vitoriosa pela terra, e o modo de vida do camponês assentado no *Oziel*. As famílias entrevistadas relatam que há muita diferença.

Para dizer a verdade, para mim tem cento e cinquenta por cento de diferença. Quando eu vim para a ocupação eu tinha simplesmente uma esteirinha, um pedaço de lona, umas panelinhas, boa vontade e

¹¹⁵ Setembro de 2007.

*esperança de ganhar um pedaço de terra. Aí eu peguei e fiquei acampado neste período nesta esperança de conquistar este pedaço de terra. A diferença? Primeiro assim, qual era meu sonho? Também ter um pedaço de terra, uma casa, um monte de criação. Depois a gente entra no movimento e, naquele momento, eu comecei a tomar consciência que a gente teria que se unir mais. **Então meu sonho tornou-se um sonho coletivo. O pessoal tava com o coletivo na cabeça, mas o individual no coração, se fosse o inverso né, dava para pensar ter continuidade no processo coletivo. Quando entramos em crise os interesses individuais saem do coração.** Nós já chegamos a produzir 300 litros dia de leite. Hoje conseguimos ter este patrimônio, já tenho minha casa. Hoje eu tenho endereço. Hoje já sei dizer onde eu moro (grifo nosso) (João Leite).*

Para te falar a verdade, se for comparar a minha vida hoje e minha vida antes, parece que antes eu não tinha vida. Porque você viver nestes pais não é fácil. O capitalismo no mundo é muito selvagem, parece que aqui ele é muito pior. A minha vida não tinha perspectiva de ter uma casa própria, para ser sincero [...] Quando eu vim para o movimento eu não tinha nada, tinha a roupa do corpo e morava na casa do meu pai. Após eu vir para o movimento sem terra eu vi, não só o meu sonho, mas o do meu pai porque ele sonhava com a reforma agrária. Ele fala muito isso com a gente. Aí eu pude sonhar não só ter uma casa, mas comecei a sonhar em ter um carro, ter um Gol, então assim, se for comparar a minha vida antes com minha vida hoje eu tô milionário. Então, a reforma agrária para mim, foi a melhor coisa que aconteceu. Hoje eu paro para poder pensar e tento imaginar como eu estaria hoje se eu não tivesse aqui. E não consigo ter uma noção de onde eu estaria se empregado, no crime ou se estaria morto (Noel).

Eu falo com uma certa propriedade que se compararmos o que a gente passava antes com o que a gente está vivendo hoje, eu afirmaria em dizer que estamos há quilômetros e quilômetros daquilo que nós vivíamos. Nós já conseguimos aquilo que era sonho e já superamos, já alcançamos, já ultrapassamos. Agora estamos na superação. Hoje nós já temos seis a sete alqueires de terra, já tem as criações, casa própria. Regalias, vamos dizer assim. Assim, todas as famílias do Oziel são gratas ao MST pela oportunidade que esta luta proporcionou. Hoje o que sonhava, o que um ser humano necessita para viver nos temos que é terra para trabalhar, comida, casa para morar. Acima de tudo isto determina saúde e educação. Hoje, depois que eu cheguei aqui com a quarta série, já fiz o segundo grau no Rio Grande do Sul. Já fiz vestibular para Direito em Goiás. Vou prestar vestibular de novo em junho na Federal (UFMG). A educação é fator determinante. Aqui no assentamento, por exemplo, a minha mãe não sabia ler, tá na escola, já sabe ler e a formatura dela vai ser agora (Lúcio).

É uma trajetória interessante. Eu era sem terra e todos, mesmo aqueles que tinham casa própria, mas não tinha terra para trabalhar, uns já moravam em terra de fazendeiros, outros trabalhavam em terra dos outros dividia o que plantava, dividia a metade ou um terço. Na verdade, a gente não fazia nem para comer. Na verdade, porque essa coisa de plantar milho, feijão ela dá retorno em um ano. Esta

colheita não dava para romper um ano até a próxima colheita porque essa metade ia pro dono da terra. Isso pra nós hoje é um grande orgulho, graças a Deus, não trabalhamos mais pros outros, a dia pra ninguém, trabalhamos para nós mesmos. O que a gente planta é nosso e não tem que dividir. Esse fato de não dividir a produção esta parte que ia dividir com patrão, essa parte a gente pode também comercializar ela para cobrir outras coisas que a gente não consegue colher da terra. É um processo longo, ainda não tá terminado. A expectativa é muito grande em avançar além de onde a gente está. O avanço foi muito grande nessa questão. Tivemos um avanço muito grande, só o fato de ter nossa terra, para poder plantar só pra gente, aquilo que a gente quer plantar, ter nossa vaquinha, ter o leite. Todas as pessoas que estão aqui não tinham isso (Nivalda).

Para falar bem a verdade, a gente falar daquela época e falar de hoje, é uma experiência que tudo é válido, lá não vou falar que foi tudo ruim. Tem umas coisas que são boas. Quando eu trabalhava com os fazendeiros eu colhia muitas verduras e dava para se virar. Mas comparando com a vida de hoje ainda era muito pouco. Porque o lucro da gente ficava com o fazendeiro, eu trabalhava a terça. O lucro que a gente tinha o fazendeiro carregava. Comprava adubo, veneno, eu batia muito veneno, batia remédio o dia todo. Comparando com hoje, a gente só não é dono da terra, a gente sabe que a terra é do INCRA. Mas a melhoria de quando eu tava lá para hoje, eu faço uma análise mais ou menos de noventa e nove por cento. A gente morava mal humorado, não tinha água encanada não tinha luz elétrica, a casa era do patrão. O patrão vinha lá para ver se a gente tava trabalhando. O patrão tinha vez que vinha duas horas, então, meio dia não poderia nem fazer a hora de almoço. Hoje em dia não. Se a gente quiser eu faço até duas horas de almoço. Não faço isso, talvez, porque eu tenho que trabalhar cuidar da minha família (Zé França).

Pra mim foi uma diferença grande porque nós dependia do fazendeiro para plantar uma rocinha. Plantava um ano, daí a pouco o fazendeiro tomava e plantava braquiária. Você ficava mais era amansando o terreno para eles. Eu, pra mim, foi uma grande vitória a gente ter vindo pra aqui porque hoje nós temos o que é nosso. Hoje nós temos vaquinhas, tem a renda da nossa criação. Consegui esta casa Porque antes nós não tinha. Tava no que era dos outros. Tinha a terra do meu pai, só que era muito pequenininha, era dois alqueires de terra para 16 irmãos. A gente tem mais uma liberdade, você não depende mais do fazendeiro. Praticamente, aqui no nosso assentamento, eles estão dependendo de nó (Isaías).

Hoje eu trabalho bastante, graças a Deus, melhorou minha situação. Antes, não dá nem para comparar. Hoje eu tiro uma faixa de uns dois salários, tem um leitinho, o porco, o frango, o queijo. A gente produz uma faixa de 40 a 50 litros de leite por dia (Zé do Carmo).

Tem uma diferença muito grande, tudo é diferente. Só dos meninos poderem estudar...! (Dona Geralda).

Hoje mudou bastante, antes os filhos da gente não tinha jeito de estudar, por exemplo, a Andréia foi estudar em Cuba, a mais velha fez pedagogia e já ta dando aula, é importante isso aí, então é coisa que

a gente se sente emocionado. Hoje melhorou bastante, ocê tem a agrovila para morar, o lote para trabalhar, ocê sente tranqüilo, ocê tem mais conforto para a família. Melhorou cem por cento (Seu Remi).

A grande diferença era em ralação ao estudo. Antes para estudar a gente tinha que sair de casa três horas da manhã para chegar na escola para estudar, eu tinha nove anos. Para trabalhar também era muito longe. Hoje é muito diferente, somos muito felizes. Agora tem escola de primeira a quarta série no assentamento. E o ensino médio e fundamental é 15 minutos do assentamento. Aqui no assentamento tem duas meninas, a Flávia e a Regiane, fazendo medicina em Cuba, tão no terceiro ano. Eram três, mas uma adoeceu e voltou. (Helena).

Eu vejo uma grande diferença. Tanto o acampado e o assentado. Porque a partir do momento que a gente sai da zona rural para vir para o movimento a gente aprende a muita coisa. A valorizar a questão da produção que é muito importante pra gente. Aprende até a conscientização, tem muito curso para participar e aquela questão do companheirismo. Lá fora é muito complicado. É cada um por si e os outros é que se dane para lá. Aqui é diferente a gente sempre tem que ta lutando para a melhoria. Aqui no assentamento mesmo tem a escola, a cultura, a juventude. Nós temos o setor de cultura, a gente sempre faz coisas diferentes, se nós estivesse lá fora são os meios de comunicação que falam o que a gente deve fazer (Andréia).

A vida hoje é muito melhor, hoje graças a Deus, é tudo melhor. Tem tudo na mão. Hoje aqui no assentamento tem as escolas, os meninos estudam aqui. Antes tinha que andar mais de uma hora de a pé para chegar na escola. Eu mesma com sessenta e seis anos ainda estudo. Estou estudando na escola de jovens e adultos o EJA. Eu achei uma vida muito melhor. Aqui eu aprendi a proteger a natureza a gente não tinha entendimento que a gente aprendeu aqui de proteger a natureza, não fazer queimadas, não jogar lixo nos rios. A gente não tinha esta vivência que tem hoje. A gente trabalha com mais confiança no que é da gente. O MST ajudou muito na educação (Dona Chica).

É o jeito de lidar com a terra. A gente quando vivia em Alpercata trabalhando lá como pequeno produtor a visão da gente era lutar para comprar um pedaço de terra. Trabalhar pensando em comprar terra. Quando a gente vem para o movimento sem terra, para a ocupação, ocê adquire novas consciências. O jeito de lidar com a terra, o jeito de lidar com a agricultura. Lá a gente plantava muita verdura e usava muito veneno. Aqui a gente tem a consciência, o movimento coloca pra gente a questão da consciência, a gente não preocupa em ganhar dinheiro e ficar só pensando ganhar dinheiro. Se a gente quiser plantar muito no jeito convencional a gente consegue produzir muito. Às vezes eu vou lá pra roça e fico pensando, eu podia bater o veneno, mas aí eu penso pra que que eu vou botar veneno, pra que? Tem que pensar naquele que vai comer. Antes a gente batia muito veneno e nem pensava que o outro ia comer aquilo. Mas também não tinha consciência. Quanto mais produzir era melhor (Carlinhos).

Mudou muita coisa. Mudou coisa demais. Lá a gente era uma coisa aqui a gente consegue ser outra coisa. Aqui a gente planta na terra da gente mesmo. Casa, criação que a gente não tinha, tem o pedaço de terra para trabalhar e que a gente não tinha. Plantava pros outros (Dona Rosa).

Tem muita diferença. A minha vida era muito sofrida, hoje só não tá melhor por que eu estou doente. Mas eu to satisfeito. Minha família trabalha quase dentro de casa praticamente. Não estou devendo, tem o mantimento com sobra, graças a Deus, tenho meu leitinho – era meu sonho (Sr. Negrin).

No meu caso, o cara novo não pensa nada, eu nunca pensava um dia que ia vir para os sem terra. Ter terra, ter casa, ter boi, casar e ter filhos. Isso para mim foi uma vitória muito grande. Eu não tinha pensamento nenhum de comprar uma vaca, comprar um carro, tal. A visão era muito fraca. Era pegar um dinheiro e gastar. Hoje, aqui pra mim, mudou tudo. Tenho responsabilidade, tenho a terra, tenho o gado, muitos amigos. Mudou tudo. A gente levanta cedo, já sabe o que tem de trabalhar já tem o seu compromisso. É outra vida. Totalmente diferente d'ocê levantar cedo para trabalhar pros outros para ganhar um trocado (Tião).

Alem do avanço econômico ainda tem a questão política. A gente cresceu tanto de condições de vida como no crescimento político também. Na questão política o acampamento e o assentamento é uma verdadeira escola, e não é uma escola qualquer porque ela ensina a pessoa que ela tem condições de viver, reivindicar seus direitos. Direito à terra, à escola. Esta questão do crescimento político das pessoas no assentamento, antes de vir para o assentamento, era cada um por si. Não tinha liberdade para socializar o que passava com o vizinho. Hoje o assentamento é uma verdadeira família (Nivalda).

Hoje a gente pode agradecer muito a Deus. Foi um sonho que ele abençoou. Eu sempre sonhava em ter as coisas, um mandiocal bom, um canavial bom. Eu sempre sonhava com isto. Hoje eu vivo, graças ao senhor bom Deus, muito alegre porque eu planto uma mandioca, uma banana, uma cana, né, e nisso a gente não precisa ser escravo do patrão porque o patrão a gente plantava onde ele quisesse dar. Assim a terra não é nossa é de Deus. Eu não tenho estudo não, eu não pude estudar. Hoje eu estudo no EJA e a gente aprende muito as coisas. [...] A vida dos sem terra é muito importante, a gente descobre muita coisa boa. Nos não pode ficar pensando no dinheiro não, o dinheiro é a raiz do mal. Nós tem que zelar é ter um pouco de tudo, e outra, a gente ter liberdade, plantar o que quiser. Quando a gente chegou aqui era gente de todo o lado e cada um tinha a cultura, e cada um podia ajudar o outro. Quando nós chegamos aqui, tinha gente que não sabia plantar nem arroz e hoje parece que as idéias vão se misturando e, no se misturando, ela vai pegando base, uma coisa com a outra (Sebastião Moreira).

Para as famílias entrevistadas que ocuparam a Fazenda do Ministério, há pouco mais de onze anos, a vida melhorou muito.

Para João Leite, melhorou cento e cinquenta por cento. Quando ele veio para a ocupação só tinha *uma esteira, um pedaço de lona e umas panelinhas* além do sonho e esperança de “ganhar” um pedaço de terra (João Leite). *Eu tinha a roupa do corpo e morava com meu pai* (Noel). Se for comparar, *hoje eu tô milionário [...] a reforma agrária para mim foi a melhor coisa que aconteceu* (Noel). *Antes a gente não fazia para comer* (Nivalda). *A vida era muito sofrida* (Sr. Negrim).

O camponês dependia do fazendeiro para plantar. Para Noel, antes, parecia que não tinha vida. Agora, os camponeses têm seis alqueires de terra, criações, casa própria, escola, trabalho, comida, saúde, estão alfabetizados. Agora, têm mais liberdade, não dependem do fazendeiro (Isaias). Para Helena a grande diferença é em relação ao estudo, de fato, até estudar medicina em Cuba, filho de assentado teve oportunidade. *A vida é muito melhor, é tudo melhor* (Dona Chica). Mudou o jeito de lidar com a terra, com a natureza (Carlinhos, Andréia). Para Nivalda, as famílias cresceram, tanto de condições de vida, como na questão política, na luta política, *na questão política o acampamento e o assentamento é uma verdadeira escola...* (Nivalda).

As famílias entrevistadas relataram o que eles mais gostam e o que eles não gostam na realidade presente, hoje, no assentamento.

O que eu mais gosto é esta alegria de ter conquistado nosso pedaço de terra, ter nossa casa, nossa escola, o que a gente planta ter facilidade de comercializar, apesar de morar muito próximo da cidade tem problemas (Nivalda).

É o jeito de organizar. A participação da comunidade. Sempre tem as reuniões de núcleos. A gente convida, o pessoal vem e participa. O entrosamento um com o outro, como a gente tá vendo, o companheirismo, o trabalho. Um ajudando o outro, o trabalho de conscientização é um trabalho que a gente gosta de fazer. O que eu não gosto?! Este negócio que não gosto é difícil dizer, ocê sabe, em todo lugar tem as pessoas que tem outra visão isto atrapalha, mas é uma minoria. Nós tentamos fazer um trabalho coletivo, e montar um grupo coletivo específico aqui é muito difícil (Carlinhos).

O que eu gosto mais é a moradia que a gente tem, o Centro de Formação, o campo de futebol para gente brincar. Agora, o que a gente não gosta é que muitos companheiros está debaixo da lona (Seu Remi).

O que eu acho mais interessante aqui é a participação. Quando a gente faz o mutirão, a gente faz a ciranda, contamos história, batemos papo. Agora, as famílias que participam são as mesmas, tem um pouco que falta ainda a gente fazer participar. Isso dificulta os avanços. Gosto do Centro de Formação que estão trabalhando o método Paulo Freire e atividades ligadas a comunidade (Andréia).

Primeiro a satisfação de saber, ver a história e saber que eu participei do processo de construção da vida desta comunidade. A outra foi de ajudar a conviver aqui com o povo. Ajudar construir o processo organizativo do assentamento que nós queremos. O outro é o fato de ta no dia-a-dia da roça. Não tem coisa mais gostosa que ficar na roça trabalhando e fazer o que gosta. É a herança que o meu pai me deixou. [O que você menos gosta aqui no Oziel?] O que me incomoda muito é nós não conseguirmos de fato mostrar para a sociedade o resultado que teve a ocupação, o resultado do assentamento em termos de produtividade. Nossa dificuldade de mostrar a cara da produção do assentamento na cidade. A menos que você parte para o lado da monocultura. Exemplo, se criar cooperativa, um laticínio, aí, para eles, o assentamento é produtivo. O que me angustia muito é esta dificuldade nossa de mostrar para sociedade que nós estamos vivos, estamos produzindo. A produção nossa é muito escondida (João Leite).

Depois que eu vim para cá minha vida virou outra. Eu acho que aqui tem muita diversão, têm as reuniões, as reuniões de base, de comunidade. Mudou muito pra nós. No início, debaixo dos barracos, deu vontade de voltar. Ficamos mais de dois anos de baixo de barraco. Na beira da BR e aqui dentro ainda. Depois que nós mudamos para cá a gente ainda ficou debaixo de lona até construir esta casa. Melhorou bastante (Dona Diva).

O que eu mais gosto é a vivência da comunidade aqui. A gente tem uma comunidade mais unida. Se der um problema com a família os outros já preocupa, portanto, a comunidade significa uma família. Aqui já virou compadre, genro... Eu não vou dizer que não tá bom porque pra mim tá bom. A gente pode dizer o que não tá bom é que a gente não tem tempo para poder ajudar nas organizações nas participações (Isaías).

O que eu mais gosto é que hoje eu sou um sujeito mais livre, sou liberto. Eu faço o que eu gosto. Trabalho na hora que eu quero. Isso é uma coisa muito importante na vida do ser humano. Gosto da nossa organização do assentamento, a gente tem as amizades da gente isso é muito importante, não vou dizer que todos me consideram, mas eu considero todos irmãos. Eu gosto muito disto. Na verdade tem hora que a gente passa muita raiva. Eu mexo com muita gente desde os anos setenta. Mas, em todo lugar tem problema. É muito importante a gente viver num lugar onde a gente se sente bem. Hoje eu falo, há três ou quatro anos atrás, eu não tava gostando muito não. Nós tivemos uma crise de vagabundo aqui dentro. Aquela crise para mim foi uma tristeza. Eu só sentia bem quando no final de semana eu ia para a casa do meu pai. Agora, graças a Deus, a gente conseguiu superar, mandamos os vagabundos ir embora (Zé França).

Eu acho que a coisa mais interessante neste assentamento nosso, é que nós começamos numa época de repressão muito forte, e a conjuntura na época obrigava a gente a se unir. Ficar bem unido para a gente combater nosso inimigo maior, e no longo desses treze anos a gente não perdeu esta unidade. Quando acontece um problema com qualquer um aqui, dentro de qualquer família, a gente acaba sentindo como se fosse a gente mesmo, é uma parte minha que está

sendo prejudicada. A gente tem esta visão até hoje. A gente consegue se unificar em torno de um objetivo comum. Eu acho isso muito importante e por outro lado a gente tá virando uma grande família, porque hoje quem não é compadre, é cunhado, sogro, é tio. Então, assim, as famílias começam a entrelaçar e já virando uma grande família e acho que isto unifica mais e essa coisa, esta questão da unidade que a gente tem de se mobilizar com a dor do outro com o sofrimento a gente tem isso essa coisa mais próxima. Acho o que tem que melhorar no assentamento é que, como a gente tá muito central, essa coisa das pessoas virem aqui para conhecer, porque eles querem conhecer e nós são o movimento sem terra aqui e nos damos pouca atenção nisso (Noel).

Eu acho que a vida nossa hoje aqui, graças a Deus, é muito boa. A gente não tem muito conforto de tá fazendo uma coisa maior. A gente tem trabalho, mas falta conforto para gente trabalhar porque a força da gente está ficando pouca, a gente está ficando idoso e não tem mais força para trabalhar. Mas é bom. Todo mundo que conquistou seu pedaço de chão, já produz o leite pode até doar para uma entidade que precisa e a gente vende também para comprar alguma coisa que falta que a gente não produz (Dona Chica).

O que eu mais gosto é a tranqüilidade que a gente tem aqui. Precisa melhorar a renda (Seu Negrim).

Uma coisa que eu gosto muito é o intercambio com os outros assentamentos, com o movimento. O que eu não gosto? A comodidade de alguns que a gente tem para trazer para a luta, nós temos muita gente na luta, mas algumas pessoas se acomodaram (Helena).

O que eu menos gosto: tem três jovens daqui que foram para os Estados Unidos e mais uns três jovens que trabalham na rua, que acredito sem necessidade, simplesmente por vaidade. O que eu mais gosto daqui? É a coletividade, o trabalho produtivo, esta coletividade, são famílias. A gente pode contar com as pessoas se você precisar. A pertença que a gente, é claro, é uma construção um processo, nos estamos construindo um lugar gostoso de viver. Problema todo canto tem, aqui a gente vive relativamente bem (Lúcio).

A vida hoje no assentamento é muito boa (Dona Chica). As famílias sentem alegria pela conquista da terra, de ter sua casa, sua moradia, ter escola no assentamento, o Centro de Formação e o campo de futebol. Alegram-se com o dia-a-dia da roça, em ficar na roça trabalhando. A vida no assentamento é boa, pois elas fazem o que gostam, sentem que são livres. Elas gostam da vida no assentamento, pois eles “têm trabalho”. Elas têm facilidade de plantar e vender (Nivalda). As famílias do Oziel gostam do seu jeito de organizar os mutirões, das reuniões, dos núcleos. Gostam do companheirismo, enfim, da *vivência da comunidade* (Isaias).

Todavia, perguntados sobre o que não gostam citam, entre outras coisas, a comodidade de alguns que não fazem luta política (Helena), a falta de tempo para poder

ajudar nas organizações do Movimento (Isaías) e de ver companheiros debaixo de lona (Remi). Para Carlinhos, é difícil dizer do que não gosta no assentamento.

Para capturar a percepção dos assentados sobre o trabalho da família nos seus “seis alqueires de terra” – após dez anos vivendo como assentados - foi indagado se a produção da terra dava dinheiro e se o dinheiro da produção da terra dava para viver.

Eu produzo o milho, o arroz, o feijão, a mandioca, cana, capineira para tratar das vacas de leite. O queijo ao invés de vender o leite na rua (Zé do Carmo).

Nós plantamos milho, arroz, feijão um pouco de amendoim, mandioca. A gente tira para o consumo e a sobra a gente vende, mas o preço não compensa. Quando aparece um comprador que dá pra vender a gente compra roupa, essas coisas. Tiramos leite, uns dez litros. Fazemos o queijo e o requeijão por encomenda (Seu Negrim).

A gente planta hortaliça. Banana. Antes, quando a gente plantava no coletivo, tinha uma renda no semestre, era muita gente e a renda era grande. A produção do feijão não compensa vender, pois o preço tá muito baixo. Nós participamos da feira na cidade, ela está ajudando na renda. O dinheiro que vem do milho só vem depois de seis meses. Mas a horta supera, pois no final do mês ela supera a renda do milho. Na feira a gente vende cenoura, tomate. Tudo orgânico. Agora vamos entrar com o projeto do Compra Direta Local. [sobre o coletivo]. Quando nos trabalhava no coletivo depois de seis meses, como era muita gente, a gente recebia uma bolada maior de dinheiro (Helena).

Uma coisa que eu faço muito é mexer com verdura. Eu gosto. A gente planta quiabo, jiló, mexo com as vacas também. Dando leite hoje tem três vacas. Mas eu só tiro para despesa. Faço um queijinho, iogurte. Eu só mexo com verdura. Sempre, arroz eu gosto de plantar, mas tá sem máquina para beneficiar, estou sem plantar. [outras rendas?] a mulher tem o salário de professora aqui na escola do assentamento (Carlinhos).

Aqui de tudo ocê planta um pouquinho. Planta milho, feijão, pouco de arroz, cafezinho, laranja. O importante é a sobrevivência, vender a sobra. Tem o gado também, a gente vende o leite. O dinheiro do leite sempre vem na quinzena (Seu Remi).

Hoje nós plantamos feijão, milho. Arroz a gente tá meio parado porque a gente não tem uma máquina para limpar o arroz. Quando a gente tiver a máquina a gente vai produzir de novo. O feijão sobrou pra vender. A gente nem precisa sair para vender. Aqui tem o Bolsa Família, tem a aposentadoria do meu pai, mas é dele. Tem as galinhas, sempre tem alguém que chega procurando (Dona Rosa).

O meu trabalho na roça hoje é feijão, arroz. Eu sou sozinho na roça porque as crianças são pequenas. Eu tenho uma plantação não muito grande, mas é para vender. E tenho o leite né. Eu tenho umas vacas que dá uns 15 litros de leite que dá uns 10 a 12 reais por dia. Assim,

uma renda de uns 300 reais por mês que é mais o leite. Nossa renda mesmo é praticamente o leite. [a renda do leite é para pagar o que?] primeiro as vacas tem muito gasta, o resto vai para água luz comprar o que a gente não consegue produzir (Tião).

Nós hoje planta milho, arroz, feijão, verdura de folha, quiabo, banana, cana, café por enquanto só para despesa. Agora o coco a gente ta plantando para negócio. Pra vender o que nos temos é o leite. Tem que voltar atrás mais um pouquinho porque nos tivemos aqui um grupo coletivo que atrasou nossa vida uns cinco anos. Nós ficamos cinco anos no coletivo, para dividir vendemos tudo e tivemos que começar tudo de novo. A verdura de folha também é uma renda boa, é um pedaço de terra pequena e é um negócio que dá mais que o leite. A renda se a gente trabalhar direitinho a gente consegue (Zé França).

Para ilustrar um pouco: a agricultura é totalmente diferente da indústria. A diferença maior do camponês para o latifundiário é que o camponês vive da diversificação. Ele consegue produzir na diversidade, na monocultura ele não consegue competir. Na verdade, mesmo trabalhando na roça as famílias, de uma certa forma ou de outra, vão buscar uma renda não-agrícola para complementar a renda aqui da terra. [...] Hoje o principal que eu não compro aqui dentro de casa é o arroz, o feijão, o milho e o próprio leite. [...] só mesmo para a dispensa. O milho dá um excedente para vender. Também o leite. Aqui no assentamento o pessoal planta muito hortaliças para dar renda para a família (João Leite).

Essa região nossa, ela não é igual antigamente que todo mês, passava fevereiro começava chover. Aí você plantava o feijão, depois plantava o milho. Hoje é uma escassez de chuva muito grande. [...] Eu planto o milho e o feijão simplesmente para o consumo. Tiro um leite para o consumo. Nós desistimos de plantar arroz aqui porque não tem máquina para limpar, e o trabalho que você tem para limpar não vale a pena (Noel).

Na terra, fora aqui na agrovila, no quintal, na roça eu gosto de plantar de tudo. Eu planto milho, planto arroz, mandioca, feijão. [planta para sustentar a casa]. Eu tenho vaca quando tem para tirar o leite a gente tira e da para folgar um pouco. [tem outra renda?] eu sou aposentada, tem um genro que mora aqui comigo trabalha na roça e de pedreiro também (Dona Chica).

Hoje nós temos plantado no meu lote: quiabo, mandioca, coco, milho, colhemos muito milho este ano, áreas de pastagem, têm vaca, mas não tenho tempo de tirar leite. Agora, a terra a gente ta voltando àquela época de trabalhar para fazer fartura, de paiol cheio. O milho é seis meses para dar resultado, um boi um ano. A gente vai trabalhando. Apertou vende um boi, vai fazendo um negocinho daqui, dali, aí a gente vai. Lucro mensal de imediato a roça não dá. Mas isto não influência na renda da família, você não tem o dinheiro na hora. Aqui nossa renda mensal é em torno de R\$ 750,00, tem a renda do salário de professora aqui no assentamento, da Sueli também (Lúcio).

Lá na roça tem de tudo, de tudo tem um mucado. Arroz eu parei de plantar porque não tem máquina. Esse ano eu colhi feijão, milho, mandioca. [...] [o dinheiro da para sustentar a família..] Dá, dá sim, dá porque a gente tocando o movimento a gente vê que dá o pouquinho que sobra dá para manter. A gente planta verdura para nos comer e para vender também. [...] [o dinheiro da venda da produção é para comprar o que?]. Nos compra arroz, a gente compra o arame, a madeira, a casa lá na roça que não tá pronta ainda. Por enquanto nos ainda não sobra dinheiro tudo nos estamos só empatando. [...] nos ficamos muito no grupo, e o grupo tem muita idéia. O dia que eu sai do grupo eu chorei. [...] eu trabalhava no coletivo e no individual, nisso eles falavam ele quer ficar rico. [...] (Sebastião Moreira).

Hoje eu não to plantando muitas coisas não. O que eu mexo é tem a roça de milho, roça de quiabo eu plantei quase meio quilo de quiabo a renda que eu to tendo mesmo é das vacas, do leite. do leite eu tiro 28 litros e tem 9 vacas dando leite. Eu vendo na rua aqui no bairro. O feijão e o milho da para o consumo. Hoje não compensa vender, ou estou com 70 quilos de feijão mas não dá pra vender, é muito barato, não compensa vender o feijão (Isaiás).

Aqui a gente tem o Bolsa Família este dinheiro a gente prioriza. Ele não é suficiente a renda familiar não é suficiente. Nós plantamos laranja e café para melhorar a renda, uns trezentos pés (Nivalda).

A gente compra muita coisa aqui na cidade. [De onde vem a renda pra comprar os alimentos]. A gente tava contando, aqui nós temos umas quinze famílias que não tem renda, (renda) que vem de fora. Muitas vezes, o pai ou a mãe não trabalha fora, mas o filho vai. Tem a aposentadoria, tem pensão, tem o Bolsa Família, não sei a quantidade (Noel).

A produção da terra é diversificada. As famílias criam gado leiteiro, suínos e aves. Plantam grãos (arroz, milho, feijão), mandioca, frutas, verduras, legumes e mandioca. No entanto, para gerar dinheiro - renda monetária para o orçamento familiar - o principal produto da terra “que dá dinheiro”, é o leite *in natura* e o queijo. Esses produtos são vendidos diretamente no mercado consumidor local. A produção de quiabo e jiló, plantados comercialmente, e que *dão mais [dinheiro] do que o leite* (Zé França) - uma atividade que as famílias já conheciam e praticavam, quando assalariados ocasionais dos fazendeiros. Algumas famílias relatam que iniciaram o plantio comercial de café, banana, seringueira, coco e laranja como alternativa para diversificar a pauta de produtos comerciais para geração de renda financeira.

Da pauta diversificada da produção da terra, alguns produtos têm o duplo papel de produção alimentar para o autoconsumo e a comercialização para fazer dinheiro. É o caso da criação de galinha caipira (carne e ovos) que são produzidos nos

quintais das casas na agrovila e, também, das lavouras cultivadas no lote, como é caso do milho, feijão, arroz e mandioca. Tanto o feijão quanto o milho, sua produção é superior ao autoconsumo anual das famílias. No entanto, o mercado local põe preços nesses grãos, o que torna inviável sua produção comercial no assentamento. Contudo, a intenção das famílias de mantê-los na pauta de itens geradores de renda, pois desejam processá-los e industrializá-los para obterem melhores preços na sua comercialização. De forma recorrente, as famílias, fazem referência à proposta ¹¹⁶de implantar uma fábrica de farinha (milho e mandioca) e uma máquina de beneficiar o arroz, pois, o **milho em grão** e o **arroz em casca** têm preço baixo no mercado local, o que torna sua produção comercial economicamente inviável.

Para complementar a renda monetária do trabalho da terra no assentamento, as famílias dispõem de outras fontes, como a renda mensal do Programa Bolsa Família ¹¹⁷, o salário da aposentadoria e as diárias recebidas por serviços eventuais de pedreiro.

No assentamento, a família consegue produzir alimentos para o seu consumo e afastar a fome, como temia? Foi perguntado se a família faz ao menos três refeições por dia, e quais alimentos vêm do trabalho na terra e quais alimentos vêm da renda fora da terra. Eles responderam:

Nós, graças a Deus, a gente pode alimentar todo o dia. Nós come o arroz, o feijão, uma banana frita, carne. No quintal tem fruta: laranja, banana, cana, tudo nós temos. Hoje, graças a Deus, a gente não precisa ficar pensando em comer. Tem uma mudança porque quando a gente trabalhava pros outros comia regrado porque a gente tinha que vender o pouquinho que sobrava. Hoje eu não preciso ir no açougue, não preciso comprar carne de boi. Nós temos porcos e não precisa comprar. Tem as galinhas nossa, umas setenta galinhas. Hoje nós temos quatorze vacas, agora na seca os bezerras tão ficando velhos. Minha idéia é essa, só comprar o sal. Minha idéia é, se nós produzir ao menos pra nós, nos vamos descansar os outros. [...] Nós daqui uns tempos, nós não quer ninguém ir para lá comprar não (Sebastião Moreira).

Tem o milho, o inhame, tem a mandioca. A gente mexe com o porco. A gente faz um churrasquinho, antes a gente nem sabia o que era isso. Graças a Deus, no café tem uma fruta, outra hora faz um bolo. Alguma verdura a gente compra, por exemplo, o tomate. Tem verdura que não é época, aí a gente compra (Seu Remi).

Como diz o outro, eu como igual pato. A fruta é direto. É banana, laranja, o queijo. Às vezes as pessoas vende as coisas (alimento) para

¹¹⁶ Considerada como uma prioridade para o Setor de Produção do Assentamento.

¹¹⁷ Política pública federal de transferência de renda destinada às famílias brasileiras com renda mensal per capita inferior a R\$ 120,00. Sobre o Programa Bolsa Família acessar www.mds.gov.br.

depois comprar de novo. Aqui em casa é o contrário. Sempre de manhã tem o queijo, o requeijão, o bolo, banana, mamão, laranja...(Carlinhos).

De manhã é o café com queijo, aí vem o arroz que é tirado da terra do nosso trabalho, o feijão, o frango, esse tem época que nos compramos. Tinha bastante fruta, mas só que acabou, deu doença. Na janta - não da para comer carne de novo (come só no almoço) - tem uma abóbora, outras coisas...(Seu Negrim).

Tem gente que não tem o que comer no café da manhã. No nosso caso é diferente, a gente tem a mandioca, a banana, o mamão, no entanto, a gente não dá importância a isto. Tem que ir à padaria, a gente acaba não dando valor, não tem o hábito. O leite a gente poderia tomar, mas só as crianças toma. (Helena).

Na verdade, na verdade, a verdura a gente produz. A carne, o macarrão a gente compra. O frango do terreiro não é suficiente para todo o dia. A gente vende a verdura, vende o leite. A gente não comia antes as três refeições por dia. Aqui no assentamento só não come o suficiente e quem não quer trabalhar (Zé França).

Nós temos plantado as coisas. Feijão, arroz, fubá. O arroz não tem plantado porque não tem máquina, nós temos arroz em casca aí ainda. Fruta é muito pouca, a gente planta, mas nem todos os pés de fruta tão dando. Graças a Deus, não farta, quando farta alguma coisa a gente põe no lugar com a renda. Eu to com setenta quilos de feijão, mas não dá para vender. O preço não compensa (Isaías).

O que a gente compra aqui com mais frequência é o café o açúcar, o sal, este é impossível o macarrão, a farinha. Esta é o sonho nosso, já temos a casinha para fabricar a farinha. Eu produzi lá no lote este ano milho, feijão. Eu tenho três a quatro hectares de seringueira. Mas aqui as crianças vivem muito de frutas. Tenho horta aqui no quintal. No verão, infelizmente, como a a gente não tem estrutura, aí a gente tem que comprar (João Leite).

Aqui, cem por cento das famílias, uma parte do que consome é comprado. Na verdade, o que a gente come, muito pouco vem da terra. O que a gente come aqui: a canjiquinha, a verdura, o feijão, banana, laranja, criação, o frango de granja (Noel).

Se pegar no básico da alimentação, arroz, feijão, canjiquinha se a pessoa comprar não compra por uma necessidade, pois a terra dá. No entanto, pelo fato de nós estar a sete quilômetros do centro e isto acaba influenciando o assentamento, as pessoas vão na cidade e compram. Mas isto é uma questão de educação. As pessoas têm condições de produzir e consumir sem necessidade do supermercado. No café da manhã, nós temos condições de eliminar o açúcar, que é cotidiano, é raro tomar o café de garapa, rapadura, portanto, ocê não vê uma engenhoca, nós temos condição aqui, se as famílias quisessem, de eliminar o pão. É só cozinhar a mandioca, a banana, a batata....mas se prefere comprar o trigo para fazer o bolo. Aqui a gente faz as três refeições ao di. (Lúcio).

Pois é, este é um problema. Porque, por exemplo, o arroz. A gente compra arroz. Mas, por quê? A gente não precisava comprar o arroz, a gente produz arroz bem, mas a gente não tem a máquina para beneficiar o arroz. A gente tem que plantar vender e comprar o arroz. Feijão a gente planta e depende do bom tempo. Frutas a gente colhe muito aqui. Tudo na sua época. Vai acabando uma e entrando outra. Graças a Deus, aqui no assentamento é bem farta. O que a gente compra mesmo e não tem jeito: o sal, óleo, e algumas carnes, o macarrão – que não é bom para a saúde. Tem a banana, tem o leite. A gente entregava para a cooperativa, agora a gente vende direto e faz queijo para o consumo (Nivalda).

Agora, diferentemente de antes da vida no *Oziel*, as famílias relatam que se alimentam todos os dias e não precisam ficar pensando no que a família vai comer hoje e amanhã (Sebastião Moreira). Antes, o camponês quando trabalhava para o fazendeiro *comia regrado porque a gente tinha que vender o pouquinho que sobrava* (Sebastião Moreira). Agora, do trabalho da terra as famílias têm todos os dias na mesa: milho, arroz, feijão, canjiquinha, inhame, mandioca, bolo, pão, verduras – algumas são compradas no mercado local, por exemplo, o tomate quando não é época (Remi). Para a mesa das famílias, também vão alimentos produzidos no quintal e nos lotes: frutas (banana, laranja, mamão), verduras, legumes leite e seus derivados (queijo, requeijão, iogurte), carnes de porco e de galinha.

A dieta alimentar das famílias é complementada por meio da compra, no mercado local, daqueles alimentos que elas não conseguem produzir no assentamento. Compra-se: o sal, o óleo, algumas carnes, macarrão *que não é bom para a saúde* (Nivalda). As famílias manifestaram preocupação com a qualidade e o consumo de alimentos saudáveis, por exemplo, alimentos sem agrotóxicos. Para Lúcio, acredita, as famílias assentadas têm *condições de eliminar o açúcar [...] de eliminar o pão* (Lúcio). Elas compram farinha, mas o sonho é ter a fábrica de farinha no assentamento (João Leite).

Para compreender as relações da agricultura camponesa praticada no *Oziel* e o momento crucial das relações com o mercado na fronteira do território do assentamento - entendendo-o como uma fração camponesa no território capitalista – foi perguntado aos entrevistados onde e como é vendida a produção da terra.

Os fazendeiros vêm aqui comprar os grãos. O queijo é por encomenda e as verduras é na feira. A feira começou na época do Orçamento Participativo. A feira é de toda a agricultura familiar (Seu Negrin).

Tem a feira, mas, nós mesmo ainda não leva não. Mas melhorou muito toda sexta e sábado (Andréia).

Nós temos a feira da agricultura familiar que é o espaço mais usado, nem todo mundo usa, o caminhão vem aqui, caminhão adquirindo pelo Território. Agora o território vai ter uma central do agricultor familiar que vai ser uma alternativa para a agricultura familiar (Noel).

Antes eu tava levando na feira, sexta-feira, mas às vezes a produção era muita, aí a gente quando leva muito tem que baixar o preço, aí eu tava levando para a CEASA. Sempre to levando para a CEASA o quiabo e o jiló. (Carlinhos)

O leite é a mulher que é a vendedora de leite, ela vende na bicicleta na caixa em litro (garrafa pet de 2 litros) direto nas casas. Uns vinte e cinco litros todo dia. Mas a gente ta correndo risco com a vigilância sanitária que não quer mais. Mas no assentamento tem gente que vende na cooperativa, tem gente que faz o queijo. O queijo talvez dá mais dinheiro, porque tira o soro... (grifo nosso) (Zé França).

A produção ainda está se dando de forma individual. Ainda a comercialização é mais marginal, direta para os consumidores do bairro, por exemplo, a venda de queijo. A outra questão – nem é todo mundo - mas tem uma feira orgânica na cidade. E nós queremos massificar nossa presença nesta feira. As famílias levam arroz, verdura,...[...] (João Leite).

Quando tem para vender vem alguém para comprar, o que eu tenho vendido é o milho. Vem gente para comprar (Dona Chica).

É individual, o caminhão vinha aqui para comprar de nós. O leite a cooperativa vem aqui comprar. Nós faz queijo (Sebastião Moreira).

A produção aqui é toda ela individual. A comercialização: não temos nenhum produto comercializado coletivamente. Nós estamos preocupados aqui no assentamento. A comercialização do leite, do arroz - com uma máquina para limpar - que vai incentivar o plantio em escala e uma farinheira que vai incentivar o plantio da mandioca em escala (Lúcio).

O leite nosso é mais individual, na época do coletivo nós tava tentando uma cooperativa, mas nós não conseguimos até hoje, então a gente tem que vender de casa em casa, leva nas garrafas, e uns pagam na quinzena outros no mês. A gente vende a R\$ 1,80 a garrafa pet de 2 litros, aqui o leite de caixinha é mais ou menos R\$ 1,50 a caixa (um litro) (Sr. Isaías).

O Leite, principal produto comercial gerador de renda monetária de quase a totalidade das famílias, é vendido, principalmente, direto aos consumidores em seus domicílios, localizados nos bairros vizinhos ao assentamento. O produto é vendido cru, *in natura*, não pasteurizado, é acondicionado em garrafas plásticas reutilizadas (pet) de dois litros e transportado de bicicleta, *mas a gente tá correndo risco com a vigilância sanitária que não quer mais* (Zé França). Outra forma de comercializar o leite *in natura*,

porém menos usual, é na Cooperativa de produtores de leite de Governador Valadares. A comercialização do queijo, alternativamente à venda direta *porta-a-porta* como o leite, é feita na feira livre municipal. A produção comercial de quiabo e jiló tem papel importante como atividade econômica geradora de renda - e é comercializada de forma convencional na CEASA, regional de Governador Valadares.

O feijão e o milho cuja produção para a comercialização tem papel secundário, pois garante primeiro o consumo anual da família, é vendido para os fazendeiros e os atravessadores que os procuram no assentamento. É verdade que as famílias assentadas plantam os grãos pensando na comercialização do excedente para obter renda monetária, porém, elas deixam de vendê-los devido ao preço baixo que não remunera o seu trabalho.

A comercialização da produção é descrita e entendida pelas famílias e pelo Setor de Produção do *Oziel*, como um problema a ser enfrentado e modificado. Esse tema freqüenta a pauta de preocupação e de ação das famílias e das suas organizações. A comercialização direta junto aos consumidores da cidade é uma estratégia para superar os interesses e à lógica das relações capitalistas a qual estão submetidas. Trata-se de uma fronteira sensível, limítrofe com o território capitalista. A renda dessas famílias é decidida nas relações de compra e venda, de troca da produção com os fazendeiros e comerciantes locais. A realidade é que, invariavelmente, os preços praticados pelos capitalistas *não compensam*, isto é, não remunera trabalho camponês.

A propósito, além da venda direta aos consumidores, quais práticas e que planos as famílias assentadas do *Oziel* têm para conseguir bom preço na hora de vender e, assim, se defenderem da apropriação da renda do seu trabalho na terra? Como escapam e superam as relações capitalistas que realizam a sujeição da renda do trabalho e da terra camponesa?

A gente tá lutando pra isto, para organizar isto, ver se acha um meio da gente vender, tem alguém que leva para a feirinha. O leite eles levam para a rua (Dona Chica).

Talvez, é uma massificação do pessoal na feira, de certa forma é qualificar os produtos para levar para a feira. Por exemplo, antes levava os pedaços grandes, agora já leva ele mais preparado. Quando é uma quantidade, assim maior, uma demanda bem mais grande, aí chega a vir os atravessadores, mas o quiabo por exemplo, é levado para a CEASA aqui de Governador Valadares (João Leite).

Uma grande discussão nossa no assentamento é comercialização dos nossos produtos. Como que vamos fazer para enfrentar os atravessadores. São tantas coisas. Temos o problema com o

transporte da produção, embora a gente esteja tão perto do mercado. A gente não tem uma máquina para beneficiar o arroz. O assentamento tem um projeto para instalar uma máquina, tudo indica que foi aprovado (Helena).

Aqui pra nós, assim, nós entramos num projeto para fazer polpa, nós temos muita fruta e perde, na época dela a gente perde as frutas (Andréia).

Ta crescendo a procura de produtos orgânicos, e a nossa chave é esta. A produção de produtos sem remédio, sem veneno. Nós não sabemos que não vamos conseguir vender ao preço que a gente gasta para produzir, mas conseguir um preço melhor pelo produto orgânico (Noel).

O queijo a gente vende na rua. A gente tem tentado uma forma, mas infelizmente a gente ainda não conseguiu. A gente tentou aqui o trabalho coletivo na produção. Seguramos de 1998 até 2001. A gente ralou para caramba. Pessoas que tem um desejo e quer que aquilo funciona dá o sangue (Zé do Carmo).

Nós temos um setor de produção dentro do assentamento – e no movimento em geral - e nós temos uma equipe sempre discute as questões de produção. Nós temos lutado para ver se nós consegue montar uma pequena fábrica de queijo, requeijão e industrializar o leite. Mas nós foi muito frustrado no passado. Sempre que nós fala tem muita resistência porque nós tivemos problema no coletivo antes. A gente começou a discussão e o setor de produção tem mais de dois anos e até hoje a gente ainda não conseguimos, mas nós temos esperança que, uma hora mais cedo ou mais tarde, nós vamos conseguir. O dia que a vigilância sanitária baixar um decreto que não pode vender o leite (direto), isso vai acontecer mais cedo ou mais tarde (Zé França).

A feira livre é uma possibilidade em construção. Para as famílias assentadas, ela constitui-se num espaço alternativo, desejado e esperado para realizar e completar sua autonomia como território camponês que quer *vir a ser*.

De todo modo, para escapar da apropriação do seu trabalho na hora da comercialização a idéia apresentada pelas famílias passa, também, pela qualificação, transformação, e o beneficiamento da produção (do leite, do arroz, frutas de época, milho). [...], por exemplo, *antes levava os pedaços grandes, agora já leva eles mais preparado* (João Leite). Outra “chave” é a produção orgânica de alimentos, com a adoção de sistemas produtivos agroecológicos. Enfim, as famílias pensam, falam e constroem saídas pela comercialização direta aos consumidores por meio da feira e, também, na industrialização da produção agrícola e pecuária. Ambas, concebidas na organização coletiva.

Investigando as demais frentes e práticas da luta das famílias assentadas no *Oziel*, durante as entrevistas foi perguntado aos assentados como eles fazem luta política para ajudar os companheiros *sem terra* para conquistar a terra e como elas participavam das atividades do MST.

A gente ajuda. Pode ser no trabalho de base, pode ser nas caminhadas. O pessoal aqui, se chamar participa, aqui todo mundo participa, tanto eu, como todo mundo. Eu já ajudei a fazer trabalho de base para o Barro Azul, o (assentamento) Liberdade, do mesmo jeito que eles fizeram com a gente (Carlinhos).

Nós participa assim, quando o movimento discute, tem uma ação, uma ocupação então nós tão dispostos a ir, ou eu ou meu filho então nós sempre tão participando, precisou a gente sempre tá dando apoio. Quando tem uma manifestação é difícil não participar pelo menos duas pessoas da família. É difícil ter uma coisa a gente procura ajudar. Muitas vezes as ocupações que teve no Barro Azul, Liberdade, Pardinho, nós sempre participa dando apoio e muitas vezes dá alimentação para ajudar. Eu já participei muito dos congressos, tive em Brasília, em Belo Horizonte (Isaías).

Uma das minhas contribuições é não largar para mim aquilo que eu aprendi. Eu aprendi com o movimento que aquilo que eu sei, o que eu aprendei, eu passo para frente. A outra é de fato, ajudar aos outros companheiros que querem conquistar a terra é a insistência e permanência e na questão organizativa. Hoje minha contribuição é na questão produtiva mesmo dentro do assentamento. [...] Antes quando nós ocupamos aqui a Fazenda do Ministério nós era o segundo acampamento aqui na região do Rio Doce, era o segundo, agora somos quatorze só na região. O assentamento (Oziel), na história do MST, foi o que surgiu militantes, o que mais destacaram lideranças e que ajudou a fazer as ocupações (João Leite).

Eu sou do setor de frente de massas. Eu e o Enio somos responsáveis de ajudar não só os assentamentos como as outras famílias que realizem seu sonho. Na medida do possível a gente tem que conciliar o político com o econômico. Se você ficar só na militância você não tem o que por na panela. Se ficar só no econômico sem o político não avança. Graças a Deus aqui no estado tivemos alguns conflitos para chegar neste entendimento, mas já conseguimos relativizar estas duas coisas. A Sueli (esposa) está cursando o curso de Pedagogia da Terra na UFMG e atua no setor da educação. (Lúcio).

A gente participa das reuniões, a gente contribui com os cursos; o pai empresta a carroça; com alimentos. Eu contribuo com a limpeza do local, com os cursos. Aqui todo mundo contribui, a gente fecha a casa e vai ajudar. A gente faz o trabalho de base. A gente que tá assentada quer levar para os outros que ainda não foram assentados (Andréia).

Essa pergunta seria família ou assentamento? Família! Aqui em casa a gente tem um número de gente bem razoável (risos). Eu a e Néia somos militante. Estamos em atividades. A dificuldade que temos para militar é a condição econômica, mas aqui em casa a família

possibilita a gente a militar. Eu milito no setor de produção e a Néia na formação. Aqui dentro do assentamento toda família colabora com os núcleos e os setores (Helena).

Geralmente, por exemplo, quando nós faz luta, fazendo este trabalho fora, agora de uns tempos para cá qualquer ação que o movimento puxa a gente participa. Por exemplo, se vai ter uma reunião, um encontro a gente contribui da forma possível, com dinheiro para alimentação. Agora a gente fazer ação fora do assentamento a gente não ta podendo. Aqui no assentamento eu ajudo no setor de educação (Nivalda).

Eu faço parte do núcleo e ajudo a organizar aqui dentro. Quando tem uma ocupação a gente ajuda (Dona Rosa).

Nós ajudamos. Assim, quando vai fazer um acampamento a gente ajuda na alimentação para eles, a gente reúne o grupo e discute quem vai dar e o que vai dar. A gente vai ajudando o acampamento (Dona Chica).

Nós colabora do modo mais simples que a gente pode, quando tem um manifesto, qualquer organização, ação em Belo Horizonte, aqui em Valadares, em Brasília, sempre sai um ou dois da família. A gente não contribui mais (que isto), é que eu acho que a direção do movimento sem terra ainda tem muito falha. A gente sempre contribui. Se precisa dinheiro, se precisa de alimentação para mandar para o acampamento, é roupa. A gente não deixa de doar. Em tenho um filho que já fez parte da direção. Eu tenho uma filha que está estudando em Cuba, fazendo medicina. A gente está sempre aí inserido na luta (Zé França).

A ajuda é a gente participar. Quando a gente tem gosto da luta, a gente dá exemplo. Eu tenho um menino que não participa de reunião nem nada, a gente tem que dar uma palavrinha e deixar lá germinar. Meus filhos ajudam sim, ajuda porque eu posso ficar fora 50 dias um ano, eu gosto de sair e meus filhos cuidam de tudo. Ta aí a base, subir uma favela e conquistar um povo não é fácil (Sebastião Moreira).

Hoje eu acabo tendo uma dupla personalidade, nesta questão das lutas. Isso é ruim, não sei se isto é bom ou é ruim, pelo seguinte: a gente militou muito tempo no movimento sem terra, diretamente, na direção, afastamos agora. A gente foi convidado para contribuir nas lutas do sindicato dos trabalhadores rurais. Na luta do sindicato tirou uma prioridade em contribuir na luta de outras organizações, e uma das organizações será o MST. O sindicato foi convidado em fazer parte da Via Campesina (Noel).

Verificou-se que as famílias entrevistadas, sem exceção, participam de forma direta das ações do movimento. Desvendou-se um fato interessante sobre a participação e militância das famílias. A militância é assegurada no interior na unidade familiar, isto é, sempre um membro da família terá condições de fazer a luta no movimento. Por exemplo, os pais trabalham, ficam na produção para que os filhos

possam fazer a militância ou vice versa. Helena, militante do Setor de Produção, filha do Sr. Negrim e da Dona Madalena, testemunha: *a dificuldade que temos para militar é a condição econômica, mas aqui em casa a família possibilita a gente militar*. Assim, as famílias mantêm sua atividade econômica na agricultura camponesa e vivem o desafio de combiná-la com a luta política no MST. Trata-se de um desafio para os camponeses assentados: trabalhar na terra e atuar nas ações de luta das agendas do *Movimento*. Note-se que muitos assentados, que viveram todo o processo de luta pela terra e pela territorialização camponesa no *Oziel*, em Valadares, hoje são membros e tem forte atuação na direção estadual do MST.

Não obstante, a militância das famílias camponesas se materializa também internamente no assentamento, demandadas pelos Setores de Produção, de Educação e pelos Núcleos (grupos de famílias organizados de acordo com o traçado das ruas da agrovila). As famílias relatam várias ações do *Movimento* das quais participam: reuniões, cursos formação, frente de massas, caminhadas e marchas, entre outras.

Portanto, a ação política dos camponeses assentados no *Oziel* é um traço forte que os caracterizam e, também, revelador de uma capacidade do campesinato autônomo, próprio de territórios camponeses em construção.

Procurou-se, ademais, conhecer a percepção que as famílias tinham da dimensão comunitária e, sobretudo, a identidade do *Oziel*. A intenção foi capturar a percepção das famílias no que se refere ao sentimento da identidade camponesa com a idéia de território camponês. Foi perguntado aos entrevistados se consideravam o assentamento dependente da cidade. As perguntas estimularam relatos sobre a percepção que deles sobre o olhar que vem de fora, da cidade, sobre o assentamento *Oziel*, no presente.

Hoje o pessoal da cidade tem uma visão muito boa, diferente do que antes. Hoje, a gente leva uma verdura para vender eles gostam. Dizem que a nossa verdura é muito melhor e dizem que gostam de comprar da gente. E também as pessoas gostam de sair de lá e vir pra cá, passear (Carlinhos).

Eu acho que nosso assentamento é muito bem organizado, e, graças a Deus, todo mundo é amigo um do outro. Antes nós tivemos problema, graças a Deus, não tem mais este problema. Assim, vai muito por pessoa, tem uns que acham que o movimento é muito legal. Tem gente que vem aqui, gosta e pergunta se a gente que não quer vender, aí a gente fala: '- Não, não é para vender, se quiser conquistar tem que fazer luta! (risos) A gente ajuda'. Muita gente procura e a gente dá esta orientação para eles. Muitos que vem perguntar, vem para saber como que é. Já tem muitas pessoas - igual os acampamentos aqui - em Frei Inocência, na Varginha aqui, ah! Têm muitos que veio aqui. A

nossa família quando chega aqui fala: ‘- Gente, nós deveria ter vindo com vocês também naquela época, vocês estão no céu que maravilha!’. Hoje todos têm uma vida melhor, nossos filhos vão ter uma vida melhor, graças a Deus (Dona Chica).

Olhando para alguns outros assentamentos da região, a gente percebe que o assentamento conseguiu avança mais um pouco. No nosso assentamento tivemos um pouco de autoridade, a casa, por exemplo, usamos mesma planta. Outros não conseguiram avançar. [como você percebe o olhar de quem olha de fora, eles respeitam vocês?] Tem algumas pessoas que tem rejeição ainda. Mas tem pessoa que se aproximam, padres. Tem muitas pessoas que antes jogavam pedras, hoje procuram a gente para ver como organizar como conseguir um pedacinho de terra, porque tá lá na cidade pressionado, sem emprego. Hoje tem uma visão diferente já que vale a pena (Zé do Carmo).

Alguns bairros que conhecem respeitam. A gente tem uma forma de organização e eles sabem e respeito. Ainda falta muito na questão da identidade. Aqui nós temos um problema sério na questão do emprego - a juventude. São raros os que trabalham na roça são poucos e até pega mentira, quando dá o endereço, dão de outros bairros, que são até piores que aqui. O movimento ainda não deu um jeito para a juventude ter um rumo (Andréia).

Eu considero o assentamento Oziel, vamos dizer, um viveiro, um criatório de pintinhos que de uma certa forma ou de outra, meio que aparece uns buraquinho daqui e escapa que não foi fechado ainda direito aqui outro. Primeiro, nós estamos muito colado nas cidades, coladíssimo. Por ser uma cidade muito influenciada pelos Estados Unidos, nós acabamos sofrendo estas conseqüências também. Mas, assim, de certa forma, na questão mais política em si, nós temos não cem por cento da autonomia. Nós estamos buscando a autonomia. Inclusive a comunidade vai fazer um seminário para discutir que assentamento queremos. Nos já tivemos problemas seríssimos. Influência do tráfico [de drogas]. Chegou de filho de assentado virar bandido, de bandido vir aqui dentro da casa de assentado matar e dar uma corromada de tiros. Uma loucura. Tava chegando um momento de gente de fora não querer vir no assentamento com medo disto. Mas até que enfim a comunidade tomou posição e tomamos o controle de novo. Antes a gente tinha dificuldade agora a comunidade reúne discute os problemas. Mesmo se a comunidade fazendo parte do movimento e se ela não vive o movimento a tendência é acomodar. É preciso fazer reunião, seminários, reza, jogo de futebol, fazer festa isto é, é preciso esta constantemente em movimento (João Leite)

Eu quero saber se essa autonomia é frente a quê? Ao poder público...? Talvez a pergunta seja se o assentamento tem esta identidade de camponês. No meu ponto de vista, embora a gente (Oziel) tenha só treze anos, quando a gente vai ver outras áreas nossas, a gente vê que o assentamento tem uma identidade, a gente sabe que tem gente mais presente na luta, mas a gente tem sim esta identidade. No debate político a gente consegue manter a forma de organizar o assentamento, nos temos os núcleos. Temos dificuldade (Helena).

Olha, é uma dialética (suspiro). Aqui no nosso assentamento, assim, apesar da gente ter muita coisa para viver em comunidade a gente vai superando. Pelo fato da gente ser dono também, né. Esta questão do individualismo, antes todo mundo trabalhava na produção em conjunto, hoje trabalhamos no individual foi porque a questão da administração foi complicada. Pelo olhar de fora o nosso assentamento é bem organizado. A gente faz muito esforço para ter uma vida de comunidade mesmo. Esta luta de fazer reivindicação a gente faz tudo junto. O assentamento é bem organizado, esta questão da comercialização ainda temos muito que melhorar, pois se a gente conseguir vai ter jeito da gente ter uma renda melhor (Nivalda).

Hoje ta respeitado sim. Há dez anos atrás o pessoal não respeitava. Dizia que nós era vagabundos. Hoje os fazendeiros, nós são respeitados muito nos bairros Nós passamos uma fase difícil. Tivemos que expulsar alguns. Conseguimos resolver um problema difícil. Fomos obrigados a fazer isso. Hoje somos bem aceitos (Isaias).

Nós, eu acredito, que na organização ainda existe falhas. Nós somos, assim - não vou dizer autônomos totalmente - porque a gente ainda depende. Nos olhos da comunidade de fora, dos grandes fazendeiros ainda vêm o nosso assentamento como um bando de preguiçosos, baderneiros, vagabundo, baderneiros. Mas infelizmente, temos que falar a realidade, a gente tem algumas pessoas no assentamento que não corresponde. Esses que deixa a terra sem produzir, que não trabalha na terra, esse brotinho de joio no meio do trigo, dois ou três famílias que não trabalha na terra pros grandes lá fora é todo mundo vagabundo (Zé França).

Nós ainda não conseguimos se instalar em Valadares como uma comunidade a parte. Nos tão começando agora e ta se abrindo para ser reconhecido de forma diferente. Depois que nós começamos a por nome na rua [ruas da agrovila] nós começamos a receber a correspondência em casa. A ultima casa do bairro Santa Paula está encostado no assentamento. A gente outro dia tava conversando: Nós somos rural ou somos urbano? [e o povo de fora, o olhar deles vê uma identidade aqui?] Uma boa parte eles te respeitam vem aqui para poder ver e tudo o mais, uma boa parte diz que (se) é sem terra, é vagabundo. Por outro lado, tem gente daqui que dá motivo, vai na rua toma uma pinga aqui outra lá fica bêbado e aí o povo fala (Noel).

Voltando à nossa vizinhança - famílias cadastradas somos quarenta e sete – mas, famílias que vivem são sessenta e oito famílias que são filhos e filhas de assentamento que preferiram morar aqui construíram suas casas aqui na agrovila, outros no lote. Nós estamos aqui a 500 metros de dois barros violentos, perigosos. O que é de ruim que a pessoa procurar encontra neste bairro, que vai de tráfico ate o uso de entorpecentes, dados da polícia que este é um dos bairros mais violentos da cidade. E nós somos vizinhos do bairro que acaba influenciando. Já vivemos turbulência provocada devido a inserção de algumas famílias nestes bairros. Mas já conseguimos superar. Pedimos licença a quem tava perturbando. Portanto, podemos dizer que este é um território livre. As pessoas gostam de vir visitar aqui. Hoje é domingo vai tá cheio de gente aqui, andando de bicicleta,

jogando bola, tomando cerveja, tomando cachaça. Hoje é um território livre, a pessoa do jeito que chega é recebido. Tá muito difícil. Não é fácil manter do jeito que tá. É reuniões e mais reuniões para manter. Nós não dependemos de mais ninguém. [o olhar de quem ta de fora, como eles vem vocês...] A ditadura começou por aqui. Na nossa chegada foi um choque para o município – pelo fato de ser a segunda ocupação da região – nós precisamos lutar bastante, mostrar que nós não era nada daquilo que falavam da gente, eles diziam que nos éramos um bando de vândalos, de desocupados, de preguiçosos. No dia a dia mostramos que não era nada disto. Hoje os dois bairros nos respeitam, eles não perturbam aqui. As pessoas de bem do bairro, e tem muitos, nos respeitam. Temos um relacionamento, eles vêm aqui (Lúcio).

Sobre a visão que as pessoas da cidade têm sobre o assentamento, as famílias do *Oziel* revelam que agora é diferente de antes. Hoje é muito boa, no entanto, *tem pessoas que tem rejeição* (Zé do Carmo), pois, dizem *sem terra é vagabundo* (Noel). O assentamento *Oziel* é procurado pelas pessoas da cidade e da região, para ver como os *sem terra* conseguiram a terra. Hoje os moradores da cidade respeitam e gostam de visitar e passear no assentamento.

Sobre a noção de comunidade, as famílias percebem que o assentamento é bem organizado, embora, *ainda existem falhas* (Zé França). Já tiveram problemas *seríssimos*¹¹⁸, mas [...] *não têm mais* (Helena). Acreditam que organização do *Oziel* se tornou uma referência na luta pela reforma agrária na região do Vale do Rio Doce. O *Oziel* é procurado pelos camponeses *sem terra* que buscam orientação sobre o modo de fazer luta pela terra. A experiência das famílias do *Oziel* contribuiu para a criação dos assentamentos e acampamentos surgidos na luta camponesa na região como relatou João Leite. Nesse sentido, o *Oziel* exerceu um papel de “um viveiro”, no processo de territorialização camponesa em Governador Valadares.

Sobre a autonomia do assentamento, para uma parte dos entrevistados, o *Oziel* é um território livre e tem identidade camponesa. Para outra parte, no entanto, o assentamento não é totalmente autônomo, porém, eles lutam para torná-lo território camponês.

O sonho da gente é que todo mundo que não tem seu pedaço de terra é que vá para luta para conquistar (Dona Rosa).

¹¹⁸ Todos se referem ao episódio da expulsão de assentados que se envolveram com o tráfico de drogas, o que exigiu da comunidade, após dura experiência, decidir coletivamente pela expulsão destes envolvidos. [...] “chegou de filho de assentado virar bandido, de bandido vir aqui dentro da casa de assentado [...] Mas até que enfim a comunidade tomou posição e tomamos o controle de novo” (João Leite). “Pedimos licença a quem estava perturbando” (Lúcio).

Se for assim falar dos meus anseios pessoais, o meu sonho é acabar de concluir a construção da minha casinha. Uma outra, minha esperança é que eu possa ser de fato um exemplo para as minhas filhas para que elas possam de fato espelhar em mim e seguir a vida enquanto cidadãs. A outra, para falar mais da organização, é ver o assentamento conseguir avançar economicamente e as famílias conseguirem dar a volta por cima do lixo atual que estamos vivendo desde a questão alimentícia até o processo da arte, da música, da dança. E a outra é a revolução...!!! [com um grande sorriso no rosto. Ra.Ra.Ra!!] (João Leite).

O primeiro sonho que eu tenho, é de realmente ver a reforma agrária acontecer neste país. Que cada um, cada uma companheira que ta jogado aí nas favelas, nas fazendas pudesse ter o que eu tenho hoje. E o segundo é que a justiça realmente fosse cega. Que fosse justiça para todos. Igual. Porque se tivesse justiça para todos a reforma agrária já teria acontecido há mais tempo, ta lá na Constituição Federal (Noel).

Sempre, desde antes, sempre sonhei com um Brasil melhor, onde todos têm seu direito respeitado, poder trabalhar sem explorador nem explorado e não passar o que eu passei. Hoje, trabalhando num lugar e amanhã não saber onde trabalhar. Na questão dos filhos, hoje nós temos a escola aqui dentro. A gente precisa uma política para que nossos filhos possam estudar e trabalhar na própria roça sem sair para o meio urbano (Zé do Carmo).

Meu sonho é ver todo mundo igual eu estou. Minha vida antes era sofrimento, num tem nem como falar como melhorou, melhorou demais. Que as pessoas que viviam iguais a gente que partissem para a luta também, para ter uma vida mais digna (Dona Madalena).

Na verdade, a gente tem que direcionar algum sonho, porque sonho a gente tem muitos, vontade a gente tem muita. Minha vontade, um dos meus sonhos, um desejo, é que as famílias que estão acampadas hoje em Minas e na região e que está há dez anos acampadas sejam assentadas o quanto antes. Porque estão movidas mais pela esperança. Porque resistência física não tem mais. Porque não é fácil ser acampada. Este é o principal sonho. Eu tenho o sonho de me formar em direito para ajudar a defender, na medida do possível, os companheiros e a gente própria das injustiças promovida pela Justiça. O sonho é um trem danado, a gente vem até aqui e depois fica difícil (Lúcio).

Ah! Eu tenho um sonho de ver nosso assentamento mais organizado ainda do que ele é. Porque eu acho que ele é organizado. Nós temos, assim, de ajudar uns aos outros. Aqui a gente não faz nada sem discutir com a comunidade. Quando a gente vai fazer qualquer coisa a gente tem de comunicar com a comunidade se ta de acordo com aquilo. Não faz nada sem discutir com a comunidade. Meu sonho é viver melhor ainda. As crianças vão crescendo, vão encaixando nestas normas do assentamento e mais na frente o assentamento ser modelo, ser melhor (Dona Chica).

O meu sonho é organizar a produção do assentamento. E, que todo mundo tivesse uma organização e produzindo. E que todo mundo conseguisse. Nem sei como a gente vai fazer, mas este é meu sonho (Carlinhos).

Eu tenho um sonho de ter no assentamento escola até o ensino médio aqui dentro. De dar acabamento nesta nossa casa e tentar construir outra casa no lote, para passar a semana lá e o final de semana aqui. E melhorar o assentamento em si. Estruturar melhor o assentamento. Melhorar o assentamento para as famílias ter uma vida digna. Em relação à produção precisava ter uma irrigação para garantir a produção (Nivalda).

Nós temos muito sonho. A terra, a gente não pode dizer que a terra é suficiente, a gente quer crescer, ter um investimento para a gente crescer, por exemplo, irrigação porque muitas vezes os meninos, os dois rapazes e a moça, têm que caçar um emprego lá fora porque a terra ainda não dá. A gente não tem um investimento para comprar um gado bom, uma irrigação (Isaias).

Continuar meus estudos. Meu sonho é estudar agronomia na UFMG (Helena).

Meu sonho mais é conseguir mais projetos. A casa e a terra a gente têm (Remi).

Uma fábrica de polpa de fruta. Um pomar cheio de fruta (Andréia).

Meu sonho é ter um dinheiro com sobra. To precisando comprar um desintegrador, uma irrigação (Seu Negrin).

Tá bom! (Mas) Meu sonho é ficar ainda melhor. Tem muita coisa. Eu sonho ter uma plantação grande, de banana, de café. Meu lote todinho plantado. Uma moto daqui uns seis a sete anos. Meu sonho é fazer uma boa plantação (Tião).

Meu sonho já realizou um cadinho que é ter a terra. Agora meu sonho é comprar um carro (Dona Diva).

A gente tem vários sonhos, na verdade eu estou bastante velho (risos). Eu tenho um sonho, minha terra ainda está muito bagunçada, eu tenho um sonho de fazer uma boa casa no lote, fazer um curral, fazer uma lagoa grande, um poço de peixe. E eu tenho intenção de ainda morar lá na roça (Zé França).

As famílias camponesas do *Oziel* sonham com a possibilidade das famílias que não têm terra, iniciarem a luta pela terra (Dona Rosa). Esperam que os outros camponeses também partam para a luta, *para ter uma vida mais digna* (Dona Madalena). O sonho é ver a reforma agrária acontecer e o direito do camponês respeitado. Elas sonham que as famílias acampadas *há dez anos, sejam assentadas o quanto antes* (Lúcio). Sonham o sonho do sujeito social, o sonho de classe social.

O sonho é que o assentamento *avance* economicamente ao mesmo tempo em que se livre *do lixo atual que estamos vivendo desde a questão alimentícia ate o processo da arte, da música, da dança* (João Leite). Querem ver a produção organizada, e todo mundo produzindo. As famílias sonham com um assentamento melhor.

As famílias sonham em acabar de construir sua casa na agrovila e de construir outra casa no lote, seja para o filho seja para ficar lá só trabalhando na terra e para voltar apenas no final de semana. Os jovens assentados sonham em continuar os estudos, formar em Direito, em Agronomia. Sonhos com a vida produtiva, como ter um gado bom e (equipamentos) de irrigação; um pomar de frutas, uma fábrica de polpa (Andréia), plantação grande de banana, café (Tião, Zé França); ter uma moto, comprar um carro, ter dinheiro para viver, *com sobra*.

Observou-se que as famílias do *Oziel* atuam como sujeitos sociais no processo de territorialização camponesa na medida em que participam de forma ativa e variável dessa luta, como pôde ser visto nos depoimentos e constatado na pesquisa de campo. O *Oziel* ao cabo de mais de dez anos de marcha e movimento constrói sua identidade territorial ao mesmo tempo em que a reproduz regionalmente na contradição e nos conflitos, próprios da luta da classe camponesa. E sonham. Sonham em compartilhar vitórias com os demais camponeses, com um assentamento livre e com uma vida melhor para seus filhos. E seguem fazendo lutas. Luta camponesa.

PARTE III: DIVERSIDADE E METAMORFOSE CAMPONESA

Introdução

As cartografias da distribuição espacial e da intensidade da massa de camponeses acampados e de assentamentos confirmam sua distribuição tanto diversa quanto desigual na realidade socioespacial brasileira. A geografia dos modos de vida e de luta contida nas cartografias camponesas merece acuidade da pesquisa sobre o fenômeno da territorialização camponesa no Brasil, ou melhor, nos *brasis*, como ensina Darcy Ribeiro (2006).

Esta seção parte *a)* dos conceitos usados pela geografia agrária para explicar processos de luta do campesinato no território; *b)* da teoria antropológica de Darcy Ribeiro e *c)* da percepção das desigualdades regionais do Brasil. Seu objetivo é aproximar essas noções com a concretude da trajetória de vida e das lutas das famílias camponesas estudadas em fragmentos territoriais das regiões Norte, Nordeste e Sudeste Brasileiras.

Bernardo M. Fernandes (2006), em artigo onde propõe o debate sobre a questão agrária na América Latina, reafirma a necessidade de compreender a complexidade em que o campesinato está envolvido, isto é, compreender a *interação de todas as dimensões do desenvolvimento humano: política, economia, sociedade, natureza e cultura* (Fernandes, 2006). Segundo o geógrafo, os diferentes tipos de campesinato são identificados, em qualquer parte do mundo, principalmente no que tange às relações do trabalho na terra e à produção de alimentos. O geógrafo assevera que:

A diversidade cultural e econômica é uma das principais riquezas do campesinato. O camponês indígena de Chiapas - México, embora semelhante, é muito diferente do campesinato gaúcho, do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil, assim como ambos possuem semelhanças e diferenças com o campesinato indígena Mapuche (Chile e

Argentina) e com os camponeses nordestinos, da região Nordeste – Brasil. Da mesma forma como os camponeses sem-terra brasileiros, bolivianos e paraguaios possuem muitas distinções, embora vivam relações análogas.(Fernandes, 2006)

O autor alerta, ainda, para as semelhanças e diferenças que estão representadas nos diversos conceitos utilizados para falar do campesinato, tais como: *pequeno agricultor, lavrador, agricultor familiar, campesinato indígena, pequeno produtor, agricultura familiar camponesa, produtor familiar* (Fernandes, 2006).

No que tange às culturas camponesas, Fernandes (2006) mostra que elas são diversas até mesmo, por exemplo, entre os camponeses indígenas e os camponeses não-indígenas:

As festas, as músicas, as danças possuem significados constituídos por diferentes motivos, em que predominantemente partem das relações com o trabalho e a natureza. As culturas camponesas e indígenas recebem influências de diferentes religiões, assim como da mídia. Por outro lado, a cultura camponesa e indígena está presente nos topônimos, inclusive nas cidades, e na cultura urbana. As relações com a terra e com o território também são diferentes entre os camponeses e os camponeses indígenas. A propriedade da terra tem vários sentidos: particular, comum, comunitário. As culturas camponesas também influenciam entre si: um exemplo foi a influência da música mexicana e paraguaia na música caipira brasileira, como ficou denominado um dos tipos de música camponesa no Brasil (s.d.).

No referido artigo, conclui o autor que no conjunto de diferenças encontram-se muitas semelhanças (s.d.), relacionando dezenas de características comuns dos camponeses:

a organização do trabalho e da produção familiar e ou em comunidades; as diversas formas de uso da terra para produção de alimentos; a organização de cooperativas para os diferentes tipos de trabalho e dimensões do desenvolvimento; produção em pequena escala e criação de tecnologias apropriadas na relação com o espaço natural; a policultura, a participação intensiva nos mercados locais e a produção de autoconsumo; a subordinação aos processos produtivos determinados pela agroindústria e as expressivas participações na produção para exportação. Pela própria estrutura da organização familiar e ou comunitária camponesa e indígena, a produção e a criação camponesas obedecem ao tempo natural do limite humano. (Fernandes, s.d.).

O campesinato, entende-se, é uma unidade na diversidade (Carvalho, 2005; Campos, 2006). Sua formação e movimentos históricos caracterizam-no por modos de ser e viver próprios. Todavia, fundamentalmente a luta pela terra e no território é o que

mais assemelha os diversos e *uni-versos* camponeses. Ademais, o campesinato brasileiro contém frações que se metamorfoseiam por força das suas organizações sociais e de classe, como, por exemplo, o MST.

No Brasil, as diversas frações do campesinato, ainda que contenham modos de vida próprios e diversidade cultural, sonham com a terra e fazem luta no território. Camponês posseiro, assalariado temporário, no sertão ou na floresta, todos lutam contra a sujeição do capital, famílias lutam contra a fome e a pobreza. A diversidade mora nas frações e tipos de campesinato e em suas combinações nas unidades espaciais e territoriais camponesas em frações do território capitalista. A unidade, por sua vez, se encontra na classe social do campesinato brasileiro cuja geografia é sustentada pelas cartografias camponesas múltiplas na realidade socioespacial brasileira. Ainda segundo Bernardo M. Fernandes (2006):

A luta pela terra e pelo território são outras relações de semelhança entre os diferentes tipos de campesinato. A expropriação pelas desigualdades produzidas no desenvolvimento capitalista e a ressocialização gerada na luta camponesa pela terra são situações que expressam a complexidade das semelhanças e das diferenças do campesinato (s.d.).

Admitindo-se como referência o modo de vida das famílias desde antes da ocupação até a data da realização da pesquisa de campo durante o ano de 2007, foi verificada uma metamorfose experimentada pelas famílias pertencentes a frações no interior do campesinato. Fração **camponesa sem terra** (constituída de arrendatários, parceiros, posseiros, assalariados ocasionais) transforma-se em fração **camponesa assentada**¹¹⁹ que poderá *vir a ser* fração **camponesa autônoma**.

Observou-se passagens por etapas no curso da transformação no interior da classe nesse intervalo de tempo na vida das famílias. Como registrado no Capítulo 2, as famílias relataram como eram suas vidas antes do encontro com o MST, quando eram, portanto, **sem terras**. Lembre-se que as famílias¹²⁰ relatavam como eram a vida e as lutas antes (*sem terra*) e depois de serem assentadas. Os tempos e as “passagens” desta trajetória, onde se move a metamorfose e ocorre nascimento-morte de frações da classe, podem ser assim caracterizados:

a) Antes da luta pela terra: fração camponesa **sem terra**;

¹¹⁹ Esta fração camponesa também poderia ser entendida como fração **camponesa associada**, como definida por Carvalho (2006)

¹²⁰ Quando entrevistadas durante o ano de 2007, as famílias de *Mártires de Abril* já estavam assentadas há seis anos, as famílias do Oziel de Remígio, há oito anos, e as famílias do Assentamento Oziel de Governador Valadares, há dez anos.

- b) Durante a luta pela terra: **acampada**
- c) Na luta pela reforma agrária: fração camponesa **assentada (associada)**
- d) Na luta no território: fração camponesa **autônoma**.

O que muda e se transforma fundamentalmente em cada uma das passagens desta metamorfose são as relações sociais de classe, fundamentalmente a sujeição, a subalternidade e a possibilidade da superação da dominação e da apropriação da renda camponesa.

Concretamente, observa-se as famílias saltarem da pobreza, da fome, da marginalidade, enfim, de uma posição de subalternidade social¹²¹ para uma situação em que produzem seu alimento, abastecem o mercado local, educam seus filhos, têm casa para morar. Ainda mais, organizadas, fazem luta no território para a superação da apropriação da sua renda. Nesta última etapa, as famílias *metamorfoseadas* fazem luta para escapar das relações capitalistas e, assim, desterritorializar o território capitalista.

Nesse processo de metamorfose, a vida da família camponesa melhora. Encontrar o MST e decidir pela ocupação de terras resulta em uma mudança definitiva na trajetória da vida, dos camponeses e camponesas e de suas famílias. Foi uma ruptura que altera o curso de morte, desestruturação e desagregação familiar e social. Vitoriosos com a espacialização causada pela ocupação, seus sonhos de liberdade e autonomia movem a luta e promovem a sua metamorfose social e de classe. Seus valores, sobretudo a solidariedade, são a força motriz que transforma a família, a comunidade e o conjunto da organização social do movimento de que fazem parte, no caso, o MST.

No presente, tenta-se associar teorias e conceitos contidos no Capítulo 1 e os modos de vida e de luta das famílias, registrados no Capítulo 2, porém, buscando aproximação com a realidade de fragmentos territoriais no interior de três grandes regiões brasileiras. Para tanto, as seções redigidas tratam da vida e da luta das famílias camponesas caboclas, sertanejas e caipiras, respectivamente da região metropolitana de Belém, no estado do Pará; da região sertaneja da Paraíba, no Nordeste, e do vale do Rio Doce, no leste de Minas Gerais.

7. A LUTA DO CAMPESINATO PARAENSE NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

¹²¹ Ver diagrama da estruturação das classes sociais de Darcy Ribeiro (2006), no Capítulo 1.

7.1. Campesinato na Amazônia

Darcy Ribeiro, interpretando a diversidade sócio-cultural brasileira¹²² e mirando a população da Amazônia, confere identidade à cultura “*cabocla*” das populações da Amazônia. Desse modo, demonstra que o campesinato naquela realidade socioterritorial vive seu modo próprio e diferente dos camponeses brasileiros de outras *províncias ou ilhas ecológicas*, como Ribeiro se referiu às diversas regiões brasileiras. A partir da leitura de sua obra, entende-se necessário admitir a identidade diversa do *camponês caboclo da Amazônia* na unidade do campesinato brasileiro. Assim, a existência e a resistência camponesas na Amazônia têm seu modo e seu jeito próprio de viver e de fazer luta no território.

Ainda segundo o antropólogo (2006), o *caboclo da Amazônia* tem seu modo de vida essencialmente indígena, enquanto adaptação ecológico-cultural contrastada com o estilo de vida tribal. Contudo, diferentemente dos índios, cujas comunidades originais são *voltadas exclusivamente para o preenchimento das suas condições de existência* (Ribeiro, 2006:286), as novas comunidades se ocupavam mais com tarefas produtivas de caráter mercantil requerido pelo mercado externo do que com a própria subsistência.

Horácio Martins de Carvalho (2005:69), diante da tarefa de evidenciar a complexidade da diversidade do campesinato brasileiro, isto é, sua multiplicidade de modos de ser e de viver, reuniu estudos de reconhecidos estudiosos brasileiros ligados ao tema. Com isso, articulou a produção dos autores por ele reunidos para dar conta dessa tarefa, amalgamados na delimitação conceitual do campesinato proposta por Jean Hebette (2005: 171), segundo o qual:

O modo de vida que, neste ensaio, será chamado de camponês, e as populações que dele vivem, também chamadas camponesas, se oferecem ao nosso olhar mediante algumas características fundamentais. Os camponeses são produtores livres de dependência pessoal direta – são “autônomos”; sua sobrevivência de homens livres lhes impõe laços de solidariedade cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco e de vizinhança que levam a procurar se agrupar em ‘comunidades’; a busca de sua permanência e reprodução numa mesma ‘terra’, traduzido como apego à terra, é a marca do sucesso de seu modo de vida e a fonte de seu cuidado com seu ambiente: migração para ele é uma fatalidade, a expulsão, uma degradação inaceitável (grifos do original) (2005:171-172).

¹²² Ver notas no Capítulo 1. Segundo Ribeiro (2006), a diversidade sócio-cultural brasileira é resultado de três ‘forças diversificadoras’: ecológica, econômica e imigração (Ribeiro, 2006: 18).

Jean Hebette, conceituado estudioso do campesinato da Amazônia, em especial do campesinato paraense, afirma, que para entender a raiz da diversidade camponesa, é exigida *a recomposição da história, das políticas públicas e, acima de tudo, na Amazônia, dessa complexa teia de relações entre as diversas categorias de exploradores da terra, que está embutida na história e nas políticas públicas.* (Hebette, 2005:95).

Fiorelo Picoli (2006) estudou o papel do Estado brasileiro na viabilização do projeto capitalista na Amazônia no período militar. Em seu estudo, atentou para os interesses das diferentes classes sociais que possibilitaram a expansão capitalista na região, ou seja, os interesses da classe capitalista, representada pelos grupos econômicos que lá vão expandir seus negócios, e os interesses da classe camponesa, representada pelos trabalhadores imigrantes que lá vão à procura de trabalho.

O autor identificou, ainda, os atores que fazem a história da Amazônia brasileira, vítimas da expansão capitalista, e a forma como foi realizada a expropriação dos povos originários, dos posseiros, dos garimpeiros e da força de trabalho. Identificou, assim, a destruição e a devastação da floresta amazônica. Ao tratar da expropriação do homem do seu ambiente, particularmente sobre a expropriação do posseiro e sobre a luta pela terra na Amazônia, o autor afirma que:

No processo de ocupação da Amazônia brasileira, o principal objetivo dos migrantes foi a busca da terra. O movimento espontâneo de pessoas acentuou-se na região a partir do golpe militar de 1964. Nesse sentido, ocorreram inúmeros confrontos, com envolvimento de soldados, jagunços, pistoleiros, grileiros, colonos, índios, latifundiários e posseiros. Nesta região, se evidenciou a concentração da propriedade. A partir do movimento de expansão dos grandes projetos econômicos na região, iniciaram-se também os horrores da acumulação, pois estes fazem parte do modo de concentrar a terra. Nesse episódio, as principais vítimas dos conflitos são os índios e posseiros, que têm suas terras roubadas pelos grileiros e latifundiários (Picoli, 2006:83).

Para Picoli (2006:83), o capitalismo, por meio de grandes projetos de conglomerados econômicos beneficiados pelos incentivos fiscais e com o apoio em infra-estrutura fornecido pelo Estado, viabilizou seu modo de produção e, assim, realizou seu objetivo maior: a expansão e a acumulação capitalista. Depreende-se, a partir dessa análise, a compreensão do processo combinado de expansão capitalista e de expropriação do campesinato caboclo da Amazônia.

Segundo Marlene Naoyo Abe (2004:46), nos anos 70, as migrações e os conflitos agrários se intensificaram como decorrência do novo modelo econômico e político implantado na Região Amazônica. Abe, como Picoli, Almeida e Hebette, credita tal intensificação à criação do Programa de Integração Nacional¹²³ PIN, que vinculava o crescimento econômico da Região à economia internacional, baseado na exploração e exportação de recursos naturais como o minério e a madeira¹²⁴. Abe menciona a abertura da Rodovia Trans-amazônica como “*necessária para viabilizar os investimentos da política governamental*”, resultando na imigração de trabalhadores rurais e camponeses do Nordeste, do Sul e do Sudeste brasileiros, e decerto, do sudoeste do Pará “*em busca de terra de trabalho*”. Segundo Abe (2004: 178):

As políticas governamentais colocaram os camponeses em situações trágicas, de exclusão econômica e social. A modernização da agricultura, resultante da tentativa de “integração da Amazônia” ao mundo moderno, trouxe graves conseqüências às populações da região – camponeses, populações indígenas, extrativistas, privilegiando aqueles ocupantes que disputam o mesmo espaço destes posseiros, sempre em desvantagem, excluídos da sua condição de cidadão. Os modelos econômicos implantados na região, nessas décadas, foram sinônimos da desvalorização do homem amazônico, das populações pobres da região (2004:178).

Alfredo Wagner B. Almeida (2005) analisou a relação entre o surgimento dos movimentos sociais na Amazônia e os processos de territorialização que lhe são correspondentes. O autor observa na região o advento de novos padrões de relação política no campo e na cidade nos últimos vinte anos, isto é, a partir da década de 80 do século XX. Mostra que os movimentos sociais vêm, desde 1988, se consolidando fora dos marcos tradicionais e fora do *controle clientelístico* cujas formas de associação e luta escapam ao sentido estrito de uma organização sindical. Desde então, os movimentos sociais na Amazônia incorporaram fatores étnicos e critérios ecológicos, de gênero e de autodefinição coletiva.

Almeida (2005) ressalta essa nova condição dos movimentos sociais no campo na Amazônia, sobretudo referindo-se à *nova estratégia do discurso dos movimentos que não aparece atrelada à conotação política que em décadas passadas estava associada principalmente ao termo camponês* (2005: 86). Essa **não associação**

¹²³ O PIN foi criado pelo Presidente General Médici em 1970. Segundo Costa (2006:147), sob o eslogan “integrar para não entregar”, entre outras pretensões, “pretendia aliviar a pressão demográfica e os conflitos fundiários que eclodiam no Centro-Sul, desencadeados pela modernização agropecuária, e no Nordeste, resultado da estagnação econômica e da concentração de terras” (UFPB, 2006:147)

¹²⁴ Ver MARIN (s.d.:26).

ou **não atrelamento** político ao campesinato tem a ver com a estratégia dos movimentos de designar os sujeitos da ação, como por exemplo, seringueiros, quebradeiras de coco, pescadores, comunidades negras rurais quilombolas, ribeirinhos, garimpeiros, castanheiros, piaçabeiros, etc.¹²⁵.

Para Almeida (2005: 88), esta multiplicidade de categorias cinde com o monopólio político do significado dos termos *camponês* e *trabalhador rural*. No entanto, enfatiza:

Tal ruptura ocorre sem distinguir o atributo político daquelas categorias de mobilização. As novas denominações que designam os movimentos e que espelham um conjunto de práticas organizativas traduz transformações políticas mais profundas de mobilização destes grupos face ao poder do Estado e em defesa de seus territórios (2005: 88).

O autor entende que está em curso um processo de territorialização protagonizado por esses movimentos sociais. Defende que tal processo deva ser objeto de reflexão e debate, pois:

Babaçuais, castanhais e seringais, sob este prisma, não significam apenas incidência de uma espécie vegetal ou uma “mancha”, como se diz cartograficamente, mas tem uma expressão uma expressão identitária traduzida por extensões territoriais de pertencimento. (2005: 89)

Almeida (2005) afirma que essas *territorialidades específicas* não podem ser lidas como isoladas ou incidentais, pois representam, por exemplo, 110 milhões de hectares (12% da superfície brasileira), correspondentes a 615 terras indígenas. Estimam-se, ainda, 30 milhões de hectares de terras de quilombo. Os babaçuais, por sua vez, correspondem a pouco mais de 18 milhões de hectares localizados no Meio-Norte, enquanto os seringais se distribuem por mais de 10 milhões de hectares. Portanto, o somatório destas terras citadas representa 19,8% da superfície brasileira.

De outro lado, Peter Rosset (2006) adverte para a necessidade de melhor compreensão das noções ligadas a **diversidade**, **território**, **autonomia** e **autodeterminação** dos povos. Critica o uso historicamente *estrito* destas noções na implementação de políticas públicas de reforma agrária pelos Estados nacionais pelo mundo. Para o autor, muitos analistas de assuntos relacionados à terra vêem-na apenas

¹²⁵ Almeida relaciona as entidades e associações criadas entre 1988 e 1998: Conselho Nacional de Seringueiros – CSN, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, Associação dos Ribeirinhos da Amazônia, União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal – USAGAL, Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira – COIAB, entre outros.

como um recurso produtivo. De forma diferente, os povos indígenas tendem a vê-la como “*parte de alguma coisa mais vasta, chamada território*” (Rosset, 2006:65). Rosset afirma que, para os povos indígenas, o conceito de território inclui a função produtiva, porém é mais amplo e abrangente:

Território [para os povos indígenas] inclui a função produtiva da terra, mas também abrange os conceitos de terra natal, cultura, religião, sítios espirituais, antepassados, o ambiente natural, outros recursos tais como a água, florestas, minerais no subsolo, etc. (2006:65).

Rosset (2006) enfatiza, ainda, que os povos indígenas *vêm a terra, tradicionalmente, com uma espiritualidade e um sacralismo que nem sempre é compreensível para outros* (Rosset, 2006: 65).

Portanto, importa considerar as reflexões e críticas advindas de Ribeiro (2006), Hebette (2005) e Rosset (2006) para auxiliar na observação da trajetória de vida e de luta dos camponeses protagonistas da espacialização e territorialização camponesa na região metropolitana de Belém, objeto desta seção.

Camponeses sem terra, posseiros, assalariados rurais temporários e ocasionais, migrantes em busca do sonho da terra na Amazônia tornam-se camponeses extrativistas, e garimpeiros. Todavia, tornar-se-ão, também, por força da organização dos movimentos socioterritoriais, como o MST, camponeses acampados e camponeses assentados¹²⁶.

No Pará, o processo de formação do MST se dá a partir de 1989, pelas mãos dos camponeses e das lideranças do MST, oriundos dos Estados de Goiás, Maranhão, Ceará e Pernambuco com apoio da CPT e de sindicatos de trabalhadores rurais paraenses (Dias, 2003).

A primeira ocupação do MST no Pará ocorreu em janeiro de 1990, na Fazenda Ingá, no município de Conceição do Araguaia, no sul do estado. Cerca de cem famílias ocuparam parte da fazenda (Dias, 2003). A segunda ocupação do MST no Pará, realizada nas Fazendas Rio Branco e Palmares, no município de Paraupabas, naquela mesma região sul do estado, efetivamente caracterizará o processo de espacialização do MST no Pará (Abe, 2004).

¹²⁶ Ver Abe (2004:178).

Somente após oito anos da primeira ocupação organizada pelo MST no estado do Pará, o movimento se aproxima da região metropolitana de Belém¹²⁷. Observa-se, no entanto, que a direção estadual do MST no Pará no intervalo de nove anos acumulou força política, como demonstra a metodologia, e a forma adotada para organizar os camponeses, como foi o “*acampamento pedagógico*”, montado na Praça da Infâmia, no centro da capital paraense. Esta iniciativa credencia o MST como um “*mediador criativo*” que compreende a diversidade do campesinato paraense ao mesmo tempo em que tem clareza *desse duplo movimento entre a diversidade e a unidade na luta pela igualdade e diferença* (Porto-Gonçalves, s.d.).

Campos (2006), recorrendo à perspectiva da autonomia do campesinato, entendida como uma conquista da luta dos movimentos sociais, afirma que uma das manifestações de autonomia dos movimentos de luta camponesa no território está, entre outros fatores:

Na capacidade do campesinato se tornar sujeito social, com identidade própria que faz luta política não sendo mais representado publicamente por organizações ou pessoas que se comovem com seu sofrimento, mas se representando através de seus movimentos e organizações, que buscam formar lideranças próprias.

[...]

Pela capacidade de ir rompendo com o medo de sair de seu próprio mundo, buscando entender e respeitar a própria diversidade procurando construir a unidade camponesa, mas se dando conta das diferenças étnicas, religiosas, de gênero. E dentro dos próprios movimentos camponeses surgem cada vez mais movimentos impulsionando o respeito a essas diferenças e com vistas à igualdade de participação (Campos, 2006).

A condução dos processos de espacialização e de territorialização do campesinato paraense na região metropolitana de Belém, feita pelo MST, exigiu do *Movimento* correta interpretação da diversidade da formação social do campesinato da Amazônia. Para Marlene Naoyo Abe (2004: 68), em dissertação de mestrado do curso de pós-graduação em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável da Universidade Federal do Pará, o MST do Pará:

buscou estratégia de territorialização, previsto desde o Congresso realizado em 1995, a ocupação de áreas de terras próximas aos grande centros urbanos. Portanto, depois de um amplo trabalho de base nos municípios de Castanhal, São Francisco e RMB, no dia 15 de Novembro de 1998, 500 famílias ocupam a fazenda Bacuri, no

¹²⁷ O MST chega na capital paraense em 1999, quando da ocupação da Fazenda da TABA, na ilha de Mosqueiro, cerca de 50 quilômetros do centro urbano de Belém.

município de Castanhal, distante 70 km da capital, e instala o acampamento João Batista (2004: 68).

De acordo com Abe (2004:70), no dia 17 de abril de 1999 no centro de Belém, na Praça da Infâmia, *nasce o começo de um novo sonho* para centenas de famílias camponesas excluídas, referindo-se àquelas famílias que iriam fazer a ocupação na ilha de Mosqueiro. Do assentamento da Praça, cerca de 200 famílias partem para ocupação da fazenda da TABA no dia 3 de maio de 1999. Entre a ocupação e a criação dos assentamentos, em novembro de 2001, houve quatro despejos. 94 famílias foram assentadas pelo Incra no Assentamento Mártires de Abril.

Neste contexto, é importante buscar a perspectiva proposta por Carvalho (2004; 2004b; 2005; 2006; 2006b; 2006c) para o debate das possibilidades do desenvolvimento do campesinato no Brasil no século XXI. Seguindo o esforço de verificar a associação das capacidades materializadas pelo MST do Pará na região metropolitana de Belém, observa-se a realização de tarefas importantes para o desenvolvimento do *campesinato da Amazônia*. Podemos citar, a título de exemplo, a) a afirmação da diversidade das formas de relação com a natureza e das identidades sociais do campesinato da Amazônia; b) a integração dos saberes históricos populares locais e regionais com aqueles científicos a partir da crítica social e popular continuada e c) a reafirmação das culturas e dos valores diferenciados e *afirmadores* de identidades diversas.

7.2. Metamorfose camponesa das famílias assentadas em Mártires de Abril

A ocupação da Fazenda da TABA por famílias camponesas organizadas pelo MST em 3 de maio de 1999 marca o início do processo de espacialização do campesinato paraense na região metropolitana de Belém. Desde então, as famílias camponesas ali assentadas, com sua luta, sustentam o curso dos processos geográficos de espacialização-territorialização. Por meio de suas estratégias de luta no território, esses grupos realizam sua reprodução social e vão afirmando seu modo de vida e jeito de ser como sujeito e classe social. As famílias hoje assentadas em Mártires de Abril transformam e são transformadas pelo assentamento durante o processo de luta no território.

Antes de iniciarem a luta pela terra, as famílias camponesas *sem terra* viviam marginalizadas no território capitalista na região metropolitana de Belém. As famílias hoje assentadas no *Mártires de Abril* ganhavam a vida trabalhando para fazendeiros da região. Viviam, então, o jeito de viver de uma fração camponesa no interior do campesinato. Na condição de camponeses, proprietários minifundiários e *sem terra* migraram de outras regiões, principalmente do interior do Pará, do Goiás, do Maranhão e do Ceará. Embora membros da classe camponesa, sempre trabalharam como pedreiros, carpinteiros ou até mesmo como comerciante na capital paraense, na condição de trabalhador assalariado ocasional. As camponesas, por sua vez, trabalhavam como domésticas e lavadeiras. Todavia, como pertencentes à classe do campesinato que eram, não deixavam de sonhar com a terra. Exemplo disso é a declaração de Dona Maria, camponesa entrevistada: “Meu Deus, um dia eu vou possuir uma terra”.

As famílias camponesas decidiram fazer luta pela terra quando já estavam no limite de suas forças e dignidade, na beira do abismo da fome e da desestruturação social. É no encontro com o MST que elas vão operar uma ruptura na sua trajetória de vida. A maior parte do conjunto das famílias assentadas entrevistadas não havia participado de movimentos sociais ou sindicais. Moveram-se pela necessidade primeira de sobreviverem, pela esperança de ver a vida melhorar e, principalmente, pelo sonho de “possuir” uma terra.

A estratégia do MST, que as reuniu na luta, foi espetacular: um assentamento “pedagógico” em uma das principais praças públicas da capital do estado paraense. Incacreditável: a camponesa foi visitar uma amiga no acampamento na Praça e caiu na luta pela terra com o MST. A vergonha de ir para o local era muita, mas a vida na pobreza e no desemprego moveu famílias para a luta proposta pelos “meninos do MST”. Bem sintetiza Sr. Manoel esse momento de decidir fazer ou não fazer ocupação, vivido pelos camponeses da região metropolitana de Belém:

Fiquei desempregado, aí conheci o MST na Praça. Conversei com os rapazes do MST e fui conhecer o acampamento da Praça. Fui em casa, peguei as coisas e fui para a Praça. (Sr. Manoel)

Decididos, vão para a ocupação, montam barracas de lona na terra dos latifundiários. Lá, são despejados pela polícia. Vão e vêm do despejo para a barraca, da barraca para o despejo na Fazenda da Taba na ilha de Mosqueiro. Resistem. Resistiram a cinco despejos. Sofreram três anos na vida de família *sem terra* acampada debaixo de barracas de lona plástica. No processo de metamorfose camponesa, morre a família *sem*

terra pobre, “desempregada” e assentada na favela de Belém, ao passo que nasce a família acampada na ilha de Mosqueiro. Chegaram a ser duzentas famílias nesta situação. Outro camponês entrevistado, Sr. Moacir conta como surpreenderam os proprietários: *Quando chegamos na sede desta fazenda, chegamos de surpresa, ocupamos, fizemos as barracas*. Os relatos de outros camponeses mostram o sofrimento por que passaram: *Resisti a cinco despejos*. (Sr. Cláudio). *Eu sofri muito, não vou mentir*. (Dona Maria). *Ninguém tira nós mais*, disse Sr. Moacir, demonstrando a força de vontade que motiva os camponeses acampados. As famílias se tornaram assentadas após cinco anos de acampamento. A Fazenda da TABA, desde sua partilha para as famílias acampadas, em dezembro de 2001, continua sendo espacializada e territorializada por força da luta cotidiana das famílias camponesas que ali vivem e lutam para reproduzir seu modo de vida.

As famílias camponesas assentadas em Mártires de Abril, desde a criação do assentamento, seguem curso do processo de metamorfose no interior do campesinato. Com a vitória da ocupação da fazenda, seguida pela criação, por parte do Incra, do Projeto de Assentamento Mártires de Abril, as famílias vivem nova fase dessa metamorfose. Transformaram-se em camponeses assentados. Agora são fração do campesinato que “possui” terra para morar, trabalhar e “ser livre”. Na terra, assentadas, elas têm “segurança” ao mesmo tempo em que experimentam sensação de “liberdade”, “autonomia” e de “independência”. Sentem grande diferença daquela vida de depender e de *trabalhar para o patrão* (Sr. Manoel). A propósito, nessa fase, as famílias têm dinheiro, fruto do trabalho da (sua própria) terra.

Todavia, contados seis anos na condição de família camponesa assentada, verificou-se que as famílias necessitam de complementar sua renda mensal por meio de programas governamentais de transferência de renda, como o programa Bolsa Família, e por meio de aposentadorias de membros da família¹²⁸.

As famílias assentadas no *Mártires de Abril* permanecem lutando na terra, participando de duas agendas importantes do MST, quais sejam, as lutas de organização da produção¹²⁹ e das ações políticas do movimento. Observou-se, também, que tais famílias participam do vigoroso processo de lutas socioterritoriais, iniciado e conduzido pelo MST na região de Belém. Portanto, desde novembro de 2001, as famílias vivem

¹²⁸ Este fato foi revelado e melhor tratado no Capítulo 2.

¹²⁹ Ver Abe, 2004. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Pará, onde a autora aprofundou estudos sobre a organização produtiva do Assentamento Mártires de Abril.

intensos desafios nessa fase da metamorfose em curso, movida pela luta no território. Para essa fração camponesa, trata-se de fazer luta para viver do trabalho da terra. Para isso, é necessário obter-se organização produtiva e superar-se as relações de sujeição no território capitalista.

Nessa fase da metamorfose, as famílias relatam as dificuldades para estruturarem suas vidas e materializarem seus valores e *habitus* de classe, como a vida em comunidade, a solidariedade com a vizinhança e, sobretudo, a rebeldia com as relações subalternas impostas pelas relações com o mercado, com os “atravessadores”. Todavia, apostam em estratégias e modos coletivos de produção e comercialização, uma estratégia do MST. No entanto, as famílias entrevistadas relatam a ocorrência de um “racha”¹³⁰ no assentamento. Para a maioria delas, esse “racha” causou uma situação difícil, dolorosa e sofrida desde o nascimento do Assentamento. Como relatado pelo Sr. Bené e por outras famílias entrevistadas, *Há pouco tempo [houve] o bendito racha... Hoje eles são outros. Não dão bom dia, viraram as costas...*(Sr. Bené).

A vida nessa fração camponesa melhorou muito, de acordo com os relatos e depoimentos das famílias. A vida do campesinato é muito diferente nessa fase e nesta fração da classe. Tem-se casa para morar, terra para plantar, escola para os filhos. A vida do camponês assentado é mais segura. É o que as famílias de *Mártires de Abril* relatam. Nesta fração do campesinato, as famílias se sentem independentes, com liberdade e com mais segurança.

As famílias assentadas em *Mártires de Abril*, embora em processo de consolidação da espacialização, pois experimentam trabalho emancipado e associativo na terra, vivem concretamente os desafios da territorialização na ilha de Mosqueiro. É evidente que é na fronteira das relações de troca da produção, na comercialização da produção para *fazer dinheiro* no mercado, que mora a autonomia e a superação da sujeição da renda camponesa. E, no território capitalista, é exatamente nessa fronteira que os camponeses são derrotados, é onde lhes ocorre a expropriação da renda.

No entanto, as famílias do *Mártires de Abril* demonstraram ter consciência de tal fato. Hoje, compreendem tratar-se do funcionamento do modo capitalista de produção. Há solidariedade organizacional no MST e na Via Campesina para

¹³⁰ A Federação dos Agricultores Familiares – FETRAF, em processo de constituição no Pará e na região, a partir da adesão de um militante do MST com inserção no PA Mártires de Abril “quando o povo dividiu” (Dona Rúbia) o conjunto das famílias antes filiadas à Associação dos Assentados Mártires de Abril – AMA, caracterizando o que denominaram “racha”. Com o racha, parte das famílias aliadas à FETRAF constituiu nova associação de assentados e assumiu projetos produtivos e políticos diferentes daqueles das famílias que permaneceram na “base social” (Teo) do MST.

compartilhar tal consciência. Há, também, conhecimento para agir sobre a realidade e transformá-la. Todavia, nessa fase, o processo de transformação – do modo de vida no interior da fração de classe – é intenso, cotidiano. É a fase que mais exige a presença dos dirigentes do MST para acompanhar e assistir os camponeses. Claro, é ao mesmo tempo exigente de ações de políticas públicas de assistência técnica, de comercialização e de crédito, ações essas que, no caso de *Mártires de Abril*, nunca se materializaram como prometido pelos governantes (municipal, estadual e federal) responsáveis pela implantação do assentamento. Dona Edilza sintetiza bem essa percepção: *Sinto que estamos aqui abandonados, jogaram a gente aqui e estamos abandonados.* (Dona Edilza).

Apesar das severas dificuldades cotidianas, esse curso não é detido. Ao contrário, as famílias têm planos para escapar da dominação das relações capitalistas. Por exemplo, sonham com uma feira agroecológica e com a agroindustrialização cooperativa da produção alimentar do assentamento. Seguem participando das ações do MST para ocupar e assentar mais famílias camponesas sem terra na região, de forma a avançarem na reprodução social do campesinato paraense.

8. A LUTA DO CAMPESINATO PARAIBANO NO SERTÃO

8.1. Campesinato sertanejo no semi-árido paraibano

Emília Moreira e Ivan Targino (2007) analisaram a organização agrária e a resistência camponesa no semi-árido paraibano levando em conta etapas do processo de construção e consolidação de territórios¹³¹ camponeses, que denominaram “Territórios de Esperança”. Os autores resgatam o processo histórico de produção do espaço agrário do semi-árido paraibano e as mudanças recentes na sua organização. Evidenciaram os seus resultados expondo a criação de assentamentos rurais entre 1985 e 2005. Para eles,

¹³¹ Ressaltam os autores que o termo território “é entendido: a) como um espaço concreto, definido por fronteiras e delimitado por e a partir a partir de relações de poder que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo histórico; b) como uma porção do espaço socialmente produzido, que exprime as características do espaço a que pertence, porém, destaca-se pela dimensão que assume enquanto objeto de disputa e de enfrentamentos. Nesse sentido, concorda-se com Raffestin de que o território é um produto de uma ação social de apropriação do espaço, que se dá tanto de forma concreta como abstrata. Cabe também aqui a noção de apropriação de Lefèbvre enquanto processo efetivo de territorialização, que assume também uma dimensão tanto concreta como simbólica; c) como um produto da luta de classes e do confronto entre capital e trabalho” (Moreira e Targino, 2007:73).

essa forma de apreensão do território permite identificar os espaços de disputa entre os grupos de confronto na questão agrária, isto é, entre latifundiários e camponeses. Estes, para os autores, podem ser *pequenos produtores ou trabalhadores sem terra*. (Moreira e Targino, 2007:74). Ademais, afirmam que tal conceituação de território permite perceber as formas de apropriação e dar visibilidade aos processos de disputas por frações do território, além de *identificar os processos de territorialização, desterritorialização e/ou reterritorialização resultantes da luta entre capital e trabalho no campo* (Moreira e Targino, 2007:74).

Moreira e Targino (2007: 74) adotam a noção de *Território de Esperança*, entendendo-o como aquele território conquistado e construído pela luta e pela resistência camponesas para permanecer na terra. A luta é iniciada com a ocupação da terra e consolidada pelas diferentes formas de agricultura camponesa. Como afirmam os autores:

Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração (Moreira e Targino, 2007:74).

Ainda com relação aos *Territórios de Esperança*, afirmam que estes representam a superação do território gestado no semi-árido desde o período colonial. Esse território se caracteriza pela concentração fundiária e, sobretudo, pela subordinação do trabalho e pela dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos *coronéis*. Para os autores, esses *Territórios de Esperança* representam a superação do *‘Território de Exploração’* (Moreira e Targino, 2007:75).

O processo histórico de produção do *Território de Exploração* no semi-árido paraibano nos primeiros séculos da colonização portuguesa se inicia pela exploração da pecuária ligada à produção açucareira na Zona da Mata. Segundo os mencionados autores:

O crescimento da atividade açucareira impôs a separação das duas atividades, dando origem a uma divisão regional do trabalho, impelindo a exploração pecuária para o interior da colônia. A penetração do gado para o interior seguiu duas vias: a primeira de sentido leste-oeste seguiu o curso do rio Paraíba e a segunda procedente da Bahia adentrou o território de Pernambuco e na

seqüência o da Paraíba. Essa última via foi, de fato, a principal corrente de povoamento das regiões dos rios Piranhas e Piancó no sertão paraibano. (Moreira e Targino, 1997:68-75).

A penetração do processo de colonização, assim como o verificado na região litorânea, segundo Moreira e Targino (2007:74), *foi acompanhada pelo rastro do sangue nativo*¹³². No final do século XVIII, com a difusão da cultura do algodão, devido ao crescimento da demanda desse produto pela indústria têxtil na Inglaterra, *é que vai se constituir o sistema gado-algodão que caracterizou o uso dos recursos de todo o semi-árido até recentemente (Moreira e Targino, 2007:74).*

Referindo-se à atividade primária da região sertaneja paraibana organizada no tripé gado – algodão – lavouras alimentares, os autores resumem a forma de exploração das grandes propriedades da seguinte maneira:

O gado era criado de forma extensiva, solto na caatinga, requerendo um pequeno número de trabalhadores para o seu trato e pertencendo, via de regra, ao proprietário; o algodão era cultivado tanto nas grandes quanto nas pequenas propriedades; quando cultivado nas grandes propriedades, o seu cultivo fazia-se sob a forma de parceria ou de arrendamento, ficando, portanto, os riscos da produção a cargo dos parceiros e arrendatários; a extração do sobre-trabalho era feita basicamente através dos mecanismos de comercialização, uma vez que a parte do produto, que cabia aos parceiros e aos arrendatários deveria ser comercializada diretamente com o proprietário. As lavouras alimentares, por sua vez, eram exploradas diretamente pelos pequenos produtores independentes (pequenos proprietários e arrendatários) ou subordinados (parceiros e moradores) (Moreira e Targino, 2007:75).

Os sistemas de parceria e de arrendamento, ressaltam Moreira e Targino (2007), consolidam as relações de trabalho características do semi-árido. Além disso, destacam outro aspecto importante para a compreensão da organização do espaço agrário no semi-árido paraibano, que é *o predomínio de uma estrutura de propriedade marcada, desde o início do processo de ocupação regional, pela grande propriedade latifundiária (Moreira e Targino, 2007).* De acordo com esses autores, a pequena produção na região surge *atrelada ao latifúndio e dele depende. (2007:75).*

Igualmente, verifica-se, a partir da década de 60 do século XX, um aprofundamento das contradições do *Território de Exploração* no semi-árido paraibano no marco temporal do processo de modernização da agricultura brasileira (Moreira e Targino, 2007:76). Todavia, o padrão de organização agropecuária no semi-árido

¹³² Moreira e Targino (2007) relatam a resistência das populações e povos indígenas do sertão e o episódio da *Confederação dos Cariris* que, segundo historiadores, é considerada uma das maiores revoltas anticolonialistas no Brasil nos séculos iniciais da colonização portuguesa.

paraibano chega à década de 70 sem sofrer grandes alterações, seja na pecuária seja na cotonicultura.

Entretanto, segundo Moreira e Targino (2007:77), a grande mudança na agricultura regional vai ocorrer a partir de 1985, com a disseminação da praga do *bicudo* que *quase irá impor a completa extinção da cultura do algodão em todo o semi-árido paraibano* (2007:77). Esse fato resulta em uma quebra da estrutura organizacional da agricultura do semi-árido, pois era a cultura do algodão que garantia a viabilidade econômica da parceria e do arrendamento na região¹³³. Ao mesmo tempo, observa-se um crescimento da organização dos trabalhadores em torno da luta por terra e água¹³⁴, como uma tentativa de superação dos graves problemas enfrentados na região semi-árida, como a pobreza, a fome e o desemprego das famílias do campo e das cidades sertanejas (Moreira e Targino, 2007: 78). De outro lado, o Estado:

Por sua vez, pressionado pela ação reivindicatória dos movimentos sociais ou pelas exigências de cumprimento de metas estabelecidas, particularmente na segunda metade dos anos 90, executou medidas de política fundiária que resultaram na ampliação do número de assentamentos na região (2007:78).

Moreira e Targino (2007: 80) verificam que a resistência e a luta camponesa pela terra e a política fundiária criaram bases para a construção do denominado *Território de Esperança* no semi-árido paraibano. Até meados dos anos 90, a luta pela terra na Paraíba se concentrou principalmente nas mesoregiões da Mata e do Agreste. Segundo os autores:

Essa tendência pode ser explicada no mínimo por duas ordens de fatores: a primeira está relacionada ao fato do processo de modernização da agricultura, causa principal da expropriação/expulsão dos trabalhadores rurais, ter se dado de forma muito restrita no semi-árido; a segunda é a atuação bem mais modesta dos movimentos sociais, particularmente da igreja católica (que tem maior atuação no estado), e do movimento sindical na região semi-árida nas décadas de 70 e 80 do século XX. Como a ação fundiária do estado brasileiro tem se limitado a dar respostas pontuais à luta dos trabalhadores, ela é mais presente nas áreas onde os conflitos são mais agudos, conseqüentemente, onde a pressão dos

¹³³ Moreira e Targino destacam, ainda, que, nas últimas duas décadas do século XX, a região foi afetada por sucessivos períodos de seca. Assim, podem ser observados esses dois fatos: a quebra da cultura do algodão e a seca, resultando em um intenso processo migratório campo-cidade. Estimou-se que, no período de 1991 a 1996, 194 mil pessoas teriam deixado a área rural da Paraíba, 107 mil foram procedentes da zona semi-árida.

¹³⁴ Os autores citam, também, além da luta por terra e água, a organização dos trabalhadores em torno das *redes solidárias*, entendendo-as como redes que conectam produção e consumo, fortalecendo a economia e o poder local, baseado no associativismo e na cooperação econômica entre os camponeses. Ver Moreira e Targino (2007).

movimentos sociais e dos trabalhadores organizados é mais incisiva (2007: 80).

Para Moreira e Targino (2007: 92), a maioria dos assentamentos do semi-árido paraibano foi criada a partir da segunda metade dos anos 90 como uma reação dos trabalhadores à estrutura de exploração imposta pelo Território de Exploração. Essa reação foi sustentada pelos diferentes movimentos sociais que encontraram um macroambiente favorável, ou seja:

desorganização da cotonicultura e conseqüente redução do preço da terra, ascensão da cultura agro-ecológica, implementação da política fundiária por parte do governo federal. Como resultado da conjugação desses fatores tem-se a conquista da terra com a implantação de projetos de assentamento, que apesar de tímida representa o primeiro golpe desferido na estrutura fundiária do semi-árido (2007:92).

Na região do semi-árido, entre 1985 e 2005, foram instalados 89 Projetos de Assentamentos pelo Incra, o que resultou no assentamento de 4.542 famílias. Contudo, os autores advertem para um fato que compromete a qualidade e a viabilidade das ações de implantação de assentamentos no semi-árido, que é o tamanho médio do lote destinado para as famílias, condição primeira para a garantia da sobrevivência da família camponesa na terra. Afirnam:

Chama-se a atenção para o tamanho médio dos lotes que embora sejam bem maiores do que o tamanho médio dos lotes do estado, na sua maioria (69,7%), são menores que 25 hectares, isto é, são inferiores ao módulo rural definido pelo INCRA para o semi-árido; 25,8% possuem tamanho médio entre 25 e 49 hectares e apenas em três assentamentos (3,4% do total) o tamanho médio dos lotes é superior ao tamanho mínimo que alguns estudos identificam para uma unidade produtiva viável no semi-árido, em torno de 50 hectares (Moreira e Targino, 2007:91).

Outros problemas afetam o desenvolvimento dos assentamentos no semi-árido, como o acesso à água para a produção e para o consumo humano e a qualidade dos solos. Além disso, pode-se mencionar aqueles problemas de ordem econômica e financeira, como a limitação do crédito de custeio e de investimento, a falta de assistência técnica, a restrição da produção às culturas alimentares tradicionais, a inexistência de canais eficientes de comercialização da produção, entre outros (Moreira e Targino, 2007:97).

Os autores adotam a noção de *agricultura camponesa reformada*, definindo-a como essa nova forma de organização da produção e do trabalho. Entendendo que ela ocorre devido à ampliação do “*universo camponês*”, resultado da luta pela terra e pela

reforma agrária¹³⁵ no Brasil, em especial a partir da metade do século XX. A noção de *agricultura camponesa reformada*, trazida por Moreira e Targino, juntamente com conceitos e métodos da geografia, como territorialização e cartografias camponesas, beneficia sobremaneira a explicação da luta da classe camponesa no território.

No semi-árido paraibano, diferentes experiências apontam para o crescimento e para a consolidação das formas de organização popular dos pequenos produtores rurais assentados ou não e de trabalhadores *sem terra*. Evidentemente, os camponeses do semi-árido enfrentam inúmeras dificuldades¹³⁶. Assim, os movimentos sociais e as organizações não-governamentais vão construindo caminhos para a consolidação dos *Territórios de Esperança* (Moreira e Targino, 2007:91). Como afirmam os mencionados autores:

A conquista da terra tem sido acompanhada de formas de organização popular que, apesar de ainda frágeis, vêm possibilitado a experimentação de processos tecnológicos e organizativos que têm contribuído para o fortalecimento tanto das pequenas unidades de produção reformadas quanto das pequenas unidades de produção não reformadas. Fortalecimento que se manifesta em diferentes planos (econômicos, tecnológicos, sociais, políticos e culturais), permitindo que se veja nessas áreas o surgimento de bases para a constituição de territórios de esperança, onde a vida não seja comandada pelos nós da exploração, mas seja construída pelos laços de solidariedade, anunciando que outras formas societárias são possíveis. Mais do que anunciando, construindo a utopia de uma sociedade solidária tanto em relação com a geração presente quanto com as gerações futuras (2007: 93).

Como visto, pesquisadores do campesinato no semi-árido paraibano, como o são Emilia Moreira e Ivan Targino, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB trazem importantes idéias, noções e conceitos para a explicação dos processos e etapas das lutas dos camponeses sertanejos. A teoria da luta de classes e o conceito de território adotado para explicar as lutas dos camponeses remeteram às idéias de *agricultura camponesa reformada* e de *território de esperança*. Elas muito dialogam com a necessidade deste estudo de entender o modo de vida dos camponeses que iniciaram a ruptura da vida de camponês *sem terra* para irromper nas lutas do MST de forma a entrar na terra e nela

¹³⁵ Moreira e Targino (2007) consideram relevante a área reformada e o número de famílias assentadas pela política fundiária, no caso os assentamentos de reforma agrária implantados pelo Incra no Estado da Paraíba.

¹³⁶ Moreira e Targino destacam, ainda, que, nas últimas duas décadas do século XX, a região foi afetada por sucessivos períodos de seca. Assim, podem ser observados esses dois fatos: a quebra da cultura do algodão e a seca, resultando em um intenso processo migratório campo-cidade. Estimou-se que, no período de 1991 a 1996, 194 mil pessoas teriam deixado a área rural da Paraíba, sendo que 107 mil foram procedentes da zona semi-árida.

ficar, afirmando seu modo de ser e de viver, ou, como definiram Moreira e Targino (2007), seu “universo”, o *universo camponês*.

8.2. A metamorfose camponesa das famílias em Remígio

Antes de partir para a luta pela terra, a família sertaneja camponesa *sem terra* levava uma vida muito “*aperriada*”. A vida passava só “*sobrevivendo*”. Famílias numerosas, quando moravam no minifúndio do pai, sendo a terra pouca, passavam fome e sofriam com a pobreza. Terra pouca não dava para criar *nem vaca na corda* (Sr. Joãozinho). Nesta fração camponesa do sertão paraibano, vivia-se do trabalho a “meia” com o fazendeiro, do trabalho “alugado de dois a três dias” para o fazendeiro. Dona Maria José é direta e contundente quando se refere a como era o trabalho da sua família antes de se tornar assentada: ... *antigamente a gente tinha um trabalho escravo*. Muitas vezes, o fazendeiro botava, nas palavras de Sr. João, “muita sujeição” e nem terra sobrava para o trabalho da família. Muitas famílias relataram a emigração do pai e a permanência da mãe com os filhos no sertão como uma estratégia tradicional de sobrevivência, conhecida dos estudiosos da questão agrária e do campesinato sertanejo. Boa parte das famílias, para se sustentar, combinava duas formas de ganhar a vida: trabalho “alugado” da roça dividida com fazendeiro mais trabalhos ocasionais de servente de pedreiro na cidade para *arrumar algum dinheiro*, conforme disse Sr. Valter, outro camponês entrevistado.

A luta pela terra das famílias sertanejas camponesas paraibanas *sem terra* se inicia com o seu encontro com “os meninos do MST”. De forma insuportável, a fome e a pobreza extrema levaram as famílias a romperem com a situação em que estavam vivendo. Como bem afirmou Sr. João em entrevista: *Teja com fome que o homem vira um leão. Tendo o que comer, tá bom*. Os camponeses sertanejos paraibanos relatam que haviam chegado a uma situação onde não podiam dar o que comer para os filhos. As famílias sonhavam com uma terra para viver e trabalhar [...] *Aí chegou os meninos do MST* (Sr. João). O encontro do camponês com o MST flexionou o rumo da trajetória de vida das famílias então pertencentes àquela fração subordinada, sujeita e subalterna do campesinato brasileiro, os **camponeses *sem terra***. Estabeleceu-se o seguinte diálogo do camponês *sem terra* com os militantes do MST que participavam da Marcha pela Reforma Agrária, que passava por Remígio:

Militante do MST: - *Dona Inês, a senhora não tem terra, quer ir ter uma terra para melhorar sua vida?*

Dona Inês: - *Eu quero. Eu quero terra para viver e trabalhar!*

Militante do MST: - *Vamo, João?!*

Sr. João, esposo da Dona Inês: *Não, eu tenho medo!*

Sr. Joao foi. Foi fazer luta pela terra. Assim, moveu junto com toda sua família o curso da metamorfose no interior do campesinato sertanejo paraibano junto com outras dezenas de famílias naquele mês, na região de Remígio. Homens e mulheres dignos e necessitados, embora desconfiados e temerosos, foram fazer luta, montar barraca na terra do fazendeiro. Ora, teve até pai de camponesa *sem terra* que veio antes para ver se os rapazes do MST eram mesmo sérios.

Durante a ocupação, as famílias passaram muitas dificuldades. Muitos camponeses deixavam mulheres e crianças na ocupação, pois, durante parte do dia e da semana, trabalhavam de pedreiro, vaqueiro, diarista, para manter a família na ocupação. A luta para ter o que comer continuava agourenta para as famílias pertencentes àquela fração marginalizada do campesinato, ainda *sem terra*, durante o período em que estiveram acampadas no latifúndio. Dona Adilma conta: *Meu marido, Arnóbio, trabalhava de dia pros outros e de noite vinha de bicicleta na época do acampamento para dormir* (Dona Adilma).

Camponeses *sem terra* acampados transformam-se em **camponeses assentados** com a vitória da luta pela terra feita com o acampamento no latifúndio. Para cinquenta famílias acampadas, essa mudança ocorre em 23 de novembro de 1999. É desde esse dia que essas famílias vêm materializado o sonho de ter terra para viver e trabalhar. Ocupação vitoriosa, o acampamento transformou-se em assentamento da reforma agrária. Assentamento criado, com vinte hectares de terra, as famílias agora têm novo desafio e viverão novas estratégias de luta no território, pois lutaram para permanecer na terra em território capitalista.

Já haviam passados oito anos da criação do assentamento quando da realização das entrevistas durante pesquisa de campo que compôs o presente trabalho. Portanto, a agrovila e as parcelas de terra de produção materializavam o trabalho das famílias, desde então **camponesas assentadas**, da reforma agrária nessa unidade camponesa, que é o assentamento Oziel.

Nesse processo, aqui denominado *metamorfose camponesa*, uma fração finda para emergir outra no interior do campesinato. Com a vitória da ocupação, morreu

a fração camponesa *sem terra* pobre para nascer a fração camponesa assentada, organizada pelo MST. Nessa fração do campesinato, há consciência da luta de classes e projeto de poder para escapar das relações de dominação próprias do território capitalista. Para as famílias camponesas pertencentes a esta fração, a vida é melhor.

O movimento próprio de metamorfose no interior do campesinato segue o seu curso, ao mesmo tempo levando as famílias e por elas sendo levado. Nessa fração do campesinato, as famílias não admitem mais o trabalho sujeitado, já que agora não necessitam dividir a produção com os fazendeiros como antes. De acordo com Sr. João, *Antes eles [os fazendeiros] levavam metade do grão*. Nas palavras da Dona Adilma:

[...] *A partir daí [do assentamento] o Arnóbio não trabalhava mais pros outros, trabalhava só pra ele ou, às vezes, com meu irmão* (Dona Adilma).

Assentadas há oito anos, após a vitória da luta pela terra, as famílias agora têm terra, casa, educação para seus filhos, *até filhos técnicos agrícolas formados pelo MST elas têm* (Dona Inês). As famílias, nessa fração do campesinato e nessa fase do processo de metamorfose, sentem que têm liberdade, pois camponês sonha em ser livre. Consideram-se ricos, têm orgulho de serem camponeses. Mas viver no semi-árido é vida de esperança, pois segundo Antonio, *Aqui, tirar da terra depende do ano. Tem ano que dá, tem ano que dá prejuízo*.

Na condição de pertencentes à **fração camponesa assentada**, as famílias do Oziel seguem fazendo lutas no território. Seguem se territorializando na região de Remígio. Na realidade, disputam fração do território capitalista. Nesse processo, que desafia cotidianamente as famílias, ruma-se para outra fração no interior do campesinato. Uma fração menos dependente e sujeitada, mais autônoma. Trata-se da denominada **fração camponesa autônoma**. Esta é fração que quer adicionar poder camponês no território. Uma vez nela, o campesinato quer a superação da apropriação da sua renda pelo capitalismo¹³⁷.

Na fronteira das relações sociais conflituosas entre os interesses dos camponeses com os dos fazendeiros e capitalistas, os assentados depositam suas esperanças na feira agroecológica e na feira comum do sábado na cidade. Para Sr. Francisco, [...] *Temos que evitar os atravessadores que tá matando a gente*. As famílias elegem esta estratégia como prioridade no momento atual, isto é, uma tarefa importante

¹³⁷ O desejo de superar a sujeição do *rentismo* capitalista no território está fortemente presente no relato das entrevistas das famílias, como pode ser visto nos registros do Capítulo 2.

nesse processo é se “livrar do atravessador” (Eliane). *Atravessador*, para as famílias assentadas no Oziel, exerce a sujeição da sua renda. Segundo Sr. João, *o atravessador vem aqui de caminhão e vem comprar. Ele vai tentar comprar com o menor preço.*

Compõe o cotidiano das famílias camponesas assentadas do Oziel fazer luta política na região e no estado da Paraíba, participando das ações organizadas pela secretaria estadual do MST. Parte das famílias tem organização familiar para liberar filhos, mães-esposas e maridos-pais para fazerem lutas políticas, como, por exemplo, apoiar as ocupações e as marchas do MST. Isso porque a solidariedade de classe é valor, como afirma Eliane: *O sonho mesmo é ver toda a família sem terra produzir, ter uma vida digna [...].* A forma de participação se dá de várias formas, como a doação de alimentos para as famílias acampadas, a militância nas *frentes de massa* e nos setores de educação e de produção.

As famílias do Oziel seguem ao mesmo tempo o curso do processo de territorialização e da metamorfose social no interior do campesinato. Movem-se pela utopia do **campesinato autônomo**. Nas palavras de Enilda:

Meu maior sonho é manter meus filhos no assentamento e que não seja preciso eles saírem e a gente consiga o sustento deles sem precisar deles irem dependerem lá fora (Enilda).

9. LUTA DO CAMPESINATO NO VALE DO RIO DOCE NO LESTE DE MINAS GERAIS

9.1. Campesinato no leste de Minas Gerais

[...] consta que, lá pelas bandas do rio Doce, próximo à cidade de Governador Valadares, no leste de Minas Gerais, um proprietário rural quase chegou a ser enterrado vivo, em sua própria fazenda, por um grupo de camponeses integrantes do movimento de luta pela reforma agrária (Borges, 2004: 324).

José de Souza Martins (1981) descreveu a lutas dos camponeses posseiros na região de Governador Valadares, travada na década de quarenta do século passado. Migrantes pobres originários do Nordeste, *supostamente afastados de suas terras por causa da seca* (1981:62), tornavam-se posseiros, mas eram despejados das terras violentamente pelos fazendeiros, *que iam tomando suas terras durante os anos de 40 e 50 chegando ao auge em 1955* (1981:63). Para ilustrar esse processo, Martins relata um

caso emblemático produzido no meio desse conflito estabelecido entre camponês posseiro e fazendeiro grileiro: *neste ano [1955] um camponês expulso da terra junta seus companheiros para fundar um sindicato, embora sindicatos de trabalhadores não fossem nessa época reconhecidos legalmente* (1981:63). O autor revela com nitidez o modo de os fazendeiros se relacionarem com o campesinato e o processo de apropriação das suas posses naquela região durante o início da metade do século passado:

Ali em Valadares também usaram os fazendeiros o expediente de converter os posseiros em parceiros, com a obrigação de plantarem gratuitamente a pastagem que será responsável logo mais por sua expulsão definitiva da terra e a sua transformação em favelados na cidade próxima (Martins, 1981:65).

Para José de Souza Martins (1981:18), esse caso de Valadares no Vale do Rio Doce¹³⁸ demonstra, então, um processo novo de expulsão de posseiros:

O que vemos agora é o camponês vivendo uma nova etapa desse processo: após um período limitado de tempo como parceiro, transforma-se num expropriado completo, num trabalhador à procura de trabalho (1981:18).

O processo descrito pelo autor parece tratar de uma metamorfose no interior do campesinato, porém, com sentido inverso daquela que o presente estudo investiga. Martins descreve as etapas do processo de expropriação camponesa vivida pelos camponeses após a metade do século passado no Vale do Rio Doce. Camponês *sem terra* vira camponês posseiro e retorna à condição de *sem terra* graças às relações sociais e de poder no conflito do campesinato com os interesses dos fazendeiros naquela fração territorial.

Contudo, essa mesma região de Valadares, trinta anos depois, veria processo inverso: **camponês posseiro** vira **camponês assentado da reforma agrária** com trabalho autônomo, seguro e solidário nas portas da cidade, abastecendo-a com alimentos agroecológicos. O campesinato em Valadares, sem perder valores de classe, não esmorece. Rebelde, retomou a luta pela terra e seguiu até a vitória da conquista da terra. Reconquistou, do seu modo, seu pedaço de chão.

Maria Elisa Linhares Borges¹³⁹ (2004), referindo-se aos camponeses posseiros expulsos da terra pelos fazendeiros grileiros que foram viver na periferia de

¹³⁸ Martins analisa, juntamente com esse caso de Valadares, o episódio ocorrido em Malacacheta, na região de Teófilo Otoni entre 1945 e 1948, igualmente envolvendo posseiros expulsos da terra por fazendeiros-grileiros. Ambos, casos de movimentos camponeses que resultaram em repressão e mortes.

¹³⁹ Ver BORGES, 2004. A autora, em artigo dedicado ao estudo da representação do universo rural no leste de Minas Gerais, analisa o movimento de mobilização e organização político-ideológica dos setores subalternos do campo no Vale do Rio Doce no imediato pré-golpe de 1964. Analisa, especificamente, as

Valadares nos idos de 1960, por ela denominado de *egressos do universo camponês* (2004:308), afirma que eles buscavam a organização sindical, pois ela:

Significava a possibilidade de deixar para trás uma vida de meeiro, parceiro ou empregado rural para se tornar um pequeno proprietário, dedicar-se à agricultura que, no universo camponês, é sinônimo de terra liberta, de fartura e felicidade (2004:308).

Ainda segundo ela, os posseiros de Valadares, naquele contexto (década de 60), estavam fadados a perder sua identidade camponesa. De acordo com a autora, para manter sua identidade, restavam aos posseiros três saídas:

A primeira seria continuar no campo como assalariado e ser leal a seu patrão, já que a tradição autoritária dos setores latifundiários não permitiria o uso da voz para melhorar a situação do trabalhador dentro da propriedade alheia. A segunda opção seria deixar suas terras para novamente buscar outra área de fronteira agrícola e nela reiniciar a luta pela manutenção do modo camponês de viver. E, a terceira, seria deixar suas terras, recusar-se a se transformar em empregado rural e ir engrossar as filas do êxodo rural em busca de uma outra vida nas áreas urbanas (Borges, 2004:310).

Todavia, três décadas depois, parcela dessa fração camponesa posseira encontrou uma quarta saída, que foi continuar no campo e ingressar nos movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária e ir fazer ocupação dos latifúndios para conquistar sua terra para viver.

As *estórias e histórias* de conflitos entre fazendeiros-grileiros e camponeses posseiros no vale do Rio Doce são muitas¹⁴⁰. Marcante é a estória-história dos camponeses que **enterram vivo** um fazendeiro-grileiro “lá pelas bandas do rio Doce” (Borges, 2004: 318). Historiadora, Borges colheu o depoimento de Sr. Sebastião, um dos camponeses posseiros diretamente envolvido nesta estória. Sr. Sebastião contou em entrevista que “a ‘coisa’ não se passara da maneira como foi contada”. Ele relata que:

é uma coisa que eles imputaram em nós, entendeu? Pra meio de prejudicá e até matá, talvez, nós. Lá em Valadares eles falaram que nós fizemo cova; cova pra enterrar o Doma vivo, não foi isso. O que nós dissemos pra ele é: oh! Doma, ocê ta acostumado e ocê gosta é disso, num é? É de colonhão [capim coloniã] pra arruma vaca e bebê leite ... Agora, nós veve não é disso não. Nós veve é disso que tá aqui: e o Paulo Preto meteu o enxadão no chão e rançou uma touça de colonhão e falou pra ele, nós precisa é de terra pra plantá, pra nós

representações de mundo dos camponeses, mostrando como elas orientaram suas formas de luta pela reforma agrária naquele período.

¹⁴⁰ Ver Pereira (1988). Carlos Olavo da C. Pereira, na obra “Nas Terras do Rio Sem Dono”, prefaciado por Edgar da Mata-Machado, que considerou a obra como sendo “depoimento e denúncia e atrairá o leitor como um romance, tal a autenticidade e o natural bom gosto com que foi elaborado. [...] Depoimento - denúncia com sabor de denúncia, repito, terá igualmente valor didático. Mostra-nos como se deu e a que extremos chegou o confronto entre, de um lado, inumeráveis trabalhadores rurais e antigos posseiros espoliados [...] e de outro, os latifundiários, os filhos e netos dos ‘grileiros’ obstinados em reter a qualquer preço os enormes feudos”.

colhê e tratá de nossos filhos. Ele que era valente, pegou a correr morro abaixo e nós ficamo ali, rindo que só vendo ... Depois eles enrolaram a história toda e imputaram essa coisa em nós (2004:318).

Borges (2004: 318) destaca simbologia e rito nesse fato, que envolve o modo capitalista de viver do fazendeiro-grileiro e o modo de vida camponês do posseiro. Para ela, remetendo-se ao relato de Sr. Sebastião:

Simbolicamente, ele e seus companheiros ritualizavam uma declaração de guerra à forma como o modo capitalista de viver tomara conta das áreas rurais. Ou seja, de como a cultura e a temporalidade camponesa vinham sendo substituídas por outro tempo social. Doma, o proprietário rural em questão, representava não apenas a negação do modo de vida camponês, como também simbolizava a reedição de uma situação de violência mais que secular nas áreas rurais do país (2004: 318).

Martins (1981:16) relata que, durante o governo Goulart, os camponeses reivindicavam as terras da

Fazenda Federal¹⁴¹ tentativa fracassada de instalação de uma fazenda experimental, cujas terras haviam sido ocupadas pelos grandes fazendeiros como invernada de gado. Esta reivindicação irritou os fazendeiros, que começaram a organizar uma milícia, comandada por dois antigos oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais, também fazendeiros na região, com o objetivo de impedir a execução de um plano de reforma agrária na fazenda que já era de propriedade do governo federal. (1981:16).

Crivelmente, no dia seguinte à previsão da entrega das terras da Fazenda Federal aos camponeses em 31 de março de 1964, os militares derrubaram o Governo João Goulart por meio do conhecido golpe de Estado. E, em Valadares, naqueles mesmos dias, fazendeiros armados e suas milícias *chegam a matar, prender e torturar pessoas nos primeiros dias de abril* (Martins, 1981:17).

9.2. A metamorfose camponesa das famílias do *Osiel* em Governador Valadares

¹⁴¹ Trata-se da Fazenda do Ministério. Segundo Borges (2004:326): “Nos anos 40, o governo Vargas doara ao governo de Minas Gerais uma área, localizada próximo a Governador Valadares, para funcionar como fazenda modelo na região. A idéia era que nesse local funcionasse um centro de pesquisa agropecuária e de treinamento para o uso de novas tecnologias. Com o passar do tempo, a chamada Fazenda do Ministério se tornou um local de empréstimo de tratores e outros tipos de maquinário agrícola para os proprietários fundiários da região” (2004:326).

Antes de iniciarem a luta pela terra, a família camponesa *sem terra*, posseira minifundiária e meeira não conseguia sobreviver, seja plantando “a meia”, seja trabalhando de diarista nas terras dos fazendeiros. Desse modo, sobrevivia trabalhando “nas terras dos outros”. A região era muito pobre e a vida era muita sofrida. Parte das famílias constituintes dessa fração do campesinato marginalizado e pobre vivia em terra do pai, mas a terra *não dava para todo mundo* (Sr. Negrin). Filhos de minifundiários, quando jovens, se casavam e o “pedacinho de terra não dava para criar a família”. Muitos sustentavam a família complementando o trabalho na roça com trabalho não-agrícola (mais freqüentemente como pedreiro) e de diarista em terra dos fazendeiros.

Parcela das famílias camponesas hoje assentadas no Oziel em Valadares, quando jovens, tiveram que migrar para cidades maiores, principalmente para Belo Horizonte, para trabalhar de servente de pedreiro. As famílias “passavam falta” das coisas, de víveres, pois o dinheiro não dava para o sustento de toda a família. Os jovens filhos de camponeses *sem terra*, ao constituírem família, tinham duas alternativas de sobrevivência: emigrar ou permanecer na comunidade e *tocar roça a meia* com fazendeiro, atividade que deveria ser complementada com trabalho assalariado ocasional.

Parte dos camponeses hoje assentados no *Oziel* de Valadares, antes de iniciarem a luta pela terra, havia participado do movimento sindical por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou movimentos sociais ligados à Igreja Católica¹⁴². Todavia, boa parte dessa fração social do campesinato nunca tinha ouvido falar de ocupação de terra, ainda que o tema da reforma agrária freqüentasse os discursos dos movimentos sindical e social do campo, em toda a região de Valadares e em parte do Vale do Rio Doce.

No Vale do Rio Doce, em especial em Governador Valadares, desde o final da década de 50 do século XX, o sindicalismo rural já defendia a luta pela reforma agrária. É o que relata Sr. Negrin: *Meu pai dizia: - ‘Éh! Para vir a reforma agrária, nós temos que partir para a luta. Do jeito que tá, de só falar nela, não vai dar não. Tem que partir para luta!’*. No entanto, os camponeses não dispunham de estratégia ou ação concreta para fazer luta pela terra. As famílias relatam, por exemplo, a presença do Padre Tarcisio: *na época, ele começou a fazer um trabalho e foi expulso de lá* (Sr. Isaias).

¹⁴² Como, por exemplo, o Movimento Boa Nova – MOBOM e as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.

A luta das famílias camponesas por terra no leste de Minas Gerais, no Vale do Rio Doce, de forma concreta e decisiva, se inicia com o encontro das famílias com a presença do MST na região de Valadares no final da década de 80 do século passado.

Entretanto, como já abordado, de uma forma ou de outra, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STR e a Igreja¹⁴³ sempre atravessaram a vida das famílias hoje assentadas no *Oziel*. O fato é que uma parte dos camponeses, antes de encontrarem o MST pelas terras do Vale do Rio Doce naquele ano de 1994, foi militante nos movimentos da Igreja ou dos sindicatos rurais na região. Já outra parte das famílias nem sequer haviam “ouvido falar no MST”. Segundo Carlinhos, [...] *Aí apareceu um dia o pessoal do MST fazendo um trabalho lá. Era para fazer ocupação, eu nunca tinha ouvido falar. Já tinha visto retrato.*

O encontro foi muito bom. Mudou tudo para mim (Dona Chica). Foi na sede do STR que os “meninos do MST” convocaram os camponeses *sem terra* para fazer ocupação para conquistarem suas terras. As famílias tiveram muita dúvida e muito medo. Não obstante, nas palavras de Dona Chica: *na ultima hora eu fui lá fazer uma compra, uma feirinha para ir para a ocupação.* Da sede do sindicato, tarde da noite, as famílias sobem no *caminhão de boi* para acampar, movidas pelo sonho de “conquistar um pedaço de terra”, segundo Dona Chica. Esta relata, ainda, o diálogo com sua filha Nivalda quando decidiam se iriam ou não com o MST montar acampamento. Esperançosas, decidem ir. Suspiram: *Quem sabe a gente não vai ter uma vida melhor* (Dona Chica). Naquela noite, chacoalhando no *caminhão* com mais dezenas de famílias, fazem a ruptura na sua trajetória de vida e se movem no curso da metamorfose no interior do campesinato.

Naquela vida de camponês subalterno, sem posses, sem terra, sem casa e sem dinheiro para as primeiras necessidades, a sobrevivência da família e sua reprodução social estavam ameaçadas. Zé do Carmo expressa bem essa situação ao relatar a conclusão a que ele e sua esposa chegaram no momento em que decidiram ir para a ocupação com o MST: *Se a agente não arriscar a gente morre desta forma, talvez nossos filhos é que iam morrer de fome* (Zé do Carmo).

A condição histórica de violência dos latifundiários e da classe dominante com posseiros naquelas terras do Vale do Rio Doce era uma das causas do medo que as famílias tinham de ir para a ocupação e ficar debaixo de uma barraca no latifúndio.

¹⁴³ Esta afirmação pode ser confirmada pelo relato da trajetória de vida dos camponeses em entrevistas quando da realização da pesquisa de campo. Os relatos estão melhor registrados no Capítulo 2.

Superados medos e temores e, uma vez acampadas na *ocupação* da *Fazenda do Ministério*, a vida agora é lutar e viver no coletivo das **famílias sem terra acampadas** do MST.

Note-se que, durante a ocupação, a Polícia Militar de Minas Gerais sempre esteve no acampamento para cumprir liminares de despejo. Jagunços sempre rondaram o acampamento, intimidando as mulheres, as crianças e os jovens camponeses. A Polícia tentou impedir o plantio e a colheita coletiva de feijão e de arroz que os camponeses, em mutirão, teimavam em fazer. Astutos, os camponeses davam seu jeito: *A Polícia vinha e nós mudava a hora de ir e de vir da roça. Nós acabamos dando uma canseira na Polícia* (João Leite). A vida das famílias camponesas *sem terra* acampadas foi sofrida. Muitos camponeses e camponesas afirmaram que deu vontade de juntar a família e ir embora, como relata Sr. Isaías;

O sofrimento foi muito grande, o mais velho tava com dez anos e tinha duas de colo, deu até vontade de ir embora, mas a gente foi segurando (Isaías).

Com a vitória da ocupação da *Fazenda do Ministério*, o pedaço de terra foi conquistado. Finalmente, o Governo Federal, por meio do Incra, destinou a Fazenda do Ministério para a reforma agrária em Governador Valadares. Ela foi parcelada em 57 “pedaços de terra”. Parcelas partilhadas para 57 famílias camponesas sem terra ligadas ao MST trabalhar e viver.

Agora, as famílias vivem nova fase. O curso da sua trajetória de vida segue. Movem-se inseridas na luta pela Reforma Agrária organizada pelo MST. Transformadas em **assentadas**, adquiriram nova perspectiva.

Camponeses assentados desde setembro de 1997, as famílias constroem *espaço camponês* na antiga fazenda experimental do Governo, anteriormente territorializada pelos latifundiários de Governador Valadares. Essa fase da trajetória da vida das famílias contém a *práxis* camponesa, cujo curso da metamorfose aponta para o *vir a ser* da fase seguinte, caracterizada pelo modo de vida da fração camponesa autônoma. Nesses dez anos, as famílias do Oziel têm experimentado organizar a produção de forma comunitária e coletiva, como se pôde observar durante a pesquisa de campo realizada em 2007.

Contudo, nessa fração da classe do campesinato – isto é, fração camponesa assentada – as famílias a ela pertencentes têm de lutar para escapar da sujeição

capitalista da renda da terra. Obviamente, essa sujeição as condena a permanecer pobres e sem dinheiro para sua reprodução social¹⁴⁴.

Todavia, as famílias lutam, buscando organização social, econômica e política para superar as relações sociais nessa fronteira territorial entre os interesses do campesinato e os capitalistas. Nela, as feiras orgânicas são uma saída possível, bem como a agroindustrialização da produção¹⁴⁵. Alternativas de comercialização direta e de industrialização cooperativa da produção são metas do *setor de produção* do Assentamento, que, há algum tempo, constam nas prioridades de ação. Essas soluções arranjam o curso da metamorfose dessa fração para se tornar menos subalterna e mais livre de dominação, transformando-se em campesinato autônomo. Esta é uma fração, ao alcance das famílias camponesas assentadas, sempre em construção, sempre buscada pelo campesinato que luta pela reforma agrária organizado no MST.

As famílias do Assentamento Oziel em Valadares, nessa etapa das suas trajetórias de vida da luta socioterritorial e nessa fase do curso da sua metamorfose, sentem o gosto da vida em comunidade. Sentem gosto do jeito de se organizarem e enaltecem o companheirismo, participam das atividades políticas e sociais do MST.

As vidas das famílias camponesas, após dez anos na terra, mudaram. Melhoraram. *Hoje eu trabalho bastante, graças a Deus, melhorou minha situação* (Zé do Carmo). *Mudou muita coisa. Mudou de mais* (Dona Chica). Antes, sem terra, pertenciam a uma fração pobre e subalterna da classe social do campesinato. Agora, assentadas, com dez anos no processo de espacialização do MST, saltaram para outra fração do campesinato, menos pobre e menos subalterna. Para Dona Rosa, *Lá a gente era uma coisa, aqui a gente consegue ser outra coisa*. Como bem sintetiza Dona Chica, para caracterizar essa situação das famílias nessa etapa do processo, *A vida é hoje é muito melhor, hoje graças a Deus, é tudo melhor. Tem tudo na mão [...]*. Na verdade, naquele modo de vida camponês sem terra, as famílias relataram que *na verdade, a gente não fazia nem para comer*, como afirma Nivalda. Para Noel, comentando esses

¹⁴⁴ Parte das famílias no assentamento, passados dez anos com terra para trabalhar e viver, ainda tem problemas com a insuficiência da renda monetária para o seu sustento. Tais famílias ainda necessitam acessar os benefícios da renda monetária advinda da aposentadoria, pensão ou Bolsa Família para escaparem da falta de dinheiro para assegurar seu sustento.

¹⁴⁵ A agroindustrialização da produção do assentamento é um tema presente e prioritário para o setor de produção do assentamento. Entre as prioridades, sempre recorrentes e lembrados pelos assentados estão: uma pequena usina de beneficiamento do leite, a fabricação de doces a partir do beneficiamento de frutas e, ainda, o beneficiamento do arroz. Em todos os casos, já houve iniciativas incipientes para concretizá-las, como cursos de formação, projeto de captação de créditos em Bancos Públicos e nos Governos Estadual e Federal.

dez anos no modo camponês de viver nos assentamentos do MST: *Para te falar a verdade, se for comparar a minha vida hoje e minha vida antes, parece que antes eu não tinha vida [...]* (Noel).

A luta no território, feita pelas famílias no Assentamento *Oziel*, é nítida. No assentamento *Oziel*, observa-se, na organização espacial da agrovila, a coexistência de equipamentos sociais coletivos públicos, como a Escola Municipal de ensino fundamental, a Escola de Formação do MST, de caráter regional, construída com recursos do Governo Estadual, um galpão para as atividades comunitárias dos assentados (reuniões, missas, encontros,...) e, não menos importante, o campo gramado de futebol.

A organização espacial da agrovila antecipa o *vir a ser* do **território camponês**, onde deverão se completar e combinar os valores e hábitos camponeses de fazer festa, rezas, jogar bola e, sobretudo, estudar, pensar, refletir e planejar a luta de classe e o projeto político camponês.

Observou-se que, nesse intervalo de tempo (dez anos de criação do assentamento), as famílias camponesas assentadas viveram a *práxis* camponesa organizada pelo MST, que materializa um processo de espacialização na região. *Práxis* do cotidiano das famílias do MST, de ajudar na montagem de acampamentos e, também, em ações políticas, como é o caso das marchas dos sem terra pela reforma agrária, pelas estradas em direção aos centros de poder, como relataram muitas famílias do *Oziel* em Belo Horizonte e em Brasília. Tais famílias, nessa etapa do curso da sua transformação no interior do campesinato, participam de lutas políticas nos âmbitos estadual e nacional para disputar com os capitalistas as políticas públicas capitaneadas pelo Estado brasileiro.

Verificou-se, pelos relatos, que o que vai no interior do coração e da mente dos camponeses e das camponesas do *Oziel* revela valores, sonhos e utopias distintos e contraditórios com relação aos da classe capitalista. As famílias seguem sonhando e lutando por liberdade e autonomia, não só suas próprias, mas, também, da classe social a que pertencem. Muitos depoimentos confirmaram este valor e desejo. Como bem dito por Nivalda:

Alem do avanço econômico ainda tem a questão política. A gente cresceu tanto de condições de vida como no crescimento político também. Na questão política o acampamento e o assentamento é uma verdadeira escola, e não é uma escola qualquer porque ela ensina a pessoa que ela tem condições de viver, reivindicar seus direitos. Direito à terra, à escola. Esta questão do crescimento político das pessoas no assentamento, antes de vir para o assentamento, era cada um por si. Não tinha liberdade para socializar o que passava com o vizinho. Hoje o assentamento é uma verdadeira família. (Nivalda).

O campesinato brasileiro sofre com as conseqüências das relações sociais que os sujeitam aos interesses capitalistas. Em cada uma das frações territoriais estudadas, ao seu modo, os capitalistas historicamente dominaram e sujeitaram os

camponeses e suas famílias aos seus interesses. Todavia, é importante reconhecer que há diversidade na forma com que essa sujeição ocorre, como observado nas três frações territoriais estudadas.

É traço comum às obras dos autores estudados a presença do Estado brasileiro operando o projeto de poder no território dos interesses do capital em oposição aos interesses dos camponeses caboclos, sertanejos e caipiras. A bibliografia estudada mostrou notadamente esse processo de sujeição, que se afirma fortemente a partir da metade do século passado.

Fato evidente verificado foi a opressão imposta aos posseiros – camponeses sem terra – pelos fazendeiros grileiros, seus prepostos jagunços e corporações. Essa opressão tem raízes na formação social brasileira e se arrasta até as portas do início do século XXI.

Porém, contraditoriamente, o campesinato encontrou saída para enfrentá-los com a criação de estratégias construídas por suas organizações sociais. Concretamente, gerou movimento *intra-classe* que avança por força de sua *práxis* em saltos fracionais, isto é, muda de fração menos autônoma para fração mais autônoma, em direção às suas utopias. Esse movimento *intra-classe*, com salto qualitativo observado num corte temporal de seis a dez anos, é experimentado na unidade territorial camponesa que é o assentamento de reforma agrária animado pelo movimento dos trabalhadores sem terra, o MST.

A idéia de adotar a noção de metamorfose camponesa é usada para melhor explicar essas concretas transformações que as famílias protagonizam no bojo do processo da sua territorialização em frações do território camponês.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu compreender o movimento e a marcha gerada pelas lutas do campesinato brasileiro na construção de territórios camponeses. Seu objetivo principal foi o de contribuir para o debate acerca da territorialização camponesa em frações do território capitalista. Para tanto, buscou-se, em primeiro lugar, entender as práticas de luta das famílias camponesas em frações do território capitalista.

Em segundo lugar, procurou-se tornar visível a luta camponesa em conflito com o capital, sobretudo sua face contemporânea, levando em conta a diversificada

realidade socioespacial brasileira. Por fim, em decorrência dos demais objetivos, esta pesquisa se propôs a oferecer elementos críticos para a análise das políticas públicas de desenvolvimento da agricultura e da classe camponesas no Brasil do início do século XXI. Passa-se, então, à análise da relação entre os resultados aqui alcançados e os objetivos mencionados acima.

Quanto ao primeiro objetivo, avalia-se que, a partir das *histórias* contadas pelos camponeses e camponesas, protagonizadas “com a família inteira”¹⁴⁶, foi possível compreender melhor a vida e a luta camponesas em realidades tão díspares quanto a amazônica, a sertaneja paraibana e a do leste mineiro. A territorialização é movimento posto em marcha pelas famílias **camponesas sem terra**, que lutam para escapar da sujeição desproporcional e perversa às classes dominantes, responsável pela destruturação das famílias por meio da fome e da pobreza extrema. Sem exagero, essa submissão pode ser considerada uma barbárie, levando-se em conta a extensão e a intensidade com que, já há cinco séculos, atinge a massa camponesa no Brasil.

Fato decisivo que possibilitou às famílias se postarem de pé e em marcha para escapar da fome e da pobreza foi o encontro entre elas e o MST. Em tal ocasião, ocorre o convite do militante do MST para a família buscar a conquista de sua terra. É convite para *fazer luta*. É o fato que desencadeia a luta pela terra, feita pelas famílias, tal como a ocupação por meio dos acampamentos. É a partir daí que se inicia, no interior do campesinato, um processo social de metamorfose, vivido pelas famílias camponesas *sem terra*.

A noção de *metamorfose camponesa* inicialmente não compunha o arcabouço teórico-metodológico sustentador desta tese. Foi uma descoberta, um achado acrescido durante o transcurso da pesquisa. Tal idéia possibilitou compreender as inflexões e saltos de qualidade que ocorriam com as famílias durante o processo transformativo de suas vidas.

No tocante ao segundo intuito deste projeto, a busca por tornar visível a luta camponesa no território, avalia-se que foi atendido de forma satisfatória. A necessária materialidade e concretude da descrição do objeto desta tese – território camponês e luta da classe do campesinato – foram alcançadas por meio das **cartografias das lutas camponesas** e das **cartografias dos espaços conquistados pelos camponeses**, ambas

¹⁴⁶ Esta frase foi pronunciada por um dirigente nacional do MST em reunião no Ministério do Desenvolvimento Social em março de 2003, referindo-se à escolha política do Movimento de fazer as lutas pela terra e pela reforma agrária “*com a família inteira*”.

representadas pelos mapas dos acampamentos e dos assentamentos. O uso da cartografia temática com a produção das cartografias camponesas, portanto, mostrou quantos são e onde estão distribuídos espacialmente nos municípios brasileiros os camponeses proprietários, minifundiários, posseiros (ocupantes), “rendeiros” e arrendatários. Da mesma forma, as cartografias auxiliaram sobremaneira o esforço de tornar visível no espaço geográfico brasileiro quantas famílias camponesas faziam lutas para entrar (acampamentos) e ficar na terra (assentamentos) e onde tais lutas aconteciam.

Ressalte-se que as geografias dos acampamentos e dos assentamentos¹⁴⁷ legitimam o uso da expressão “massa camponesa”, comumente encontrada na literatura, para se referir às famílias camponesas brasileiras, uma vez que os mapas comprovam a existência dessa “massa” como parcela nada desprezível no conjunto da população de agricultores em solo brasileiro. Além disso, a geografia revelou importante característica das lutas camponesas, que é a diversidade socioespacial. Torna-se necessário, assim, dar-se o devido reconhecimento aos diversos modos camponeses de ser e viver nos distintos *brasis* (Ribeiro, 2006).

Estudar casos em três dos cinco *brasis* conceituados por Darcy Ribeiro (2006) também colaborou para a percepção das reais e concretas diversidades e especificidades do processo de territorialização de frações da classe camponesa em cada uma das suas fases durante sua metamorfose. Isto é, nas etapas de camponês *sem terra*, camponês *sem terra* acampado, camponês assentado e camponês assentado autônomo. Igualmente, serviu para mostrar que os fazendeiros grileiros na Amazônia, os latifundiários nordestinos e os fazendeiros grileiros no leste de Minas Gerais têm seus modos, hábitos e estratégias próprios para subjugar os camponeses. As cartografias das lutas camponesas evidenciaram que o uso da violência contra as famílias camponesas é traço comum às ações dos fazendeiros, a despeito da diversidade socioterritorial.

Quanto ao terceiro objetivo da pesquisa, referente à apresentação de elementos críticos, seja para a análise ou para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, entende-se que foi atendido parcialmente.

Note-se que constam do questionário¹⁴⁸ orientador das entrevistas, perguntas cujo objetivo é decifrar a realidade do camponês: a renda da terra, a produção para o autoconsumo e as estratégias de comercialização da produção das

¹⁴⁷ Mapearam-se os assentamentos e acampamentos mostrando a sua quantidade numérica, o número de famílias neles envolvidas e área superficial por eles representadas.

¹⁴⁸ Ver ANEXO G.

famílias assentadas. Os relatos e as observações de campo trouxeram, assim, importantes elementos para o debate sobre políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa. De imediato pode-se relacioná-los com: *a)* a política nacional de segurança alimentar e nutricional, uma vez que o tema da soberania alimentar é estratégico para o MST e pela Via Campesina; *b)* as políticas de abastecimento alimentar voltadas para o mercado interno e, no caso do interesse dos camponeses assentados autônomos, a produção de alimentos saudáveis para o consumo familiar e de suas unidades espaciais; *c)* políticas de comercialização que contenham instrumentos e mecanismos de formação de preços e de mercado justos para proteger a renda camponesa da apropriação capitalista.

Observou-se, no tocante às políticas de comercialização, que a agricultura camponesa brasileira necessitaria de ações públicas para protegê-la na fronteira das relações sociais, onde se dá o conflito campesinato-capitalistas. Essa é uma fronteira sensível para o desenvolvimento da agricultura camponesa, onde o Estado deveria exercer algum controle, pois a existência dessas políticas é decisiva para a realização da territorialização camponesa.

Um dos achados importantes da pesquisa, encontrado nos três casos estudados, diz respeito às políticas públicas de comercialização. Nos assentamentos, era posto em prática o programa do Governo Federal de compra direta da produção de alimentos. Essa ação, conhecida como Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, foi criada pelo Governo do Presidente Lula em 2003 como uma iniciativa da estratégia FOME ZERO¹⁴⁹. Originou-se a partir da prioridade dada ao combate à fome no país, posta pela Presidência da República e pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. No PAA, os preços dos produtos são definidos pelo Governo, cujos objetivos estratégicos visam, de um lado, gerar renda e emancipar economicamente as famílias rurais pobres e, de outro, abastecer as entidades locais pertencentes à rede de proteção social. Acredita-se que essa ação, uma vez ampliada para a totalidade da *massa camponesa*, protegeria a agricultura camponesa da sujeição ao capital.

Outra política pública governamental que tem beneficiado as famílias camponesas assentadas, e que mereceria destaque no debate da emancipação das

¹⁴⁹ Estratégia do Governo do Presidente Lula que reunia um conjunto de ações e políticas de dezessete ministérios organizadas em quatro eixos de ação: acesso à alimentação saudável, fortalecimento da agricultura familiar, geração de trabalho e renda e, por fim, mobilização e participação popular.

famílias e da sua reprodução social é o Programa Bolsa Família. Este favorecia, nos casos estudados, uma boa parte das famílias nos assentamentos. O benefício, que por vezes pode chegar até a R\$115,00 por mês, é administrado pelas mulheres camponesas. Pesquisas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS têm mostrado o impacto que o benefício tem sobre a autonomia das mulheres na gestão do orçamento familiar e o seu resultado na alimentação, na saúde e na educação das crianças.

Ambos os programas referidos poderiam compor um conjunto de políticas de promoção e de defesa das agriculturas camponesas na unidade da diversidade socioespacial brasileira¹⁵⁰.

O estudo, todavia, não logrou descrever e explicar o projeto político, as estratégias e as táticas do MST, enquanto força organizadora das famílias protagonistas da luta de classe no território. Apenas permitiu constatar que foi por meio das *frentes de massa* que o MST se encontrou com as famílias camponesas e desencadeou todo o processo de metamorfose camponesa, o que, na verdade, pode ser entendido como uma fragilidade do estudo. Evitaram-se, porém, derivações nos rumos da pesquisa que pudessem afastá-la da centralidade do sujeito social estudado (os camponeses) e do seu objeto central, a vida e a luta das famílias camponesas. Por certo, estudar o MST e a Via Campesina como forças organizadoras do território camponês torna-se uma necessidade de pesquisa futura.

Ressalte-se que os estudos se prestaram a evidenciar as formas de luta das famílias camponesas assentadas e suas tentativas de superação das relações de dominação e da condição de subalternidade imposta pela territorialidade monopolista do capital. Nos três assentamentos estudados, ficou claro que uma linha de combate – não a única – entre as classes em conflito no território se dava no momento crucial da venda da produção camponesa no mercado local e regional, uma fronteira onde o capital realiza a apropriação do trabalho camponês.

Duas hipóteses referentes à luta de classe feita pelas famílias do MST e aos assentamentos de reforma agrária, como frações territoriais camponesas, foram apresentadas. Considera-se que ambas foram comprovadas.

¹⁵⁰ Importante registrar percepção das observações de campo sobre o *Bolsa Família nos assentamentos*. Ainda que ele auxiliasse concretamente na emancipação econômica das famílias assentadas, o programa - como política pública de Estado - é visto com restrições políticas pelo MST. Tal percepção se tornou mais clara nas entrevistas e nos diálogos com os militantes da coordenação estadual de Minas Gerais e da Paraíba.

A primeira hipótese supôs que a luta de classe feita pelas famílias camponesas organizadas pelo MST põe em movimento um processo comunitário e coletivo de territorialização camponesa, materializado nos assentamentos de reforma agrária¹⁵¹. Supôs, ainda, que esse movimento – cujo processo foi denominado *territorialização camponesa* – é vigoroso e continuado, possibilitando a vitória do modo de vida camponês no território.

Avalia-se que essa hipótese, na sua primeira assertiva, se comprovou satisfatoriamente. Porém, no que se refere à segunda afirmativa nela contida, há que se fazer uma ressalva, pois ela, a rigor, não poderia ser comprovada na sua largueza. Isto é, não poderia ser comprovada sua materialização na totalidade do território capitalista, dada à limitação dos recursos metodológicos tomados pela pesquisa. Comprovou-se, no entanto, que esse movimento é, de fato, vigoroso e continuado e que pode conduzir o campesinato, na sua fração camponesa assentada da reforma agrária, a produzir, sim, em frações do território capitalista, o seu território, o território camponês. Nesse sentido, é considerável a cartografia dos assentamentos, reveladora da concreta espacialidade das unidades camponesas (número de famílias, número de assentamentos, área total reformada) cravadas no cerne do território capitalista.

Nessa geografia, há vigorosa metamorfose camponesa desterritorializando o modo capitalista de produção. Isso pode ser constatado a partir dos estudos de caso, combinados com a pesquisa bibliográfica regional. A título de exemplificação, cita-se a pesquisa sobre o território camponês no sertão paraibano, gerado no programa de pós-graduação em geografia da UFPB. Ela trouxe importantes reflexões e explicações sobre o processo de territorialização camponesa naquela realidade.¹⁵²

O vigor do movimento reside exatamente no curso da metamorfose camponesa que começa com a família camponesa *sem terra*. Esta, uma vez transformada, continua o movimento, sendo metamorfoseada em família camponesa assentada (associada e/ou autônoma).

A segunda hipótese supôs que os assentamentos do MST, como frações territoriais camponesas, se desenvolvem em bases materiais que negam os valores do capital e são portadoras de força para um avanço qualitativo na promoção do desenvolvimento rural não capitalista. Além disso, supôs que esse avanço contém cooperação e solidariedade de classe e que, nestas frações territoriais camponesas, se

¹⁵¹ Os assentamentos da reforma agrária são entendidos como unidades espaciais camponesas.

¹⁵² Ver Moreira e Targino (2007) sobre *Territórios de Dominação e Territórios de Esperança*.

constrói outro espaço de poder, um espaço portador da capacidade de superação da apropriação da renda camponesa da terra e da capacidade de substituição das relações capitalistas na fronteira da produção e da circulação dos bens resultantes do trabalho camponês.

A rigor, somente o assentamento Oziel Alves Pereira, de Governador Valadares se aproximava conceitualmente da noção de **fração territorial camponesa**. Nele, portanto, poder-se-á avaliar propriamente se a segunda hipótese se comprova. Os assentamentos Mártires de Abril de Belém no Pará e Oziel de Remígio na Paraíba, todavia, se constituem em unidades espaciais em processo de territorialização. É verdadeiro afirmar que eles se desenvolvem sob o valor camponês e avançam qualitativamente no curso do processo de metamorfose. No entanto, se comparados com o Oziel de Governador Valadares, não poderiam ser caracterizados como unidade territorial camponesa, ou seja, ainda não completaram o processo transformativo para se tornarem território camponês *stritu sensu*.

O Oziel de Governador Valadares chega nessa etapa do processo muito provavelmente devido ao maior tempo que dispôs, desde a sua criação¹⁵³, para se consolidar e ver a materialização de vitórias acontecerem no território capitalista. Evidência clara de que tal assentamento se encontra em fase superior no seu processo de territorialização (de desterritorialização de fração do território capitalista) é a sua pauta de luta. Agora, os camponeses assentados autônomos dessa fração lutam contra a sujeição, não mais do fazendeiro patrão, mas daquela sujeição exercida pelas relações sociais na troca do fruto do seu trabalho com o mercado capitalista.

Considera-se, portanto, que a segunda hipótese se comprovou, porém, com as ressalvas anteriormente descritas, pois, em fração territorial camponesa, como o assentamento Oziel de Valadares – entendido como unidade territorial camponesa – verificou-se que se constrói outro espaço de poder. Este, fundado em valores estranhos e contrários aos valores hegemônicos no modo capitalista de produção, quais sejam, a solidariedade e a cooperação entre famílias em comunidade. Ademais, há, nesse assentamento, capacidade de vingar o sonho do território camponês¹⁵⁴.

¹⁵³ Em 25 de setembro de 2007, o Assentamento Oziel de Valadares completou dez anos.

¹⁵⁴ Sobre sonho camponês, ver MST (2007: 94):..*Transformar nossos assentamentos, como territórios livres. Territórios livres do analfabetismo. Que tenham soberania alimentar, que respeitem o meio ambiente, que aumentem a produção de alimentos saudáveis, que tenham educação para todos. Que viabilizem renda para todas as famílias. Que sejam espaços de vida digna e feliz* (2007: 94).

Por conseguinte, entende-se confirmado o enunciado da tese de que o campesinato brasileiro, na sua diversidade, imprime sua *marcha* para construir uma outra territorialidade, contrariando a territorialidade capitalista. No entanto, compôs o enunciado da tese a idéia de que a territorialidade camponesa se devia à sustentação de movimento amplo, portador de projeto político – da classe do campesinato – capaz de superar a dominação capitalista no interior e em parcelas diversas do território capitalista.

Há forte e evidente organização social das famílias assentadas do MST por trás das conquistas da terra para viver e trabalhar, da casa para morar, do alimento saudável para sua saúde, da renda monetária advinda do trabalho liberto e associado. Essa organização social se completa e se encarna nos corações e nas mentes dos militantes do MST. É a militância do *Movimento*. Vale dizer, é a militância das **famílias** do Movimento, pois a organização no núcleo familiar é que permite seus membros fazerem as lutas socioterritoriais organizadas pelo MST. Concretamente, toda a família milita, seja para apoiar o acampamento vizinho ao assentamento, seja para ocupar a sede das superintendências regionais do Incra ou para participar das marchas nacionais em Brasília.

Christiane Campos (2006), estudiosa da autonomia camponesa e dos processos de territorialização do campesinato, enumerou algumas formas de manifestação dessa autonomia, como pode ser evocado nos capítulos anteriores, dedicados à pesquisa teórica. É relevante confirmar características que marcam as famílias camponesas assentadas autônomas, associando-as ao que foi observado nos assentamentos estudados.

A primeira característica é a capacidade de as famílias camponesas fazerem luta política como sujeitos sociais, por meio de movimentos. Nesse caso, é desnecessário buscar associação com os resultados da pesquisa, pois essa capacidade foi um pressuposto. Isto é, o estudo se baseou na trajetória das famílias que participaram das lutas territoriais organizadas pelo MST e pela Via Campesina. Importante ressaltar, contudo, a capacidade da família liberar seus membros para fazerem lutas e “ações do Movimento”, isto é, para militar. Parte da família na produção e na organização interna do assentamento e parte (esposa, marido, filhas e filhos) na ação política do MST. Muitas vezes, segundo verificou-se em pesquisa de campo, o camponês e a camponesa acumulavam essa dupla jornada de militante e de produtor familiar assentado.

A segunda característica do campesinato autônomo é a capacidade dos camponeses e camponesas de compreenderem que as causas das suas dificuldades são provocadas pelo funcionamento do capitalismo nas escalas local e global. Essa capacidade foi claramente demonstrada pelos membros das famílias assentadas, não exclusivamente daqueles que se dedicavam mais tempo à militância no *Movimento*. Os militantes do MST sabem dos desafios da reforma agrária na atual conjuntura do início do século XXI. Este foi um tema amplamente debatido pelos delegados nas atividades preparatórias regionais e estaduais do MST e durante 5º Congresso Nacional em Brasília. Um dos desafios relacionados com a luta política em geral que o *Movimento* enfrenta, entre outros seis listados em documento aprovado no seu 5º Congresso, é *construir uma força social, de massas, capaz de derrotar o modelo neoliberal* (MST, 2007: 92).

A terceira característica é a capacidade de seguirem na unidade e de compreenderem a necessidade de fazer luta na diversidade. Constatou-se esta peculiaridade, sobretudo demonstrada pelos apanhados das entrevistas durante pesquisa de campo com os coordenadores estaduais do MST no Pará, da regional de Belém; da de Minas Gerais e da regional do vale do Rio Doce e da Paraíba, e a sua regional com atuação no agreste. Essa capacidade também pode ser constatada nas atividades cotidianas da Secretaria Nacional do Movimento, sobretudo pelo princípio da direção colegiada, onde há representação regional e, também, pela pauta de luta¹⁵⁵.

A quarta e última característica é a percepção das famílias camponesas de que o capital globalizado subjuga os modos de vida camponeses e sua luta para escapar das políticas públicas e privadas que ameaçam a agricultura camponesa. Observou-se que o debate dos temas da plataforma política da Via Campesina e do MST estavam presentes nas reflexões das secretarias regionais da região metropolitana de Belém; de Curimataú, na Paraíba, e na regional de Governador Valadares, em Minas Gerais. Os dez temas que compõem tal plataforma política eram profundamente conhecidos pelos militantes e amplamente difundidos entre as famílias assentadas, como pode ser percebido durante diálogos travados nos assentamentos, durante as pesquisas de campo realizadas em 2007. Por exemplo, os temas do uso de sementes transgênicas na agricultura; igualdade de gênero; comércio agrícola; o funcionamento de organismos

¹⁵⁵ Ver em MST (2007: 97) a plataforma política da Via Campesina aprovada na IV Conferência Nacional da Via Campesina Mundial em Itaici/SP, em julho de 2004, e as resoluções do 5º Congresso Nacional do MST.

internacionais como a ONU, o FMI, a OMC e o Banco Mundial, entendidos como instrumentos de dominação e exploração do capital (MST, 2007:99).

Pode-se constatar que a eterna resistência do campesinato brasileiro frente ao domínio capitalista no território está re-inventada e revigorada nesses anos iniciais do século XXI. Essa constatação se sustentou pela leitura das cartografias camponesas, pela pesquisa de campo com a participação das famílias assentadas e pelas obras produzidas no Brasil sobre o campesinato e o desenvolvimento capitalista.

O campesinato chega ao início do século XXI com vitórias nunca imaginadas pelas classes que os têm dominado por séculos no Brasil. Igualmente, estudiosos e teóricos da questão agrária, especialmente a partir da década final do século XX, ignoraram a existência e a força social da *massa camponesa*, a despeito de ela contar mais de dois milhões de famílias em todo o país. Sobretudo, eles desprezam a capacidade político-organizativa do campesinato, evidenciada pelas lutas socioterritoriais que vêm ocorrendo desde o final da década de 80 do século passado.

Apesar da mudança radical na melhoria de vida de milhares de famílias em todas as partes do país, causadas pela vitória das lutas camponesas no território, o Estado brasileiro não se move diante do projeto de desenvolvimento defendido pelos agricultores camponeses assentados da reforma agrária. Tal postura muito se explica pelo papel neoliberal que ele tem cumprido no mundo capitalista globalizado¹⁵⁶.

Contudo, o avanço do processo de territorialização do campesinato, combinado com teorias explicativas da classe capazes de entendê-lo na sua magnitude e qualidade, tendem a favorecer o debate teórico e político, necessário, senão para a emancipação da massa camponesa, ao menos para evitar sua injusta dominação. Se o debate ocorrer e as forças sociais, intelectuais e políticas se moverem nesse sentido, poderá advir uma justa recriação das relações sociais no território, em favor da massa de famílias camponesas brasileiras.

Verificou-se que frações do campesinato brasileiro, no bojo do desenvolvimento contraditório capitalista, realizam sua reprodução social movidos pela militância política ancorada no núcleo familiar. Deste, a militância política se estende à comunidade (na agrovila) e aos empreendimentos coletivos e cooperados (feiras e

¹⁵⁶ O exercício de tal papel pode ser evidenciado pela política brasileira nas agendas dos organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas – ONU, o Fundo Monetário Internacional – FMI, a Organização Mundial do Comércio – OMC e o Banco Mundial. Outra evidência, por exemplo, foi a implementação de ações conhecidas como “Consenso de Washington”, como a privatização de empresas públicas nacionais (cita-se o caso da Companhia Vale do Rio Doce feita pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1997).

agroindústrias cooperativas). Decerto que tal reprodução social é consequência da luta social e política feita por parcela do campesinato em conflito direto com a classe dos grandes proprietários de terra e dos capitalistas. Luta pela posse da terra. Luta pelo uso da terra, do espaço geográfico. A vida nas terras do fazendeiro patrão e do fazendeiro grileiro vira vida no acampamento, que vira luta no assentamento. São lutas espaciais e territoriais, contundentes e consequentes, de onde pode *vir a ser* o território camponês.

Como pode ser visto e estudado, contraditoriamente, a espacialização e a territorialização camponesa nascem do desenvolvimento do capitalismo no campo. Porém, é graças ao vigor histórico da classe camponesa no Brasil, com seu modo de vida, seus valores, seu *habitus* de classe e, sobretudo, suas estratégias de resistir e lutar que o campesinato vai se recriando, se espacializando e se territorializando¹⁵⁷.

Diferentemente do modo capitalista de se relacionar com a natureza, o campesinato sonha com a produção agroecológica de alimentos saudáveis para o consumo familiar e para o abastecimento da comunidade e do mercado local, conforme expressa a sua *práxis*, coletada pela presente pesquisa. Mais do que sonhos são valores e plataformas políticas¹⁵⁸ do campesinato como classe social. Ademais, as famílias camponesas assentadas organizadas no MST e na Via Campesina têm compreensão da consciência da função social da agricultura camponesa e seu papel estratégico na soberania alimentar¹⁵⁹ dos povos e das nações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB´SABER, Aziz. *Domínios Moforclimáticos e solos do Brasil*. In: XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, 1995, Viçosa. Sociedade Brasileira de Solos, 1995, p. 1-18.

AB´SABER, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editoria, 2003.

¹⁵⁷ Para SHANIN (2005), essa é uma tendência mundial.

¹⁵⁸ Ver MST (2007).

¹⁵⁹ Sobre a noção de soberania alimentar do MST e da Via Campesina: *Defendemos a soberania alimentar como um direito que cada povo e todos os povos têm de produzir seus próprios alimentos, de forma independente, saudáveis, com qualidade para atender a toda a sociedade. Os alimentos não são uma mercadoria e a sua produção e distribuição não devem submeter às regras do mercado capitalista. Nenhum povo é livre, se não produzir seus próprios alimentos* (MST, 2007: 98).

ABE, Marlene Naoyo. *Mártires de Abril: o MST semeando a utopia camponesa*. 2004. 199 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável) - Centro Agropecuário / EMBRAPA – Amazônia Oriental, Universidade Federal do Pará, Belém.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Bruno de. *Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia*. In: CARVALHO. *Campesinato no Século XXI*. Possibilidades de Condicionantes do desenvolvimento do Campesinato no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. 84-93.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. A. *Identidade, distinção e territorialização: o processo de (Re)Criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. 2003. 391 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ANDRADE, Manuel Correa de e ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Repensando a Geografia).

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Território, desenvolvimento rural e regional*. In: FORUM INTERNACIONAL TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA, 1, 2003, Fortaleza.

BENSAID, Daniel. *Um olhar sobre a história e a luta de classes*. In BORON, Atílio; Xavier Amadeo e Gonçalves, Sabrina (org.). *A teoria Marxista hoje: problemas e Perspectivas*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. (Coleção Campus Virtual).

BOMBARDI, Larissa Mies. *Campesinato, Luta de Classe, e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)*. 2005. Tese (Programa de Pós Graduação em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOMBARDI, Larissa Mies. *O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar*. *Espaço e Tempo GEOUSP*, São Paulo, n. 14, p. 107-117, 2003.

BORGES, Maria Elisa Linhares. Representação do Universo Rural e luta pela Reforma Agrária no Leste de Minas Gerais. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 303-326, 2004.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

BRASIL. *PPA 2004-2007*. Plano Brasil. Participação e Inclusão Social. Disponível no sitio http://www.planobrasil.gov.br/texto_base.asp?cod=5. Acesso em 01.11.2007

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. *Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, p.146-162, set. 2006.

CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1964. (Coleção documentos brasileiros). 239 p.

CARLOS, Ana Fani e OLIVEIRA; Ariovaldo U. de Oliveira (org.). *Geografia de São Paulo*. Representação e crise. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. A construção da unidade na diversidade da Via Campesina no Brasil. Curitiba, 2004. 20 p. Mimeografado.

CARVALHO, Horácio Martins de. A questão agrária e o fundamentalismo neoliberal no Brasil. Curitiba, maio, 2006c. Mimeografado.

CARVALHO, Horácio Martins de. *O Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. 405 p.

CARVALHO, Horácio Martins de. *Ah! Jacques, Jacques...liberte-se desse encantamento milenar*. Curitiba, setembro de 2006a. p; 19. Mimeografado.

CARVALHO, Horácio Martins de. *As Classes sociais no Brasil*. Curitiba, 2006c, novembro 2006c. p. 48. Mimeografado.

CARVALHO, Horácio Martins de. Quem são os camponeses e as camponesas? *Encontro Massivo de Formação de Militantes do Cone Sul*, Coordenação de Organizações do Campo CLOC, outubro 2006b. Mimeografado.

Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo – Brasil – 2006*. Goiânia: CPT, 2006.

COSTA, Francisco Fábio Dantas da. *A Expansão das Fronteiras Econômicas para a Amazônia: Novos Territórios, Novos Conflitos, Novos Atores*. In: Seminário Luso-Brasileiro-Carboverdiano. III Seminário Paraibano de Geografia. III Semana de Geografia da UFPB. João Pessoa: Editora Universitária. UFBP, 2006.

DAMIANI, Amélia Luíza; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima (org.). *O Espaço no fim do Século: a raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. 220 p.

DARCY, Ribeiro. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: 2006. 435 p. 1ª reimpressão.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2006.

DIAS, Rafael Dantas. **Ocupar, resistir e produzir**: a memória de luta dos Sem-terra (MST) no Assentamento Mártires de Abril. 52 f. TCC (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade da Amazônia, 2003.

DIEESE. Estatísticas do Meio Rural. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural. –

São Paulo: DIEESE, 2006. 276 p.

ELIAS, Denise. *Milton Santos: a construção da geografia cidadã*. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Barcelona: Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002. Disponível no site <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>

EMBRAPA. Agricultura Familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária. Editor Técnico, Ivan Sergio Freire de Sousa. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 434 p.

EMBRAPA. Marco Referencial em Agroecologia. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.

FABRINI, J.E. *Os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra do Centro-Oeste /PR enquanto território de resistência camponesa*. 2002. 205 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FABRINI, João Edimilson. A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa. *Revista Geografia, UEL, Londrina, v. 13, n. 2, p. 116-138, Jul/Dez. 2004.*

FELICIANO, Carlos Alberto. *Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006. 205 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST : movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. São Paulo, Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial*. Presidente Prudente, 2004. Mimeografado.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Via Campesina* in Enciclopédia Contemporânea da América Latina e Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo*. 2002. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FORTES, Alexandre. *Planejamento Estratégico Situacional Participativo*. Caderno de Conceitos in CESE. Caminhos. Salvador: CESE, 1998. 73-95.

GIRARDI, Eduardo Paulo; FERNANDES, Bernardo Mançano. *A geografia dos dados da questão agrária: desenvolvimento de um atlas*. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos Agrários/Nera.-Unesp. 2005. Disponível em <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/publicacoes.html>. Acesso em 5 de agosto de 2005.

HEBETTE, Jean. *O campesinato paraense* in In: CARVALHO, Horácio M. de. *Campesinato no Século XXI: possibilidades de Condicionantes do desenvolvimento do Campesinato no Brasil*. CARVALHO. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. 93-101.

HENRIQUE, Wendel. Pela Continuidade da Geografia Crítica sobre a Third International Conference Critical Geography. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales. Unviversidad de Barcelona*. Vol VII, nº 400, septiembre de 2003. IBGE. Estatísticas do Século XX. Comunicação Social, 2003. Acessado no site <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.htm> em 02.11.2007.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A Mobilidade das Fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Edtiora UFMG, 2002. 316 p. (Humanitas).

IBGE. Geociências. Divisão Regional. Disponível no site http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm. Acessado em 01.11.2007.

INCRA. *Novo Retrato da Agricultura Familiar, O Brasil Redescoberto*. Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO. Brasília, 2000. 73 p.

LEFEBVRE, Henri. *A Cidade do Capital*. Tradução Maria Helena Ramos e Marillene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 2ª edição. 180 p.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução Alcides Joao de Barro. Sao Paulo: Atica, 1991. 216 p

LÉNIN, Vladimir Ilitch. As três fontes e as três partes constitutivas do Marxismo. Março de 1913. Disponível no site www.dominiopublico.gov.br . Acessado em 24/02/2006.

LIMA, Dégora; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade local. *Revista Estudos Avançados*, n.19., p.49-54.

MARIN, Rosa E. Acevedo. *Conflitos Agrários no Pará*. [s.d.]. 38 p. Mimeografado.
MARQUES, Marta Inez Medeiros. *De Sem Terra a Posseiro - A luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária (o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha em Goiás)*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

MARTIN, Jean-Yves. *Les Sans-Terre Du Brésil: Géographie d'un mouvement sócio*. , Préface de FERNANDES, Bernardo Mançano . Paris: L'Harmattan, 2001

(Collection Horizons Amériques Latines).

MARTIN, Jean-Yves. *Una geografía de la radicalidad popular nueva: algunas reflexiones a partir del caso del MST*. São Paulo: Revista Terra Livre. Ano 18, nº 19, p.11-36. jul-agosto, 2002.

MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política do Brasil*. São Paulo: Editora Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza - *O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999b.

MARTINS, José de Souza Martins. *O Cativo da Terra*. 6ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1996c. 157 p.

MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária - o impossível diálogo*. São Paulo, Edusp, 2001.

MARTINS, José de Souza. *Os Movimentos Camponeses e as lutas camponesas no Brasil*. In: MST. Os movimentos camponeses no Brasil e a luta pela reforma agrária. Caderno de Formação N. 31, janeiro de 1999. 9-17.

MARTINS, José de Souza. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, novembro de 2003. 31 p. Mimeografado.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – MDA/CONDRAF. *Por um Brasil com gente: sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade e solidariedade*. Brasília, 2007. Mimeografado.

MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. *De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano*. Revista NERA, Presidente Prudente. Ano 10, nº 10. p. 72-93. Janeiro-Junho de 2007.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Editora Ática. 2ª Edição. Série Princípios. 1988. 78 p.

MOURA, Margarida Maria. *Os Deserdados da Terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. (Coleção Corpo e Alma do Brasil). 250 p.

MST. *Textos para debate*. 5º. Congresso Nacional do MST: Reforma agrária: por justiça social e soberania alimentar, junho 2007. 121 p. Mimeografado.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP
Coordenação: FERNANDES, Bernardo Mançano. Presidente Prudente, São Paulo. Novembro de 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (1981). *Espaço e Tempo: compreensão materialista e dialética*. In: SANTOS, Milton (coord.). *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996 (5ª ed.), p. 66-110.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. 13ª Edição. São Paulo: Contexto, 2005. Coleção Repensado a Geografia.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo Brasileiro*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). *Novos Caminhos da Geografia*. Coleção Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1999. 63-110.

OLIVERIA, Ariovaldo Umbelino de. *A longa marcha do campesinato brasileiro*. *Revista Estudos Avançados*, n. 15 (43), 2001. 185-206.

OLIVERIA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. 164 p.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. *Tempo de Travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada*. *Revista Estudos Avançados* 15 (43). 2001. p. 255-265.

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná*. 2003. 430 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas terras do rio sem dono*. Rio de Janeiro: Codecri/Pasquim, 1988. 2ª Edição.

PICOLI, Fiorelo. *O Capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 256 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Valter Porto. *A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST*. [s.d.]. Mimeografado

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação*. In: *Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p.142-156

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México: Siglo Veintiuno, 2001.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993. 269 p.

REDE JUBILEU SUL BRASIL. *O Brasil que queremos: assembléia popular por novo Brasil*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006 80 p.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 433 p.

ROSSET, Peter. Terra, território e dignidade: a reforma agrária no contexto da soberania alimentar, o direito à alimentação e diversidade cultural. In: II CONFERÊNCIA DE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2, 2006, Porto Alegre. Mimeografado. Disponível no sítio http://www.icarrd.org/po/icard_doc_down/Issue_Paper5.pdf. Acesso em 01/02/2008.

SANTOS, Milton - Por Uma Nova Geografia. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton (1996). *A Natureza do Espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999 (3ª ed.). 308p.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Tradução Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA*, Presidente Prudente, n. 7, p 1-21, julho/dezembro 2005.

SILVA, Anderson Antonio da; FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra 2000-2004. *Revista NERA*, Presidente Prudente, s.n., 2004.

SOTO, Wiliam Héctor Gómez. *A produção do conhecimento sobre o “Mundo Rural” no Brasil*. As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 324 p.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 3ª Edição. iro: Graal, 1989. 176 p.

STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil*. História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 224 p.

VASQUES, Adolfo Sanches. *Filosofia da práxis*. 1ª Ed. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciências Sociales. São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007. 488 p.. Coleção Pensamento Social Latino Americano. Traduzido por Maria Encarnacion Moya.

VIA CAMPESINA DO BASIL. *Um Referencial para o Campesinato no Brasil*. Curitiba, junho de 2004.mineo. Textos pra Debate.

WOORTMANN, Elen e WOORTMANN, Klaas. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1977.

ANEXOS

ANEXO A

MESORREGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - PA

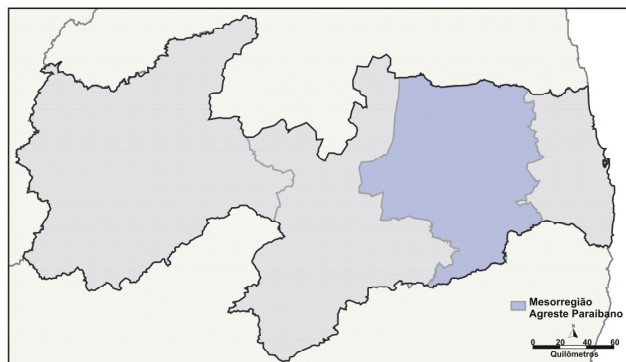


Org: INSTITUTO IANDE - OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C.S.
Fonte: IBGE.

MAPA 2 – Localização do município de Belém – PA.

ANEXO B

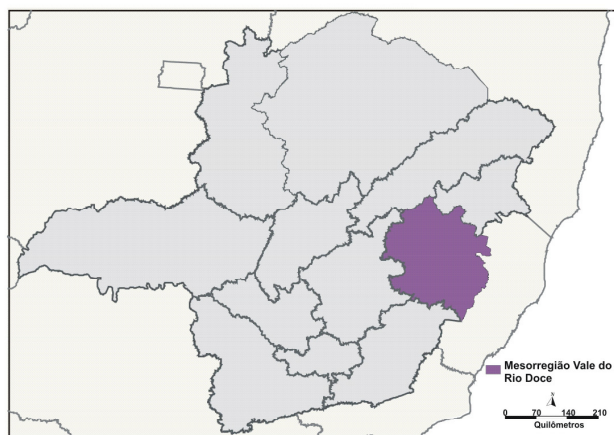
MESORREGIÃO AGRESTE PARAIBANO - PB



Org: INSTITUTO IANDE - OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C.S.
Fonte: IBGE.

MAPA 3 - Localização do Município de Remígio – PB.

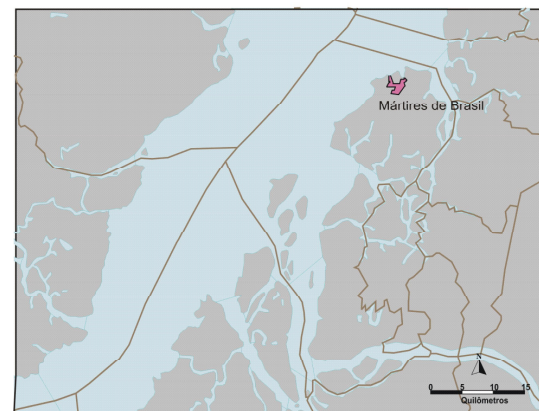
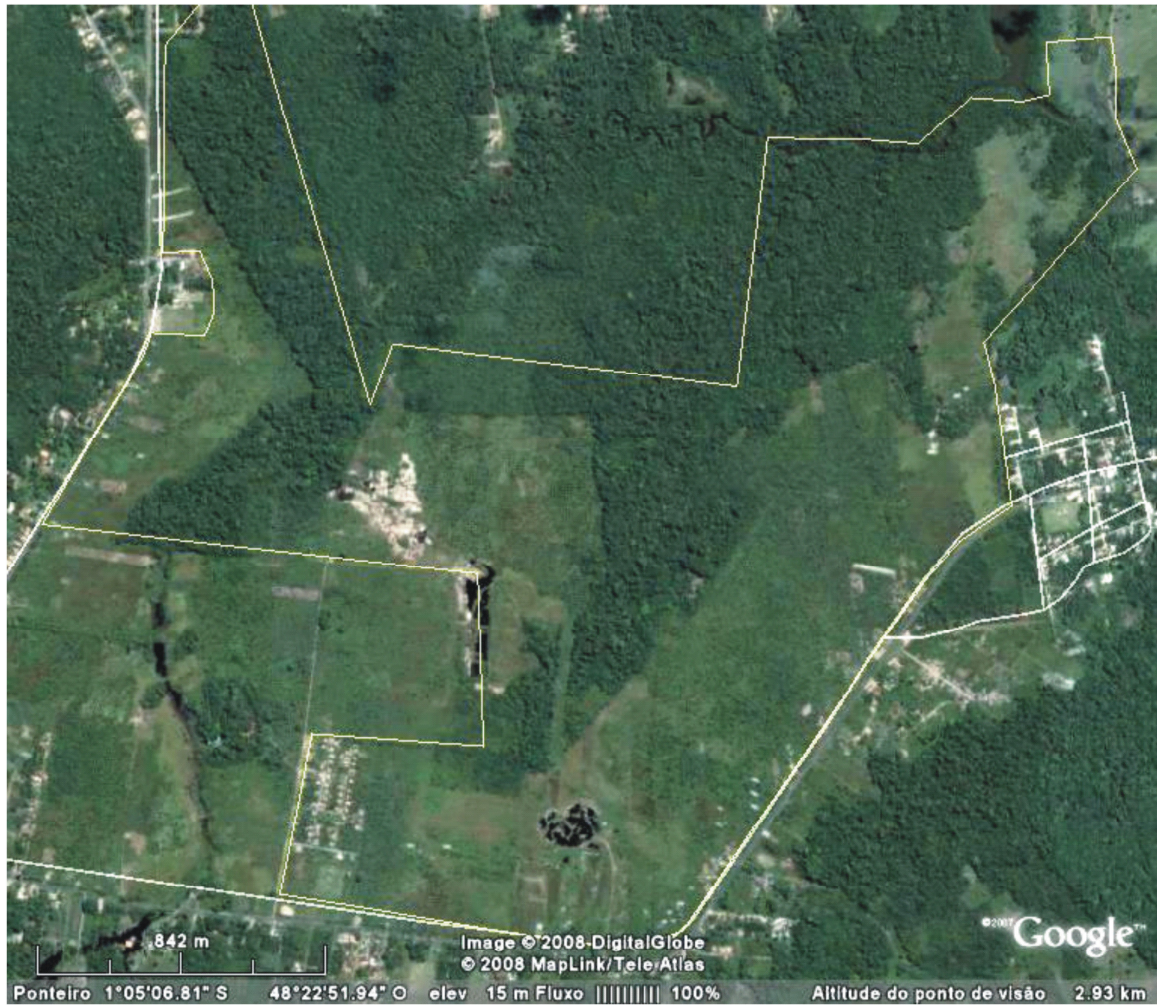
ANEXO C
MESORREGIÃO VALE DO RIO DOCE - MG



Org: INSTITUTO IANDE - OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C.S.
Fonte: IBGE.

MAPA 4 – Localização do município de Governador Valadares – MG.

ANEXO D
ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE BRASIL - BELÉM (PA)

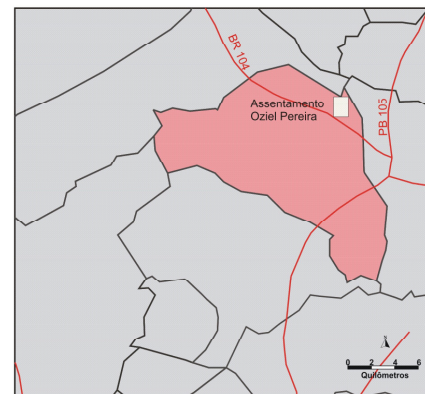
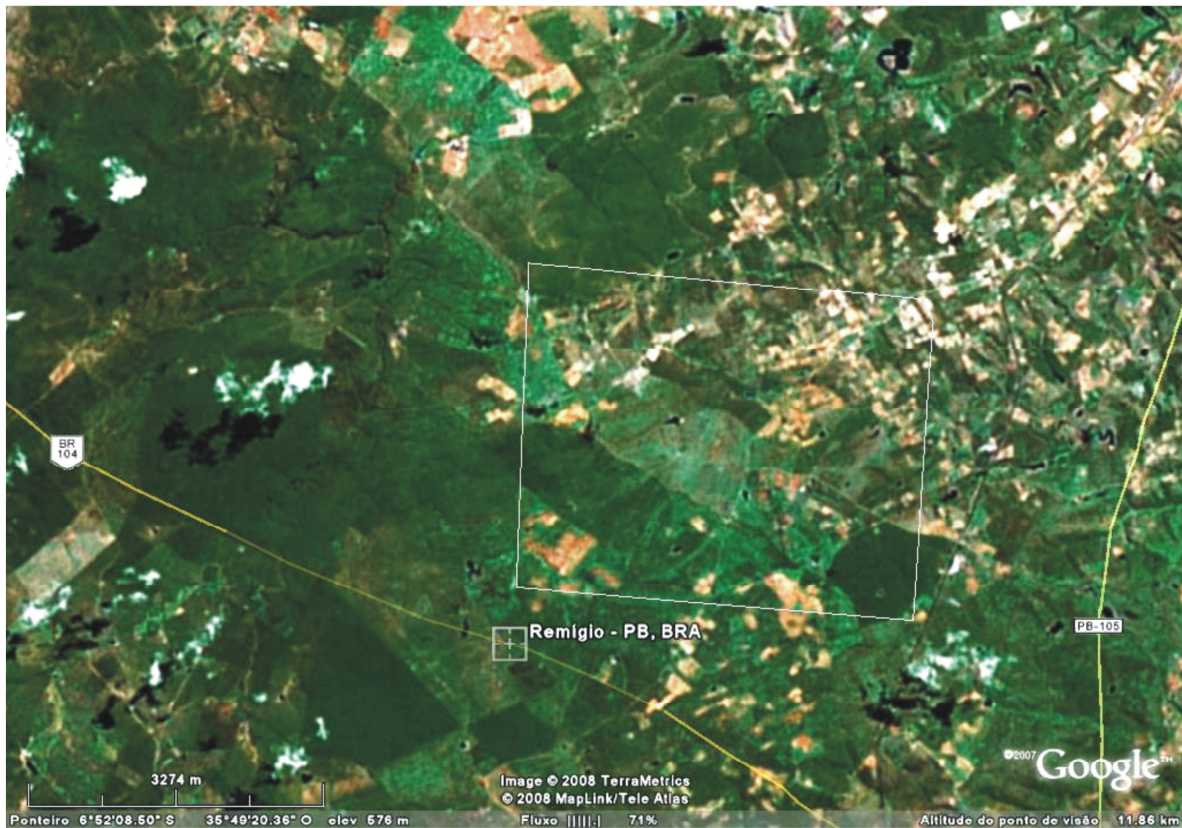


Org: INSTITUTO IANDE - OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C.S.
Fonte: IBGE.

MAPA 5 – Localização do Assentamento Mártires de Abril

ANEXO E

ASSENTAMENTO OZIEL PEREIRA - REMÍGIO (PB)

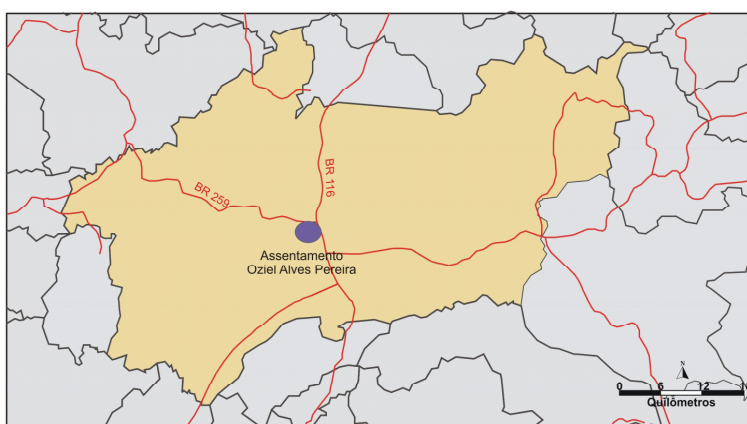
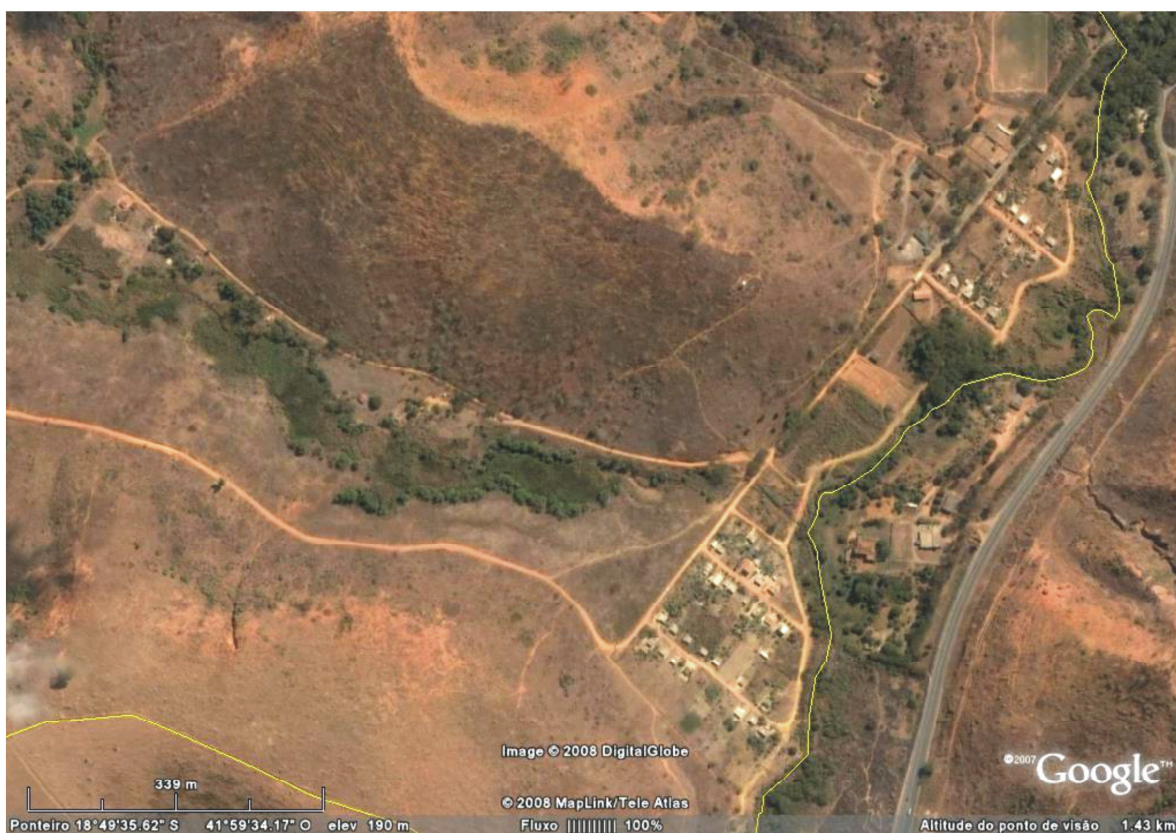


Org: INSTITUTO IANDE - OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C.S.
Fonte: IBGE.

MAPA 6 – Localização do Assentamento Oziel Alves em Remígio – PB.

ANEXO F

ASSENTAMENTO OZIEL ALVES PEREIRA - GOVERNADOR VALADARES (MG)



Org: INSTITUTO IANDE - OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C.S.
Fonte: IBGE.

MAPA 7 – Localização do Assentamento Ozziel Alves Pereira em Governador Valadares – MG.

ANEXO G
PESQUISA DE CAMPO

Perguntas dirigidas às Famílias Assentadas

1. De onde vocês são (cidade, estado)? Qual a profissão de vocês? Antes de conquistar a terra aqui qual era o seu meio de ganhar a vida?
2. Como era a vida sem terra antes da luta (acampamento) e como é agora com a terra para trabalhar? Qual a diferença? Qual a grande diferença da vida do senhor de meeiro e agora da vida do assentado?
3. O que vocês mais gostam da vida no Assentamento? O que vocês menos gostam?
4. **Sobre renda:** Como é o trabalho na terra? A produção da terra dá dinheiro? O dinheiro da produção da terra dá para viver? O que se compra com o dinheiro da terra? Para sustentar a família?
5. **Sobre hábitos de consumo:** quantas refeições/dia a família faz. Que tipos alimentos fazem em cada uma delas? O que é produzido na terra e o que é comprado [Lula: 3 refeições...]... parte vem da terra, consumo e o produzido é para comprar ...
6. Onde é vendida a produção da terra? Como é feita: individual ou coletiva.
7. Como que vocês escapam da exploração dos “Atravessadores” e dos preços baixos pagos pelo comércio? Que plano vocês tem para conseguir preço bom na hora de vender. Como escapam dos preços baixos? Tem outros jeitos e formas?
8. Em sua opinião o (____) é muito dependente da cidade ou é um território com autonomia para levar um modo de vida diferente e mais livre que as demais comunidades rurais tradicionais da região
9. Vocês fazem luta política para ajudar os companheiros sem terra da região a conquistar terra? De que jeito?
10. Qual o seu principal sonho, hoje, como assentado? Principal sonho hoje de lutadores?

ANEXO H

TABELA 7

Percentual dos estabelecimentos e área dos tipos de agricultores familiares, segundo a condição do produtor, 2000.

<i>CONDIÇÃO</i>		<i>Proprietário</i>		<i>Arrendatário</i>		<i>Parceiro</i>		<i>Ocupante</i>	
REGIÃO	TIP OS	<i>%</i> Esta	<i>%</i> Área	<i>%</i> Estab	<i>%</i> Área	<i>%</i> Estab	<i>%</i> Área	<i>%</i> Estab	<i>%</i> Área
		b							
Nordeste	A	88,0	95,5	2,0	0,6	1,9	0,7	8,0	3,2
	B	77,5	93,4	4,5	0,7	3,9	1,2	14,1	4,8
	C	65,6	90,6	7,8	1,1	6,8	1,7	19,7	6,5
	D	60,4	89,4	7,6	1,3	10,6	2,5	21,5	6,9
Centro-Oeste	A	90,9	93,2	4,9	4,2	0,8	0,4	3,4	2,2
	B	91,8	94,7	2,7	1,8	1,0	0,4	4,6	3,0
	C	90,0	94,2	2,3	1,3	1,3	0,4	6,4	4,1
	D	87,9	92,8	3,8	2,9	1,7	0,5	6,7	3,8
Norte	A	90,1	96,7	0,4	0,2	0,4	0,3	9,0	2,8
	B	86,9	94,5	0,5	0,3	0,8	0,3	11,8	4,9
	C	82,3	92,3	0,8	0,3	1,7	0,5	15,1	7,0
	D	82,0	93,6	1,0	0,4	2,4	0,5	14,6	5,5
Sudeste	A	88,4	92,8	5,0	4,0	3,4	1,2	3,2	1,9
	B	87,7	93,1	3,6	2,9	4,5	1,4	4,2	2,6
	C	86,0	92,6	3,1	2,6	5,7	1,8	5,2	3,0
	D	83,6	90,6	4,5	4,8	5,9	1,8	6,0	2,8
Sul	A	89,7	90,9	4,4	4,9	2,8	2,1	3,1	2,0
	B	83,5	88,6	5,5	4,2	5,3	3,3	5,7	3,8
	C	77,2	85,0	6,9	5,1	7,4	4,4	8,5	5,6
	D	73,7	82,9	8,6	8,2	8,3	4,0	9,4	4,8
BRASIL	A	89,2	93,6	3,7	2,9	2,4	1,0	4,8	2,4
	B	83,0	92,8	4,1	1,8	3,9	1,4	9,0	4,1
	C	73,6	90,9	6,0	1,7	6,0	1,7	14,5	5,8
	D	67,6	90,1	6,8	2,8	8,8	1,9	16,8	5,2

FONTE: Censo Agropecuário IBGE, 1995/96. Autor Incra (200).

ANEXO I

TABELA 8

Percentual de estabelecimentos e área dos tipos de agricultores familiares, segundo grupos de área total, 2000.

REGIÃO	TIP OS	Menos de 5 ha		5 a menos de 20 ha		20 a menos de 50 ha		50 a menos de 100 ha		100 ha a menos de 15 MR	
		Esta b.	Área	Esta b.	Área	Esta b.	Área	Esta b.	Área	Esta b.	Área
Nordeste	A	18,4	0,7	25,4	4,4	22,2	11,4	15,4	17,2	18,6	66,3
	B	33,9	2,5	29,8	10,2	19,5	20,3	9,8	21,8	7,0	45,2
	C	53,2	6,5	26,2	16,0	12,6	24,0	5,1	20,7	2,9	32,8
	D	70,6	11,4	18,1	17,8	7,2	22,2	2,6	17,4	1,6	31,2
Centro Oeste	A	2,1	0,0	7,8	0,6	19,0	4,2	21,6	10,0	49,4	85,2
	B	4,4	0,2	18,9	2,9	31,2	12,6	21,5	18,3	24,0	66,0
	C	9,6	0,5	26,1	5,2	30,1	16,3	18,1	20,5	16,1	57,5
	D	13,7	0,6	23,5	3,9	26,2	12,0	16,3	15,6	20,3	67,9
Norte	A	9,9	0,2	19,6	2,2	21,4	7,1	19,1	13,8	29,9	76,7
	B	16,1	0,7	21,3	3,8	25,1	13,4	18,9	21,2	18,7	61,0
	C	23,7	1,1	22,3	5,0	23,1	15,7	17,4	24,5	13,5	53,6
	D	29,4	1,1	19,5	4,0	19,4	12,6	16,9	22,2	14,8	60,1
Sudeste	A	9,5	0,4	24,2	5,2	29,6	17,2	19,7	24,5	17,1	52,6
	B	15,7	1,3	36,5	12,8	28,5	26,8	12,3	25,1	6,9	34,1
	C	25,4	2,9	41,4	19,9	22,1	29,5	7,5	22,2	3,7	25,5
	D	36,3	4,1	36,3	18,9	17,5	26,2	6,3	20,9	3,7	29,9
Sul	A	4,2	0,4	35,7	12,2	39,7	33,5	13,5	24,9	6,9	29,1
	B	11,4	1,7	56,1	31,0	25,4	35,6	4,9	15,8	2,2	15,9
	C	24,4	4,7	54,4	36,6	16,4	30,4	3,4	14,6	1,4	13,7
	D	39,1	6,4	40,9	27,5	13,9	26,8	3,9	17,0	2,2	22,3
BRASIL	A	8,9	0,4	27,8	5,6	30,7	16,5	16,3	19,1	16,3	58,4
	B	19,9	1,5	37,9	12,5	24,2	21,9	10,3	20,6	7,7	43,5
	C	38,6	3,8	33,5	15,8	16,5	22,9	7,0	20,9	4,4	36,5
	D	57,2	6,0	23,9	14,7	10,9	20,3	4,6	18,6	3,4	40,4

FONTE: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE. Autor: Incra (2000).

ANEXO J

QUADRO 4

O Brasil que Queremos. Unidades de Biomas e Regiões Socioculturais.

BIOMA	DESCRIÇÃO DO BIOMA	PROPOSTA
AMAZÔNIA	O bioma Amazônia tem uma área de quase 4.200.000 km ² e ocupa a totalidade de cinco Estados – Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima -, grande parte de Rondônia (98,8%), mais da metade do Mato Grosso (54%), além de parte do Maranhão (34%) e Tocantins (9%). Cerca de 60% da Amazônia se encontra no Brasil, ocupando quase a metade do território brasileiro. A Bacia Amazônica total ocupa 5% do território da América Latina, com 6,5 milhões de km ² e abriga a maior rede hidrográfica do planeta.	Defender uma Amazônia brasileira para e com os povos amazônidas e em favor de todo o país
CAATINGA	O bioma Caatinga tem área de 844.453 km ² , que corresponde a 11% do território nacional e 53% do Nordeste. Ocupa todo o Estado do Ceará e mais da metade do Rio Grande do Norte (95%), da Paraíba (92%), de Pernambuco (83%), do Piauí (63%) e da Bahia (54%), quase a metade de Alagoas (48%) e Sergipe (49%), além de pequenas porções de Minas Gerais (2%) e do Maranhão (1%). A população do semi-árido de hoje é de 17 milhões de habitantes, e dela faz parte a maior concentração de população rural do Brasil. Os solos da Caatinga são rasos (0,60 metros, em média). A maior parte do subsolo (70%) é constituída de rocha cristalino, mas são significativas as regiões sedimentares, de solos mais profundos e com presença de importantes volumes de água. O que caracteriza tecnicamente o clima Semi-Árido é uma precipitação pluviométrica (quantidade de chuva – 750 milímetros por ano) menor que a evapotranspiração (perda de água devido à insolação – 3 mil horas de sol por ano). A temperatura é de 26 graus centígrados, em média. O bioma Caatinga (“mata branca”, em tupi), que só existe no Brasil, é também o bioma mais desconhecido.	Promover a convivência com a Caatinga (Semi-Árido) brasileira, realizada pelos e para os povos desta região e em favor de todo o país.
CERRADO	O bioma Cerrado tem área de 1.036.000 km ² . Ocupa a totalidade do Distrito Federal, quase toda a extensão dos Estados de Goiás (97%) e Tocantins (91%), mais da metade do Maranhão (65%), Mato Grosso do Sul (61%), Minas Gerais (57%), além de porções de outros Estados. Mas, infelizmente, a destruição deste bioma é gritante, destruição feita por grandes empresas plantadoras de eucalipto, eufemisticamente chamadas de “reflorestadoras”, tais como: Cenibra, Celig, CVRD, Florestaminas, Usiminas, Plantar etc. O projeto JICA - acordo do Brasil com o Japão para a produção de grãos para exportação - está invadindo todas as chapadas, arrancando o Cerrado, secando as nascentes e plantando “só soja”. No Triângulo Mineiro, a devastação já atinge 75% do bioma. Os projetos PRODECER I, II, III usaram, pela primeira vez na história do Brasil, a justificativa de que era possível substituir o bioma	Precisamos urgentemente mudar esta situação. Um novo projeto para o Brasil deve ser construído também a partir do bioma Cerrado, de sua diversidade, e a partir dos geraizeiros, indígenas, quilombolas, veredeiros, quebradeiras de coco, vazanteiros, chapadeiros, varjeiros, retireiros, pantaneiros e outras identidades. Defender e recuperar o Cerrado

	Cerrado por grandes plantações de soja sem afetar o ambiente. Diziam: “Só é viável se tiver um mínimo de 300 hectares”. Isso levou os pequenos a abandonarem o Cerrado.	brasileiro para e com os povos do Cerrado e em favor de todo o país.
MATA ATLANTICA	O bioma Mata Atlântica tem área de 1.110.000 km ² . Ocupa inteiramente três Estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, e 98% do Paraná, além de porções de outros 11 Estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso do Sul.	Recuperar e revitalizar a Mata Atlântica, garantindo vida de qualidade para e com os que vivem, cultivam e trabalham nessa ampla região e em favor de todo o país
PANTANAL	O Pantanal é o maior manancial de água doce do mundo. Possui grande diversidade em fauna e flora e rica diversidade cultural. No Brasil, o Pantanal abrange um área de 150.355 km ² , com 25% de sua área no Mato Grosso do Sul e 7 % no Mato Grosso. Toda essa riqueza faz com que este bioma seja reconhecido pela Unesco e pela ONU como Patrimônio Cultural da Humanidade. É necessário, então, implementar um conjunto de medidas que garantam sua recuperação e preservação, e que sejam integradas com o bioma Cerrado, já que boa parte dos rios que alimentam o Pantanal nascem naquele bioma..	Preservar e recuperar o Pantanal para e com os pantaneiros e pantaneiras, em favor de todo o país
PAMPA	O bioma Pampa tem área de quase 176.500 km ² . Ocupa 63% do território do Estado do Rio Grande do Sul. “Pampa” é termo de origem indígena e significa “região plana”. Esta denominação, no entanto, corresponde somente a um dos tipos de campo, mais encontrado ao sul do Estado do Rio Grande do Sul, atingindo o Uruguai e a Argentina. Outros tipos, conhecidos como Campos do Alto da Serra, são encontrados em áreas de transição com o domínio de araucárias. Em outras áreas, encontram-se, ainda, campos de fisionomia semelhantes à da savana. Os povos deste bioma têm cultura característica e são responsáveis pela designação genérica de toda a população do Estado como “gaúchos”.	Reorganizar o bioma Pampa em favor da qualidade de vida de toda a população desta região e de todo o país

Fonte: Baseado em Assembléia Popular. Mutirão por um novo Brasil. 2007.

